

Universidade Católica Portuguesa
Instituto de Estudos Políticos

Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança
e Defesa



POLÍTICA E SEGURANÇA

O CRESCIMENTO DO CRIME ORGANIZADO NO MÉXICO

Ricardo Raposo Lopes

Orientador: Tenente-General António Fontes Ramos
Coorientador: Professora Doutora Raquel Duque

Lisboa, 2021

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, enquanto exemplos que segui e seguirei sempre, por tudo o que sou hoje. A eles lhes devo os meus valores, princípios éticos e o espírito de sacrifício, sem os quais a vida não seria bem vivida. Agradeço também ao meu irmão por todo o amparo e companhia que um trabalho solitário como este pode ser e não o foi.

Um agradecimento especial à minha avó que sempre acreditou neste projeto e teve a força que, por vezes, eu não tive, para me ajudar a levar este trabalho até ao fim. Incluo aqui os meus tios e primos que me ouviram várias horas, sobre temas bastante aborrecidos. Sem a minha família, teria sido impossível.

Em segundo lugar, agradeço ao Instituto de Estudos Políticos e ao seu diretor, o professor João Carlos Espada, por me permitir pensar em liberdade, construir as minhas convicções e respeitar as dos outros, ao longo dos vários anos que vivi neste lugar. Agradeço à professora Mónica Dias, enquanto minha amiga, professora e coordenadora do programa que frequentei, pelo entusiasmo, dinamismo e apoio total nas diferentes fases deste ciclo de estudos. Não posso deixar de agradecer ao professor e amigo Orlando Samões que, numa fase inicial, me ajudou a dar forma a esta investigação. Do mesmo modo, queria aproveitar ainda para agradecer à Susana Pedro por toda a colaboração e apoio, sem os quais teria sido impossível concluir esta importante etapa.

Agradeço especialmente ao meu orientador, o General António Fontes Ramos e à minha coorientadora, a professora Raquel Duque, pelo exemplar apoio, esforço e incondicional dedicação que mostraram desde o primeiro momento. Obrigado por terem estado comigo sempre, para que nunca perdesse o ritmo, o rigor e o foco.

Me gustaría dejar, en español, un agradecimiento especial, a mi enamorada Dayana, quien me ha acompañado incondicionalmente en muchos de los momentos más estresantes y difíciles de este largo recorrido, en especial, las semanas que precedieron la preparación de la sustentación de la tesis.

Por fim, gostaria de agradecer a alguns dos meus amigos, o Miguel, o Lourenço, o Francisco, a Sara, a Laura, a Marta, a Rita, o Diogo, o Alejandro, o Rodolfo e o Bruno pela amizade, pelas palavras e pela força que, em diferentes ocasiões, me foram dando. Sem eles, a produção e discussão de ideias teria ficado aquém do necessário, para a realização deste trabalho de investigação. Além disso, o apoio emocional, a amizade e o espírito de camaradagem, sempre valiosos ao longo da vida, tornam-se armas ainda mais importantes no contexto de um caminho longo, difícil e solitário que é fazer uma tese de doutoramento. Por estas razões, gostaria que ficasse aqui registado o meu especial agradecimento a todos eles, incluindo aqueles que não mencionei.

A Paz é uma questão de perspectiva.

Sumário

A criminalização do comércio de drogas, tornando-a uma atividade ilícita, surgiu no início do século XX, liderada pelos Estados Unidos da América e ampliado, a nível internacional, através da Convenção Internacional do Ópio, de 1912. Cerca de cem anos mais tarde, o narcotráfico tornou-se numa atividade global que consegue fragilizar Estados, fortalecer criminosos que obtêm lucros avultadíssimos diariamente, criando problemas de segurança internacional. Perante este cenário, os Estados têm-se dividido sobre a melhor maneira de encarar esta ameaça, adotando diferentes políticas anti narcotráfico. O caso do México torna-se, neste contexto, evidente, dado o seu tradicional historial de violência e atividades ligadas ao narcotráfico, convertendo-se num excelente caso de estudo. Como compreender as políticas anti narcotráfico aplicadas neste país, ao longo de um século, e como atestar a sua eficácia?

Para responder à questão anterior, é necessário entender que a disciplina de Relações Internacionais, área científica sobre a qual este trabalho incide, tem-se desenvolvido, em grande medida, através da criação de diferentes teorias explicativas da realidade, uma das quais a Escola de Copenhaga. Esta teoria construtivista, de um modo simples, afirma que, por nada ser exterior à interpretação humana, os atores políticos decidem encarar ou não um fenómeno como uma ameaça, o que faz com que, perante um certo fenómeno, haja uma enorme variedade de conceções a seu respeito. Além deste carácter subjetivo, esta linha de pensamento assume que as ameaças são tendencialmente regionais, uma vez que elas se manifestam mais rapidamente a curtas distâncias.

Deste modo, este trabalho propõe-se a estudar, à luz da Escola de Copenhaga, a eficácia das políticas anti narcotráfico, no México, o que pressupõe igualmente a análise dos comportamentos dos seus vizinhos, mais concretamente dos EUA e da restante América Latina. O trabalho pretende concluir que o narcotráfico é uma ameaça construída, com significados distintos para os Estados intervenientes e que, por isso, não só não se obtém um consenso político, quanto à melhor forma de o combater, como também se exige cooperação e entendimento mútuos para atingir esse objetivo.

Abstract

Drug trafficking emerged, as an illegal activity, in the early 20th century. It was first criminalized by the United States of America and then by the international community through the 1912 International Opium Convention. In the 21st century drug trafficking became a global activity able to weaken states, strengthen criminals who make massive profits daily, creating an international security problem. Faced with these challenges, states have been divided on the best way to face this threat, adopting different anti-drug trafficking policies. The case of Mexico becomes a case study in this context, given its traditional history of violence and activity linked to drugs. How can one understand the anti-drug trafficking policies that have been applied in this country over a century, and how can we evaluate their effectiveness?

To answer the previous question, it is necessary to understand that the subject of International Relations, the scientific area on which this work focuses, has been developed, to a large extent, through the creation of different explanatory theories of reality, one of which is the Copenhagen School. Generically, this constructivist theory states that, because nothing is external to human interpretation, political actors are the ones who decide to consider a phenomenon as a threat or not. This means that, when faced with a certain issue, there is a huge variety of conceptions about it. In addition to being subjective, this line of thought assumes that threats tend to have a significant regional impact, since they manifest more quickly over short distances.

In the light of the Copenhagen School, this study aims at evaluating the effectiveness of anti-drug trafficking policies in Mexico. This also presupposes the analysis of the behavior of its neighbors, the USA and the rest of Latin America. The main output of this study is that drug trafficking is a constructed threat, with different meanings for the intervening states. Thus, as a political consensus on the best way to combat drug trafficking cannot be reached, cooperation and mutual understanding are required to achieve this goal.

Siglas e Acrónimos

AMLO – Andrés Manuel López Obrador

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

ATF - Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives

AUC – Autodefensas Unidas de Colombia

BACRIM – Bandas Criminales

CAN – Comunidade Andina

CIA – Central Intelligence Agency

CIO – Convenção Internacional do Ópio

DEA – Drug Enforcement Administration

DFS – Dirección Federal de Seguridad

EC – Escola de Copenhaga

EUA – Estados Unidos da América

EZLN – Ejército Zapatista de Liberación Nacional

FA – Forças Armadas

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FDN – Frente Democrático Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAFE – Grupo Aeromóvil de Fuerzas Especiales

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – North American Free Trade Agreement

NRA – National Rifle Association

ONU – Organização das Nações Unidas

PAN – Partido Acción Nacional

PCC – Partido Comunista Colombiano

PJF – Policia Judicial Federal

PNR – Partido Nacional Revolucionario

PRD – Partido de la Revolución Democrática

PRI – Partido Revolucionario Institucional

PRM - Partido de la Revolución Mexicana

RI – Relações Internacionais

SEDENA – Secretaría de Defensa Nacional

SEMAR – Secretaría de Marina

UE – União Europeia

UNAM – Universidade Nacional Autónoma do México

UP – Unión Patriótica

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

I – Introdução	17
II – Metodologia.....	31
III – Origens do Narcotráfico no México.....	49
IV – A Orgânica do Narcotráfico no México.....	87
I – O Narcotráfico como Negócio	90
II – As Armas.....	93
III – O Narcotráfico na Fronteira.....	115
IV – Los Zetas e a Corrida às Armas.....	120
V – A Estratégia <i>Kingpin</i> e as Estruturas Criminais	121
VI – A Geonarcótica.....	126
VII – O Dinheiro	131
VIII – A Narcocultura.....	134
IX – O Narcotráfico no México e os Movimentos Guerrilheiros.....	135
i) Enquadramento Ideológico das FARC.....	137
ii) A Trajetória das FARC	145
iii) O Narcotráfico Mexicano e a Guerrilha das FARC.....	160
X – Os Cartéis Mexicanos.....	173
V – A Resposta do Estado Mexicano	177
VI – A Aplicação da Escola de Copenhaga.....	187
VII – Considerações Finais	215
VIII – Bibliografia	225

Lista de Figuras

<i>Figura 1</i> - Primeiro Mapa Político do México Independente	50
<i>Figura 2</i> – Atual Mapa Político do Estados Unidos Mexicanos.....	51
<i>Figura 3</i> - Presidente mexicano Gustavo Díaz Ordaz e estadunidense Richard Nixon, a 8 de Setembro de 1969, dias antes do lançamento da Operação Interceção.....	66
<i>Figura 4</i> – Número de empresas públicas no México, entre 1930 e 1994	76
<i>Figura 5</i> – Histórico da distribuição percentual dos resultados eleitorais à Câmara dos Deputados dos principais partidos, entre 1979 e 1988.....	78
<i>Figura 6</i> – Valores acrescentados de cada fase da produção e tráfico de cocaína para os EUA.92	
<i>Figura 7</i> – Número de mortes de estadunidenses por terrorismo e por uso de armas de fogo.96	
<i>Figura 8</i> – Mapa do Fluxo Ilegal de Armas nos Estados Unidos da América.....	107
<i>Figura 9</i> – Estrutura em Rede Centralizada/Descentralizada/Distribuída.....	124
<i>Figura 10</i> – Estruturas conectadas por um agente	125
<i>Figura 11</i> – Heartland.....	127
<i>Figura 12</i> – Rimland	128
<i>Figura 13</i> – Periphery	129
<i>Figura 14</i> – Etapas de Guerra para a captura do Estado pelas FARC.....	151
<i>Figura 15</i> – Evolução do nº de Frentes Guerrilheiras (1964-1996).....	153
<i>Figura 16</i> – Evolução do nº Ações Armadas das FARC (1997-2014)	158
<i>Figura 17</i> – Quadro comparativo entre o Narcotráfico e as Guerrilhas	169
<i>Figura 18</i> – Distribuição Geográfica dos Cartéis Mexicanos em 2012.....	173
<i>Figura 19</i> – Evolução do número de homicídios no México, entre 1997 e 2016.....	182

I - Introdução

Num mundo cada vez mais globalizado, onde bens, serviços, pessoas e capitais fluem praticamente sem fronteiras, emerge, em simultâneo, um outro lado, bem mais negativo. O tráfico de seres humanos, de drogas ou de armas, a sobre-exploração de recursos e as alterações climáticas são apenas alguns dos fenómenos que colocam sérios desafios às sociedades atuais. A sua complexidade e abrangência geográfica dificultam ainda mais, não só o seu entendimento, mas também a sua própria resolução ou combate.¹ Assim, o poder político é confrontado muitas vezes com várias possibilidades de encarar um problema que, por vezes, é mais complexo do que aparenta. A ação política pode, portanto, ver-se comprometida, não só pelo âmbito de aplicação, mas também por quem a desenha e executa.

A América Latina, neste sentido, torna-se uma região particularmente interessante, uma vez que a violência associada ao crime organizado, a movimentos político-militares armados e ao tráfico de drogas e de armas criam um mosaico de fenómenos, muitas vezes relacionados entre si, extremamente difíceis de entender e, por conseguinte, de combater.²

O México, uma das maiores economias do mundo, é um dos países desta região que mais tem sofrido com este tipo de fenómenos que vão da recente crise dos migrantes da América Central em direção aos Estados Unidos da América (EUA) ao tradicional e perigoso poder do crime organizado instalado no país. Este último fenómeno, o do crime organizado, por ser mais antigo, levanta algumas questões bastante pertinentes, do ponto de vista investigativo. Tendo em conta que as primeiras políticas proibicionistas da comercialização de drogas no México foram implementadas há cerca de cem anos, que resultados se podem observar atualmente?³ Uma vez que o tráfico de drogas no México é, em grande medida, alimentado pelo maior mercado consumidor do mundo de drogas, os Estados Unidos da América, de que forma este facto contribui para uma maior ou menor eficácia no seu combate? Que ações políticas, individuais e

¹ V. Miguel (2009:112-122)

² Sugere-se a seguinte leitura que remete para as semelhanças e diferenças existentes entre o fenómeno do narcotráfico no México e alguns movimentos político-militares na Colômbia, expondo as dificuldades que o poder político tem no seu combate: Lopes (2017)

³ V. Boulosa & Wallace (2016:6 e ss.)

bilaterais, entre os dois países anteriormente referidos, foram tomadas no sentido de combater o narcotráfico no México? De que forma contribui a enorme fronteira entre os dois países para ser ou não um fator que favorece o narcotráfico? De uma forma um pouco redutora, mas não menos objetiva, porque é que existe uma discrepância temporal tão grande entre as primeiras leis afetas ao tráfico de drogas, tanto no México como nos EUA, e os seus respetivos discursos que declaram essa mesma “guerra às drogas”?

Seria possível, sem qualquer sombra de dúvida, continuar a elencar outras perguntas no que diz respeito a este complexo fenómeno, com maior ou menor profundidade. No entanto, aquela que, de um ponto de vista pessoal, realmente se destaca pela sua relevância científica e, já agora, interesse pessoal, é: *terão as políticas anti narcotráfico do último século conseguido combater o fenómeno no México?* Em primeiro lugar, esta parece ser uma pergunta agregadora, no sentido em que, para se conseguir obter uma resposta academicamente coerente, muitas outras terão de ser respondidas antes, algumas das quais já foram anteriormente referidas. Ainda assim, apesar desta característica, é uma pergunta objetiva e bem delimitada, como se comprovará adiante. Em segundo lugar, é uma questão que se revela útil do ponto de vista do estudo de um fenómeno que existe há bastante tempo e que, por conseguinte, poderá, tanto quanto possível, realçar ou, pelo menos, dar algumas pistas para uma resolução futura, lançando um olhar atual sobre um problema antigo. Note-se que, como em qualquer investigação científica, em particular nesta área, esta não pretende identificar-se como “a verdade”, mas sim como um pequeno contributo para a construção dessa verdade, avivando o espírito crítico para problemas tão sérios e, sobretudo, atuais, que ocorrem relativamente longe da nossa realidade. Em terceiro lugar, é uma questão que consegue circunscrever o seu âmbito de aplicação. Enquanto fenómeno, o narcotráfico é difícil de se delimitar no espaço, pois tem um carácter transfronteiriço. Contudo, a expressão “combater o fenómeno no México” remete imediatamente para o país de análise, para o recetor das políticas anti narcotráfico. Além disso, a forma como a questão está colocada, deixa antever outro detalhe extremamente importante: analisar o sucesso do combate ao narcotráfico no México não é, de forma alguma, analisar apenas políticas anti narcotráfico conduzidas pelo Estado mexicano, abrindo-se, nessa medida, a possibilidade de serem

encontradas outras políticas da mesma natureza, nomeadamente dos Estados Unidos da América, que possam ter relevância para a evolução do fenómeno no país vizinho. Cabe destacar que as políticas anti narcotráfico serão entendidas como ações do Estado, seja ele mexicano ou não, para combater, por vezes com carácter preventivo, o fenómeno no país. Se o narcotráfico existe enquanto atividade ilícita, as medidas serão sempre de combate, em especial, se o país em análise não for de consumo, como é o caso do México. Quanto ao carácter preventivo, por exemplo, uma campanha de sensibilização para o consumo de drogas pode ser uma política anti narcotráfico, pois não só combate indiretamente o narcotráfico, como também tem um lado preventivo inerente.

Além disso, esta questão, embora não aparente, é bastante clara em relação ao período de análise. Apesar de, na região em questão, as drogas sempre terem circulado, com períodos, fluxos e intervenientes distintos, foi apenas no início do século XX que se deu, por parte do governo mexicano e estadunidense, a proibição legal do transporte e comércio de drogas, criando assim o narcotráfico, enquanto atividade ilícita.⁴ Deste modo, este trabalho de investigação contemplará, a título de enquadramento, o período colonial, mas será a partir do início do século XX, mais concretamente desde 1914, altura em que os Estados Unidos proibiram a produção e distribuição de opiáceos e produtos derivados da folha de coca, através do Harrison Act, que se fará o estudo mais exaustivo.⁵ Este estudo irá decorrer, não até 2014, mas sim 2012, não perfazendo exatamente um século, com base no seguinte: aquele ano coincide com o segundo ano do mandato do então presidente Enrique Peña Nieto. Por uma questão metodológica, optou-se por analisar mandatos concluídos, em que as políticas anti narcotráfico são mais claras e as suas consequências mais visíveis. Assim, este estudo culmina no ano de 2012, com o término do sexénio de Felipe Calderón, enquanto presidente do México.

Na procura de uma resposta à questão central, pretende-se responder, até por uma questão de coerência e metodologia, a algumas perguntas que dela advêm, tal como foi sublinhado anteriormente, ao referir-se a qualidade “agregadora” da questão central. Naturalmente, as interrogações que se seguem

⁴ Cf. Astorga (1999) em Vargas (2011:153)

⁵ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:30)

são apenas um roteiro aberto, sujeito a alterações, desenhado, não inocentemente, dada a familiaridade com o tema, e que, por isso, poderão eventualmente ajudar na resposta à pergunta final. As questões derivadas que se apresentam estão divididas de acordo com um princípio básico: o México é essencialmente um país de trânsito de drogas, onde a maior parte vem da América do Sul em direção aos Estados Unidos. Assim, surgem questões sobre o México (1 a 3), o próprio crime organizado que trafica essas drogas (4 e 5), os Estados Unidos (6 e 7) e os países exportadores de drogas da América do Sul (8 e 9):

1 – Como era a relação do México com as drogas antes da proibição da sua produção e venda, decretadas no início do século XX? Já existia alguma propensão para que o México se tornasse um país de trânsito de drogas?

2 – Dado que o Partido Revolucionario Institucional (PRI) foi o partido que governou o México durante quase todo o século XX, coincidindo com o período em que nasce o narcotráfico enquanto atividade ilícita, houve alguma relação entre esta atividade e o poder político? Se sim, de que tipo?

3 – Que políticas foram tomadas no México, no período em análise, no sentido de combater o tráfico de drogas? Qual o seu âmbito e objetivos? Quais foram as suas consequências?

4 – Por serem organismos dinâmicos, como têm reagido as organizações de tráfico de drogas às políticas contra elas dirigidas? Como funcionam? O que as motiva e o que lhes dá poder?

5 – O que torna os cartéis mexicanos tão resilientes para sobreviverem ao longo de várias décadas?

6 – Sendo os Estados Unidos o principal recetor de drogas provenientes do México, existirá alguma influência política negativa, além do consumo, deste país sobre o México?

7 – Há alguma política interna dos Estados Unidos que produza efeitos negativos no país vizinho? Talvez a política interna sobre armas?

8 – Tendo sido a Colômbia o berço do famoso cartel de Medellín, encabeçado por Pablo Escobar, terá tido a sua morte e o conseqüente desmoronamento da sua organização algum impacto nas organizações de narcotráfico mexicanas?

9 – Que impacto têm as políticas dos principais países sul-americanos produtores de cocaína, uma das principais substâncias traficadas no México, sobre o narcotráfico neste país?

Neste momento, após terem sido realçadas algumas características formais da questão central que conduzirá esta investigação, importa destacar também o seu conteúdo. Se este é um trabalho sobre um tema atual e em constante evolução, não será difícil encontrar bastante literatura relacionada com o tema, sobretudo a nível internacional. Contudo, existe pouca ou nenhuma literatura nacional que diga respeito ao funcionamento ou história dos cartéis mexicanos, cingindo a pesquisa a autores estrangeiros. Dito de outra forma, não é possível apresentar uma resposta à questão colocada, com base em autores nacionais.

Por outro lado, de uma forma geral, existe uma vasta bibliografia estrangeira sobre o tema, nomeadamente em inglês e espanhol. Os autores, de diversas origens e percursos académicos, apresentam variados prismas de análise do fenómeno ou de fenómenos relacionados, pelo que se tentarão enumerar alguns, não só para se ter uma ideia do que já foi investigado, mas também para apresentar o tipo de bibliografia que será utilizado durante a investigação. Além disso, é igualmente importante destacar o panorama científico internacional, por forma a melhor compreender de que modo este trabalho pode efetivamente ser de alguma utilidade e não uma mera repetição de algo já existente.

Algumas obras giram em torno da crise social e das nefastas conseqüências que o narcotráfico tem sobre o México, quer pelo desaparecimento forçado de pessoas, com especial ênfase em jornalistas mexicanos⁶, quer pelas oportunidades que este fenómeno traz consigo, em

⁶ V. Cacho, et al. (2016)

termos de políticas públicas na área da educação, por exemplo.⁷ Ainda no domínio social e cultural, é de realçar algumas obras que remetem para a cultura mexicana e a forma como tem sido moldada ao longo do tempo pela política, pela economia ou pelas artes.⁸ Numa nota pessoal, estudar qualquer fenómeno implica conhecer, tanto quanto possível, a cultura onde ele ocorre ou predomina, porque, mesmo não fornecendo pistas diretas para a sua resolução, é possível obterem-se importantes elementos que podem contribuir para ela.

Existem também autores que abordam o narcotráfico a nível global⁹, enquanto outros, por vezes em conjunto, assumem uma postura mais regional e comparativa.¹⁰ Alguns apenas descrevem a história política do México¹¹, ao passo que outros se focam na história do narcotráfico no México, apresentando dados estatísticos relevantes.¹²

Dentro da literatura revista, foi também dada a prioridade a obras e autores atuais que abordam aspetos bem mais específicos que permitem estudar a fundo, sob diferentes perspetivas, o narcotráfico na região, de entre os quais autores que estudam a orgânica e o *modus operandi* dos cartéis mexicanos¹³ ou apenas se focam no estudo da estrutura interna de um deles¹⁴. Por outro lado, há, dentro do mesmo grau de detalhe, obras que apenas se focam no estudo da eficiência das políticas de segurança do México.¹⁵

A bibliografia apresentada é, naturalmente, um ponto de partida para responder à questão central anteriormente apresentada, ponto esse que tenta apresentar-se como consistente e diverso, na medida em que os autores são, na sua maioria, estadunidenses, mexicanos, colombianos, espanhóis e ingleses, com percursos profissionais altamente diversificados e narrativas distintas. Entre os autores apresentados, contam-se testemunhos de jornalistas que estiveram no terreno, transcrições de discursos de militares que combateram o fenómeno, transcrições de discursos políticos sobre segurança, quer por parte

⁷ V. O (2018)

⁸ V. Castañeda (2012) ou Joseph & Henderson (2002)

⁹ V. Buxton (2006) ou Kan (2016)

¹⁰ V. Vargas (2011), Langton (2012), Garay & Salcedo-Albarán (2012) ou González (2014)

¹¹ V. Hernández (2002)

¹² V. Watt & Zepeda (2012)

¹³ V. Jones (2016) ou Kan (2012)

¹⁴ V. Grayson & Logan (2015)

¹⁵ V. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012)

dos Estados Unidos da América, quer pelo México. Cabe destacar que a maior parte deste material será analisado em articulação com artigos científicos e obras académicas da área, tentando sempre que sejam o mais atuais possível.

Perante a variada, embora resumida, literatura apresentada, torna-se agora claro o enquadramento científico desta investigação. No entanto, a sua pertinência e o seu carácter distintivo só serão entendidos após serem exploradas as possíveis respostas à questão central, condutora da investigação. Sendo uma pergunta de carácter binário, as políticas anti narcotráfico aplicadas no México poderão ter ou não ter tido os resultados desejados. Poderia ser considerada, em última análise, a possibilidade de não se chegar a nenhuma conclusão ou até a de as políticas anti narcotráfico terem tido efeito, ainda que parcialmente. Em articulação com a literatura revista, a larga maioria dos autores concorda, como se verá ao longo deste trabalho, que as políticas anti narcotráfico, conduzidas pelo México, tiveram resultados devastadores, apresentando, entre outros, fatores como o crescimento da violência no país, o número de mortes de mexicanos ou as quantidades de droga apreendidas. Assim, num cenário onde é difícil encontrar um autor que responda que as políticas anti narcotráfico, do último século, no México, surtiram efeito, a presente investigação pende, desde já, para uma resposta similar, isto é, em concordância com a maioria dos académicos e escritores da área. Contudo, apesar de a questão apresentada não ser, aparentemente, original, a forma como será trabalhada sim, pois, até agora, a Escola de Copenhaga (EC), instrumento metodológico que se pretende que seja aplicado a este trabalho, praticamente nunca foi usado neste contexto. Por outras palavras, esta investigação procurará respaldar, em termos de resultados, que, de facto, as políticas anti narcotráfico aplicadas no México não surtiram efeito, indo em linha de conta com a opinião da esmagadora maioria dos estudiosos na área. No entanto, as razões que suportam essa resposta serão dadas através de uma escola de pensamento construtivista, a já mencionada EC, cujos principais rostos são Barry Buzan, Jaap de Wilde e Ole Wæver.¹⁶

Neste momento, importa, por um lado, justificar a utilização da EC, enquanto método de análise, embora de forma sumária, visto esta ser apenas uma parte introdutória, e, por outro lado, mencionar alguma literatura existente

¹⁶ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998) e Buzan & Wæver (2003)

sobre o narcotráfico no México e a sua articulação com a EC, de modo a enquadrar ainda melhor este trabalho.

A escolha da EC não foi, de forma alguma, aleatória, pois prende-se, desde já, com a natureza igualmente construtivista do fenómeno que se está a analisar. Até há pouco mais de cem anos, o ópio era uma substância amplamente comercializada entre os Estados Unidos da América e o México, mas a sua proibição, por parte dos EUA, fez com que o comércio dessa substância fosse legal no México e um crime no outro. A figura do “narcotraficante” surge, deste modo, após o México ter proibido também essa substância, em 1920. Assim, o narcotráfico é claramente uma construção política e social.¹⁷ Além da sua natureza, o narcotráfico apresenta um carácter transnacional que, por sinal, coincide com um termo central desta escola de pensamento, o complexo regional de segurança. Para os seus principais intelectuais, um complexo regional de segurança é um grupo de unidades territoriais, por exemplo, países, que têm um conjunto complexo e intenso de relações entre si, de tal forma que acabam por se distanciar de outras unidades. Assim, um complexo regional de segurança, segundo esta teoria, para existir, exige os seguintes requisitos: a existência de dois ou mais Estados próximos geograficamente que interdependam a nível securitário de forma profunda e consistente no tempo.¹⁸ Ora, perante estas condições, o México e os Estados Unidos da América parecem encaixar-se facilmente, tal como se irá demonstrando ao longo deste trabalho. Os dois argumentos apresentados não justificam, por si só, a utilização desta escola, enquanto prisma de análise, mas deixam antever, desde já, uma aproximação natural entre objeto de estudo e método, uma vez que, por um lado, o narcotráfico nesta região é uma construção e, por outro, o fenómeno obedece a algumas das premissas que esta escola defende. Cabe, por isso, destacar que, ao longo da investigação, se irá justificando, de forma consistente, a escolha deste método de análise deste fenómeno em particular.

Assim, tal como já foi mencionado, importa voltar à literatura existente sobre o tema, desta vez, não sobre o narcotráfico no México, mas sim sobre este

¹⁷ Cf. Astorga (1999) em Vargas (2011:153)

¹⁸ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:14-15)

fenómeno em correlação com a dita EC. Existem, de facto, muito poucos trabalhos que liguem estas duas matérias, até mesmo a nível internacional. Por exemplo, existe um capítulo de um livro que aborda a política militarizada de Felipe Calderón, então presidente do México entre 2006 e 2012, e os seus efeitos políticos e sociais, do ponto de vista da escola construtivista de Copenhaga. Engloba, além do mais, as contribuições políticas do Canadá para a segurança na região.¹⁹ De igual modo, existe uma dissertação de mestrado que relaciona o problema do narcotráfico no México com a EC, comparando o bloco económico NAFTA (North American Free Trade Agreement), de 1994, ao já mencionado complexo de segurança regional.²⁰ Por fim, o trabalho mais completo, numa nota pessoal, incide novamente sobre a construção da “guerra às drogas” de Felipe Calderón, dedicando capítulos inteiros ao enquadramento teórico deste modelo de raciocínio, bem como às interações entre Estado, população civil e crime organizado. O período em análise desta dissertação de mestrado situa-se entre 2006 e 2016, remetendo novamente para o sexénio de Calderón. Em termos de resultados, esta investigação procurou mostrar o impacto dos cartéis de droga mexicanos na sociedade e as respostas desta, face ao fenómeno de crescente violência no país, bem como tentar demonstrar que a decisão de Calderón em militarizar o país, para desmantelar o crime organizado instalado no país, se prende com a sua tentativa de legitimação política, após ter ganho as eleições com uma vantagem mínima sobre o segundo candidato presidencial.²¹

Neste sentido, é importante realçar que estes trabalhos, apesar de não esgotarem a literatura existente, visto que o tema, por ser altamente dinâmico, pode ser trabalhado sob uma infinidade de perspetivas, denotam um especial (e óbvio) interesse em debater a militarização do México pelo ex-presidente Calderón, à luz da EC, inserindo, não só o Canadá como um importante ator regional, em matéria de segurança, mas também a NAFTA como um potencial complexo de segurança regional.

Assim, aquilo que difere a presente investigação das anteriores é, antes de mais, o período em análise, uma vez que se pretende estudar, como já foi

¹⁹ V. Bow & Santa-Cruz (2015:192 e ss.)

²⁰ V. Gomez (2011)

²¹ V. Pîrlea (2017)

mencionado, o narcotráfico no México desde a sua proibição, ao contrário dos demais trabalhos que se focam apenas num ou dois momentos relevantes. Numa nota pessoal, um dos momentos cruciais do narcotráfico neste país prende-se com a sua própria constituição como fenómeno ilícito, fazendo dele um marco incontornável aos olhos da EC. Além disso, estudar um período maior, com o devido destaque para determinados períodos históricos ou políticos mais relevantes para a investigação, permite perceber, de forma mais clara e consistente, o modo como o fenómeno se foi construindo, alinhando-se uma vez mais com os principais pilares desta escola de pensamento. Em resumo, o que se pretende demonstrar, com este trabalho, indo em linha de conta com a questão central já apresentada, é que, à semelhança da maioria dos autores ligados apenas ao estudo do narcotráfico no México, as políticas anti narcotráfico aplicadas não tiveram os efeitos desejados. O que distingue este trabalho residirá no porquê dessa falta de eficiência, que será dado pela EC: apesar de o narcotráfico ser um fenómeno transnacional, o seu entendimento pelos seus principais atores, México e Estados Unidos da América, não é, de todo, semelhante, coordenado ou alinhado. Repare-se que é justamente esta divergência de significados atribuídos pelos diferentes poderes políticos ao narcotráfico, que, não só responderá à questão central, mas também procurará tornar-se um ponto de partida para a sua resolução. Dito de outra forma, a presente investigação vai tentar demonstrar que esta divergência é uma causa central para a diminuição da eficácia das políticas anti narcotráfico no México, não esquecendo, por conseguinte, o seu objetivo primário. Por fim, a vantagem de usar esta escola de pensamento recai sobre o facto de permitir, de forma integrada e coerente, refletir sobre fenómenos tão complexos como o narcotráfico, a ponto de elaborar possíveis caminhos para a sua resolução ou, pelo menos, contenção. Isto não exclui, naturalmente, a possibilidade de outras teorias permitirem retirar as suas próprias conclusões acerca do fenómeno em questão, pelo que apenas se pretende dizer que a EC, ao ser abrangente, explica de que forma os diversos intervenientes, políticos, traficantes e sociedade civil de vários Estados vão moldando o fenómeno e sendo moldados por ele, ao longo do tempo.

Neste sentido, este trabalho organiza-se em vários capítulos que serão, de seguida, apresentados. O próximo capítulo (II), começa por apresentar algumas

especificidades da disciplina de Relações Internacionais, criando um leque alargado de teorias que tentam explicar a realidade mundial. Serão, por isso, no contexto da introdução do Construtivismo e, por consequência, da EC, mencionados o idealismo liberal e o Realismo, teoria incontornável da disciplina de Relações Internacionais. A EC será, pois, apresentada, dentro do espírito construtivista, debatendo os conceitos de segurança, processo de securitização, complexo de segurança regional, Estados forte e fraco e ainda os setores onde o processo de securitização pode ocorrer. Será defendida esta metodologia, com base no próprio carácter construtivista do fenómeno do narcotráfico e também no facto de a EC ser uma teoria que, não só inclui o papel premente do Estado na dinâmica internacional, como também abarca atores não estatais, por vezes, tão ou mais relevantes no estudo de problemas de segurança nacional e internacional.

De seguida, o terceiro capítulo (III) será dedicado à contextualização do fenómeno do narcotráfico no México, começando por abordar o papel das drogas nas culturas indígenas do Novo Mundo e de como a visão sobre o consumo de drogas se foi alterando. Será feito um estudo mais exaustivo a partir da independência do México, enquanto Estado soberano, e da posterior guerra com os Estados Unidos da América que levou à perda de território para o recente país. Seguir-se-á o percurso histórico-político, desde a era do ditador Porfirio Díaz, passando pela Revolução Mexicana de 1910, até à constituição de um enorme partido político, o PRI. Posteriormente, será estudado o momento da proibição da venda, produção e consumo de drogas, preconizado pelos EUA e apoiado pelo México e a evolução das interações entre os dois Estados a respeito do fenómeno do narcotráfico. Serão evidenciados momentos políticos relevantes que servirão de base para a aplicação da EC. Note-se que, pontualmente, poderão surgir algumas opiniões de cariz pessoal, devidamente assinaladas. Este capítulo ainda contará com algumas notas sobre a evolução do fenómeno na Colômbia, explicitando a sua relação com o problema no México, bem como descreverá o processo de rutura do PRI e consequente democratização, no final do século XX. Por fim, lançar-se-ão algumas ideias por detrás dessa democratização e de como isso impactou no aumento da violência associada ao crime organizado, levando, em 2006, à vitória presidencial de Felipe Calderón. Decorrente do capítulo anterior e dadas as dificuldades em explicar, não só o

conturbado mandato deste presidente, como também as circunstâncias específicas da sua eleição, optou-se por analisar o mandato de Calderón mais tarde, tendo definido como prioritária e necessária a compreensão do fenómeno do narcotráfico, não a partir da perspectiva política, mas da sua própria dinâmica interna. Nesse sentido, o capítulo quatro (IV) remete para o funcionamento, lógica e organização do narcotráfico no México. Serão abordadas questões relacionadas com a sua perigosidade, dada a sua natureza ilícita, contrastando com outros conflitos de natureza distinta, mas com comportamentos semelhantes, como os movimentos guerrilheiros latino-americanos. Em relação a esta parte, será feita uma análise mais exaustiva, para que os objetivos pretendidos sejam alcançados com maior eficácia, ou seja, dar-se-á mais destaque a esta comparação de conflitos, para que os resultados sejam mais consistentes. Será dado particular destaque à importância das armas para os cartéis mexicanos, enquadrando os Estados Unidos da América como os seus principais fornecedores. Note-se também que, para este efeito, serão estudadas algumas idiosincrasias da política interna estadunidense, em matéria de armas, e de como isso afeta o seu país, além do México. Ademais, o estudo das estruturas, do envolvimento noutras atividades ilícitas complementares ao narcotráfico e da localização dos cartéis mexicanos fornecerão uma imagem mais clara e completa sobre a ameaça em estudo. Para concluir este capítulo, ainda se debaterá o papel fundamental do dinheiro e da corrupção que, além de protegerem as organizações criminosas, debilitam a força do Estado. É de sublinhar que este capítulo, em específico, pelo seu carácter mais compartimentado, no que diz respeito às temáticas estudadas, terá uma abordagem segmentada, isto é, dividida em dez pequenos subcapítulos, os quais se enunciam de seguida pela respetiva ordem de apresentação: o narcotráfico como negócio, as armas, o narcotráfico na fronteira, Los Zetas e a corrida às armas, a estratégia *kingpin* e as estruturas criminais, geonarcótica, o dinheiro, a narcocultura, o narcotráfico e os movimentos guerrilheiros (dividido em três subcapítulos: enquadramento ideológico das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), trajetória das FARC e o narcotráfico mexicano e a guerrilha das FARC) e, finalmente, os cartéis mexicanos.

No capítulo seguinte (V), far-se-á a conexão com o terceiro, explicitando as circunstâncias algo polémicas da eleição presidencial de Felipe Calderón, em

2006. Este capítulo incidirá sobre as políticas anti narcotráfico, durante o sexénio deste presidente, sendo analisadas as suas intenções e as suas consequências. Do mesmo modo, será estudada, mais em detalhe, a Iniciativa Mérida, um inédito plano bilateral entre o México e os EUA, que teve como objetivo ajudar o México a combater os cartéis instalados no seu país. Por fim, serão abordados alguns problemas endógenos do México que podem influenciar a eficácia das políticas anti narcotráfico, como por exemplo, a estrutura policial mexicana ou o sistema judicial.

No penúltimo capítulo (VI), após a apresentação da EC e do caso de estudo, serão elaboradas algumas conclusões, decorrentes da aplicação deste método construtivista ao fenómeno do narcotráfico no México. Assim, o capítulo começa por recordar várias características da EC, nomeadamente o seu carácter construtivista, a formação de complexos regionais de segurança e as ideias de Estado forte e fraco. Posteriormente, esses elementos serão aplicados ao fenómeno, sendo tecidas várias considerações sobre os resultados obtidos.

Finalmente, o último capítulo (VII) surge como complemento à investigação, onde serão enunciadas algumas ideias pessoais a respeito da melhor forma de combater o fenómeno, à luz dos resultados obtidos durante a investigação.

Agora que foram descritos, com algum detalhe, os principais conteúdos dos capítulos desta investigação e de como eles se articularão entre si, é possível iniciar a investigação propriamente dita que começará por se focar na metodologia utilizada, isto é, na EC.

II – Metodologia

Com a objetivo de responder à questão central deste trabalho de investigação, torna-se incontornável, desde logo, explanar a forma como ela será respondida, isto é, abordar a metodologia a seguir. Deste modo, é importante debater primeiro as idiossincrasias do estudo das Relações Internacionais, enquanto disciplina e, posteriormente, fazer o enquadramento histórico e teórico da EC, pois o contexto do seu aparecimento remete para inúmeras características desta linha de pensamento. Serão abordados os seus elementos fundamentais, destacando alguns detalhes considerados relevantes para a investigação, como os complexos regionais de segurança e os cinco setores onde, na ótica desta teoria, as questões de segurança podem surgir.

A disciplina de Relações Internacionais (RI), ao contrário de outras áreas do conhecimento, não possui um objeto de estudo bem definido, pois a realidade do mundo é demasiado grande para ser estudada na sua totalidade.²² Aliás, é a complexidade da realidade que torna as ciências sociais interdependentes, na medida em que cada uma adota um determinado prisma de análise. Assim, para as Relações Internacionais, seria possível estudar, nas palavras de Rigueira:

...relações entre estados, entre nações ou povos, entre as culturas, ou entre instituições internacionais como a União Europeia (UE) ou as Nações Unidas. Podemos desejar incluir igualmente empresas e organizações humanitárias nesta lista como outros elementos que estão envolvidos em interações globais.²³

Neste sentido, estudar as relações internacionais implica, de certa forma, escolher, não só uma parte da realidade que se quer estudar, mas também o ponto de vista que se quer utilizar.²⁴ É também este facto que faz com que não exista apenas “uma teoria das relações internacionais, mas teorias das relações internacionais.” Estas teorias tentam ser modelos explicativos válidos da realidade internacional.²⁵ Note-se que estes modelos de conceção da realidade tendem a aparecer a par com a História. Tal como diz Tanno, o intervalo entre

²² Cf. Brown & Ainley (2012:18 e 19)

²³ Cf. Rigueira (2012:28)

²⁴ Cf. Brown & Ainley (2012:18 e 19)

²⁵ Cf. Mendes & Coutinho (2014:506)

as duas guerras mundiais foi o pano de fundo até para a criação da própria disciplina de Relações Internacionais, dada a necessidade de compreender os eventos relevantes da época.²⁶ Assim, no âmbito desta investigação, torna-se importante fazer uma breve resenha de algumas das diferentes teorias das Relações Internacionais, como forma de enquadrar a EC, as suas principais premissas e, neste caso, estabelecer as principais diferenças face às demais teorias.

Precisamente no período entre as duas guerras mundiais, Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos da América (1913-1921), converteu-se num dos grandes defensores do idealismo liberal, no sentido em que afirmava que o grande conflito bélico se tinha devido, essencialmente, ao “fracasso da diplomacia e, em particular, [à] lentidão das grandes potências na mobilização para uma conferência internacional sobre os problemas...”.²⁷ Face aos enormes prejuízos económicos e sociais provocados pela imprevisível guerra, a ideia de os países cooperarem entre si, abolindo restrições ao comércio, sempre orientados pela uso da razão, começou a ganhar terreno, nomeadamente através dos catorze princípios de Wilson, apresentados num discurso em 1918.²⁸ Note-se que o último destes princípios se traduzia no desejo do então presidente em criar uma nova ordem mundial regida através de instituições internacionais intergovernamentais, por forma a assegurar finalmente uma manutenção eficiente da paz global, protegendo a integridade territorial dos Estados. A criação da Sociedade das Nações acabou por materializar esta vontade política.²⁹

Assim, porque a teorização em Relações Internacionais acompanha a realidade, a Segunda Guerra Mundial e o fracasso da Sociedade das Nações conduziram à criação da teoria realista que acabou por se impor como dominante.³⁰ Cabe destacar o papel fundamental de Hans Morgenthau como arquiteto desta teoria.³¹ Em traços gerais, o Realismo é uma corrente de pensamento que traduz as interações entre Estados, os atores principais das RI, em lutas permanentes pelo poder e pela sobrevivência. Estas inclinações

²⁶ Cf. Tanno (2003:47)

²⁷ Cf. Brown & Ainley (2012:47)

²⁸ Cf. Mendes & Coutinho (2014:253-255)

²⁹ Cf. Brown & Ainley (2012:47 e 48)

³⁰ Idem, *Ibidem*, p.56 e ss.

³¹ V. Morgenthau (1948)

naturais dos Estados fazem, por isso, com que a política internacional seja anárquica, havendo sempre a possibilidade de existirem guerras ou invasões. Daqui também se deduz que este ambiente de constante tensão alimenta um certo pessimismo no que diz respeito às hipóteses de os Estados cooperarem entre si.³² Apesar desta redução das relações internacionais às interações entre Estados soberanos, poder-se-ia, ainda assim, olhar para a Organização das Nações Unidas (ONU), que substituiu a Sociedade das Nações, como uma “herança” do idealismo liberal do presidente Woodrow Wilson. Note-se, além disso, que o Estado não é o único ator, mas o principal, sendo “a instituição através da qual todas estas outras entidades funcionam”. Com base nisto, o Estado preocupa-se em defender o “interesse nacional” que, apesar de não ser facilmente definido, pode ser medido através da procura de poder, justamente porque o sistema internacional é anárquico.³³ É importante salientar que as principais características do Realismo, aqui enunciadas e preconizadas por Morgenthau, se enquadram num ambiente pós-Segunda Guerra Mundial.³⁴ É, por isso, compreensível que esta teoria se foque no papel do Estado, num contexto de pessimismo e anarquia internacionais.

Assim, durante praticamente todo o período da Guerra Fria, a teoria realista conseguiu manter-se como principal modelo explicativo da realidade. Contudo, diversos acontecimentos foram colocando a teoria à prova. Por exemplo, na crise dos mísseis em Cuba, no início dos anos 60, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estiveram à beira de um conflito nuclear, justamente por causa da necessidade do poder. Veja-se que foi a inação de ambas as superpotências que preservou a sua sobrevivência e conservou o seu poder. Do mesmo modo, a Guerra do Vietname mostrou que países com muito mais capacidades, como os EUA, nem sempre saíam vitoriosos e, por conseguinte, parecia que “a política do poder estava a perder importância neste período.”³⁵ Em simultâneo, começaram a emergir questões associadas à economia, ao desenvolvimento e à integração regional, fazendo com que a teoria realista deixasse de conseguir explicar a

³² Cf. Mendes P. E. (2019:96 e ss.) e Mendes & Coutinho (2014:506 e ss.)

³³ Cf. Brown & Ainley (2012:61 e ss.)

³⁴ Para aprofundar o tema, sugere-se a leitura de Morgenthau (1948)

³⁵ Cf. Brown & Ainley (2012:68 e 69)

realidade.³⁶ Ainda a respeito do amenizar da Guerra Fria, Brown e Ainley afirmam que “à medida que a possibilidade de [esta] se transformar numa ‘Guerra Quente’ foi diminuindo, a importância das relações sociais, e em particular económicas, foi aumentando. Em suma, a natureza das relações internacionais parecia estar a mudar rapidamente.”³⁷

Perante a crescente complexidade da realidade, novas teorias começaram a ser formuladas e, conseqüentemente, novas escolas emergiram, em particular, as construtivistas.³⁸ Num mundo cada vez mais globalizado, em parte, devido ao fim da Guerra Fria, “já não é possível assumir que as relações entre Estados são sempre as mais importantes: (...) as decisões e ações de atores não estatais podem afetar as nossas vidas tanto quanto, se não mais, as decisões e ações dos Estados.”³⁹ Assim, o Construtivismo, ao contrário do Realismo, defende que “não é possível explicar a existência de factos totalmente objetivos e exteriores às observações humanas. Isto significa que o mundo político não é uma realidade física e material independente da interpretação humana.” A realidade, por isso, é uma permanente construção social, onde ideias, crenças, culturas ou discursos fazem parte dela. ⁴⁰ A título de exemplo, a palavra “bebida” não é, em si, autoexplicativa, pois tanto pode significar um conteúdo líquido como um simples participio passado do verbo beber. O exemplo dado não é, de todo, descabido na medida em que a própria linguagem é uma construção social e alguns construtivistas, nas Relações Internacionais, valorizam precisamente o discurso, a construção linguística e as narrativas sociais, enquanto elementos que moldam e são moldados pela realidade, sendo constituintes dela.⁴¹

Num mundo socialmente construído, onde uma simples palavra como “bebida” não tem qualquer significado, se não lhe for atribuído pelo menos um, também a palavra “anarquia” não pode, para os construtivistas, existir por si só, isto é, “a anarquia é o que os Estados fazem dela”.⁴² O significado desta palavra, no contexto das Relações Internacionais, acaba por ser construído pelos

³⁶ Cf. Rigueira (2012:35)

³⁷ Cf. Brown & Ainley (2012:69 e 70)

³⁸ Cf. Rigueira (2012:35-39)

³⁹ Cf. Brown & Ainley (2012:70)

⁴⁰ Cf. Mendes P. E. (2019:110)

⁴¹ Cf. Behravesch (2011:3) e Mendes & Coutinho (2014:508)

⁴² Cf. Wendt (1992)

próprios Estados, sendo resultado “do [seu] entendimento intersubjetivo (...), e não apenas da sua pura objetividade material”.⁴³ No entanto, note-se que:

...o construtivismo não nega a possível atualização do mundo configurado pelos realistas, um mundo dividido em Estados que se representam mutuamente como rivais ou mesmo inimigos atuais ou potenciais. Não é, pois, negada a possibilidade de a estrutura das relações internacionais corresponder efetivamente a uma anarquia. O que se afirma é, antes, que essa realidade corresponde a uma possibilidade entre outras...⁴⁴

Muito mais se poderia dizer, não só a respeito do Construtivismo e das suas subcorrentes, mas também de outras linhas de pensamento tais como a Escola de Frankfurt, o Institucionalismo, a Escola Inglesa ou a Teoria da Dependência.⁴⁵ As teorias abordadas apenas serviram, de certo modo, para constatar o elevado grau de adaptação da disciplina de RI, ao longo dos tempos, bem como demonstrar a grande diversidade de formas de pensar o mundo.

No entanto, recorde-se que o objetivo deste capítulo, além de entender a diversidade de teorias, dada a natureza da disciplina de RI, é, sobretudo, enquadrar, no âmbito do Construtivismo, o aparecimento da EC⁴⁶, visto ser este o prisma de análise que será adotado para abordar o fenómeno do narcotráfico no México. Além disso, convém realçar que não serão abordados todos os aspetos da escola, mas aqueles que são ou, pelo menos, parecem ser os mais úteis para a investigação. Será, por isso, comparativamente a outras teorias, bem mais debatida e direcionada para este trabalho.

A EC nasceu em 1985, associada aos estudos para a paz. Ainda durante a Guerra Fria, num ambiente de grande tensão, começaram a surgir críticas ao sistema internacional. Grace Tanno afirma que os temas abordados nos trabalhos académicos desenvolvidos nesta época, nos Estados Unidos, eram, em boa medida, condicionados pelo financiamento governamental. A crítica reside no facto de os trabalhos financiados terem reforçado apenas as políticas vigentes, sugerindo, por isso, alguma parcialidade: “...grande parte da literatura

⁴³ Cf. Mendes P. E. (2019:110)

⁴⁴ Cf. Mendes & Coutinho (2014:507)

⁴⁵ V. Rigueira (2012:26,27 e 38) e Brown & Ainley (2012:278 e 279)

⁴⁶ Serão utilizadas as duas maiores obras de referência: Buzan, Wæver, & Wilde (1998) e Buzan & Wæver (2003)

da área enfatizava, portanto, apenas os aspetos estratégicos e militares”.⁴⁷ É justamente neste contexto que começaram a aparecer, no continente europeu, vários centros de investigação de estudos para a paz, um dos quais a EC, menos associados a lógicas nacionalistas e menos focados exclusivamente no aspeto militar da segurança.⁴⁸ Aliás, esta escola apresenta-se com o seguinte questionamento:

Traditional security complex theory has considerable power to explain and predict both the formation of durable regional patterns of security relations and the pattern of outside intervention in these regions. But could this same logic be extended into the newer sectors as the relative importance of military-political security declined after the end of the Cold War?⁴⁹

No seguimento desta interrogação, a EC criou, além dos setores político e militar, os tradicionais, o setor ambiental, económico e social, onde, para esta escola, também se podem estabelecer e desenvolver relações de segurança.⁵⁰ Por detrás desta sectorização, existe o argumento de que, ao ver os temas de segurança em perspetiva, se reduz a complexidade do objeto em questão e, portanto, se facilita a sua análise. Por outras palavras, “...method of sectors thus starts with disaggregation but must end with reassembly. The disaggregation is performed only to achieve simplification and clarity. To achieve understanding, it is necessary to reassemble the parts and see how they relate to each other...”.⁵¹ No entanto, só mais adiante, por uma questão de coerência, é que estes setores serão abordados mais detalhadamente.

Um dos pilares essenciais desta teoria, além da conceptualização de termos-chave como segurança e de como ela se manifesta nos diferentes setores, é a sua aplicabilidade, em termos práticos. A EC remete para a importância da região, enquanto espaço onde decorrem as interações mais significativas entre Estados, pela simples razão de que o final da Guerra Fria, ao remover as duas superpotências, permite que outros Estados, de diferentes maneiras, possam emergir como potenciais poderes, criando, por exemplo, blocos económicos.⁵²

⁴⁷ Cf. Tanno (2003:49)

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p.49 e 50

⁴⁹ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:vii e viii)

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p.4 e 5

⁵¹ Idem, *Ibidem*, p.8

⁵² Idem, *Ibidem*, p.9

Um aspeto igualmente interessante, destacado pelos principais académicos da EC, tem que ver com o facto de as principais ameaças, as políticas e militares, serem particularmente sentidas pelos Estados geograficamente próximos àquele que ameaça, deduzindo-se, por isso, que muitas vezes, a insegurança advém da proximidade. Assim, “most states fear their neighbours more than distant powers...”.⁵³ Existe, neste sentido, não só uma especial atenção às interações a nível regional, como, no caso de essas interações serem mais profundas e intensas, a possibilidade de se formarem complexos de segurança. Estes complexos, que se definem pelas interações intensas em matéria de segurança por parte dos Estados, a ponto de se tornarem interdependentes, são, na prática, construções teóricas que o analista impõe à realidade.⁵⁴ Esta interdependência securitária, entre Estados, traduz-se em “major security perceptions and concerns [that] are so interlinked that their national security problems cannot reasonably be analyzed or resolved apart from one another.”⁵⁵

Para a EC, a grande virtude de se estudar o nível regional prende-se com o facto de a maior parte da ação nele ocorrer, sem prejuízo de aceder facilmente ao nível nacional e também ao nível global. Se, por um lado, o foco no nacional dificultaria a análise de fenómenos mais complexos, incluindo os transnacionais, o foco no global dificultaria, por exemplo, a análise de comportamentos específicos dos Estados.⁵⁶

No que diz respeito aos complexos de segurança regionais, em particular à natureza da sua dinâmica interna, os autores mencionam um espectro que tem, como extremos, a amizade e a inimizade. Dito de outra forma, dois Estados que formem um complexo de segurança regional, isto é, que sejam interdependentes a nível de segurança, podem ter, como base, o medo, a rivalidade e a perceção mútua de ameaça. Ao centro do espectro, estes Estados, embora se tratem como potencial ameaça, tentam reforçar laços, por forma a reduzir o dilema de segurança entre eles. No extremo positivo do espectro, os dois Estados, como não se encaram mutuamente como ameaça, também não esperam fazer uso da força. É de referir que a integração regional, enquanto

⁵³ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:11)

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p.11 e 14

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p.12

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p.14 e 15

processo, pode alterar significativamente a dinâmica interna de um complexo. Por exemplo, num complexo de segurança regional, onde os seus Estados constituintes baseiam as suas relações no medo, se, porventura existir um acordo de comércio livre entre eles, isto é, um aprofundar da integração regional, é provável que a base dessas relações se mova no espectro.⁵⁷ Ainda sobre os complexos de segurança regionais, os autores alertam para a necessidade de analisar as unidades, ou seja, os Estados, que o compõem, nomeadamente o que as distingue, e averiguar como o poder se distribui dentro do complexo, sempre articulando as ditas relações de amizade ou inimizade. Deste modo, dependendo das respostas a estes quesitos, é possível obter quatro opções estruturais: i) a estrutura do complexo mantém-se intacta, conservando-se a sua distribuição de poder e o padrão de hostilidade; ii) derivada, por exemplo, da integração regional, a estrutura altera-se internamente, podendo haver uma mudança na distribuição de poder ou no padrão das relações amizade-inimizade; iii) a inclusão ou exclusão de Estados do complexo alterará muito mais substancialmente a organização do poder e as relações de hostilidade-amizade; iv) um Estado não pertencente ao complexo que intervenha diretamente nele pode afetar toda a estrutura do complexo (*overlay*). Note-se que, perante um *overlay*, os autores chamam a atenção para uma maior dificuldade em analisar com clareza e identificar o complexo de segurança.⁵⁸

Após terem sido abordadas as características de um complexo de segurança e a sua dinâmica interna, é importante recordar que a sua formação se baseia nas relações de interdependência, a nível de segurança. Estas relações securitárias podem ser diversas, pois podem materializar-se em diversos setores, como, de resto, já foi mencionado. Assim, quando estas relações são, na sua essência, associadas a um setor específico, como o militar, acabam por envolver atores típicos como o Estado, designando-se por complexo homogéneo. Um exemplo de um complexo homogéneo poderia traduzir-se na rivalidade entre dois Estados. No entanto, a lógica regional também pode assumir a existência de outros atores que não o Estado, associados a vários setores. Assim, a título de exemplo de um complexo heterogéneo:

⁵⁷ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:12)

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p.12-14

A, B, C and D could be nations, a state, and a supranational institution such as the EU, and the security dynamics of Europe can perhaps be understood as a constellation of security fears and interactions among nations, states, and the EU.⁵⁹

Os autores também argumentam que os Estados podem ser colocados num espectro, de acordo com a coesão sociopolítica entre a sociedade civil e as instituições governamentais. Por esta lógica, quanto maior for esta coesão, mais forte será o Estado e, pelo contrário, quanto menor a coesão, mais fraco ele será. No âmbito da formação de ameaças, esta questão é central, pois, para os autores, os Estados mais fortes, isto é, mais coesos, “...will tend to find most of their threats coming from outsider their borders.” Pelo contrário, Estados mais fracos “...are more likely to be forums in which a variety of substate actors compete for their own security, and/or to capture the state.”⁶⁰

A natureza das ameaças e da própria ideia de segurança acaba por ser subjetiva, isto é, o seu significado, por não existir por si só, tem de ser atribuído. Afirmar que determinado fenómeno é uma ameaça não implica que este efetivamente o seja, abrindo espaço para a possibilidade de, por exemplo, um Estado considerá-lo como tal e outro simplesmente ignorá-lo, daí se falar justamente na questão do “entendimento partilhado relativamente aos problemas [e] agendas...”.⁶¹ No entanto, a EC aborda o conceito de segurança de um ponto de vista ligeiramente distinto: mantendo a ideia de que o conceito é subjetivo, o seu significado emerge do seu uso, mais do que da sua própria definição. Deste modo, “‘Security’ is thus a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes a security issue – not necessarily because a real existential threat exists but because the issue is presented as such a threat.”⁶² À prática discursiva inerente ao próprio conceito de segurança, os autores designam-na de securitização. Este ato discursivo por parte do agente “securitizador”⁶³, que interpreta um determinado fenómeno como uma ameaça, acaba por ter, como pano de fundo, a política a ser a continuação da guerra por

⁵⁹ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:16 e 17)

⁶⁰ Cf. Buzan & Wæver (2003:22)

⁶¹ Cf. Mendes P. E. (2019:110)

⁶² Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:24)

⁶³ Apesar de este termo não constar dos dicionários portugueses, foi feita uma tradução literal do inglês “securitizer”, termo usado pelos autores, por exemplo em Buzan, Wæver, & Wilde (1998:34)

outros meios⁶⁴, o inverso da célebre frase de Clausewitz que afirmava que a “...guerra era a realização das relações políticas por outros meios.”⁶⁵ Note-se que, na ótica dos autores, o processo de securitização depende também, além do ator “securitizador”, da adesão da audiência à mensagem, ao discurso. Assim, “the speech-act approach says only that it is the actor who by securitizing an issue – and the audience by accepting the claim – makes it a security issue.”⁶⁶

Precisamente porque o conceito de segurança é subjetivo, emanando o seu significado da sua própria aplicação no domínio do discurso, os atores “securitizadores”, por exemplo governantes, lobistas, são quem interpretam se há ou não um objeto referente, ou seja, um objeto ameaçado (por exemplo, a soberania ou a economia nacional) que tem o direito legítimo a sobreviver. Nesta equação, existem ainda, não só os atores funcionais que são, essencialmente, agentes que influenciam a dinâmica de um determinado setor e que podem modificar completamente, em matéria de segurança, a dinâmica das decisões, mas também as denominadas “condições facilitadoras” que, apesar de serem externas ao processo de securitização, facilitam ou dificultam esse processo.⁶⁷ Existem algumas exceções, no âmbito da aplicação destes conceitos: por um lado, as máfias ou o crime organizado são mais propensos a serem vistos como ameaças e, por outro, o Estado é normalmente o objeto referente, isto é, o elemento ameaçado da equação.⁶⁸ É, no contexto de casos particulares, relevante mencionar a paranoia, como o ato de securitizar ameaças inexistentes e a complacência, como a não securitização de ameaças aparentes. Se é certo que as ameaças têm de ser percebidas como tal, estando por isso no campo do subjetivo, também é certo que entrar em guerra com um país com o qual a relação sempre foi amistosa ou ignorar um país vizinho cada vez mais militarmente armado é possível, mas não tão provável, reduzindo assim a subjetividade inerente ao processo de securitização.⁶⁹

Numa curta nota pessoal, é possível afirmar, nesta altura, que tudo depende de quem diz o quê e a quem, sobressaindo o caráter construtivista

⁶⁴ Cf. Guzzini (2015:5)

⁶⁵ Cf. Garcia (2010:106)

⁶⁶ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:34)

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p.33-36

⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p.36, 53 e 54

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p.57

desta teoria.⁷⁰ Agentes com uma posição de maior autoridade e visibilidade na sociedade serão mais facilmente os atores “securitizadores” (um ativista ambiental, por exemplo) e, em certos casos, como numa ditadura política, a situação pode ser totalmente invertida, na medida em que já não é o Estado o objeto referente, mas a sociedade que se pode sentir ameaçada pelo próprio Estado, aqui visto como ameaça.

Perante este enquadramento teórico que, como foi dito, apesar de não incluir todos os detalhes da Escola da Copenhaga, permite uma visão clara e bastante abrangente dos fundamentos desta teoria construtivista, serão agora abordadas algumas características dos setores e de como as dinâmicas de segurança se podem manifestar em cada um.

O setor militar é associado aos estudos de segurança tradicionais, já que é o setor que traduz a força geralmente usada pelo Estado. No entanto, a força militar, cada vez mais, pela evolução constante da realidade internacional, é utilizada para outros propósitos que não a guerra. Por exemplo, as missões internacionais de paz, onde, num esforço de cooperação, vários países juntam alguns elementos das suas Forças Armadas (FA), envolvem mais a esfera política ou económica do que propriamente a militar, *stricto sensu*. Contudo, o Estado ou as elites governantes são, usualmente, os atores “securitizadores”, uma vez que se apoiam em disposições legais para tal, conseguindo o monopólio do uso da força. Por outro lado, este facto é compreensível porque o próprio Estado pode assumir-se como objeto referente, se sentir a sua soberania ameaçada, por exemplo. O poder militar pode, por isso, contribuir para a manutenção das funções de um Estado, protegendo a sua soberania, tanto de agressões externas ou internas, como por exemplo, movimentos insurgentes revolucionários ou separatistas, ou mesmo de redes criminosas ou terroristas. Precisamente porque o Estado, uma unidade territorial coerente, se apoia no poder militar, é possível afirmar que o território joga um papel crucial neste setor. Por exemplo, um Estado insular pode proteger-se mais facilmente de outros Estados cujo poder militar se centre em tanques ou uma cadeia montanhosa, como os Pirenéus, que divide dois Estados pode dificultar ataques militares mútuos. Do mesmo modo, perante movimentos separatistas, o

⁷⁰ Cf. Tanno (2003:53 e 54)

território acaba por ser central no jogo da segurança e, nesse sentido, também o poder militar. Pessoalmente, note-se que, apesar de a agenda militar atuar normalmente em articulação com o governo de um Estado, podem ocorrer revoluções militares, quando, por exemplo, esse governo e as Forças Armadas discordam do conceito de interesse nacional, levando as últimas a agir.

Assim, no contexto do final da Guerra Fria, o setor militar sofreu, na opinião dos autores, bastantes alterações, na medida em que o foco das relações internacionais deixou de ser o político-militar, à escala global. Em substituição, o foco passou a ser regional e as interações, incluindo as militares, também. Nas palavras dos autores da EC, “a much weakened superpower presence leaves more room for local security dynamics to take their own shape and operate more on the basis of local resources, issues, and perceptions.”⁷¹

No que diz respeito ao segundo setor, o ambiental, não serão tecidas grandes considerações por duas razões: é um setor bastante mais simples, em comparação com os outros, e, mais importante, não é assim tão substantivo para esta investigação. Ainda assim, o setor ambiental abarca a proteção de espécies animais e vegetais, recursos naturais ou mesmo a raça humana. Os atores “securitizadores” poderão ser académicos ou cientistas, alguns dos quais igualmente envolvidos na área política. As maiores ameaças, neste setor, podem ser a poluição, decorrente de certas indústrias ou o transporte de matérias perigosas para o ambiente. Os vulcões em atividade ou zonas de potencial sísmico também poderão ser objeto de preocupações ao nível da segurança. Já do ponto de vista demográfico, a urbanização desenfreada e consequente destruição de ecossistemas, a pobreza e a fome que facilitam a propagação de epidemias, ou o consumismo que propicia o uso excessivo dos solos são, efetivamente assuntos que podem gerar preocupação por parte do ator “securitizador” e, por conseguinte, transformar-se em assuntos de segurança. Cabe destacar, por fim, uma ideia bastante interessante relacionada com este setor: quando se trata da proteção da Humanidade, assiste-se ao expoente máximo da interdependência securitária.⁷²

⁷¹ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:49-70)

⁷² Idem, *Ibidem*, p.71-93

No que concerne ao setor económico, os autores alertam para algumas dificuldades em analisar a segurança económica sem estar ancorada à política, na medida em que as ideologias políticas dos governos orientam, de certa maneira, este campo. Por exemplo, os mercantilistas colocam o Estado, enquanto garante da estabilidade e segurança, no centro das interações económicas, com o objetivo de o enriquecer, enquanto os liberais assumem que a segurança dos mercados reside na sua liberdade, sendo que o Estado apenas deve intervir em casos excepcionais, como falhas de mercado ou preservar essa mesma liberdade. Naturalmente que, no contexto da evolução da Guerra Fria, as ideologias político-económicas, atreladas ao confronto entre o capitalismo e o comunismo, faziam deste um setor altamente politizado e as ameaças ao setor económico estavam subordinadas à visão política vigente.⁷³ Assim, o final do conflito bipolar abriu novos espaços para a integração económica, para trocas comerciais mais complexas e para a ascensão de novos atores, como as multinacionais. Decorrente da globalização, as empresas também ficaram mais expostas à concorrência em maior escala e as recessões ou crises económicas graves puderam alastrar-se muito mais facilmente, ameaçando a capacidade do Estado em financiar-se nos mercados internacionais e ameaçando, em última análise, as populações. Assim, um plano de assistência financeira internacional pode, a título de exemplo, ameaçar de certa forma a soberania de um Estado, levantando importantes questões de segurança, ao nível económico. Por um lado, a cooperação económica entre Estados, através da criação de blocos regionais como a NAFTA, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ou a Comunidade Andina (CAN), têm servido como resposta à globalização, reforçando a ideia de que é ao nível regional que “a maior parte da ação ocorre.”⁷⁴ Por outro lado, tal como os autores mencionam, o lado mais obscuro da globalização pode criar verdadeiras ameaças à segurança do Estado, neste prisma de análise. A lavagem de dinheiro, o contrabando, os negócios das máfias e do crime organizado são, sem sombra de dúvida, ameaças à estabilidade financeira, política e social de um país ou até uma região, sendo por isso propulsores naturais de processos de securitização.⁷⁵

⁷³ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:95-97)

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p.14 e 15

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p.95-117

O quarto setor, o social, começa por ser contrastado com a ideia de Estado: “State is based on fixed territory and formal membership, whereas societal integration is a much more varied phenomenon – possibly occurring at both smaller and larger scales and sometimes even transcending the spatial dimension altogether.”⁷⁶ Assim, o Estado associa-se a aspetos de forma e uma nação, coincidente ou não com os limites físicos do Estado, a aspetos de conteúdo. Por exemplo, para o historiador José Mattoso, o Estado português nasceu da vontade política e não da vontade do povo. Os instrumentos que dariam forma à identidade nacional tiveram, de certo modo, de ser produzidos, como o escudo, a bandeira e até, ao nível cultural mais básico, a própria língua portuguesa, ao ser instituída, por D. Dinis, como língua oficial do reino.⁷⁷ O que se pretende com este exemplo é materializar o contraste feito pela EC entre Estado e nação, na medida em que a nação se traduz na identidade, no sentimento de pertença e a ideia do coletivo. Seguindo o exemplo do idioma, também os costumes, crenças e tradições fazem parte dos elementos centrais neste setor, remetendo, por isso, para as questões de segurança, em matéria de identidade coletiva. Embora o conceito de nação não seja consensual, uma vez que pode ter que ver com a lealdade ao Estado ou com diferentes grupos étnicos, é possível ter uma ideia lúcida do que este setor trata e de que forma as dinâmicas de segurança podem fluir neste domínio. A EC aborda três exemplos interessantes de como se podem gerar ameaças dentro deste setor. Em primeiro lugar, a questão da migração pode levantar problemas: se o país A começar a receber imigrantes em massa do país B, os cidadãos de A podem temer a perda da sua identidade ou, pelo menos, o seu enfraquecimento. Em segundo, aborda-se a competição horizontal, quando, dentro do mesmo país existem várias culturas diferentes, podendo ser encaradas como concorrentes entre si. Veja-se o exemplo dos dialetos indígenas na América do Sul, onde os nativos temem a perda de identidade com o avanço do castelhano ou, como os autores referiram, os francófonos do Quebeque temem a perda de influência linguística para os anglófonos do mesmo país. Por último, competição vertical diz respeito a processos de integração regionais, onde se pode gerar o temor de as identidades nacionais dos seus participantes poderem diluir-se, como na União Europeia

⁷⁶ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:119)

⁷⁷ V. Mattoso (2008)

(UE) ou, a uma escala mais reduzida, existirem movimentos separatistas baseados na cultura, como no Quebec ou na Catalunha.⁷⁸

Em resumo, o setor social aborda as questões de identidade nacional, bem como as ameaças que podem fraturar essa identidade. O crime e a violência, por exemplo, podem contribuir para a insegurança dos habitantes de um certo país, fazendo com que migrem massivamente para outros. Por consequência, os habitantes do Estado recetor desses migrantes podem sentir-se igualmente ameaçados, enquanto coletividade. No entanto, note-se como as ameaças são diferentes: enquanto o crime e a violência podem derivar dos setores político, económico ou militar, levando as pessoas a fugir do seu país, a migração, para o país recetor, pode ser encarada como um problema de segurança no setor social, ao colocar em causa a identidade nacional. Apesar de a migração ter sido apresentada como uma questão central na segurança deste setor, até há Estados que fomentam justamente a entrada de imigrantes nos seus países, por não interpretarem este fenómeno como uma ameaça, dando prioridade, por exemplo à economia nacional. Esta é, pessoalmente, uma das grandes virtudes da EC, por permitir analisar as ações em perspetiva, mostrando que os problemas de uns podem ser as soluções de outros, o que é facilitado pela sectorização das interações entre os Estados.

Por fim, o último setor, o político, que está intimamente ligado à soberania do Estado, centra-se nas ameaças não militares à sua sobrevivência. É um setor bastante maior e difícil de definir pelo facto de estar imiscuído nos outros setores, fazendo, em simultâneo, com que pareça um setor residual. Assim, “In some sense, all security is political. All threats and defenses are constituted and defined politically. Politicization is political by definition, and, by extension, to securitize is also a political act.”⁷⁹ As ameaças no setor social, tornam-se, por isso, político-sociais ou as económicas, político-económicas, no sentido em que toda a segurança é política.⁸⁰

Para se entender melhor que tipo de ameaças podem surgir neste domínio, importa, pois, falar do significado de Estado. Sendo um conceito sobre

⁷⁸ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:120-139)

⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p.141

⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p.141 e 142

o qual é muito fácil teorizar, existindo muitas aceções possíveis que variam consoante os períodos históricos ou a ideologia política do teorizador, será usada a definição e os respetivos elementos delineados pela EC. Aliás, como será usada a EC ao longo da investigação, não faria sentido abordar significados que não os sugeridos por ela. Não obstante, é importante, pela transparência na investigação, reforçar a existência de outras aceções de Estado.

Segundo a EC, o Estado soberano consiste em três componentes: ideias, estrutura física e instituições. Tudo o que ameaçar a soberania, ameaça, portanto, o Estado, porque soberania é o que define o Estado.⁸¹ Curiosamente, até aqui se revela o aspeto construtivista da realidade, na medida em que não basta o Estado ser soberano, ele tem que ser reconhecido pelos outros como tal. Voltando às componentes do Estado, uma invasão militar ou um desastre ambiental afetariam diretamente a estrutura física do Estado, pelo que os problemas de segurança se encontrariam diretamente nos setores militar e ambiental, respetivamente. Se, como já foi mencionado, o setor político diz respeito a ameaças não militares, então é possível afirmar que as ameaças absorvidas pelo setor político colocarão em causa as ideias e as instituições, as outras componentes do Estado soberano. Deste modo, a segurança nacional passa pela proteção de todas as componentes do Estado, não esquecendo que as últimas duas se centram no setor político. A ideologia, materializada pelos agentes políticos, acaba por dar forma às instituições, e, de certo modo, influenciar a identidade nacional: “The idea of the state, particularly its national identity and organizing ideology, and the institutions which express it are the normal target of political threats.”⁸² Estas ameaças serão depois interpretadas pelos atores “securitizadores” que avaliarão o grau de perigosidade da ameaça e o quão desestabilizadora ela pode ser, sendo que, em caso afirmativo, construirão o respetivo discurso “securitizador”. Não é de surpreender que, no caso do Estado, por envolver naturalmente figuras públicas (por exemplo, deputados, chefes de governo ou presidentes), o ator “securitizador” esteja bastante melhor definido, por oposição aos outros setores. Outros casos de possíveis processos de securitização podem estar ligados a crises de legitimidade dos governantes ou crises de reconhecimento internacional. Na visão da EC,

⁸¹ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:150)

⁸² Idem, *Ibidem*, p.142

uma ameaça externa, a título de exemplo, consegue mobilizar mais facilmente os intervenientes no processo de securitização, ao passo que uma crise de legitimidade de um governante torna mais difícil o reconhecimento do problema internamente.

De um modo geral, é notória a importância do setor político, por mais transversal que ele possa ser aos outros. Para o setor político, a lógica da sobrevivência do Estado, por meio da preservação da sua soberania, está ligada às instituições e às ideias. Assim, o setor político sente as ameaças à soberania do Estado, através dos elementos que o compõem. Na opinião dos autores, um Estado mais forte caracteriza-se pela forte integração das suas componentes, conduzindo a um reduzido nível de ameaça neste setor e, pelo contrário, um Estado mais fraco contará seguramente com mais divisões internas a nível político e, por conseguinte, mais ameaças.⁸³

De um modo geral, após ter sido feita uma contextualização histórica da EC, enquadrada na evolução da disciplina de RI, abordaram-se os seus principais fundamentos e princípios, tendo atentado particularmente nos setores da escola, pois, se a sectorização permite um entendimento mais amplo e claro dos fenómenos, prevê-se então que, para a análise do narcotráfico no México, o objeto desta investigação, venham a revelar-se particularmente úteis. É desta forma que o próximo capítulo iniciará o estudo deste fenómeno, nomeadamente no que diz respeito às suas origens e evolução.

⁸³ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:141-155)

III – Origens do Narcotráfico no México

Este capítulo vai centrar-se nas raízes do narcotráfico no México, explicando de que forma foi evoluindo até aos nossos dias, envolvendo várias componentes, como a histórica, política, social ou económica. Recorde-se que o estudo deste fenómeno será feito com particular incidência, em termos temporais, desde o início do século XX até ao final do mandato do ex-presidente mexicano Felipe Calderón, em 2012.

O continente americano sempre esteve associado às drogas, na medida em que os nativos andinos⁸⁴ consumiam, enquanto parte da sua cultura, folhas de coca, uma planta autóctone dos Andes.⁸⁵ Assim, aquando da chegada dos espanhóis:

In South America, sixteenth-century Spanish colonialists had been stunned by the predominance of the coca leaf and its importance to Andean cultures. Members of the clergy and the creole elites reacted as they did to so many cultural practices of the colonised: they associated coca use with the heathen customs of the savages – further evidence of their barbaric nature and of the moral duty of Spain to intensify and widen the colonial conquest of American lands and cultures.⁸⁶

No entanto, este dever moral dos espanhóis em espalhar a fé cristã pelo continente não os impediu de beneficiarem com esta prática cultural, ao monopolizarem a venda e distribuição da coca, convertendo um ritual num negócio para a Coroa. Além de ser uma fonte de rendimento, os espanhóis aperceberam-se de que os indígenas, após consumirem folhas de coca, ficavam mais fortes e produtivos no trabalho, chegando a passar um dia seguido sem comer, incentivando ainda mais o seu negócio.⁸⁷ A comercialização desta planta, a cargo da Coroa, pelos vastos territórios governados por Espanha, do atual Chile à costa leste dos atuais EUA, manteve-se estável durante alguns séculos.⁸⁸

⁸⁴ Como literatura complementar, sugerem-se as seguintes leituras a respeito da civilização Azteca, povo originário da Mesoamérica, e da conquista espanhola: Smith (2012), Díaz (1963) e Prescott (2001)

⁸⁵ Cf. Bergman (2018:28 e 29) e Buxton (2006:91)

⁸⁶ Cf. Watt & Zepeda (2012:11)

⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p.11-12

⁸⁸ V. Williamson (2009:667 e ss.)

No início do século XIX, após a independência das treze colônias que deram origem aos Estados Unidos da América, vários movimentos independentistas surgiram por toda a América, como reflexo da instabilidade política na Europa causada pela Revolução Francesa. Ainda assim, tal como nos alerta a historiadora mexicana Alicia Hernández, os processos de independência vão muito para além de fatores externos:

...el aumento continuo de los impuestos, las exigencias de dinero por parte de España y las reformas introducidas provocaron desajustes y descontento. [...] En esa época surgió también una opinión pública informada mediante la prensa, la discusión en la Universidad, las exposiciones y expediciones científicas, en cafés y tertulias [...] Fue la combinación de cada uno de estos hechos, a la vez que la suma de todos, lo que hizo posible el paso de un ideal reformador en el Imperio español hacia el ideal de un México independiente y soberano.⁸⁹

Deste modo, em 1810, o sacerdote Miguel Hidalgo protagonizou o famoso Grito de Dolores, uma pequena localidade em Guanajuato, iniciando o processo de independência do México que, pela grande instabilidade política da época, só foi concluído em 1821.⁹⁰



Figura 1 – Primeiro Mapa Político do México Independente⁹¹

⁸⁹ Cf. Hernández (2002:150 e 151)

⁹⁰ Cf. Prieto (2009:70 e 71)

⁹¹ Figura 1: <https://hispanoamericaunida.com/primer-imperio-mexicano/>, consultado a 10/04/2020

Após a independência, foi redigida a Constituição de 1824, onde o país passou a ser uma federação cujo nome oficial é, até hoje, Estados Unidos Mexicanos. No entanto, as dificuldades em escolher o melhor modelo de organização de um país tão vasto que incluía, a sul, toda a América Central, à exceção do Panamá, e, a norte, uma grande parte dos atuais Estados Unidos da América, levou a sérias contendas entre centralistas e federalistas. O culminar do conflito, através de uma nova Constituição de 1836, não agradou ao estado nortenho do Texas, provocando a sua independência do México e, uns anos mais tarde, por sua vez, a sua anexação aos EUA.⁹² Este acontecimento viria a ser apenas o prelúdio de uma guerra trágica para o México, quando os EUA invadiram o país, esperando obter mais território. Por 15 milhões de dólares, o México viu-se obrigado a abdicar de metade do seu território, representado atualmente pelos estados do Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México, Utah e Wyoming, a favor dos Estados Unidos.⁹³



Figura 2 – Atual Mapa Político dos Estados Unidos Mexicanos⁹⁴

⁹² V. INEGI (2009)

⁹³ Cf. Williamson (2009:261-263)

⁹⁴ Figura 2: <https://mapamundi.online/america/del-norte-norteamerica/mexico/>, consultado a 10/04/2020

O conflito bélico só terminou com o Tratado de Guadalupe Hidalgo, um acordo entre os dois países, onde ficou, entre outros aspetos, estabelecido que os mexicanos manteriam o direito às suas terras e os seus direitos civis. No entanto, os artigos IX e X que sustentavam estes direitos foram eliminados no Congresso dos EUA, antes de o tratado ser ratificado.⁹⁵ Esta guerra, além de enormes perdas materiais, provocou um profundo sentimento anti estadunidense entre os mexicanos, que ainda hoje, de certa forma, se mantém.⁹⁶ Note-se como este evento, no âmbito desta investigação, será extremamente relevante, quanto mais não seja, por agora, pela aparente formação de um complexo regional de segurança.

Perante a grande instabilidade política vivida nos últimos anos, a segunda metade do século XIX ficou marcada pelo *Porfiriato*, um período ditatorial em que Porfirio Díaz, um militar experiente, governou o país com mão de ferro. Durante os trinta anos que governou, entre 1877 e 1911, Díaz apostou no investimento externo no país, alterando consideravelmente as políticas de ordenamento do território.⁹⁷ Até à data, as políticas vigentes da época favoreciam o sistema de *ejido*, onde várias pessoas partilhavam a posse de um terreno, mas, sob o governo de Díaz, os terrenos começaram a ser expropriados, para atrair o investimento estrangeiro e orientar o país para uma economia de mercado. Com efeito, em 1910, cerca de 95% dessas terras tinham sido expropriadas. Para a cronologia do narcotráfico, este processo foi bastante importante, na medida em que o Estado mexicano e os próprios mexicanos começaram a ter muito menos controlo sobre o seu próprio território.⁹⁸

Em simultâneo, com a finalidade de melhorar a coesão territorial entre os estados do país, Díaz decidiu construir várias ferrovias para integrar as diversas regiões.⁹⁹ Para tal, incentivou-se a vinda de mão-de-obra chinesa, por ser mais barata. No entanto, como assinala Vargas, os imigrantes chineses trouxeram também alguns hábitos, como o consumo de ópio. Assim, a sua produção começou a acelerar-se no México e, em particular, quando a procura de morfina, um derivado do ópio, começou a aumentar nos EUA, depois da Segunda Guerra

⁹⁵ Cf. Tutino (2012:2)

⁹⁶ Cf. Camp (2007:48 e 49)

⁹⁷ Cf. Camp (2011:77 e 78)

⁹⁸ Cf. Watt & Zepeda (2012:16 e 17)

⁹⁹ Cf. Hernández (2002:271-273)

Mundial.¹⁰⁰ Note-se que as melhores condições de transporte de mercadorias, através das novas linhas ferroviárias, facilitaram a exportação de ópio para o país vizinho, criando-se assim as primeiras rotas para o que viria a ser o tráfico de drogas.¹⁰¹

Nos finais do século XIX, ainda durante o *Porfiriato*, o cultivo de plantas de marijuana e de papoilas, de onde se extrai o ópio, começou a crescer, sobretudo no norte do país. Assim:

Es así que en Sinaloa, el cultivo de amapola era tan común y extendido que la palabra *gomero* fue usada para referirse a aquellos que participaban en el cultivo o comercialización del opio. Los *gomeros* constituyeron “dinastías” y transmitieron sus conocimientos a generaciones futuras, emergiendo entonces una suerte de “oligopolio” que lideró el negocio de las drogas desde las primeras décadas del siglo XX. Ello condujo a un proceso de naturalización frente al negocio, en que se involucraron familiares y amigos, estableciendo así las bases de los primeros carteles de las drogas.¹⁰²

Quando se inicia o século XX, o comércio de ópio era legal, tanto nos Estados Unidos da América como no México, constituindo apenas crime de contrabando se essas trocas comerciais não fossem declaradas. Em 1914, a Lei Harrison, tema que será abordado adiante com maior detalhe, veio alterar radicalmente a situação, uma vez que o ópio, a heroína e a cocaína deixaram de ser substâncias lícitas nos Estados Unidos da América.¹⁰³ Desta forma, o *gomero* praticava uma atividade legal no seu país, mas incorria em crime no país vizinho: “Esta relación entre legalidad e ilegalidad permite explicar cómo la figura del ‘narcotraficante’ es una construcción socio-política mediada por distintas decisiones políticas-normativas tomadas por las autoridades competentes a uno y otro lado de la frontera.”¹⁰⁴ Quando o México decidiu proibir a produção, venda e consumo de drogas, como foi o caso da marijuana, em 1920, ou do ópio, 1926, todos os envolvidos no comércio de drogas entre os

¹⁰⁰ Cf. Vargas (2011:143)

¹⁰¹ Cf. Boullosa & Wallace (2016:5)

¹⁰² Cf. Vargas (2011:152 e 153)

¹⁰³ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:30)

¹⁰⁴ Cf. Vargas (2011:153)

dois países seriam agora considerados traficantes e, por isso, criminosos.¹⁰⁵ Neste sentido, o narcotraficante passou a ser uma nova categoria social.¹⁰⁶

O início do século XX ficou marcado, não só pelo início das proibições e criminalizações relacionadas com as drogas, mas também, no plano interno mexicano, pela Revolução Mexicana de 1910, resultante da ditadura de Porfirio Díaz que estava no poder há trinta anos. As condições socioeconômicas dos mexicanos e as constantes reeleições de Díaz motivaram Francisco Madero, um empresário e político mexicano, a desafiá-lo a fazer eleições livres e transparentes. Como consequência, foi preso pelas forças do regime, tendo conseguido, mais tarde, fugir para os EUA, onde incitou os mexicanos a insurgir-se contra o ditador Díaz. Contando com o apoio de várias figuras importantes como o general Pancho Villa e, em representação do campesinato, Emiliano Zapata, Madero, bem-sucedido, conseguiu ser eleito democraticamente, em 1911, depondo o ditador.¹⁰⁷ No entanto, as forças militares, apoiantes de Díaz, organizaram, dois anos depois, o assassinato de Madero e do seu vice-presidente, Pino Suárez, criando uma nova onda de instabilidade política e social no país.¹⁰⁸ Curiosamente, o assassinato destas figuras de Estado tinha contado com a cumplicidade do embaixador dos EUA no México, Henry Lane Wilson.¹⁰⁹ Segundo Camp, “The U.S. ambassador’s complicity in allowing Madero to be overthrown and murdered also contributed significantly to Mexican’s nationalistic views of distrust toward the United States.”¹¹⁰ Surpreendentemente, num inquérito de 2006, elaborado pelo CIDAC, um think-tank mexicano independente, ficou bem patente a forma como os mexicanos ainda desconfiam, quase cem anos depois, dos estadunidenses, quando, enquanto 85% dos estadunidenses tinham uma opinião favorável dos mexicanos, apenas 35% dos mexicanos pensava o mesmo a respeito dos vizinhos do norte.¹¹¹

¹⁰⁵ Cf. Stefanoni & Domingo (2013:60 e ss.)

¹⁰⁶ Cf. Astorga (1999) em Vargas (2011:153)

¹⁰⁷ Sobre Emiliano Zapata, ver: Joseph & Henderson (2002:339-343)

¹⁰⁸ Cf. Williamson (2009:378-383) e Camp (2011:81-84)

¹⁰⁹ Cf. Blaisdell (1962)

¹¹⁰ Cf. Camp (2011:84)

¹¹¹ Idem, *Ibidem*, p.45

Assim, após alguns anos de enorme instabilidade política, foi redigida a ainda vigente Constituição de 1917, onde, “além de estabelecer direitos sociais, como a jornada laboral de oito horas diárias, o direito à greve ou a escolaridade universal laica e gratuita, [...] foi o primeiro documento em todo o mundo a falar de segurança social.”¹¹² A nível político, pelo artigo 83 da Constituição, o cargo de Presidente da República passaria a ser exercido apenas uma vez, sem qualquer possibilidade de reeleição.¹¹³ Se, por um lado, a ditadura de Porfirio Díaz motivou a inclusão deste artigo, por outro, a tentativa de reeleição do general Álvaro Obregón (1920-1924) que terminou com o seu assassinato, fortaleceram o respeito pelo artigo 83.¹¹⁴

Regressando às crescentes restrições do consumo e venda de drogas, é importante abordar as suas motivações, uma vez que, nesta altura, os conhecimentos científicos sobre os efeitos do seu consumo ainda não eram bem conhecidos. A maioria dos autores que abordam as razões por detrás da proibição converge numa opinião clara, associada a motivos raciais.¹¹⁵ Nos Estados Unidos da América, um dos pioneiros da política proibicionista relativa às drogas, as elites políticas consideravam que elas eram “deviant elements in society – immigrants, criminals, the poor, racial minorities, prostitutes...” e, nesse sentido, “...the US authorities and press intensified the demonisation of cocaine use by associating it with Afro-Americans.” Além dos afroamericanos, também a comunidade chinesa foi particularmente afetada, através de campanhas racistas, onde se afirmava que “the Chinese were an inferior race and that their presence had to be resisted for the benefit of the American nation.”¹¹⁶ A política interna dos EUA acabou por se projetar no mundo, através da Convenção Internacional do Ópio (CIO), em 1912, pressionando a comunidade internacional presente no evento, a aderir a uma política de combate às drogas. Assim, a investigadora Julia Buxton assinala:

The ability of the USA to bring other countries into the control framework on its terms was remarkable given the powerful economic interest European states [países que lucravam com o comércio do ópio e cocaína, como Portugal, Reino

¹¹² Cf. Camp (2007) em Lopes (2017:26)

¹¹³ Cf. Secretaría de Gobernación (2014:125)

¹¹⁴ Cf. Camp (2011:95-96)

¹¹⁵ Cf. Watt & Zepeda (2012:14)

¹¹⁶ Cf. Buxton (2006:21 e ss.)

Unido, Países Baixos e França] had in an unregulated drugs trade. [...] The USA exerted significant economic and political pressure on other countries in order to advance its agenda and this is a further explanation for the institutionalization of prohibition.¹¹⁷

Foi neste contexto de pressão internacional, por parte dos EUA, sobre o combate às drogas, internamente baseado em preconceitos étnico-raciais e na ignorância sobre os malefícios dessas substâncias, que a Lei Harrison foi aprovada.¹¹⁸ Para se ter uma noção, em termos de preços, das mudanças que esta lei provocou, uma onça, o equivalente a pouco mais de 28 gramas, de heroína custava 6,5 dólares e, após a Lei Harrison, passou a custar 100 dólares.¹¹⁹ Note-se também que, já nesta altura, os EUA insistiam no combate às drogas, priorizando a oferta em detrimento da procura.¹²⁰

Já no México, durante a década de 20 do século passado, legislação semelhante foi sendo imposta acerca da produção, venda e distribuição de drogas e, tal como nos EUA, os motivos coincidiram:

Stern revolutionary elites associated alcoholism, opium addiction, and marijuana consumption with lower-class illiterates and (mistakenly) with indigenous Indians – “backward” social sectors. Drugs were perceived as obstacles to forging a new model citizenry, one that could build a modern, progressive, and civilized Mexican nation.¹²¹

Neste sentido, também Watt e Zepeda destacam a perseguição mexicana às comunidades chinesas, no início do século XX:

Sino-Mexican communities were consequently branded with the doubly unfortunate label of immigrant and smuggler. The stigma of opium’s association with apparently threatening outsiders was made worse still as consumption among Mexicans themselves was low, being largely confined to Chinese immigrant communities, so that the latter were further demonised in political discourse and in the press.¹²²

¹¹⁷ Cf. Kan (2016:24 e 25) e Buxton (2006:43-45)

¹¹⁸ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:30) e Watt & Zepeda (2012:14 e 15)

¹¹⁹ Cf. Buxton (2006:50)

¹²⁰ V. Kleiman (2011)

¹²¹ Cf. Boullosa & Wallace (2016:8)

¹²² Cf. Watt & Zepeda (2012:15)

Em resumo, no que respeita à construção do narcotráfico como uma atividade ilegal, é possível afirmar que os Estados Unidos da América e o México estavam alinhados quanto aos motivos, embora em tempos diferentes, bem como afirmar que os EUA exerceram pressão internacional para prosseguir a sua própria agenda interna, bloqueando as tentativas de outros países em prestar atenção ao combate ao narcotráfico, do ponto de vista da redução da procura.¹²³ Aliás, esta insistência em atacar a oferta, na verdade, traduzia-se em pouco esforço para a sociedade estadunidense, enquanto se exigia dos demais países comportamentos radicalmente diferentes, como por exemplo, o desmantelamento das rotas do ópio de potências europeias. Assim, “The prohibition emphasis on supply-side limitations was consequently problematic for the USA to achieve because it ‘required little sacrifice from Americans while demanding fundamental social and institutional change from others’”.¹²⁴

Note-se que, apesar de o México ter subscrito os termos acordados pela Convenção Internacional do Ópio de 1912, logo nesse ano, durante o curto governo de Francisco Madero, não há indícios concretos de que os EUA tenham pressionado diretamente o México a fazê-lo, primeiro, porque a classe política mexicana, tal como a estadunidense, ostracizava, entre outras, a comunidade chinesa e, em segundo lugar, é possível que a ativa participação mexicana na CIO se tenha devido a uma tentativa, por parte de Madero, de mostrar um México moderno e aberto ao mundo, no seu pós-revolução, em 1910.¹²⁵

Paralelamente a estas políticas proibicionistas, novas alterações de fundo aconteceram no México, após as primeiras duas décadas de instabilidade interna. Uma vez que o narcotráfico no país está intimamente ligado à sua história política, torna-se incontornável estudar a fundo o nascimento daquele que viria ser o partido que governou, com eleições “livres” e sem possibilidade de o mesmo candidato ser reeleito, durante setenta e um anos consecutivos, o Partido Revolucionario Institucional (PRI). Quando o coronel Plutarco Elías Calles, presidente entre 1924 e 1928, concluiu o seu mandato, apercebeu-se da enorme rivalidade que existia entre os militares que tinham saído vitoriosos da Revolução de 1910. Com o objetivo de acabar com o presente caudilhismo e

¹²³ Cf. Sinha (2001)

¹²⁴ Cf. Buxton (2006:44)

¹²⁵ Cf. Wilson (2019:73-75)

unificar as diferentes fações vencedoras, Calles propôs a criação de um partido, designado como Partido Nacional Revolucionario (PNR) que viria a ser o atual PRI.¹²⁶ Nascido em 1929, este partido agregador, de espírito nacionalista e corporativista, foi “designed in part to strengthen national political leadership and centralize political control”.¹²⁷ Ao abraçar tantos quadrantes políticos e sociais diferentes cujo denominador comum era o espírito da Revolução, o PNR, que, apesar de patrocinado inicialmente pelo setor militar, foi progressivamente passando para a esfera civil, tornou-se numa enorme máquina dentro do Estado, absorvendo e enfraquecendo qualquer oposição. Neste aspeto, os académicos da área são consensuais, variando apenas na abordagem: só um partido extremamente forte, como o PNR, mais tarde PRI, capaz de representar a larga maioria dos mexicanos é que poderia explicar a sua longevidade no poder, mais de setenta anos. Camp sugere que o partido recém-criado não levou líderes políticos para o poder, mas o seu inverso, ou seja, os líderes estabelecidos pela Revolução é que usaram o partido para permanecer no poder.¹²⁸ Afirma também que a lógica do regime ditatorial de Porfirio Díaz permaneceu no pós-Revolução, na medida em que apenas se substituiu um homem por um partido político.¹²⁹

Apesar de não haver possibilidade de reeleição de um ex-presidente, Wallace e Boullosa assinalam que o problema da sucessão da presidência se resolvia, quando o presidente cessante se reunia com outros membros importantes do partido para escolher o próximo candidato.¹³⁰ Também Alicia Hernández aponta, como base da longevidade do partido, a transcendência do PNR para o poder local:

Organizado desde el gobierno, recibió el apoyo de “cinco mil municipios que formaban la República, cinco mil unidades de arranque, reforzadas con doscientos ochenta centros distritales subordinados y, a su vez, treinta y un partidos políticos de los estados que reconocían una sola directiva en el Comité Nacional del PNR.

¹²⁶ Cf. Boullosa & Wallace (2016:11)

¹²⁷ Cf. Camp (2010:22)

¹²⁸ Cf. Camp (2007:15 e 16)

¹²⁹ Cf. Camp (2011:97)

¹³⁰ Cf. Boullosa & Wallace (2016:11)

Além da visível centralização do poder federal e consequente debilitação do poder local, o mandato presidencial único passou de quatro para seis anos.¹³¹ Watt e Zepeda, alinhados com os outros autores, além de mencionarem que a estabilidade política no México proporcionada pelo novo partido atrairia investidores estrangeiros, reforçam que a perdurabilidade do partido no poder adveio, em boa medida, do caráter inclusivo do PNR, ao representar diversos setores sociais, reduzindo, desse modo, os riscos de movimentos insurgentes que pudessem desafiar o poder do Estado.¹³² Para a presente investigação, compreender esta parte da História é de absoluta relevância, pois um poder político forte e estável garantiu facilmente o controlo sobre o narcotráfico existente no país. Recorde-se que, ainda nos anos 30, a comunidade chinesa, ao ser marginalizada, fez com que muitos mexicanos os substituíssem, ao dedicar-se à produção e venda de ópio, continuando a satisfazer a crescente procura.¹³³ Neste sentido, Luis Astorga aborda a estreita relação entre o novo poder político, ainda na esfera militar, e as pessoas envolvidas no narcotráfico, ao defender que, por ser necessária a estabilidade política, foram concedidas certas liberdades ao triunfante setor militar da Revolução, como por exemplo, ter negócios associados ao tráfico de drogas.¹³⁴ Deste modo:

Controlado, tolerado o regulado por políticos poderosos en los estados del norte, el tráfico de drogas parece haber sido un negocio que se desarrolló al interior de la estructura de poder, y los traficantes de drogas no dan la impresión de haber emergido como un grupo social autónomo especializado, sino como una nueva clase social de forajidos que dependieron estrechamente de la protección política y social.¹³⁵

A fundação de um “mega-partido” permitiu, como se viu, estabilizar politicamente o país, uma vez que governou com uma oposição extremamente reduzida. O PNR daria origem, em 1937, ao Partido de la Revolución Mexicana (PRM) e, no mandato de Ávila Camacho, de 1940 a 1946, mudou para o atual Partido Revolucionario Institucional, o PRI, designação que, para Camp, denotava uma ideia de permanência no poder, enquanto se apresentava como

¹³¹ Cf. Hernández (2002:370 e ss.)

¹³² Cf. Newell & Rubio (1984) em Watt & Zepeda (2012:24 e 25)

¹³³ Cf. Watt & Zepeda (2012:15 e 16)

¹³⁴ Cf. Vargas (2011:154)

¹³⁵ Cf. Astorga (1999) em Vargas (2011:153)

uma força progressiva.¹³⁶ A título de curiosidade, apesar de o nome do partido ter mudado algumas vezes, o seu logótipo apresentou sempre três faixas verticais de cor verde, branca e vermelha, correspondentes às da bandeira mexicana. Na hora de votar, os partidos estão autorizados a expor as suas próprias bandeiras. A controvérsia reside precisamente no facto de que as populações rurais, por serem menos instruídas, sendo que muitas nem sabem ler, podem ser induzidas em erro, ao votarem no PRI, pensando estar a votar na bandeira do seu país, criando naturalmente uma desvantagem em relação a outros partidos políticos.¹³⁷

O claro domínio do poder político, por parte dos militares, contudo, não os impediu de se retirarem da arena política, transferindo o poder para a esfera civil. Esta transferência concretizou-se através da eleição do advogado Miguel Alemán, em 1946, que, pelas novas regras, governaria por seis anos não renováveis. Este presidente preocupou-se em estabelecer as novas relações cívico-militares que seriam baseadas no respeito mútuo. Embora as Forças Armadas tivessem deixado de ocupar lugares políticos, atuaram sempre a favor do PRI, quando a sua capacidade de governar fosse posta em causa. Note-se que este foi, sem sombra de dúvida, outro fator que contribuiu para a longevidade do partido no poder. Por exemplo, as FA mobilizaram-se, aquando de uma greve geral do setor ferroviário em 1958, onde os grevistas, após exigirem melhores condições salariais, foram despedidos aos milhares da empresa estatal de ferrovias, sem contar com os três mil detidos pelos militares.¹³⁸ Nos anos 60, o massacre de Tlatelolco, evento que será abordado mais adiante pela sua magnitude, tendo sido orquestrado pelo governo, com o apoio dos militares, é outro exemplo da colaboração das FA para a manutenção daquela que muitos apelidam de *pax priista*, ou seja, a paz à força, construída pelos governantes do PRI.¹³⁹

O Partido Revolucionario Institucional, não só representava grande parte dos setores sociais, como contava com o apoio dos municípios e das FA, em caso

¹³⁶ Cf. Watt & Zepeda (2012:24)

¹³⁷ Cf. Baca Gabriel, et al (2014:346)

¹³⁸ Cf. Vargas (2011:84) e Hernández (2002:422)

¹³⁹ V. Allum & Gilmour (2019:209-211), Boullosa & Wallace (2016:20), Durán-Martínez (2018:105-107) ou Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:35)

de necessidade. Na área do narcotráfico, o sexénio de Miguel Alemán ficou marcado pela criação da Dirección Federal de Seguridad (DFS), em 1947, uma entidade que se encarregaria do combate ao narcotráfico, deixando de estar sob a alçada da Secretaría de Salud. A criação da DFS constituiu um marco assinalável, pois esta nova estrutura tornou-se num intermediário institucional, aproximando as forças de segurança, polícia e militares, dos narcotraficantes. A classe política continuaria a lucrar com estas atividades ilícitas, do mesmo modo que, pela proximidade dos representantes da DFS aos traficantes, estes também lucrariam. Assim, “...la relación de la DFS con los productores y traficantes de drogas estuvo caracterizada por la ayuda que éstos propiciaron en tareas paramilitares contra las guerrillas [...]. En contraprestación, la DFS toleraba ciertas actividades del narcotráfico.”¹⁴⁰ Cabe destacar ainda o papel duplo desta agência de segurança, pois foi fundada no início da Guerra Fria e, portanto, alinhado com as políticas dos Estados Unidos da América:

The CIA would come to count on DFS spies to provide it with information on the doings of Soviet, Eastern Bloc, and, later, Cuban officials in Mexico. The PRI would employ it as domestic secret police, tasked with surveillance and repression of dissidents, populists, unionists, Marxists, communists, and other “subversives”. [...] The DFS also became actively complicit in regulating and profiting from the flow of narcotics to the United States.¹⁴¹

Também Mabel González, especialista em paz internacional e segurança, afirma que, graças à DFS, o PRI conseguiu, não só controlar toda a atividade de tráfico de drogas, estabelecendo quotas para evitar a concorrência e a violência entre os vários grupos, num ambiente de enorme impunidade e corrupção, como também usou a polícia para fins políticos, ou seja, para a manutenção do partido no poder.¹⁴² A Dirección Federal de Seguridad só seria desmantelada em 1985, após graves acusações de corrupção dentro da instituição. Por outras palavras, a DFS operou durante quase quarenta anos, fortalecendo corredores de droga, protegendo um regime, a nível político, enquanto o enriquecia pelo encobrimento destas atividades.

¹⁴⁰ Cf. Vargas (2011:154)

¹⁴¹ Cf. Boullosa & Wallace (2016:20)

¹⁴² Cf. González (2014:27-29)

Perante este cenário, num país cada vez mais longe do ideal da Revolução de 1910, cabe fazer uma pequena reflexão pessoal, no âmbito da investigação, agora que ela chegou precisamente a meio do século XX. É possível, nesta altura, compreender, com clareza, a importância dos desenvolvimentos políticos no México, pois estiveram sempre interligados com o desenvolvimento do narcotráfico no país. É particularmente notória a relevância dos Estados Unidos na vida do país vizinho, quer pela perda de território, quer pela conivência em deixar que o presidente da Revolução, Madero, fosse assassinado. Além disso, percebe-se a indissociabilidade entre o que aconteceu no México, a respeito das políticas antidroga, e o evento marcante da Convenção Internacional do Ópio, onde os EUA forçaram a internacionalização da sua agenda interna. É absolutamente fundamental recordar que, sendo a EC o prisma a ser utilizado para analisar o presente caso, não se deve olhar para a História como uma narrativa onde tudo faz automaticamente sentido, muito pelo contrário, a EC exige um olhar bem mais atento e cauteloso que não olhe para os factos como tal, mas como consequências de perceções que determinado agente teve. Aliás, indo ainda mais longe, a realidade que tem sido apresentada deriva das várias interpretações de vários agentes que a compõem, sendo que essas interpretações também fazem parte dessa realidade. Naturalmente que haverá um capítulo dedicado exclusivamente à análise do fenómeno à luz da EC, mas considerou-se pertinente abordar esta questão, no sentido de, não só mostrar a relevância da parte histórica, mas também de mostrar como ela está a ser e deve ser olhada.

Tendo sido o PRI um produto da Revolução do início do século XX, contando com o apoio de múltiplos setores, incluindo o militar, questionar o seu declínio torna-se um desafio, além de interessante, imperativo, pois a sua primeira derrota a nível federal só aconteceu no ano 2000. Também é claro que, se o PRI estava tão intimamente ligado ao crescimento do narcotráfico no país, a sua derrota terá tido um enorme impacto no desenvolvimento do fenómeno.

Após o final da Segunda Grande Guerra, a procura de morfina, um derivado do ópio, útil como um forte analgésico para as dores provocadas pelo conflito, aumentou substancialmente, provocando um aumento da oferta no México. Note-se que este aumento da oferta não derivou das regras de um

mercado livre, mas de um pedido dos próprios EUA, para poder tratar os seus soldados.¹⁴³ Neste momento, graças à rigidez da DFS, os traficantes locais rapidamente perceberam que a sua sobrevivência e prosperidade dependia da proteção das autoridades locais e estatais, ou seja, da polícia federal, dos militares, da DFS e dos representantes do PRI.¹⁴⁴ Ao mesmo tempo, porque o mundo começava a ficar cada vez mais interconectado, outros atores começaram a competir pela oferta de drogas. É o caso da famosa “Conexão Francesa”, uma rede de traficantes franceses que, de uma forma resumida, importava heroína, outro derivado do ópio, da Turquia para Marselha e reenviava-a para o Canadá, de onde seria levada, por terra, para os EUA. O desmantelamento desta rede nos anos 70 apenas serviu para os mexicanos aproveitarem e cobrirem a redução da oferta. É de destacar que, em termos práticos, a Turquia, de onde vinha o ópio, passou de uma produção de 58 toneladas em 1971 a zero em 1975, mas a procura, por se manter inalterada, fez com que outros, nomeadamente os mexicanos, substituíssem o vazio criado pelo fim da Conexão Francesa.¹⁴⁵

O ambiente de grande hostilidade causado pela Guerra Fria, exaltado na Revolução Cubana de 1959, fez com que muitos países se alinhassem com uma das duas superpotências, havendo guerras ideológicas pontuais.¹⁴⁶ Este ambiente trouxe bastante repressão a nível político, ao qual o México não foi alheio. Uma vez mais, a DFS operava ao serviço da estabilidade do regime: “The surveillance and repression of unionists, Marxists, Communists and other notable subversives by DFS agents allowed Mexico’s democratic façade to appear stable, and limited organised working-class or left-wing challenges to centralised political power.”¹⁴⁷ Deste modo, o regime mexicano, pelas suas características e poder, conseguiu manter o seu território livre de movimentos guerrilheiros, onde “as Forças Armadas Mexicanas confinaram e destruíram as guerrilhas antes que estas pudessem representar uma ameaça para o Estado.”¹⁴⁸ Pelo contrário, o resto da América Latina viu nascer diversos movimentos

¹⁴³ Cf. Watt & Zepeda (2012:26)

¹⁴⁴ Cf. Boullosa & Wallace (2016:21)

¹⁴⁵ Cf. Buxton (2006:84-85)

¹⁴⁶ Cf. Hernández (2002:442 e 443)

¹⁴⁷ Cf. Watt & Zepeda (2012:28 e 29)

¹⁴⁸ Cf. Williamson (2009:403)

subversivos de extrema-esquerda, com o desejo de fazer uma revolução, pelas armas, e instituir regimes comunistas nesses países.¹⁴⁹

Este período também ficou marcado pelo movimento internacional de contracultura, como forma de protesto contra os autoritarismos e a guerra, provocando também um aumento da procura de marijuana. Assim, num resumo feito por Mabel González:

O cultivo do ópio disparou durante a II Guerra Mundial (quando as necessidades para dar assistência aos feridos da guerra eram altas), juntamente com a marijuana, nos anos setenta, depois de ter sido desmantelada a “conexão francesa” e a procura de marijuana ter aumentado com o fenómeno da contracultura.¹⁵⁰

É neste contexto que o PRI intensifica as suas ações contra os dissidentes do regime, impedindo a formação de guerrilhas e atacando comunistas. No entanto, o discurso oficial era bem distinto, pois as ações eram supostamente dirigidas ao combate à criminalidade e ao narcotráfico, quando, na verdade, os reais alvos estavam muito mais politizados.¹⁵¹

Em 1968, os níveis de repressão atingiram um novo patamar, quando o México assistiu ao Massacre de Tlatelolco, como ficou conhecido. A contestação social, enquadrada no movimento de contracultura e no crescente autoritarismo do governo mexicano, já tinha levado as FA a ocupar o campus da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), despoletando mais protestos nessa universidade. A 2 de Outubro desse ano, uma multidão, entre professores, alunos e artistas, reuniu-se novamente nesse campus, na Plaza de las Tres Culturas, em Tlatelolco, esperando conseguir maior cobertura mediática, visto que os Jogos Olímpicos se realizariam nesse país, alguns dias mais tarde. Inesperadamente, dezenas de soldados cercaram a manifestação e começaram a disparar, sem qualquer critério, contra as pessoas.¹⁵² O número de mortos é, ainda hoje, incerto, algumas centenas, mas não deixa margem para dúvidas,

¹⁴⁹ Sugerem-se as seguintes leituras sobre os movimentos subversivos, do seu código interno disciplinar à sua formação histórica e política, bem como a trajetória político-militar das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a guerrilha mais antiga da América Latina: López (1994), Ibarra (2009) e Aguilera (2013)

¹⁵⁰ Cf. González (2014:126)

¹⁵¹ Cf. Watt & Zepeda (2012:40)

¹⁵² Cf. Williamson (2009:402) e Poniatowska (2001)

quanto à capacidade do governo para aniquilar qualquer tentativa de subversão, bem como a instrumentalização das FA para a manutenção do regime. Embora pareça um ato isolado, a sociedade mexicana ficou chocada com o terror a que os manifestantes tinham sido sujeitos.¹⁵³ Assim, para Camp, o PRI parecia estar a entrar em declínio:

It's generally agreed that the events of 1968 became the most important catalyst for setting in motion a crisis of legitimacy for the Mexican government and the political model that had long been pursued by the incumbent Institutional Revolutionary Party (PRI). Not only the government repression shock Mexicans from all social classes, it also tarnished its image abroad, especially in the United States. Most importantly, it set in motion numerous political consequences that ultimately contributed to a democratic transition in the 1980s and 1990s, and the defeat of the PRI in the presidential election of 2000.¹⁵⁴

Durante este período, designadamente em 1969, a nível regional, o presidente estadunidense Richard Nixon começou a ficar cada vez mais preocupado com o aumento considerável do consumo de drogas no país na última década.¹⁵⁵ Desta forma, à semelhança do que tinha acontecido na Convenção Internacional do Ópio, em 1912, os Estados Unidos da América pressionaram o México no sentido de reduzir a oferta, usando herbicidas nos cultivos de marijuana e ópio. O governo mexicano, por receio de consequências ambientais nefastas e provavelmente pelo receio da diminuição dos lucros provenientes do negócio que protegia, rejeitou o pedido.¹⁵⁶ Além disso, Kenny e Serrano são da opinião de que o México ainda não tinha percebido, nesta altura, como a cooperação era tão crucial para os EUA.¹⁵⁷ Como resposta, os EUA lançaram unilateralmente a Operação Interceção, em 1969, com o objetivo de reduzir o fluxo de marijuana e heroína mexicanas que entrava no país. A operação consistiu “en la inspección meticulosa de toda persona y vehículo que atravesara cualquier punto de la frontera.” Foram usados radares e aeronaves durante três semanas, além do reforço dos recursos humanos na fronteira, que totalizou um avultado custo de cerca de 30 milhões de dólares. Os resultados da

¹⁵³ Cf. Watt & Zepeda (2012:38 e 39)

¹⁵⁴ Cf. Camp (2011:112 e 113)

¹⁵⁵ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:144)

¹⁵⁶ Cf. Craig (1980:556) e Boullosa & Wallace (2016:27)

¹⁵⁷ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:144)

operação, no entanto, foram muito relativos, tendo causado prejuízos económicos para as cidades fronteiriças dos dois países, além de quebras no turismo e exportações, e, paralelamente, uma série de manifestações do lado mexicano, pois, para eles, esta operação era vista como uma prática racista, pois considerava que qualquer mexicano podia ser um toxicodependente ou um delinquente.¹⁵⁸ A operação, apesar de não ter reduzido o tráfico de drogas para os EUA, fez com que o presidente mexicano Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970), por pensar que a reputação internacional do México seria afetada, decidiu alinhar com os interesses dos EUA.¹⁵⁹



Figura 3 – Presidente mexicano Gustavo Díaz Ordaz e estadunidense Richard Nixon a 8 de Setembro de 1969, dias antes do lançamento da Operação Interceção¹⁶⁰

Isto, aliado à pressão da classe política mexicana e dos manifestantes sobre os EUA, levou ao lançamento, pelo presidente estadunidense Nixon, da nova Operação Cooperação, ainda em 1969.¹⁶¹ Esta foi a primeira vez que os dois países uniram esforços, através de uma cooperação bilateral coordenada, onde o México destruiu, com o apoio das Forças Armadas, 16 campos de cultivo de ópio e 872 000 plantas de marijuana, reduzindo eficazmente a oferta de drogas no país, a ponto de deixar de ser o principal fornecedor dos EUA, no que a

¹⁵⁸ Cf. Vargas (2011:245 e 246)

¹⁵⁹ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:144)

¹⁶⁰ Figura 3: https://sites.utexas.edu/15minutehistory/files/2015/03/U1643747_400.jpg, consultado a 22/04/2020

¹⁶¹ Cf. Vargas (2011:246) e Boullosa & Wallace (2016:27)

marijuana e ópio diz respeito.¹⁶² Não obstante, não é de todo surpreendente que as drogas que deixaram de entrar nos EUA, pelo México, foram facilmente substituídas por outras procedentes da Ásia e da Colômbia. Numa pequena nota pessoal, em articulação com a figura 3, em que os dois presidentes aparecem juntos antes da Operação Interceção, o unilateralismo dos EUA, ao fechar as suas fronteiras, sem ter consultado o país vizinho, como forma de o forçar a alinhar na sua visão do que é o combate ao narcotráfico, não é, de todo, uma atitude que favoreça as relações entre os dois países, por natureza, frágeis. Para agravar a situação, o objetivo de reduzir a entrada de drogas nos EUA falhou, pois a procura, ao manter-se estável, rapidamente levou a que outras partes do mundo se aproveitassem da situação. Por conseguinte, a figura é simbólica, no sentido em que antecede a primeira cooperação bilateral entre o México e os Estados Unidos da América, mas teria sido muito mais positivo, para os EUA, se o contexto da figura fosse o do acordo mútuo e não o do seu unilateralismo.

Com efeito, o presidente Nixon declarou “guerra às drogas”, em 1971, continuando a insistir na redução da oferta de drogas, com a criação da Drug Enforcement Administration (DEA), dois anos mais tarde. O México, por sua vez, prosseguia a sua política interna de repressão, com um PRI já mais fragilizado, embora corrupto. No norte do país, contudo, os estados de Chihuahua, Durango e Sinaloa, que formavam um triângulo de quase 600 000km², produziam enormes quantidades de ópio e marijuana em cerca de 30 000 campos, muitos dos quais com mais de 16 hectares cada, e, por estarem perto da fronteira dos EUA, eram uma fonte de receitas indiscutível.¹⁶³ Em 1972, o México representava entre 10 e 20% do mercado estadunidense de heroína, percentagem que, em 1975, rondava os 80%. Estima-se que, nesta altura, por ano, cerca de 10 toneladas de drogas circulavam nos EUA e que o seu valor de mercado rondava os 2 bilhões de dólares.¹⁶⁴ O governo mexicano renovou, por isso, a cooperação com os EUA, desta vez com a Operação Condor (1975-1978). Esta campanha de erradicação de cultivos foi muito mais agressiva, contando com mais de 10 000 soldados das FA e 300 membros da Polícia Judiciária Federal. Os Estados Unidos da América enviaram 76 aviões e, pela primeira vez,

¹⁶² Cf. Vargas (2011:246) e Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:144)

¹⁶³ Cf Watt & Zepeda (2012:47)

¹⁶⁴ Cf. Boullosa & Wallace (2016:25)

o México autorizou cerca de 30 agentes da recém-fundada DEA, a supervisionar os trabalhos de erradicação de cultivos ilícitos no Triângulo Dourado, como a região era conhecida.¹⁶⁵ Em relação aos números apresentados relativos à operação, cabe ressaltar que não são consensuais entre as diversas fontes de informação disponíveis, pelo que os valores apresentados são os mais fidedignos possível entre os acadêmicos da área. Ainda assim, uma das novidades desta operação, além da estreita colaboração, por parte dos Estados Unidos da América, foi a fumigação aérea dos cultivos, em vez da tradicional e demorada erradicação manual, através de um herbicida chamado “Paraquat”. Altamente tóxico para os seres humanos, podendo provocar Parkinson, linfoma, cânceres ou asfixia, quando ingerido, o governo mexicano negou que viesse a ser usada essa substância. No entanto, os EUA, uma vez mais pressionaram o México, para que a erradicação de cultivos fosse por via aérea, tendo eles próprios fornecido o químico ao México.¹⁶⁶ Assim:

In early 1977, ten thousand soldiers stormed the Golden Triangle sierra of Sinaloa, Durango, and Chihuahua. Marauding through villages, they kicked down doors, dragging hundreds of young men away, some to be beaten and tortured (via electric shock, burns, and chili-laced water shot up noses), hundreds never to be seen again. Army units also ransacked houses, raped women, and confiscated belongings, which intensified the armed resistance. From the air, US-supplied aircraft began spraying drug crops – 2,4-D acid on opium and the toxic herbicide paraquat on marijuana. Tens of thousands of plots and fields would eventually be destroyed, hundreds of kilograms of drugs seized.¹⁶⁷

Perante este cenário, é possível, desde logo, retirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, o sucesso na destruição dos cultivos foi evidente: só em 1977, 43 915 campos de ópio e 14 801 de marijuana tinham sido destruídos.¹⁶⁸ O êxito foi tão grande que, em 1979, a quantidade de heroína, proveniente do México, que entrava nos EUA tinha caído para metade, provocando um aumento do preço da heroína no país, dada a escassez do produto: em 1976, um

¹⁶⁵ Cf. Vargas (2011:246 e 247), Watt & Zepeda (2012:48), González (2014:127) e Boullosa & Wallace (2016:31)

¹⁶⁶ Cf. Vargas (2011:247) e Watt & Zepeda (2012:49)

¹⁶⁷ Cf. Boullosa & Wallace (2016:31)

¹⁶⁸ Cf. Vargas (2011:247 e 248)

miligrama custava, nas ruas, 1,26 dólares e, em 1979, 2,25 dólares.¹⁶⁹ Outro efeito resultante do êxito da operação teve que ver com a clara destruição do meio ambiente, pela poluição dos solos e rios, colocando em risco a vida dos que viviam nessas zonas, sem contar com a destruição de cultivos lícitos, eliminando o sustento de milhares de mexicanos.¹⁷⁰ As consequências negativas, em termos ambientais, económicos e humanos também se refletiu, através da política, pois, sem dúvida alguma, à semelhança de outros países latino-americanos que perseguiram elementos de esquerda, ativistas, estudantes, académicos e guerrilheiros, também o governo mexicano aproveitou para o fazer, sob o pretexto de atacar os narcotraficantes: “The Mexican attorney general predicted the end of drug trafficking in six months. Left unannounced was the determination to crack down on rural insurgents under cover of the anti-drug campaign.”¹⁷¹ Além disto, também os próprios consumidores estadunidenses saíram prejudicados, havendo registos do Instituto Nacional de Abuso de Drogas dos EUA, de amostras de marijuana que continuam 44 000 vezes mais Paraquat do que o considerado seguro para os seres humanos. Em resumo:

While the US government was supplying Mexico with the chemical, American drug users were consuming small quantities of Paraquat whenever they smoked marijuana originating from fumigated areas. [...] The risks to US marijuana smokers, to the public health of Mexicans living in areas near fields targeted for fumigation, and to the ecology, did not prevent politicians from pronouncing with confidence on the indisputable benefits of aerial spraying.¹⁷²

Neste contexto de extrema violência, quer pela quantidade da força empregue, quer pelos meios utilizados, um outro aspeto que convém referir está diretamente ligado à forma como a operação foi conduzida no terreno. Embora a produção de ópio e marijuana tenha efetivamente descido, não houve nenhum narcotraficante conhecido a ser capturado, o que se traduz num resultado bem mais sombrio:

...las tareas de erradicación, desmantelamiento, destrucción e incautación en pequeños, remotos y empobrecidos parajes, agudizó las difíciles relaciones entre las fuerzas armadas y población civil mexicana. Por otra parte, el negocio

¹⁶⁹ Cf. Boullosa & Wallace (2016:31 e 32) e Watt & Zepeda (2012:50)

¹⁷⁰ Cf. Watt & Zepeda (2012:49)

¹⁷¹ Cf. Boullosa & Wallace (2016:31)

¹⁷² Cf. Watt & Zepeda (2012:49)

pareció revitalizarse en tanto Cóndor impulsó su 'cartelización': los pequeños productores y comercializadores fueron judicializados, mientras los más poderosos lograron resistir usando sus ventajas y recurriendo cada vez más al uso de la violencia.¹⁷³

Assim, a corrupta DFS e as FA disciplinadas, ao serviço do PRI, que detinham interesses económicos e políticos no narcotráfico, geraram um clima de enorme arbitrariedade, resultando, por conseguinte, numa impunidade seletiva, em que os pequenos produtores eram presos, enquanto os mais fortes eram protegidos. Por cada quilo de droga traficada, os traficantes pagavam uma taxa de 60 dólares, distribuídos da seguinte maneira: 20 dólares para a DFS, 20 dólares para os chefes militares da zona e os restantes 20 para a polícia federal. Naturalmente que os pequenos produtores foram esmagados por estas regras, deixando os grandes à vontade e com menos concorrência.¹⁷⁴ Em linha de conta com esta opinião, vão Watt e Zepeda, ao assinalarem que:

Better-resourced traffickers could defend plantations by attacking crop-spraying planes with gunfire. Operation Condor put their small-time competitors out of business and thus rewarded the most daring risk-taking producers and allowed the most dangerous elements of the smuggling industry to become more powerful. Similarly, these groups had the greatest bargaining power with the police, military, the DFS and politicians, and could thus buy protection.¹⁷⁵

Numa última nota a respeito da Operação Condor que, por um lado, destruiu uma boa parte da produção de cultivos ilícitos no México e, por outro, abriu portas para o enriquecimento dos grandes traficantes, é importante mencionar outro tipo de consequências que a operação teve. No início dos anos 80, a redução de cultivos ilícitos começou a perder eficácia e o México voltou a ser um dos principais fornecedores de marijuana e heroína dos consumidores estadunidenses, demonstrando, de novo, que a procura é que gera a oferta e não o contrário.¹⁷⁶ Curiosamente, o México tornou-se, nesta altura, um ponto de trânsito de cocaína, um estimulante baseado nas andinas folhas de coca da América do Sul. Para se perceber o crescimento exponencial do tráfico de cocaína no país, é necessário contextualizar o fluxo desta droga e como a sua

¹⁷³ Cf. Vargas (2011:248)

¹⁷⁴ Cf. Watt & Zepeda (2012:50 e 58)

¹⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p.51

¹⁷⁶ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:145)

rota se desenvolveu, uma vez que uma nova droga a ser traficada no México implicou mais receitas para os traficantes e, portanto, mais poder. Na América do Sul, mais concretamente na Colômbia, Pablo Escobar, líder do afamado Cartel de Medellín, conseguiu a proeza de se tornar no principal exportador de cocaína para os Estados Unidos da América, durante, sobretudo, a década de 80. Se nos anos 70, o Perú e a Bolívia totalizavam 90% da produção mundial de folhas de coca, dez anos depois, os cartéis de Medellín e Cali, na Colômbia, controlavam sozinhos perto de 80% desse mercado.¹⁷⁷ Não desvalorizando os contornos sórdidos que a Colômbia viveu, em termos de movimentos guerrilheiros, violência paramilitar, social e estatal, é mais importante, para a investigação, analisar como a cocaína chegava aos Estados Unidos da América. A droga em questão era enviada pelas Caraíbas, sendo posteriormente encaminhada para a costa da Flórida, nos EUA. Quando os EUA decidiram bloquear essa rota, reforçando a vigilância na região, os colombianos, sem alternativas, começaram a mandar uma boa parte da mercadoria para o México, convertendo-os em intermediários. No entanto, os traficantes mexicanos, apercebendo-se de que os colombianos não tinham outra via, começaram a cobrar mais pelos seus serviços. Mabel González assinala que “...cuando los grandes cárteles colombianos comenzaron su declive y especialmente con su derrota a mediados de los noventa, sus equivalentes mexicanos pasaron de ser correos bien pagados a concentrar mucho mayor poder...”.¹⁷⁸ Também Watt e Zepeda sublinham como a posição geográfica dos narcotraficantes mexicanos favoreceu a sua ascensão, por oposição ao declínio dos colombianos.¹⁷⁹ É compreensível agora, graças a este enquadramento, não só que a cocaína se tenha tornado parte do negócio do narcotráfico no México, nesta altura, como também é nitidamente visível que a região da América do Sul, por ser uma área produtora de coca, impacta, ou pelo menos impactou, facilmente na evolução da quantidade de drogas traficada e na dinâmica de poder entre os traficantes do continente.

Neste momento, é possível prosseguir com a investigação, em que há que ter em conta a existência de um governo repressivo do PRI em declínio,

¹⁷⁷ Cf. Gaviria & Mejía (2011:332) e Medina (2012:154)

¹⁷⁸ Cf. González (2014:128)

¹⁷⁹ Cf. Watt & Zepeda (2012:97)

envolvido em operações antidroga com contornos pouco claros, quanto aos seus objetivos, do mesmo modo que é bem visível uma ascensão de traficantes de droga, primeiro protegidos pelo governo e, agora, favorecidos pela necessidade dos colombianos em enviarem cocaína através deles, gerando mais dinheiro e, portanto, mais poder. Além disso, também é visível um padrão de comportamento, por parte dos EUA, baseado no bloqueio de rotas de narcotráfico em direção ao seu país, senão veja-se a Operação Interceção e o bloqueio da rota das Caraíbas.

A década de 80 foi também marcante, não só pela ascensão dos traficantes mexicanos que o próprio governo fazia questão de proteger, mas também pela forma como estes se associaram, como um efeito inesperado da Operação Condor. Após as ações militares contra o Triângulo Dourado, muitos traficantes fugiram para uma região ligeiramente mais a sul, em Guadalajara, no estado de Jalisco, onde, tendo mais capacidades financeiras, rapidamente se estabeleceram nessa zona, formando o primeiro cartel do México: o cartel de Guadalajara.¹⁸⁰ Como apontam Boullosa e Wallace, “Condor inadvertently centralized the trade by winnowing out the small fry and strengthening those with the resources to buy protection from the police, the military, the DFS, and PRI politicians.”¹⁸¹ Deste modo, a “cartelização” do narcotráfico, provocada por esta operação militar, materializou-se neste grupo que, curiosamente, foi liderado por um ex-polícia, Miguel Ángel Félix Gallardo, gozando de total impunidade e proteção do Estado: “The DFS provided bodyguards for the capos; ensured drug-laden trucks safe passage over the boarder by using the Mexican police radio system to intercept US police surveillance messages...”¹⁸² O negócio corria bem, pois o cartel não só controlava as zonas de produção de ópio, como também recebia, da Colômbia, enormes carregamentos de cocaína para serem entregues nos EUA.¹⁸³

No entanto, em 1985, deu-se um incidente: o agente estadunidense da DEA, destacado precisamente para Guadalajara, Enrique Camarena, desapareceu, criando um novo problema diplomático com os EUA. Sem que se

¹⁸⁰ Cf. Tuckman (2012:20 e 21) e Watt & Zepeda (2012:50)

¹⁸¹ Cf. Boullosa & Wallace (2016:32)

¹⁸² Idem, *Ibidem*, p.38

¹⁸³ Cf. Watt & Zepeda (2012:50 e 61)

tivesse encontrado o seu corpo nas duas semanas seguintes, os EUA, novamente, decidiram controlar as suas fronteiras com o México, através da Segunda Operação Interceção, que, essencialmente, se traduziu na inspeção temporária de todos os veículos vindos do país vizinho, como forma de pressionar o México a investigar o sucedido. Quando, dois meses mais tarde, Camarena foi, finalmente, encontrado morto, com sinais de tortura, o escândalo rebentou: a DEA acusou diretamente alguns membros do PRI e da DFS de terem sido, em parte, responsáveis pelo homicídio do agente, denunciando o clima de impunidade e corrupção que existia no país.¹⁸⁴ Curiosamente, alguns autores sugerem que a DEA sempre soube da corrupção no seio da DFS, mas nunca a tinha denunciado, pois a DFS perseguia ativamente membros de esquerda no país e, para a Central Intelligence Agency (CIA), isso era mais importante.¹⁸⁵ De qualquer modo, debaixo de fogo, Miguel de la Madrid, presidente do México entre 1982 e 1988, decidiu desmantelar, em 1985, a DFS e, apesar de vários dos seus elementos terem sido condenados judicialmente, muitos foram para outras agências corruptas do Estado.¹⁸⁶ Note-se que o desaparecimento da DFS trouxe dificuldades acrescidas ao governo em conseguir controlar os narcotraficantes. Como assinalam Watt e Zepeda, “The 1985 closure of the DFS would eventually contribute, however, to a weakening of the state’s control of the drug trade, something which, in the 1990s and 2000s, allowed the consolidation of even more powerful criminal organisations...”.¹⁸⁷

Além do encerramento da DFS, o governo de Miguel de la Madrid, sob pressão dos EUA, acabou por capturar numerosos líderes do Cartel de Guadalajara, conseguindo desbaratá-lo, por completo. Porém, as consequências desta ação foram, em poucas palavras, a fragmentação da organização, pois este cartel deu origem a três novas organizações em Sinaloa, Tijuana e Juárez. Assim, Carrillo Fuentes, em Juárez, Joaquín El Chapo Guzmán, em Sinaloa, e a família Arellano Félix, em Tijuana, que antes cooperavam na mesma organização, eram agora, por causa do fim do cartel, concorrentes. Tinha-se

¹⁸⁴ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:145)

¹⁸⁵ Cf. Boullosa & Wallace (2016:40) e Watt & Zepeda (2012:54-57)

¹⁸⁶ Cf. Vargas (2011:160)

¹⁸⁷ Cf. Watt & Zepeda (2012:89)

iniciado, por conseguinte, uma nova era de concorrência e violência entre os antigos sócios do cartel de Guadalajara.¹⁸⁸

Um outro ponto importante, decorrente desta rápida mutação do fenómeno do narcotráfico no México e a forma como o Estado mexicano lidou com ela, tem que ver também com o posicionamento dos Estados Unidos da América perante o fenómeno. Se tem sido notória a sua inflexibilidade na forma de combater o narcotráfico, insistindo na redução da oferta, os EUA começaram a afastar-se ideologicamente da Europa que iniciava, nesta década, um debate aceso sobre a liberalização do consumo de drogas. Assim, para os europeus o foco devia ser na redução do consumo, olhando para as drogas como um problema de saúde pública e não como um crime, deixando, naturalmente os EUA mais isolados.¹⁸⁹ Nesta altura, as divergências aumentaram ainda mais, quando os Estados Unidos da América anunciaram a criação de um sistema de certificação de países, avaliando-os anualmente quanto aos resultados obtidos no combate ao narcotráfico, sob pena de estes deixarem de contar com o apoio financeiro dos EUA: “...the passage of the 1986 Anti-Drug Abuse Act [...] required the executive branch to annually certify that any country receiving US assistance was cooperating fully with US anti-narcotic efforts, or taking steps deemed sufficient on its own”.¹⁹⁰ Numa opinião pessoal, esta medida tomada pelo governo dos Estados Unidos da América é apenas o renovar da atitude que já tinha tido no início do século XX, aquando da Convenção Internacional do Ópio, de 1912, onde tinha, basicamente, pressionado outros países a adotar a mesma postura de redução da oferta de drogas, com uma agravante: 70 anos não foram suficientes para entender a ineficácia deste ataque à oferta e, pior, agora já havia conhecimento científico a respeito dos malefícios do consumo de drogas. Independentemente dos inúmeros problemas endógenos do México que reduziram substancialmente a eficácia das suas políticas antidroga implementadas no país, este processo de certificação foi, reforçando o carácter pessoal do comentário, humilhante, por várias razões: i) inibiu, de novo, a possibilidade de se discutir internacionalmente a melhor forma de combater o narcotráfico, ignorando as posições políticas distintas dos países sujeitos à

¹⁸⁸ Cf. Vargas (2011:160)

¹⁸⁹ Cf. Buxton (2006:64 e 65)

¹⁹⁰ Cf. Bouldosa & Wallace (2016:40), González (2014:53) e Buxton (2006:63)

certificação; ii) forçou países a canalizar recursos próprios para um combate às drogas comprovadamente ineficaz; iii) favoreceu o clima de conflito nos e entre os países avaliados, pois todos concorriam entre si pela aprovação dos EUA nesta matéria; e iv) precisamente porque é a procura que gera a oferta, não havia qualquer legitimidade, por parte dos EUA, os maiores consumidores mundiais de drogas, em julgar o sucesso de outros países, não só porque internamente nunca reduziram a procura eficazmente, como este processo de certificação foi implementado, numa altura em que o país enfrentava uma grave epidemia de consumo de crack, uma forma solidificada de cocaína.

Além destas dificuldades, o México atravessou, também nesta década, uma grave crise económica. Durante os anos 70, tal como muitos países latino-americanos, o México contraiu grandes dívidas, junto de bancos no estrangeiro, em boa medida, para compensar as fracas receitas fiscais.¹⁹¹ O problema é que, dentro das exportações totais do país, 67% eram representadas pelo petróleo, expondo-o a eventuais problemas, derivados da alteração do seu preço de venda.¹⁹² Os autores Watt e Zepeda mencionam que o petróleo chegou a valer 75% desse total, em 1982.¹⁹³ Foi exatamente o que se passou: entre 1981 e 1982, o preço do barril caiu dos 78 para os 32 dólares, deixando o país sem dinheiro e com avultados empréstimos por pagar. Para se ter uma ideia mais clara, só em 1982, o México devia 8 biliões de dólares só em juros.¹⁹⁴ Em valores absolutos, “...Mexico’s foreign debt increased from \$4.2 billion in 1970 to nearly \$20 billion by 1976 and to almost \$59 billion by the end of 1982.”¹⁹⁵

Neste sentido, porque não reunia quaisquer condições para pagar aos seus credores, o México, em 1982, pediu assistência financeira ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Miguel de la Madrid (1982-1988), presidente mexicano que iniciou funções justamente neste período, acabou por colocar em marcha o programa de assistência financeira. Nessa década, enquanto defensores da redução do peso do Estado na economia, Ronald Reagan e Margaret Thatcher resgataram os valores do liberalismo económico, valores que

¹⁹¹ Cf. Steger & Roy (2013:150)

¹⁹² Cf. Williamson (2009:405)

¹⁹³ Cf. Watt & Zepeda (2012:72)

¹⁹⁴ Cf. Boullosa & Wallace (2016:44)

¹⁹⁵ Cf. Watt & Zepeda (2012:73)

se refletiram nas condições da ajuda financeira ao México, por parte do FMI. Assim, Miguel de la Madrid acabou, também ele, por ser um elemento renovador na política mexicana:

The PRI abandoned its national revolutionary project and ideology, dismantled the state corporatist structure, and discarded economic protectionism in favour of what became known as free trade [or] neoliberalism. [...] “De la Madrid was reform-minded, less embedded in the traditional politics of the PRI and had close relations with the capitalist class and foreign interests.”¹⁹⁶

O protecionismo económico e o assistencialismo, habituais marcas do PRI, acabaram por dar lugar a uma liberalização dos agentes económicos, promovendo a economia de mercado.¹⁹⁷ O número de privatizações também subiu em flecha desde o início do seu sexénio, como consta da figura abaixo.

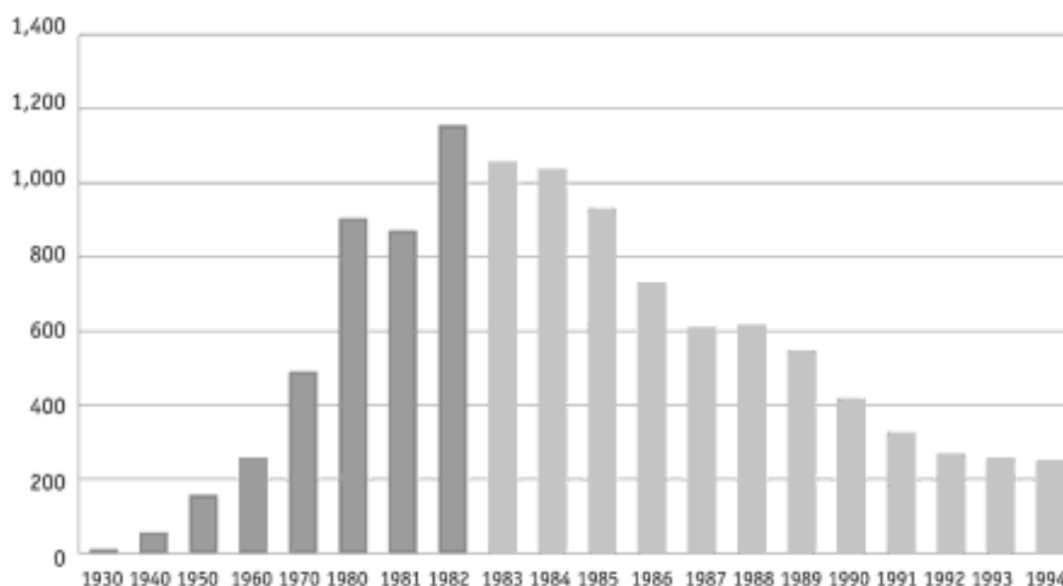


Figura 4 – Número de empresas públicas no México, entre 1930 e 1994¹⁹⁸

Na área social, a situação foi particularmente devastadora, pois os cortes nos subsídios às populações, associados a um forte sismo, em 1985, que destruiu grande parte da Cidade do México, a capital, trouxeram consequências políticas:

The burden of the austerity programme, needlessly to say, fell upon the shoulders of the poor and the working classes. Average wages rose by 40 per cent, when inflation was running at 100 per cent; reductions in subsidies of

¹⁹⁶ Cf. Watt & Zepeda (2012:70)

¹⁹⁷ Cf. Hernández (2002:480)

¹⁹⁸ Figura 4: Watt & Zepeda (2012:103)

staples and transport drove up the cost of living for the broad mass of the people. Their plight was made worse by the devastation caused by a powerful earthquake that hit Mexico City and western parts of the country in 1985; the shantytowns and working-class barrios sustained the greatest loss of life. The government's inefficiency in dealing with the consequences of this disaster fuelled rising public anger. The middle classes too were affected by cuts in public spending and in imports of consumer goods.¹⁹⁹

Neste contexto de grande tensão económica e social, perante o descontentamento geral, "...the austerity program encouraged hundreds of nongovernmental organizations to emerge, leading to a dramatic growth in civic organizations, which presented growing demands to the government."²⁰⁰ Este despertar da sociedade civil, opositora de um PRI muitas vezes repressivo e ineficiente, face aos grandes impactos económicos e sociais causados pelo terramoto e pelas políticas aplicadas ao longo de décadas, também se refletiu no próprio partido. Oportunamente, a facção interna mais à esquerda do PRI, bastante descontente com as políticas tomadas por De la Madrid, acabou por formar, em 1986, a Corrente Democrática, um movimento interno como forma de protesto. Contudo, porque eram apologistas de um novo meio de escolher o candidato interno do partido às eleições, ficaram ainda mais desanimados com a escolha de Carlos Salinas para candidato oficial do PRI às eleições de 1988. Cuauhtémoc Cárdenas, filho do antigo general e ex-presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), popular líder do movimento, decidiu abandonar o PRI e concorrer contra o próprio partido nas eleições presidenciais, com a recém-formada Frente Democrática Nacional (FDN), uma coligação de vários partidos de esquerda. Também a concorrer, encontrava-se o Partido Acción Nacional (PAN), mais conservador, fundado em 1939. Não será muito difícil perceber que este partido sempre foi residual, tendo em conta o que o PRI representava.²⁰¹ As eleições de 1988, além do presidente, escolheriam a composição do Congresso, isto é, as cores políticas de 500 deputados da Câmara dos Deputados e 64 senadores para o Senado.

Deste modo, Carlos Salinas de Gortari, candidato oficial do PRI, ganhou as eleições com uma percentagem algo incerta, visto que, a meio da contagem

¹⁹⁹ Cf. Williamson (2009:406)

²⁰⁰ Cf. Camp (2011:120)

²⁰¹ Idem, *Ibidem*, p.124-126

dos votos, “o sistema caiu”, deixando margem para, de novo, o PRI os manipular. Para Camp, não é certo se Salinas terá perdido as eleições ou se teria ganho com uma margem bem menor.²⁰² Embora alguns autores prefiram ficar na dúvida, há um dado interessante que convém destacar: em 2004, o próprio Miguel de la Madrid, então presidente, assumiu que o “sistema tinha caído”, pois os primeiros resultados divulgados, por exemplo no Distrito Federal, davam a vitória à FDN e, por temer que isso se repetisse no resto do país, não se procedeu à contagem dos restantes votos.²⁰³ De qualquer forma, os resultados oficiais deram cerca de 49% a Salinas, do PRI, 30% a Cárdenas, da FDN, e Clouthier, candidato do PAN, recebeu quase 17%.²⁰⁴ Já na Câmara dos Deputados, os resultados mostram uma alteração que merece atenção: não só a FDN tinha conseguido um resultado histórico, na sua estreia, como o PRI já não controlava quase três quartos deste órgão legislativo. A figura abaixo mostra um curto historial das vitórias do PRI, além do reflexo de um crescente descontentamento geral da sociedade mexicana.

Ano	Total de Mandatos	PRI (%)	PAN (%)	FDN (%)
1979	390	75,89	11,02	-
1982	400	74,75	12,75	-
1985	400	72,25	10,20	-
1988	500	52,00	20,20	27,80

Figura 5 -Histórico da distribuição percentual dos resultados eleitorais à Câmara dos Deputados dos principais partidos, entre 1979 e 1988²⁰⁵

Para Camp, esta reorganização do quadro político, mostrou aos mexicanos que afinal o PRI não era a única opção e o partido não era, de todo, invencível, até porque a nível estadual, os *prístas* tinham sido derrotados, pela primeira vez, em quatro estados e no Distrito Federal.²⁰⁶

Os contornos destas eleições e o que elas significaram, para a política mexicana, é da maior relevância por vários motivos. Em primeiro lugar, como já foi dito, o PRI perdeu, ineditamente, para outro partido, iniciando-se o processo de transição democrática no país. Em segundo lugar, aquela que tinha sido a

²⁰² Cf. Camp (2007:208 e 209)

²⁰³ Cf. Boullosa & Wallace (2016:49)

²⁰⁴ Cf. Molinar & Weldon (2014:166)

²⁰⁵ Elaboração própria, adaptada de: Hernández (2002:466)

²⁰⁶ Cf. Camp (2011:125)

maior força inicial deste partido, a amplitude ideológica, foi também a sua maior debilidade, ao criar divisões internas. Note-se como o partido da Revolução Mexicana, foi também o partido da Segunda Grande Guerra, da Guerra Fria, das operações militares contra o narcotráfico e das medidas neoliberais que, aliás, culminaram na assinatura de um acordo de comércio livre, em 1994, com os Estados Unidos da América e o Canadá, a NAFTA. As palavras do escritor e jornalista mexicano Juan Villoro espelham bem a situação:

A climate of false participation determines our democracy. Maybe because we take unpunctuality to epic proportions, it took us seventy-one years to free ourselves from one-party rule. During most of the twentieth century, our politics were like a hippodrome where the same horse wins every race. Based on a careful strategy of pacts with various social sectors and the elimination of dissent, the Institutional Revolutionary Party (PRI) was able to govern, representing ideologies that changed according to the needs of the times. In a strict sense, more than a political party, the PRI has been an immense labour exchange, which allowed business to be conducted with the support of power.²⁰⁷

Embora pareça que estas eleições são apenas um detalhe na investigação, elas representam, na verdade, um dos seus momentos mais importantes, colocando-se a simples questão de que, se o PRI é que tem controlado, ao longo de várias décadas, o narcotráfico com mão de ferro, no México, o que terá sucedido quando perdeu as eleições presidenciais, em 2000?

Com o PRI em declínio, Carlos Salinas decidiu prosseguir as políticas económicas do seu antecessor, De la Madrid. Recorde-se, neste sentido, a figura 4 que mostra o número cada vez mais reduzido de empresas públicas, tanto no sexénio de De la Madrid, como no de Salinas. Seguramente, o momento mais importante destas políticas de abertura do México ao mundo, tal como o fazia a União Europeia, foi a proposta mexicana, aos EUA e ao Canadá, de criar uma zona de comércio livre. Após alguma discussão pública, Salinas, com quem mantinha uma boa relação com o seu homólogo estadunidense, George H. Bush, conseguiu gerar consensos dentro do PRI, além do apoio do PAN, fazendo com que o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) entrasse em

²⁰⁷ Cf. Cacho, et al. (2016:61)

vigor no primeiro dia de Janeiro de 1994.²⁰⁸ Este contexto de abertura económica, através do aprofundar da integração económica regional, trouxe, contudo, quatro aspetos importantes. Em primeiro lugar, decorrente diretamente deste processo, o agudizar da crónica desigualdade social existente no México, levou as comunidades indígenas a insurgir-se militarmente contra o poder local, no estado sulista de Chiapas, formando o Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Embora tenha sido rapidamente reprimido pelo governo, este movimento simbólico acelerou a formação de organismos não-governamentais, apoiantes da transição democrática em curso.²⁰⁹ Em segundo lugar, denota um alinhamento entre o México e os Estados Unidos da América, pelo menos, no campo económico. O terceiro aspeto, bastante importante no âmbito desta investigação, prende-se com o facto de que a abolição ou um menor controlo das fronteiras entre os dois países facilitou, com toda a certeza, o crescimento do narcotráfico do México para os EUA. Como apontam Bouldosa e Wallace:

The adoption of free trade, and the deeper integration of the Mexican economy with that of the United States, dramatically increased cross-border traffic, making it far easier to insert narcotics into the stream of northward-bound commodities. [...] The weakening of the state and the glorification of “free enterprise” conferred authority and legitimacy on the private sector in which drug traffickers were now key players. As Watt and Zepeda point out, neoliberals prioritized accumulation of profit over social welfare, ruthless competition over cooperation, and the sanctification of private property and wealth over community and civic responsibility. These propositions [...] also formed the dominant ideology of crime syndicates.²¹⁰

Numa curta nota pessoal, a parte fundamental a retirar da citação acima tem que ver com a facilitação óbvia do tráfico de drogas e a lógica empresarial desse tempo que foi transposta para o crime organizado, não subscrevendo, porém, o tom utilizado pelos autores.

O último aspeto, não resultante diretamente deste acordo comercial, tem que ver com a queda de Pablo Escobar e, conseqüentemente, do cartel

²⁰⁸ Cf. Hernández (2002:484 e 485), Williamson (2009:408) e Camp (2011:127)

²⁰⁹ Cf. Camp (2011:131 e 132)

²¹⁰ Cf. Bouldosa & Wallace (2016:54 e 55)

colombiano de Medellín, em 1993, levando ao crescimento do negócio dos narcotraficantes mexicanos, acelerado pela abertura de fronteiras. Assim:

...el éxito que tuvieron las autoridades colombianas durante la década de los noventa, en el debilitamiento y desmantelamiento de los grandes monopolios criminales dedicados al tráfico de drogas, fortaleció a los carteles mexicanos que empezaron a jugar cada vez más importante en el control de las rutas de tráfico y su consolidación definitiva como grandes empresas dedicadas al crimen transnacional.²¹¹

O ano de 1994 também ficou marcado por novas eleições presidenciais, as últimas do século XX. Como já era hábito, o PRI tinha escolhido o seu candidato, desta vez uma pessoa muito popular entre os vários setores sociais, Luis Donaldo Colosio. Este candidato do PRI expressava frequentemente, nos seus discursos, a necessidade de mudanças estruturais ao nível político e económico, tornando-o um dos favoritos à presidência. A 23 de Março de 1994, Colosio, no meio de uma multidão de apoiantes seus, foi assassinado, deixando o PRI sem candidato. O autor da sua morte nunca chegou a ser conhecido, tendo ficado no ar a ideia de uma possível conspiração política contra Colosio. Esta morte, para Boullosa e Wallace, sugere que o evidente declínio do PRI o debilitou de tal forma que os narcotraficantes poderiam ter estado por detrás do homicídio do candidato de Luis Donaldo Colosio.²¹² Assim, Ernesto Zedillo, outro militante do partido, acabou por ocupar o lugar do antigo candidato, tornando-se o último presidente do longo reinado de setenta e um anos do PRI, ao assumir funções entre 1994 e 2000.²¹³ O sexénio de Zedillo ficou ainda mais fragilizado pela crescente violência no norte do país, onde muitos traficantes já se começavam a organizar, nomeadamente na região do Golfo e na fronteira Ciudad Juárez. Em simultâneo, em 1996, Zedillo, por acreditar que a antiga Polícia Judicial Federal (PJF), o equivalente ao FBI em termos de funções, era tão corrupta e, por isso, ineficiente, decidiu extingui-la, enfraquecendo, ainda mais, a capacidade do governo de controlar os narcotraficantes. Embora a Polícia Federal Preventiva tenha sido criada, em substituição da força anterior, o governo mexicano delegou cada vez mais nas Forças Armadas mexicanas o combate ao narcotráfico que, até então, apenas participavam em operações de

²¹¹ Cf. Vargas (2011:156 e 157)

²¹² Cf. Boullosa & Wallace (2016:61)

²¹³ Cf. Hernández (2002:485 e 486) e Langton (2012:73 e 74)

erradicação de cultivos.²¹⁴ Cabe destacar que houve importantíssimas movimentações a norte que fizeram crescer a violência no país, mas, por uma questão de coerência, esse tema será abordado mais adiante, na parte da análise do narcotráfico no país.

Ao entrar no novo milénio, o PRI foi finalmente derrotado pelo candidato do PAN, Vicente Fox. O novo presidente, bastante mais diplomático, prometeu fortalecer as instituições do Estado, durante esta transição democrática. No entanto, essas promessas terão ficado aquém do esperado, pois os mexicanos continuavam a não se rever na forma de as elites fazerem política.²¹⁵ Sublinhe-se que as dificuldades de Vicente Fox em governar também se deveram ao facto de o PAN não ter conseguido o controlo, quer do Senado, quer da Câmara dos Deputados.²¹⁶ Fox insistiu na proteção dos direitos dos mexicanos residentes nos EUA e numa maior abertura das fronteiras entre os dois países, mas os atentados de 11 de Setembro de 2001 deitaram as suas intenções por terra.²¹⁷ Ainda assim, mostrou solidariedade com Washington, procurando reforçar a ideia de segurança regional.²¹⁸

Com a crescente violência em vários pontos do país, o recurso às Forças Armadas tornou-se cada vez mais inevitável, uma vez que as forças policiais iam trocando de nome, mas a corrupção continuava a dificultar a eficiência das autoridades. Só para se ter uma noção mais clara, ainda no tempo do PRI, os traficantes pagavam 3,2 milhões de dólares em subornos ou proteção política, em 1983, valor que passou a 460 milhões, em 1993. Em 1995, estimava-se que, dos 100 000 agentes da PJJ, entre 30 e 50% eram corruptos.²¹⁹

O governo de Fox, durante o seu mandato, acabou por, pessoalmente, não ter conseguido mostrar as suas convicções pessoais, na medida em que o Congresso não facilitou a governação, tal como a conjuntura do momento. Por exemplo, se, para Vicente Fox e Jorge Castañeda, então ministro mexicano das Relações Exteriores, o objetivo era retirar o tema das drogas da agenda bilateral

²¹⁴ Cf. Boullosa & Wallace (2016:62 e 63) e Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:60 e 61)

²¹⁵ Cf. Watt & Zepeda (2012:141-145) e Camp (2011:144 e 145)

²¹⁶ Para ver a composição do Congresso, entre 1982 e 2006, consulte-se: Watt & Zepeda (2012:151)

²¹⁷ Cf. Williamson (2009:586 e 587)

²¹⁸ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:163)

²¹⁹ Cf. Boullosa & Wallace (2016:59)

com os EUA ou, pelo menos, priorizar políticas não-militares em matéria de controlo de drogas, o 11 de Setembro e a securitização da região por parte do país vizinho, obrigou o México a atuar no mesmo sentido de novo, isto é, via Forças Armadas. A construção de um novo terminal aeroportuário na Cidade do México, que levaria a uma série de expropriações, acabou em duras manifestações contra o governo, obrigando-o, de novo, a recuar.²²⁰

Houve, contudo, um ponto fundamental para esta investigação: a democratização do México trouxe um gigantesco problema de segurança para o país, uma vez que a queda do PRI se traduziu na ascensão dos narcotraficantes. Como aponta Mabel González:

El PRI ya no estaba en situación de controlar o supervisar el negocio de las drogas, dado que el poder se diluyó con diferentes partidos al mando en los ámbitos federal, estatal y local. Esto cambió el poder relativo del crimen organizado en relación al estado y “causó una ruptura del sistema estatal de protección, lo que resultó en una escalada de la violencia a las drogas”.²²¹

Watt e Zepeda também abordam esta inversão de forças, dizendo que:

...the cartels now started to treat members of the army, police forces, bankers and political officials as their employees, a reversal of the relationship under the previous PRI rule and a turnaround which spelt the end of the cosy arrangements of the *plaza* system. [...] the so-called “democratisation” contributed to the escalation of a crisis in the “war on drugs” as the PRI finally surrendered its dominance over the drug trade.²²²

Em relação à citação anterior, para uma compreensão clara, o sistema de corredores, ou *plazas*, foi um mecanismo usado pelos governos do PRI para controlar e taxar os narcotraficantes, ao mesmo tempo que protegia o negócio das drogas.²²³ Tal como Boullosa e Wallace descrevem:

Government agencies [tais como a DFS cuja missão era combater o narcotráfico] established unofficially sanctioned trafficking corridors at strategic transit points through which drugs had to pass on their way to the United States. The *plazas* were not controlled by the criminals; they were, instead, checkpoints at which the traffickers were greeted by the federal police

²²⁰ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:64 e 65)

²²¹ Cf. González (2014:129)

²²² Cf. Watt & Zepeda (2012:142 e 143)

²²³ Idem, *Ibidem*, p.150

or the military, there to collect bribes, or to bust (and occasionally kill) anyone who was not paying up.²²⁴

Neste sentido, o governo de Vicente Fox começou a capturar vários cabecilhas importantes de diferentes organizações nos primeiros anos, recorrendo quase sempre às FA. Os crescentes desentendimentos entre os cartéis e a maior frontalidade do governo no combate a estas organizações começaram a fazer aumentar os níveis de violência. Note-se que existe alguma controvérsia acerca da forma como este combate foi feito. O governo de Fox, para alguns autores, pareceu ter tentado proteger algumas organizações em detrimento de outras, pelas ofensivas estatais sistemáticas aos mesmos alvos, gerando uma certa e legítima desconfiança. A base desta acusação, a título de curiosidade, tem que ver com a crença de que um único cartel no país reduziria significativamente a violência, por falta de concorrência.²²⁵

Um último ponto que vale a pena realçar, resgatando a vontade pessoal e política de Vicente Fox em resolver o problema das drogas por outra via que não a militar, tem que ver com a sua visão da despenalização da posse de drogas e até da sua legalização. Assim:

...President Fox [...] looked for non-military choices for drug control policies. The president's heart was in his proposal of the early summer of 2006 to decriminalize illicit drug possession [...] the indications are that President Fox did not wish to resort to his military, and only did so under duress. The source of the duress was the same that led to the withdrawal of his 2006 proposal – the Bush administration.²²⁶

Neste contexto de grande instabilidade, Fox concluiu o seu mandato em 2006, altura em que a Procuradoria Geral da República já tinha identificado sete grandes organizações de narcotráfico.²²⁷ Às disputadas eleições de 2006, concorreram de novo o PAN, o PRI e o Partido de la Revolución Democrática (PRD), que teve origem na já mencionada ala separatista de esquerda do PRI. Felipe Calderón, do PAN, teria como principal contendedor, Andrés Manuel López Obrador, do PRD. Assim, pela Constituição Mexicana de 1917, que não

²²⁴ Cf. Boullosa & Wallace (2016:32)

²²⁵ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:64-69)

²²⁶ Idem, *Ibidem*, p.71

²²⁷ Cf. Vargas (2011:258)

permitia reeleição, nem segunda volta, Felipe Calderón venceu as eleições com uma vantagem de apenas cerca de 0,5%.²²⁸ López Obrador, acusando o candidato do PAN de fraude eleitoral, reclamou a vitória, mas sem êxito.²²⁹

Alguns dias depois da tomada de posse como presidente, em 2006, Felipe Calderón lançou duras críticas contra o seu próprio apoiante e antecessor Fox, dizendo “We are paying the consequences of what was not done yesterday”, referindo-se ao dia anterior como a altura em que, em vez de se ter combatido o crime com determinação, preferiu-se ignorá-lo.²³⁰ Mais importante ainda, numa eleição que o deixou fragilizado, em termos de legitimidade política, o recém-eleito presidente do PAN declarou guerra aberta ao narcotráfico e o emprego das Forças Armadas seria o eixo central da sua política.²³¹

Em resumo, este capítulo procurou mostrar muito mais do que a história de um país ou tecer considerações pessoais a respeito de alguns acontecimentos, o que, de resto, é normal, desde que se enquadre na investigação e, sobretudo, não a comprometa. Além disso, este capítulo é crucial, pois, se a EC valoriza as relações duradouras e intensas, em matéria de segurança, só com uma abordagem desta natureza é que isto ficou patente. Com particular cuidado, o capítulo centrou-se nos desenvolvimentos políticos, sociais e económicos do México, nunca descurando os desenvolvimentos paralelos da evolução do narcotráfico neste país. Oportunamente, foram denunciados, embora de forma implícita, pois isso será feito mais tarde, diversos padrões de comportamento, quer do lado mexicano, quer do lado estadunidense, fortalecendo a coerência e integridade da investigação. Importa referir que, onde foi possível, foram introduzidos dados quantitativos, quase sempre com o mesmo objetivo, o de dar uma dimensão real às palavras, facilitando a leitura dos acontecimentos. Acima de tudo, para concluir, este capítulo pretendeu fornecer muito material relevante, para a EC, que será, posteriormente, objeto de análise. Se o presente capítulo falou do narcotráfico de uma forma um pouco marginal, pois o foco não era sobre ele, mas sim os fatores que o construíram, o próximo será exatamente o contrário.

²²⁸ Sugere-se, a título de curiosidade sobre a controversa eleição, a seguinte leitura: Fernández (2007)

²²⁹ Cf. Williamson (2009:587)

²³⁰ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:71)

²³¹ Cf. González (2014:125)

IV – A Orgânica do Narcotráfico no México

Não faria sentido abordar o narcotráfico no México apenas de uma perspectiva histórica e marginal, como foi feito no capítulo anterior, até porque o foco não era esse. De facto, como foi possível depreender do final do capítulo anterior, a autonomização deste fenómeno ao qual Felipe Calderón declarou guerra tornou-se de tal forma complexo que acabou por justificar, em grande medida, a existência e apresentação, neste momento, deste capítulo. Sendo complementar à investigação, este capítulo vai procurar mostrar o outro lado, isto é, não “o combate ao narcotráfico”, mas “o narcotráfico a ser combatido”. É, por conseguinte, um capítulo fundamental, pois clarificará, não só as ações do Estado e as reações dos traficantes, mas também a sua estrutura, lógicas internas associadas às armas, corrupção e geonarcótica. Note-se que serão utilizados, em vários momentos deste capítulo, algumas ideias e conclusões tiradas de uma investigação anterior, feita pelo mesmo investigador, apenas no sentido de potenciar ou aproveitar parte de estudos exaustivos que possam contribuir para um melhor entendimento deste fenómeno e, simultaneamente, que sejam relevantes para responder à questão central desta investigação.²³² Além disto, nunca é demais sublinhar que o narcotráfico é, de facto, no âmbito deste trabalho, a origem de muitas questões de segurança entre o México e os EUA, sendo, por isso, óbvia a necessidade da sua análise em profundidade.

Quanto à apresentação propriamente dita deste capítulo, é necessário explicar como ele se vai organizar, uma vez que tem uma estrutura mais complexa e, por ser diferente, é conveniente explicá-la e justificá-la. Ao contrário do capítulo anterior, que, ao adotar uma perspectiva histórica, segue uma ordem cronológica, este grande e fundamental capítulo não segue essa lógica. Ao tratar-se de uma análise ao fenómeno em si e não ao seu desenvolvimento histórico num país, diversas componentes acerca do mesmo surgem naturalmente: como é feito o narcotráfico, o que o define e que outros conflitos se podem assemelhar a este, onde se localiza, qual o papel das armas para a manutenção dos cartéis mexicanos, como é a sua estrutura atual e como tem evoluído, qual é a importância do dinheiro para as operações de tráfico de drogas e, por fim, que impactos, a nível cultural, este fenómeno exerce sobre a

²³² V. Lopes (2017)

sociedade mexicana. Neste sentido, este capítulo estrutura-se em dez partes, todas interdependentes, pois todas abordam o mesmo tema, embora sob pontos de vista distintos. Para começar, é necessário entender a dimensão de um problema como este à escala global, bem como abordar o porquê de os lucros de quem a esta atividade se dedica serem tão altos, enquadrados numa atividade de violência extrema e grande competitividade (I - Narcotráfico como Negócio). De seguida, dada a sua centralidade num fenómeno como o narcotráfico, será estudada a questão das armas, mais concretamente a política de armas dos Estados Unidos da América (II - Armas). Nesta segunda parte, ficará patente a relação estreita entre o fenómeno das drogas no México e o das armas nos EUA, bem como o papel dos lóbis das armas, como a National Rifle Association (NRA), na preservação da Segunda Emenda que tem sido usada para justificar a possibilidade de qualquer estadunidense possuir uma arma de fogo. Serão aqui também analisadas algumas consequências sociais, económicas e políticas da Segunda Emenda da Constituição política dos EUA, ainda que de uma forma simples, visto não ser o foco desta investigação. De seguida, o terceiro subcapítulo incidirá sobre a prática concreta do tráfico de drogas na fronteira entre o México e os Estados Unidos, objeto do presente estudo (III - Narcotráfico na Fronteira). Embora não seja essencial, para a investigação, estudar como o narcotráfico realmente funciona na fronteira entre os dois países, também seria estranho não o fazer, pois é esta parte que traduz a essência prática do tráfico de drogas. Num pequeno subcapítulo à parte, relacionar-se-á o crescimento do cartel mexicano Los Zetas com a corrida ao armamento (IV – Los Zetas e a Corrida às Armas). Esta curta parte apenas pretende mostrar como a militarização de um cartel, num momento particular da História, fruto de uma intervenção estatal, provocou uma corrida generalizada às armas por parte dos seus concorrentes, elevando, por consequência, a violência vivida no México a um novo patamar. Posteriormente, será analisada a famosa estratégia *kingpin*, utilizada eficazmente no combate aos cartéis colombianos (V – A Estratégia *Kingpin* e as Estruturas Criminais). Aqui serão estudadas, ao nível da estrutura e de forma comparada, as organizações de tráfico de drogas mexicanas e colombianas. Por sua vez, a questão do território, elemento essencial para as operações destas empresas criminais, será abordada no subcapítulo seis (VI – A Geonarcótica). Nesta parte,

será estudado o território mexicano de acordo com as suas especificidades e diferentes usos que os cartéis mexicanos lhe dão. Um outro subcapítulo de grande importância está intimamente ligado a outras práticas criminais, cada vez mais significativas para os cartéis, como a extorsão, o sequestro ou o assassinato. Aqui, será também afluída a temática do dinheiro, de como é lavado, articulado com a questão da corrupção, tão necessária à manutenção da sobrevivência destas organizações (VII – O Dinheiro). Já o capítulo oito, um pouco distinto dos demais, tem que ver com as relações culturais estabelecidas, nomeadamente através da música e da religião, entre a sociedade civil e o fenómeno do narcotráfico, enquanto atividade praticada de forma reiterada no tempo no México (VIII – A Narcocultura). O penúltimo subcapítulo tem um interesse especial, não apenas pela sua utilidade prática, mas também porque as conclusões dele tiradas se reportam a um trabalho de investigação anterior que, para este caso concreto, é da maior relevância. De um modo simples, esta parte do capítulo alerta para o facto de a América Latina ser palco de conflitos armados diversos, nomeadamente de movimentos insurgentes, como é o caso das guerrilhas, e que podem facilmente ser confundidos, pelos seus comportamentos, com o fenómeno do narcotráfico. É desta forma que este subcapítulo se apresenta como um clarificador do conceito e da atividade do narcotráfico por oposição aos movimentos guerrilheiros. Muitas vezes, justamente porque fenómenos que se comportam de forma semelhante são vistos, pelo poder político, como iguais e, por conseguinte, requerem o mesmo tipo de resposta política, é vital esclarecer as suas semelhanças e diferenças. Para tal, será usado, a título comparativo, o caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a guerrilha mais antiga da América Latina. Ainda sem qualquer apresentação concreta, é possível imaginar que os dois fenómenos, narcotráfico e guerrilhas, possuem diversos elementos comuns, tais como as armas, a violência, os ataques ao Estado ou o tráfico de drogas, mas que, após serem analisados a fundo, se percebe que formam imagens distintas, isto é, conflitos distintos. Assim, para o âmbito desta investigação, é da maior importância definir o narcotráfico no México, opondo-o a outro conflito muito semelhante, como os movimentos insurgentes. Far-se-á, pois, uma breve introdução ao contexto do aparecimento e evolução das FARC, bem como um estudo analítico das suas idiosincrasias, terminando com uma comparação

esquemática entre os dois fenómenos. Desta forma, não só a atividade do narcotráfico ficará muito melhor definida, como não se cairá no erro de confundir com atividades com comportamentos semelhantes. Quer-se, em resumo, determinar que não só conflitos com comportamentos iguais não implicam origens iguais, como também que é por causa de as origens serem diferentes que as soluções *têm* de ser diferentes (IX – O Narcotráfico no México e os Movimentos Guerrilheiros). Note-se que este subcapítulo, por incidir sobre definições, poderia aparentemente ser mais natural se fosse apresentado na parte inicial do capítulo, mas tal não faria qualquer sentido, pois seria impossível retirar qualquer conclusão lógica a respeito da comparação entre os dois fenómenos, uma vez que o próprio fenómeno do narcotráfico só fica mais claro depois de terem sido debatidos todos os outros subcapítulos. Por esta razão, é praticamente no final do capítulo que estão reunidas as condições para apresentar um segundo conflito, estando, simultaneamente, em condições de o poder comparar com o primeiro.

Para finalizar, como não podia deixar de ser, o último subcapítulo remete para a localização concreta, isto é, no mapa, dos cartéis mexicanos na altura em que Felipe Calderón assumiu a presidência do México, em 2006 (X – Os Cartéis Mexicanos). A acompanhá-la, seguir-se-á uma breve descrição de cada um deles, para se ter uma noção mais clara do desafio que Calderón tentou combater durante o seu sexénio. Antes de iniciar o capítulo propriamente dito, é pertinente mencionar que a divisão dos subcapítulos é meramente temática, ou seja, a escrita dos subcapítulos não é estanque, estando interligados uns com os outros.

I - Narcotráfico como Negócio

Como foi possível compreender no capítulo anterior, o narcotráfico tem, como objetivo único, o lucro, assemelhando-se, por isso, à lógica de uma empresa. Tom Wainwright assim o descrevia:

...the more I wrote about *el narcotráfico*, the more I came to realize what it most closely resembled: a global, highly organized business. Its products are designed, manufactured, transported, marketed, and sold to a quarter of a

billion consumers around the world. Its annual revenues are about \$300 billion; if it were a country, it would rank among the world's forty largest economies.²³³

Na mesma linha, Julia Buxton afirma que, por este ser um negócio ilegal, é difícil saber com exatidão quais os rendimentos destas organizações criminosas, apontando, ainda assim, valores que, de acordo com a ONU, ascendem quase aos 500 bilhões de dólares por ano. Naturalmente que um negócio ilícito, onde o risco está constantemente presente, da produção ao tráfico, passando pela transformação do produto, gera muito mais valor acrescentado. Assim:

Unlike the price of legal commodities, the cost of controlled drugs is not proportional to input factor costs. It instead reflects the level of risk that is associated with cultivation, production and trafficking. This risk factor is what makes the prohibition of drugs lucrative for suppliers, producers, cultivators, traffickers and a host of other individuals employed in various capacities in the illicit sector.²³⁴

Vale a pena insistir no conceito do risco associado, derivado da proibição da produção e comercialização de drogas, uma vez que é deste conceito que se deduzem outras características. Para começar, o risco não é uniformemente distribuído pelos envolvidos no processo. Utilize-se o caso da cocaína e do seu processo de formação:

De uma forma resumida, cultiva-se a folha de coca [planta andina], cujo desenvolvimento é mais favorável em altitudes compreendidas entre os zero e os 1700 metros de altitude e, após um período que ronda os quatro meses, realiza-se a respetiva colheita. A folha de coca precisa de ser transformada em pasta de coca ou base de coca, o que exige a aplicação de diversos reagentes ou insumos, como gasolina, amoníaco ou ácido sulfúrico. Para se ter uma ideia concreta, em 2008, em média, uma tonelada de folha de coca, na Colômbia, produziu aproximadamente 1,28kg de base de coca. Em seguida, a base de coca atravessa um novo processo, graças ao uso de novos reagentes, de onde se extrai o cloridrato de cocaína.²³⁵

Este longo processo de produção que transforma a folha de coca em pasta e, por sua vez, em cocaína, só acaba com o transporte do produto até aos

²³³ Cf. Wainwright (2016:2 e 3)

²³⁴ Cf. Buxton (2006:101)

²³⁵ Cf. Lopes (2017:69)

grandes mercados de consumo, como os EUA. É agora explícito que um produtor colombiano, escondido nas montanhas, corre um risco insignificante, quando comparado com um traficante mexicano. Assim, a tabela seguinte permite perceber os diferentes valores acrescentados de cada fase deste processo, relativamente à cocaína, denunciando, naturalmente o risco associado:

Produção e Tráfico de Cocaína	Preço em dólares por quilo
Folhas de coca	610
Pasta de coca	860
Cocaína para exportação	1 500
Cocaína para venda (grossista) nos EUA	25 250
Cocaína para venda (retalho) nos EUA	110 000

Figura 6 – Valores acrescentados de cada fase da produção e tráfico de cocaína para os EUA²³⁶

Embora a autora não tenha especificado exatamente a que ano se reportavam os valores, uma vez que usou duas fontes com datas diferentes, 1998 e 2001, não compromete de todo o que se pretende mostrar aqui: o valor das diferentes fases de produção da cocaína mantém-se baixo, disparando apenas ao chegar aos EUA, ou seja, os traficantes são quem fica com a maior parte dos lucros. Enquanto os produtores correm o risco de serem apanhados a cultivar folhas de coca, os traficantes, em particular os mexicanos, estão permanentemente expostos ao perigo de serem descobertos pelas autoridades, enfrentando duras penas. Deste modo, é possível afirmar, com toda a certeza, que o valor exorbitante que um consumidor estadunidense de cocaína paga é praticamente a compensação do risco que o traficante teve em lhe fazer chegar essa droga.

O que distingue estas empresas ilegais altamente lucrativas de outras é justamente o seu objeto social e a forma como atuam, isto é, uma vez que a lei prevê que não é possível comercializar, consumir ou produzir drogas, as organizações que se dediquem a esta atividade estarão, aos olhos da lei, à sua margem. Assim, o uso da violência, a extorsão, o sequestro ou a corrupção

²³⁶ Figura 6: elaboração própria, adaptada de Buxton (2006:102)

surgem como instrumentos para fortalecer o tráfico de drogas, quer pela proteção direta do negócio, quer pela eliminação da concorrência.²³⁷ Estas organizações criminosas assentam, pois, numa lógica empresarial, mas por operarem à margem da lei, a concorrência tem de ser eliminada à força, não sendo possível, por exemplo, usar um tribunal para resolver um conflito.²³⁸ Nas palavras de Paul Rexton Kan:

Cartels composed of violent entrepreneurs have an operating environment – the hypercompetitive illegal marketplace – that creates a corporate logic that provides the “lucid, rational, and discoverable reasons” for their particular actions. [...] “To accomplish both their strategic and tactical objectives, cartels must keep police and soldiers at bay, out-terrorize rival cartels, silence reporters and eye-witnesses, keep lawyers from prosecuting and prevent investigators from investigating”.²³⁹

Assim, a violência perpetrada pelas organizações de tráfico de drogas pode enquadrar-se em diversos contextos, funcionando como um “mosaico”, usando o termo de Kan, pois manifesta-se entre cartéis, dentro de um cartel, contra o Estado e contra a sociedade civil. Note-se que, por a violência ter custos e implicar riscos para a organização, ela é planeada, até mesmo quando se trata de reagir a uma ameaça exterior, como por exemplo, uma operação militar ou um ataque de outro cartel.²⁴⁰ Neste sentido, embora a violência seja um recurso indispensável ao funcionamento destas organizações, ela não é exercida por impulso. Torna-se agora mais clara a natureza violenta dos cartéis, bem como a preocupação do PRI em mantê-los sob controlo, durante várias décadas. Ao mesmo tempo, também se compreende a preocupação dos governos do PAN pelo crescimento e independência do crime organizado no país.

II – As Armas

Associada à violência, natural neste tipo de organizações, há a forma como ela é exercida, ou seja, recorrendo a armas. Não será difícil, para já, concluir que um maior acesso a armas, por parte destas organizações, torna-as, desde logo, mais violentas e perigosas para todos. No entanto, o pedido de

²³⁷ Cf. Miguel (2009:115)

²³⁸ Cf. González (2014:25)

²³⁹ Cf. Kan (2012:24)

²⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p.23

obtenção de uma arma no México é um processo complexo e demorado, sendo necessária uma autorização da entidade reguladora do porte de armas, a Dirección General del Registro Federal de Armas de Fuego y Control de Explosivos. Neste contexto, de aparente dificuldade em conseguir armas no México, curiosamente, é nos Estados Unidos da América que elas se obtêm facilmente, começando pelo direito constitucional de posse de armas por cidadãos desse país. Antes de aprofundar alguns aspetos, considerados relevantes, é possível conjecturar sobre alguns pontos: afinal, o narcotráfico parece não movimentar apenas drogas de sul para norte, mas também faz mover armas de norte para sul, caso contrário, os cartéis não seriam uma ameaça. Cabe ponderar também a possibilidade de os cartéis, pela impossibilidade de acederem a armas no México, irem buscar armas a outros países que não os Estados Unidos da América, o que não é muito provável, visto que o México e os EUA fazem parte da NAFTA, uma zona de comércio livre. Assim, a ser verdade, os EUA, além de serem o motor da procura de drogas, alimentando a atividade dos cartéis mexicanos, também são, pela sua permissividade no que diz respeito às leis sobre as armas, parcialmente responsáveis por empoderar os cartéis. Há que atentar, por isso, nos factos, para se compreender melhor a realidade. Entre 2009 e 2010, as autoridades mexicanas apreenderam 29 284 armas de fogo, 70% das quais com origem legal nos EUA.²⁴¹ Fontes que compreendem períodos maiores apontaram que, entre 2000 e 2010, 90% das armas confiscadas pelas autoridades mexicanas tinham igualmente origem no país vizinho, sendo que, no final desse período, estimava-se que circulavam ilegalmente, em território mexicano, cerca de 15 milhões de armas.²⁴² A grande quantidade de armas disponíveis nos EUA acaba por favorecer igualmente uma grande quantidade de armas disponíveis no México, na medida em que, junto à fronteira, se encontram cerca de 6 600 comerciantes legais de armas.²⁴³

Para o âmbito da investigação, este fluxo de armas a entrar no México, via Estados Unidos da América, merece uma maior atenção, até porque, para Felipe Calderón, este facto constituía um motivo de grande preocupação:

²⁴¹ Cf. Kan (2012:35)

²⁴² Cf. Watt & Zepeda (2012:197)

²⁴³ Cf. Kan (2012:35)

“Calderón had become a strident critic of America’s failure to crack down on the southbound flow of arms or to diminish US demand for illegal drugs.”²⁴⁴ Note -se que, pessoalmente, o que está aqui em causa, não é, de todo, discutir a Constituição dos EUA, mas alertar para o facto de que há uma política interna desse país que consegue afetar e condicionar fortemente o sucesso do combate ao narcotráfico no México. Dito de outra forma, se o Estado mexicano optou por ter o monopólio do uso da força, este monopólio é fortemente comprometido por políticas internas de terceiros. Se é certo que o Estado mexicano, agora bem mais preocupado com a violência do crime organizado, sobre a qual deixou de ter controlo desde 2000, não lidou da melhor maneira com um problema por muitas décadas, envolvendo-se em corrupção e na própria proteção do negócio, também é certo que o acesso facilitado às armas por parte dos traficantes e uma alta procura de drogas, que se traduz em dinheiro que vem dos consumidores dos EUA, é uma combinação perigosa que, como se verá mais adiante, pode impactar muito negativamente nas sociedades dos dois países. Recorde-se que, no âmbito da aplicação da EC, estes dados são obviamente fundamentais.

Antes de avançar na investigação, importa deixar uma nota pessoal a respeito do tema das armas. Embora não seja diretamente relevante para a resposta à questão central, importa abordar um pouco mais a fundo a política de armas dos EUA e os seus mecanismos e forças, pois ela, no âmbito do combate ao narcotráfico, não só não ajuda o México a lidar melhor com o fenómeno, como também causa danos significativos internamente. A figura que se segue compara o número de mortes relacionadas com o uso de armas e as mortes causadas pelo terrorismo, entre 2001 e 2011. Se 2001 foi o trágico ano dos atentados às torres gémeas, elevando o combate ao terrorismo ao topo das preocupações do poder político, o número de cidadãos estadunidenses que morreram com armas de fogo, nesse ano, foi cerca de quatro vezes superior.

²⁴⁴ Cf. Boullosa & Wallace (2016:152)

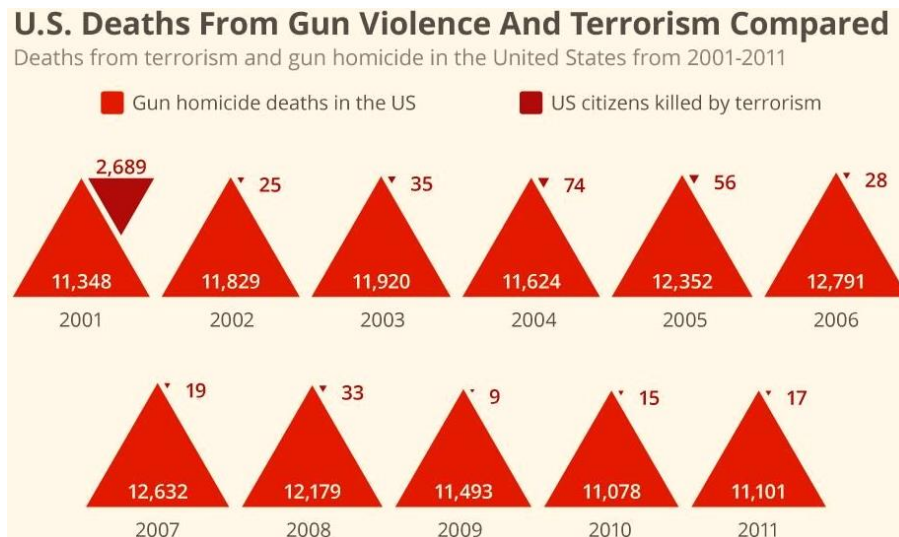


Figura 7 – Número de mortes de estadunidenses por terrorismo e por uso de armas de fogo²⁴⁵

Em relação aos números apresentados, embora sejam atestados por entidades oficiais dos EUA, como o State Department e o Justice Department, eles variam muito ligeiramente, quando comparados com gráficos similares. Contudo, o que qualquer uma das imagens transmite, incluindo a apresentada, é que morrem anualmente muito mais estadunidenses pelo uso de armas de fogo do que por terrorismo. De facto, o lóbi estadunidense das armas, que consegue impedir constantemente a aprovação de leis mais restritivas sobre o porte e uso de arma, é um dos fatores que mais contribui para a falta de discussão pública sobre o tema. Para esta enorme dificuldade em alterar ou, pelo menos se discutirem políticas mais protetoras do cidadão estadunidense, muito contribui este lóbi, ao recorrer a um conjunto de frases aparentemente razoáveis, mas que escondem lógicas falaciosas, pelo que se apresentam, de seguida, com o objetivo de elucidar e esclarecer, algumas dessas frases. Um dos principais lemas deste lóbi, a National Rifle Association (NRA), comumente denominada de NRA, é “as armas não matam pessoas, as pessoas matam pessoas”, o que parece fazer sentido, numa primeira leitura. No entanto, a engenhosa frase revela, uma vez mais, pessoalmente, contornos mais sombrios. Em primeiro lugar, a frase desvia a atenção da arma para quem a usa, fazendo o recetor da mensagem sobrevalorizar o quem, em detrimento do quê. Em segundo lugar, é um facto

²⁴⁵ Figura 7: https://thumbor.forbes.com/thumbor/960x0/https%3A%2F%2Fblogs-images.forbes.com%2Fniallmccarthy%2Ffiles%2F2015%2F10%2F20151002_Guns_Fo.jpg, consultado a 15/05/2020

que as armas não matam pessoas, porque são objetos, objetos esses que, uma vez disparados, provavelmente matam, podem ser usados a uma enorme distância, por contraste a uma arma branca, e, ao contrário de uma arma branca, usar uma pistola não requer especial força física. Além disso, a utilização de uma arma de fogo, por oposição, por exemplo, ao uso de uma arma branca, também é mais fácil, sob o ponto de vista psicológico, uma vez que se exige menos sangue-frio. Disparar um revólver a dez ou quinze metros de distância é claramente mais simples do que degolar uma pessoa com uma faca. Assim, as armas não geram necessariamente mais violência, mas geram, sem dúvida, mais mortes, no sentido em que, administrar um veneno, esfaquear ou enforcar alguém é bem mais ineficaz do que premir um gatilho. Veja-se que dois elementos dos Beatles foram atacados: John Lennon, que foi alvejado, morreu e George Harrison, que foi esfaqueado, sobreviveu.²⁴⁶ Um outro lema que a National Rifle Association faz circular é “a única coisa que pode impedir um homem mau armado é um homem bom armado”, o que, de novo, parece fazer sentido. Ainda assim, dois homens armados, bons ou maus, significam, desde logo, lucro para a indústria das armas. Além disso, a frase remete para um conceito extremamente difícil de avaliar, o da autodefesa que, de resto, é um dos usos que se pode dar a uma arma de fogo.²⁴⁷ Coloque-se o caso de dois indivíduos se cruzarem um com o outro, numa rua escura e, sabendo que qualquer um deles pode estar armado, o presumível “homem bom” pode até ser morto pelo “homem mau”, que podia não ter qualquer intenção de o matar, mas agiu em autodefesa, ao ver o “homem bom” a puxar da arma, como sugere o *slogan*. Assim, o *slogan* pode, neste mero exemplo, mostrar-se como um incentivo à violência e inclusive, apela à resolução de conflitos pelas próprias mãos, o que num Estado de direito é incompreensível. Além disso, o exemplo quis mostrar que o lema da NRA é tendencioso, ao afirmar que há pessoas boas e más.²⁴⁸ Note-se também que, neste caso, não só o “homem mau” não foi travado pelo “homem bom”, refutando o *slogan*, como a contenda provocou dois acontecimentos que não teriam acontecido se não estivessem armados: a morte do “homem bom” e a prisão do “homem mau”. O conceito de autodefesa, como se pode ver, é muito difícil de se provar, uma vez que nos tribunais, é mais

²⁴⁶ Cf. Henigan (2016:26 e 27)

²⁴⁷ Cf. Cook & Goss (2014:91)

²⁴⁸ Cf. Henigan (2016:15-41 e 109-131)

fácil lidar com factos do que com intenções, como seja a de alguém usar uma arma para se proteger. Ainda assim, veja-se, a título de exemplo, que, em 27 000 crimes onde houve contacto pessoal, incluindo assaltos, roubos e violações, apenas 0,9% alegou ter usado uma arma como autodefesa.²⁴⁹

Para concluir, numa tentativa de consolidar a ideia, através de exemplos, de que, efetivamente, os lemas da National Rifle Association são, de algum modo, falaciosos, atente-se numa outra expressão, “quando as armas são proibidas, só os criminosos terão acesso a elas”, e de como ela é, na sua génese, semelhante às anteriores. Em primeiro lugar, é, de novo, aparente que a posse de uma arma pode determinar o maior ou menor nível de segurança de um cidadão nos Estados Unidos da América, neste caso, através do desarmamento de cidadãos comuns que ficarão inevitavelmente em desvantagem, em relação aos criminosos que, sem a frase explicar como, estarão sempre armados. Além desta dedução lógica, também é possível inferir, pela forma como a frase está escrita, que os criminosos parecem ser invencíveis e poderão, por causa disso, ter acesso incondicionado a armas. Por outro lado, também é de realçar, segundo este lóbi, que uma hipotética lei que proíba a posse e o uso de armas, não só não está ao serviço de cidadãos ordeiros e obedientes, por não os conseguir proteger, como também facilita a prática de crimes ou, pelo menos, não a impede. Também é perceptível como a NRA tenta, com este *slogan*, criar um clima de medo a todos aqueles que não possuem uma arma, uma vez que, segundo este lóbi, os cidadãos que não estiverem armados, ficarão expostos ao perigo de criminosos inevitavelmente armados. Em poucas palavras, o que é facto é que esta organização está, uma vez mais, a incentivar a compra de armas por parte dos cidadãos dos Estados Unidos da América. Numa curta opinião, além deste incentivo, a NRA está a fazer algo igualmente, sob o ponto de vista ético, censurável, uma vez que, no fundo, está a afirmar que o próprio Estado não tem, não só capacidade para controlar o crime no próprio país, como, ao mesmo tempo, a afirmar que este também não tem capacidade para proteger os seus próprios cidadãos, em particular, os que cumprem a lei. Voltando a atentar na frase, esta transmite a ideia de que os que advogam uma maior regulação do

²⁴⁹ Cf. Cook & Goss (2014:17)

uso e porte de armas querem, em última instância, bani-las por completo.²⁵⁰ No entanto, a discussão acerca das armas não está relacionada com a sua proibição, até porque é um direito constitucional dos cidadãos deste país, mas apenas com uma maior regulação que impeça o acesso indiscriminado, desregulado e massivo a armas de fogo. A National Rifle Association, ao saltar este importante passo, assumindo as intenções exageradas da oposição, dificulta, desde logo, o debate necessário sobre o uso e porte de armas no país. Também se poderia dizer, em contrapartida, que a verdadeira e obscura intenção da NRA é inventar esquemas fráscos sectaristas, cujo único propósito é vender e fazer dinheiro à custa de cidadãos por ela amedrontados. No entanto, o que se pretende demonstrar aqui é que este lóbi deturpa subtilmente algumas das funções das leis, uma das quais a de proteger a sociedade. Por exemplo, quando alguém rouba, mata ou viola vai ter, sem sombra de dúvida, uma penalização pelo ato que praticou, consoante a gravidade ou o grau de intenção, entre outros fatores. Neste sentido, a proibição, associada a uma sanção ou a uma pena a ser cumprida pelos que infringirem a lei, torna-se um efeito dissuasor da sua prática. Por outras palavras, se o acesso às armas for simples, fácil e com poucas restrições, os criminosos não terão grandes dificuldades em aceder a elas. Por outro lado, se a sua posse for ilegal, o efeito dissuasor é explícito, levando os próprios criminosos a pensar duas vezes antes de as tentarem obter. O lado mais gravoso deste *slogan* da NRA reside precisamente na crítica que fazem à própria lei, insinuando que é inútil: afirmar que não adianta banir as armas, uma vez que os criminosos conseguem aceder a elas de qualquer forma seria o mesmo que dizer que não valeria a pena existirem punições para quem matasse, roubasse ou violasse, porque existiriam sempre homicidas, ladrões e violadores. Não é por alguém violar a lei que esta não deve deixar de existir. Se uma lei afirma que o uso do cinto de segurança é obrigatório e morrem algumas pessoas, por ano, vítimas do seu uso, por exemplo por asfixia, num contexto de acidentes rodoviários, é impensável eliminar essa obrigatoriedade, pois o mesmo cinto de segurança, ou melhor, a lei, é a responsável por salvar milhares de vidas todos os anos. Com isto, apenas se está a tentar colocar este tema em várias perspetivas, para tentar, tanto quanto possível, compreender de forma

²⁵⁰ Cf. Henigan (2016:42 e ss.)

mais clara a posição sombria em que a NRA se encontra. Henigan também debate a questão da utilidade da lei, enquadrada na criminalidade armada:

...there is an obvious circularity in arguing that gun laws must be futile because criminals disobey them. Of course, as to the criminals who are willing to disobey them, the laws are futile by definition. But what about the possibility there are potentially violent individuals who are deterred from carrying guns by the illegality of doing so? It should be clear that compliance with a law cannot be determined merely by looking at the instances of when the law is violated. If it could, we would regard all our criminal laws as ultimately futile because all of them are frequently violated. Should we repeal our laws against murder because murderers don't obey them?²⁵¹

Além desta perspectiva relacionada com as intenções dos criminosos, que coloca facilmente em causa o falacioso argumento da NRA, também é pertinente analisar como o ponto de vista do cidadão comum segue a mesma lógica. Num país onde o acesso às armas é indubitavelmente facilitado pela própria lei, fazendo com que estas circulem mais facilmente no seio da sociedade estadunidense, existirem cidadãos armados não é um fator que dissuada os criminosos de tentar cometer o crime que planearam, muito pelo contrário, quanto mais os cidadãos estiverem armados, mais se promoverá a corrida ao armamento por parte dos próprios criminosos, na medida em que a probabilidade de estes se depararem com um proprietário armado é alta. Dito de outra forma, numa sociedade onde a utilização de armas de fogo está amplamente disseminada alegadamente para a proteger de criminosos, verifica-se precisamente o efeito contrário: os criminosos, como sabem que o proprietário de uma casa ou o dono de um carro podem estar armados, não podem correr o risco de não o estarem, impulsionando, desta forma, uma corrida às armas:

Rather than being deterred from criminal acts by the potential of confronting armed victims, it seems at least as likely that criminals will simply ensure that they are better armed than their potential victims. In one prisoner survey, 62 percent of respondents who used a gun to commit the crime for which they were incarcerated reported that the possibility of encountering an armed victim was “very important” or “somewhat important” in their decision to employ a gun. The proliferation of guns in a community does not cause criminals to choose

²⁵¹ Cf. Henigan (2016:47)

another line of work; rather, it causes an arms race in which the criminals make sure they are not left behind.²⁵²

Assim, se a necessidade de ter uma arma, para o criminoso, é um fator preponderante na hora de decidir cometer um crime, o mesmo não acontece, estatisticamente falando, do lado do cidadão estadunidense, uma vez que o número de vezes que uma arma é utilizada por um proprietário de uma casa é surpreendentemente baixo, deixando uma certa percepção de inutilidade. Tal como afirmam Cook e Goss:

Most gun owners believe that a gun provides an effective means of fending off intruders, thereby reducing the chance of injury to a household member. In about 3% of such incidents, the occupant used a gun, which means about 30 000 times per year. Hence the annual probability of a gun-owning household's using a gun against a home intruder is less than 1 in 3500. In other words, there is one defensive gun use per year against an intruder for every 3500 homes that keep guns.²⁵³

Deste modo, perante os factos, o *slogan* da National Rifle Association não parece fazer qualquer sentido. Primeiro, porque afirma que a existência de cidadãos armados é capaz de demover os criminosos de cometer os crimes e tal não se confirma, pois estes, por estarem cientes de quem poderão encontrar, também vão armados, aumentando a letalidade ou a probabilidade de um desfecho mais trágico. Mais grave ainda, a julgar pelos dados apresentados, os próprios cidadãos nem sequer utilizam as armas que têm em casa para se defenderem de intrusos, tornando-as, por conseguinte, inúteis. Em resumo, nem os criminosos deixam de fazer o que pretendem, nem as vítimas fazem uso da arma que possuem para impedir o crime, deixando no ar a ideia de que as armas são irrelevantes para os cidadãos e, pelo contrário, dão poder ao criminoso que se vai prover, de antemão, de armas.

Regressando à desmistificação do *slogan* da NRA “quando as armas são proibidas, só os criminosos terão acesso a elas” não deve ser apenas feita com base em argumentos que mostram outras interpretações, mas também, e acima de tudo, com factos. Atentando, por isso, na frase de outro prisma, a National Rifle Association parece estar a insinuar que só os criminosos, nos Estados

²⁵² Cf. Henigan (2016:106)

²⁵³ Cf. Cook & Goss (2014:21)

Unidos da América, num cenário de proibição do porte e uso de armas de fogo, continuariam a conseguir obter armas através de meios mais obscuros, como por exemplo o tráfico internacional ou a sua produção ilegal. Desta linha de raciocínio também é possível depreender que este lóbi insinua que a proveniência das armas dos cidadãos estadunidenses é totalmente distinta da origem das armas usadas pelos criminosos nesse país. Veja-se, neste sentido, o que afirmou Bradley A. Buckles, antigo diretor da organização Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives (ATF), dos Estados Unidos da América:

Virtually every crime gun in the United States starts off as a legal firearm. Unlike narcotics or other contraband, the criminals' supply of guns does not begin in clandestine factories or with illegal smuggling. Crime guns, at least initially, start out in the legal market, identified by a serial number and required documentation. This means that virtually every crime gun leaves some paper trail. Historically, the Bureau of Alcohol, Tobacco and Firearms (ATF) has pursued cases against both armed offenders and firearms traffickers.²⁵⁴

Parece, pois, claro que os criminosos, não só não recorrem a meios complexos para obter armas, refutando as alegações enganadoras da NRA, como também parece evidente que os mesmos criminosos se servem da própria lei para as obter. Só para se ter uma ideia mais nítida, entre 2005 e 2010, eram roubadas anualmente, de propriedades privadas, nos Estados Unidos da América, uma média de 232 000 armas de fogo, o que significa que os criminosos conseguiram obtê-las a partir do mercado legal, de onde são originárias, transferindo-as para o mercado negro. Não será difícil deduzir, portanto, que cidadãos desarmados dificultariam consideravelmente o acesso ao armamento por parte de criminosos. Assim, tanto do ponto de vista ético como factual, a postura da NRA é condenável. Recorde-se, uma vez mais, que a análise destes *slogans*, no contexto da política interna de armas dos Estados Unidos da América, se enquadra nas suas repercussões a nível regional, em particular, nos efeitos sobre o México que, pelos resultados obtidos e registados durante esta investigação, reconfirmam a forte interligação entre os dois países. Ainda a respeito do lema em questão, no sentido de concluir a sua análise, é necessário questionar, a título de complemento, sobre os efeitos que as armas

²⁵⁴ Cf. Buckles (2000: iii)

têm nas mãos dos cidadãos estadunidenses. Como já foi mencionado anteriormente, a utilização de armas para autodefesa, tendo em conta os dados apresentados, é bastante reduzida e, surpreendentemente, o problema também parece residir em outros usos que se lhes pode dar, como por exemplo, cometer suicídio. O número de suicídios com recurso a uma arma de fogo foi superior ao número de homicídios utilizando o mesmo método. De acordo com Dennis Henigan, “... more Americans die from gun suicides than from gun homicides. In 2010, for instance, of 31 672 firearms deaths, 19 392 were suicides while 11 078 were homicides. More people kill themselves with guns than by all other methods combined.”²⁵⁵ Embora os números que dizem respeito às mortes relacionadas com o suicídio sejam assustadoramente altos, por oposição às mortes por homicídio, não será muito difícil imaginar algumas das razões por detrás deles. Um cidadão estadunidense que tenha perdido o seu emprego, a guarda dos filhos ou esteja a sofrer de depressão, ou seja, um cidadão que seja vítima de um impacto forte, quer a nível emocional, quer a nível económico, pode despoletar pensamentos suicidas, ainda que por breves momentos. Ora, se a lei lhe permite facilmente obter uma arma, com o objetivo de colocar um fim à sua vida, o caminho para o suicídio torna-se mais viável. Com estes pequenos exemplos, apenas se quer mostrar que o ser humano, quando vulnerável psicologicamente, se tiver um acesso rápido a uma arma de fogo que lhe possa tirar eficientemente a vida, não terá tanto tempo de reflexão ou ponderação para, desejavelmente, reverter a situação em que se encontra. Dito de outra forma, uma arma de fogo à disposição de um cidadão que esteja, mesmo momentaneamente, a considerar cometer suicídio, pode ser um fator decisivo para tal acontecer.²⁵⁶

Além dos perigos de ter uma arma acessível para os que, num cenário mais pessimista desejam, naquele instante, cometer suicídio, é, simultaneamente, pertinente analisar os números para o homicídio com recurso a uma arma de fogo, sobretudo, numa perspetiva comparada. Neste sentido, Cook e Goss mostram um panorama trágico nos Estados Unidos da América:

But where the US rates are really off the charts is with respect to homicide, and that is due almost entirely to the difference in gun-homicide rates – which in

²⁵⁵ Cf. Henigan (2016: 67)

²⁵⁶ Cf. Cook & Goss (2014:45)

turn reflect higher rates of gun assault and robbery in the United States. For example, although the US nongun homicide rate is only slightly higher than Canada's, the US rate of homicide with guns is about seven times as high. The same is true for robberies – nongun robbery rates are similar, but the United States has five times Canada's rate per capita of gun robberies. Similar comparisons can be made with Europe, Australia, and other wealthy nations.²⁵⁷

À luz deste alarmante cenário, é possível compreender a abrangência de efeitos negativos, tanto a nível social como a nível económico e até político, que a postura defendida pela NRA tem, não só pelos seus lemas, como também pelo elevado número de mortes associadas às leis vigentes que ela defende. Recorde-se, uma vez mais, que a política interna de armas nos Estados Unidos da América está fortemente ancorada à violência do crime organizado no México, pelo que não é razoável abordar o tema das armas no México sem compreender com alguma profundidade o que se passa no país que fornece essas armas aos criminosos mexicanos. Esta parte deste trabalho pretende, lembra-se, reforçar que os efeitos do amplo uso de armas não são apenas devastadores para o México, mas também para o próprio país que protege constitucionalmente o seu porte e uso, ou seja, os Estados Unidos da América. É, ainda assim, de realçar que se tem falado deste país como se ele fosse uniforme em matéria de regulação do uso e porte de armas, o que tal não corresponde à verdade. No entanto, é fundamental mencionar as razões por detrás desta simplificação aparente. A título introdutório, pretendeu-se comparar o número de mortes associadas ao terrorismo com o número de mortes associadas ao uso de armas de fogo, a nível nacional, nos Estados Unidos da América. Pela comparação destes dados, rapidamente se compreende como o tema das armas assume enormes proporções, na medida em que, nos Estados Unidos da América, é a Segunda Emenda da sua atual Constituição política, da qual a NRA é a sua mais acérrima defensora, que prevê o direito de os cidadãos estadunidenses poderem ter e usar uma arma, ainda que sob certas circunstâncias. Ora, como toda esta parte do trabalho se focou na desmistificação de ideias que a National Rifle Association defende, apresentando, como complemento, dados estatísticos a nível nacional, optou-se por manter uma perspetiva simplificada acerca do tema e, por causa disso, é possível ter-se ficado com a noção de que os Estados

²⁵⁷ Cf. Cook & Goss (2014:52)

Unidos da América, devido à forma como o tema foi abordado, tem as mesmas regras em todos e cada um dos seus cinquenta estados. Justamente por esta falsa, mas útil, simplificação poder induzir em erro, serão agora abordados alguns outros aspetos que traduzem um cenário mais aproximado da realidade do país, nomeadamente, as suas dinâmicas regionais internas. Além disso, procurar-se-á analisar se, à luz desses processos regionais, é possível retirar algumas lições para esta investigação.

Não é possível entender as idiossincrasias dentro dos Estados Unidos da América, no que diz respeito às leis das armas, sem se abordar a forma como o país está organizado politicamente, uma vez que, afinal de contas, é a sua estrutura organizativa que gera essas especificidades a nível regional. Assim, como já foi referido e o próprio nome do país o denuncia, tal como o México, também os Estados Unidos da América são uma federação. De uma forma simples, uma vez que não se enquadra no propósito da investigação, uma federação é um sistema político específico com características próprias que organizam um Estado soberano. Os Estados Unidos da América são um exemplo de um Estado federal, onde, neste caso concreto, cinquenta estados estão ligados uns aos outros, através de uma Constituição à qual deverão obedecer. Esta associação de estados federados tem implicações a vários níveis, desde logo, ao unirem-se entre si, dão origem a um novo Estado, o soberano. Como consequência, os estados federados, não só não são soberanos, como, por causa disso, não têm representação internacional. Um outro detalhe interessante tem que ver com a mudança de cidadania, na medida em que os habitantes de um determinado estado que decida aderir à federação ganham a nacionalidade do Estado federal. Por outro lado, em termos de repartição do poder político, os estados federados, isto é, os estados que compõem o Estado federal têm uma certa autonomia do poder federal, o qual é estipulado pela Constituição. A título de exemplo, o estado do Colorado, como tantos outros federados, obedecendo à Constituição dos EUA, não tem soberania e é representado internacionalmente pelo presidente da federação. Ademais, os seus cidadãos são estadunidenses e as fronteiras entre as competências políticas do estado do Colorado e as do poder federal são estabelecidas pela Constituição. À luz deste pequeno resumo, importa reter, para o tema que se quer analisar, que existem vários poderes, destacando-se, entre eles, o poder do Estado

soberano e o poder estadual, apenas autónomo. Neste sentido, é essa cisão de poderes que admite a existência de idiosincrasias a respeito das armas de estado federado para estado federado. Em conclusão, a Constituição dos Estados Unidos da América, na qual se encontra a Segunda Emenda, permite ao cidadão estadunidense de qualquer estado federado possuir uma arma e as nuances que existem entre os vários estados federados devem-se a essa autonomia que a Constituição lhes confere. Assim, concretamente, sobre as responsabilidades do poder federal e estadual acerca das armas, pode dizer-se o seguinte:

Federal gun regulations [...] provide a sort of legal ‘floor’, establishing a basic set of public safety measures by which all Americans must abide. Generally speaking, the federal government’s role is to license and oversee firearms dealers, regulate sales and transfers across international and state lines, and keep certain categories of people from owning weapons. States, and sometimes cities, complement and often strengthen the federal laws with measures of their own. State criminal laws make it illegal to use firearms to threaten or harm another person, except in self-defense, and often establish stricter penalties for crimes when the perpetrator uses a gun. State laws also lay out the parameters for the lawful use of weapons, such as carrying a concealed weapon for self-defense. Some states have chosen to augment federal laws by imposing tighter restrictions on the transfer and possession of weapons. [...] When passing laws, legislators must take care that they don’t run afoul of state and federal constitutional provisions protecting the right to bear arms.²⁵⁸

Neste sentido, é possível compreender que, apesar da existência da Segunda Emenda, haja um espectro mais alargado de políticas estaduais que tornam um estado mais ou menos restritivo em relação ao porte e uso de armas de fogo. Pretende-se, à luz destes factos, chamar a atenção para um problema grave que deriva, precisamente, desta diversidade de políticas: o tráfico de armas dentro do próprio país.

²⁵⁸ Cf. Cook & Goss (2014:89-91)



Figura 8 – Mapa do Fluxo Ilegal de Armas nos Estados Unidos da América²⁵⁹

A figura 8, que acima se apresenta, representa uma ilustração dos fluxos ilegais de armas de fogo que percorrem os Estados Unidos da América. Importa, a respeito da figura, registrar o seguinte: justamente porque o tráfico de armas em território estadunidense está, de alguma forma, sujeito a mudanças, por exemplo, pela alteração de uma lei que torne um estado mais ou menos restritivo que obrigue traficantes a mudar rotas ou a usar diferentes pontos de partida ou de chegada, é normal que a figura, datada de 2015, possa não corresponder necessariamente à atualidade. Note-se, além disso, que a figura também confirma ou, pelo menos, reforça algo que já foi abordado anteriormente e que diz respeito à origem das armas. Embora sejam traficadas, as armas de fogo têm a sua origem no mercado legal, isto é, em estados onde há menos regras acerca do porte e uso de armas.

Atentando agora na figura propriamente dita, não é muito difícil depreender que os estados onde é aplicado um maior número de restrições ao porte e uso de armas de fogo são também os principais alvos dos traficantes de armas, por várias razões, dependendo da natureza das restrições. Por exemplo, a escassez de armas, uma maior fiscalização por parte das autoridades ou uma maior burocracia associada à obtenção de uma arma podem converter-se em motivos suficientes para existirem traficantes a fornecer armas por uma via

²⁵⁹ Figura 8: <https://www.wbai.org/images/gun-traffickers-smuggling-state-gun-laws-1447372488027-facebookJumbo-v3.png>, consultado a 22/12/2020

mais simples. Assim, como apontam Cook e Goss, no que diz respeito à percentagem da população estadunidense que possui armas “the rates in New England, Mid-Atlantic, and Pacific states tend to be relatively low (with certain exceptions, such as Alaska and Vermont), while the rates in the southern, Midwestern, and old frontier states of the West are considerably higher.”, indo em linha de conta com a figura 8.²⁶⁰ Devido a estas disparidades, fruto das diferentes políticas estaduais, os crimes cometidos, com armas de fogo, num determinado estado mais restritivo podem ter origens algo surpreendentes, sendo, em simultâneo, natural que os crimes cometidos em estados menos restritivos usem armas provenientes desses mesmos estados. Tal como refere Henigan:

...over 80 percent of the crime guns in Houston, Atlanta, and New Orleans originate from gun dealers in Texas, Georgia, and Louisiana, respectively. [cidades localizadas nestes estados] For other cities, the vast majority of crime guns originate in other states. For New York City and Newark, New Jersey, for instance, about 85 percent of the crime guns originate with gun shops outside New York State and New Jersey. For Boston, about 60 percent originate outside Massachusetts. [...] It is almost universally true that cities in states with relatively strong gun laws ‘import’ their crime guns from other states.²⁶¹

Destas premissas também é possível concluir outros aspetos relevantes: em primeiro lugar, demonstra-se, desde logo, a existência de uma ligação entre o mercado legal e ilegal de armas de fogo, nos Estados Unidos da América, na medida em que os estados menos restritivos, onde as armas estão, portanto, mais acessíveis, exportam ilegalmente essas armas para estados mais restritivos. Por outras palavras, o mercado legal, nuns estados, alimenta o ilegal, noutros. Uma outra conclusão que se pode tirar tem que ver com a contraproduktividade das leis estaduais em vigor, uma vez que as leis vigentes em estados como a Califórnia, cujo propósito é o de restringir ou regular mais o porte e uso de armas, são muito menos eficazes, por culpa de outros estados com menos regulações na mesma matéria. Assim, há estados que não conseguem controlar a quantidade de armas no seu território, porque outros as traficam, minando as leis dos estados restritivos.²⁶² Há, a este propósito, um exemplo bastante

²⁶⁰ Cf. Cook & Goss (2014:4 e 5)

²⁶¹ Cf. Henigan (2016:55 e 56)

²⁶² Idem, *Ibidem*, p.56

interessante que vale a pena abordar: o caso do estado da Virgínia. Nos anos 90, o estado da Virgínia, situado do lado da costa do oceano Atlântico, em conjunto com outros estados mais a sudeste, como a Geórgia e a Flórida, enviavam armas ilegalmente para o nordeste do país, nomeadamente para Nova Iorque, de tal forma que esta rota passou a ser conhecida como a “Iron Pipeline”. Note-se que os estados mais a sul eram mais favoráveis ao porte e uso de armas de fogo do que os estados a norte, daí a criação da rota clandestina. Para se ter uma noção mais clara da quantidade de armas que eram traficadas neste contexto, veja-se o seguinte: a ATF que, como se sabe, é a agência federal que regula e controla, entre outras coisas, o uso e posse de armas de fogo, realizou, numa de muitas operações, várias apreensões de armas ilegais na cidade de Nova Iorque. Em 1991, a ATF, através dos registos legais originais das armas apreendidas na cidade, descobriu que 41% delas tinham sido traficadas a partir do estado da Virgínia. Como tal, uma arma de fogo, em Nova Iorque, podia ser comprada ilegalmente por cerca de 1 000 dólares, um valor quase cinco vezes superior ao praticado na Virgínia.²⁶³ Curiosamente, dois anos depois, em 1993, o estado da Virgínia decidiu restringir o acesso às armas aos seus cidadãos, substituindo a sua política de vendas múltiplas, muitas vezes com o objetivo de serem traficadas, pela política de uma arma por mês, excluindo os colecionadores de armas. O resultado dessa mudança de paradigma foi evidente: ao tornar as armas menos acessíveis, deixaram de ser importantes exportadores ilegais de armas para os estados nortenhos. Assim:

Prior to the law, 35 percent of all guns originating in the Southeast and traced in the Northeast came from Virginia gun shops. Shortly after the law took effect, Virginia accounted for only 16 percent of the Southeastern guns traced to crime in the Northeast. For Southeastern-sold guns traced in New York State alone, Virginia's share dropped from 38 percent to 15 percent.²⁶⁴

O exemplo do estado da Virgínia, deliberadamente debatido nesta investigação, pretende, desde já, explicar os efeitos que uma política estadual pode ter, não só no próprio estado onde é aplicada, mas também em estados mais longínquos. Também é compreensível que, independentemente dos outros estados federados, a contribuição do estado da Virgínia para o tráfico de armas

²⁶³ Cf. Henigan (2016:52) e Cook & Goss (2014:139 e 140)

²⁶⁴ Cf. Henigan (2016:53)

de fogo desceu a partir do momento em que este adotou medidas mais restritivas nesse âmbito de aplicação. Para a National Rifle Association, que tinha a sua sede neste estado, foi, pessoalmente, uma vergonha, pois o estado onde estava sediado tinha finalmente deixado de ser tão responsável por crimes cometidos noutros estados com armas originárias da Virgínia.²⁶⁵ Além disso, pelas especificidades destas políticas e do país em questão, os Estados Unidos da América, note-se como diferentes políticas estaduais podem gerar ou, neste caso, alimentar ameaças ao nível da segurança interna, mais concretamente, o tráfico de armas que, como é do conhecimento geral, é um dos tipos de tráfico, além das drogas, que mais dinheiro movimenta no mundo. Um outro aspeto da maior relevância que merece atenção tem que ver, não com a contraproduktividade óbvia de políticas díspares dentro do mesmo país, mas sim com um olhar atento a respeito das soluções: enquanto houver políticas estaduais distintas, onde todas têm, como base, o não desrespeito pela Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América, o tráfico de armas vai continuar a ser uma realidade e, pior que isso, o crime, a violência e o enriquecimento de criminosos serão inevitáveis. Torna-se, por isso, imperativo, a criação de consensos políticos alargados e uma discussão séria sobre os efeitos que as armas têm nesta sociedade de modo a rever a utilidade da Segunda Emenda. Não obstante, o objetivo deste trabalho, como é sabido, não é o de discutir a política de armas dos Estados Unidos da América, mas sim discutir os seus impactos políticos, sociais e económicos para o México, pelo que tal só é possível analisando a sua realidade interna. Naturalmente, se os EUA não fossem o maior fornecedor de armas aos cartéis mexicanos, não teria qualquer relevância, deste ponto de vista investigativo, analisar este país. Quis-se, com isto, mostrar que o problema, não só afeta o México, onde as suas leis sobre armas são diariamente violadas por leis permissivas do país vizinho, mas também como essas leis permissivas são terríveis para a própria sociedade estadunidense. Dos quarenta e quatro presidentes que os Estados Unidos da América tiveram, excluindo o ex-presidente Donald Trump, dez sofreram atentados com armas e quatro deles morreram, deixando patente que nem o cargo mais alto do país está a salvo destes efeitos.²⁶⁶ Do mesmo modo, é

²⁶⁵ Cf. Henigan (2016:51)

²⁶⁶ Cf. Cook & Goss (2014:44 e 45)

importante realçar como os efeitos negativos de uma sociedade armada também se estendem a outras faixas etárias, nomeadamente, as camadas mais jovens. Assim, a respeito do uso de armas de fogo por parte dos jovens estadunidenses:

American children ages five to fourteen are eighteen times more likely to die of a gun homicide and eleven times more likely to die of a gun suicide than children in twenty-two other high-income countries. Across all those high-income nations, the United States accounts for more than 90 percent of the gun deaths of children under fifteen years of age.²⁶⁷

No sentido de procurar alternativas ou, de alguma forma, lançar pistas sobre os caminhos a considerar para a resolução ou minimização das consequências para a sociedade estadunidense e, portanto, para aquela região do mundo, nesta investigação descritas, importa, pois, resgatar o caso da Virgínia. Este caso, na verdade, representa muito mais do que um mero bom exemplo do que as políticas restritivas sobre o porte e uso de armas de fogo são capazes de fazer. Este caso é a prova de que um estado sem armas ou, em bom rigor, com poucas armas acessíveis contribui muito menos para o tráfico de armas dentro dos Estados Unidos da América. Para a investigação em curso, esta conclusão é da maior importância, se se fizer o exercício à escala internacional e não nacional, como até agora. Se os EUA diminuíssem, globalmente, a possibilidade de os seus cidadãos acederem a armas, o tráfico de armas de fogo para o México, do qual são os maiores responsáveis, diminuiria também. Numa analogia algo simplista, mas não menos realista, é como se a Virgínia, antes das suas leis restritivas, representasse os EUA e os estados do nordeste representassem o México. Tal como a partir do momento em que a Virgínia impediu a compra massiva de armas, deixando de alimentar o crime nos estados a norte, também os EUA, impedindo a compra interna de armas, deixariam de ser, de certo modo, cúmplices no fornecimento ilegal de armas aos cartéis no México. Além disso, ao se ter verificado que as armas que circulam ilegalmente nos Estados Unidos da América têm origem no mercado legal, também é possível concluir que maiores restrições desse mercado implicariam mais entraves à obtenção de armas por parte dos criminosos e, por consequência, o tráfico de armas para o México poderia ver-se, de alguma forma, comprometido.

²⁶⁷ Cf. Henigan (2016:1)

Numa ótica pessoal, o que acontece nos Estados Unidos da América, a respeito das armas de fogo, tanto pelo envolvimento da NRA que deturpa os efeitos negativos das armas de fogo no seio da sociedade estadunidense, como pelos problemas concretos graves, associados ao tráfico ilegal de armas, ao elevado número de suicídios, homicídios e acidentes com armas de fogo, apenas demonstra a necessidade urgente de as políticas federais a este nível serem revistas, uma vez que é a Segunda Emenda, com quase três séculos de existência, que origina todo este dilema. Ficou, além disso, evidente que tais políticas não servem sequer o propósito para o qual foram desenhadas, expondo a sociedade estadunidense a si própria, tornando-a, concomitantemente, vítima e predadora. No entanto, algumas opiniões poderão, naturalmente, divergir desta posição, afirmando que a situação apenas deriva da liberdade individual, elemento indispensável em qualquer sociedade livre. Não obstante, reforce-se o caráter pessoal desta ordem de ideias, esta liberdade, por causa da Segunda Emenda, alicerça-se no medo e na desconfiança entre cidadãos e na possibilidade de facilmente serem adotadas medidas drásticas, como a de pôr termo à vida através do uso de uma arma de fogo. Assim, nenhuma sociedade é verdadeiramente livre, enquanto ela depender do recurso a uma arma ou qualquer objeto que propicie a violência. Além disso, o Estado, enquanto garante da segurança coletiva, não pode, de nenhuma forma, atuar negligentemente contra os seus cidadãos, refém do seu passado e, mais grave ainda, refém de certos lóbis. A paz alcança-se com a inexistência de armas e não através delas, como a NRA defende. Por causa disto, a criação de determinadas políticas ou orientações ideológicas, sendo, simultaneamente, causa e produto do seu tempo, precisam de ser revistas mais frequentemente, especialmente nos dias de hoje, em que a realidade é cada vez mais volátil. Na prática, deveria existir um debate nacional acerca de uma hipotética revisão constitucional que, apesar de ser delicado e potencialmente divisionista, se pode ancorar nos factos e nas evidentes consequências devastadoras para os estadunidenses. Se é certo que um debate desta natureza poderia gerar divisões internas, também é certo que um debate ideológico é mais saudável, do ponto de vista da democracia, do que uma estranha guerra civil livremente incitada por lóbis com a conivência do Estado, pois, no primeiro caso, prevalecem as ideias e, no segundo, prevalece aquele que está melhor armado ou simplesmente teve sorte. Os interesses

económicos das indústrias das armas e dos atores políticos que pactuam com essas prioridades são alguns dos maiores obstrutores à paz mundial, ao continuarem a criar ou alimentar guerras dentro e fora de fronteiras, colocando, como é hábito, o dinheiro à frente da vida humana.

Posto isto, e em resumo, no contexto desta investigação, a abordagem sobre as armas aqui realizada, até ao momento, procurou explicitar, desde logo que, em primeiro lugar, o terrorismo pareceu ter assumido, desde 2001, uma importância extraordinária, face a um problema interno, consistente no tempo e de maiores proporções, mais concretamente, a questão do uso e posse de armas de fogo.²⁶⁸ De seguida, procurou-se elucidar, ainda que de forma simples, sobre os efeitos que a Segunda Emenda tem sobre a própria sociedade dos Estados Unidos da América, através da comparação estatística, em certas variáveis. Assim, verificou-se, ao invocar alguns estudos ao longo desta parte do trabalho de investigação, que o uso de uma arma de fogo, com a finalidade de autodefesa, é incrivelmente baixo, bem como a taxa de homicídios e suicídios, recorrendo ao mesmo método, é, pelo contrário, muito mais alta, quer por comparação a outros modos, como facas ou venenos, quer por comparação a outros países desenvolvidos, deixando claro que existe um problema sério relativamente a este assunto, nos Estados Unidos da América. Os atentados à classe política ou os acidentes com armas no seio das comunidades mais jovens procuraram amplificar a gravidade desta questão, demonstrando a sua transversalidade. Posteriormente, quis-se indagar sobre algumas das motivações que pudessem estar por detrás desta situação, concluindo-se que existem fortes pressões lobísticas por parte da National Rifle Association no sentido de protegerem a Segunda Emenda, através de *slogans* apelativos, alguns dos quais aqui exemplificados e desconstruídos. Terá ficado bem patente a opinião pessoal de que a NRA prefere proteger o direito à posse de arma a proteger o inviolável direito à vida. Depois, investigaram-se as consequências, a nível interno, da diversidade de políticas estaduais, a respeito das armas, que a legislação estadunidense permite, tais como o tráfico estadual de armas. A partir daqui, abordou-se o caso da Virgínia, como um exemplo extrapolável para o âmbito da investigação, isto é, a sua comparação com o país central em análise, o México.

²⁶⁸ Cf. Gaviria & Mejía (2011:210)

Assim, é de sublinhar, no âmbito da investigação, a relevância da abordagem do tema das armas e a forte interligação entre o México e os EUA, além da temática das drogas.²⁶⁹ Relativamente à posição dos países a sul dos Estados Unidos da América:

The Mesoamerican countries do not possess the capital or the political organization necessary to construct a lobbying group able to influence the legislative process of US Congress. In contrast, a small number of groups, such as the National Rifle Association, have abundant resources to pressure members of Congress to maintain the status quo on the sale of light weapons. The result is a security scenario adverse for the region: organized crime and drug trafficking merge with the trafficking of arms.²⁷⁰

Deste modo, a NRA consegue, de forma eficaz, condicionar a política sobre a posse de armas nos EUA e, em última análise, facilitar o acesso dos cartéis mexicanos a estas armas. Esta opinião é partilhada, tanto por académicos da área, como Tony Garza, antigo embaixador dos EUA no México que, no quadro da enorme complexidade das relações de segurança entre os dois países, afirmou:

As US ambassador to Mexico, I've tried to be honest with both Americans and Mexicans alike, and the truth is, Mexico would not be the centre of cartel activity or be experiencing this level of violence, were the United States not the largest consumer of illicit drugs and the main supplier of weapons to cartels.²⁷¹

Também o jornalista e analista político Jesús Esquivel, correspondente mexicano em Washington, acreditado pela Casa Branca e o Congresso dos EUA, coincide nesta posição:

La facilidad con que en la Unión Americana [EUA] cualquier persona sin antecedentes penales, residente legal o ciudadano estadounidense o naturalizado, puede adquirir armas, que en México serían del uso exclusivo del ejército, empoderó a los narcotraficantes mexicanos y llenó con millones de dólares los bolsillos de traficantes, fabricantes, distribuidores y vendedores de la industria de la muerte: las armas. El propio gobierno federal de Estados Unidos

²⁶⁹ Cf. Henigan (2016:14)

²⁷⁰ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:189)

²⁷¹ Cf. Cook & Goss (2014:86) e Merriman (2009)

ha contribuido con su granito de arena a fortalecer los arsenales de los cárteles del tráfico de drogas en México...²⁷²

III - Narcotráfico na Fronteira

Do ponto de vista operacional, Esquivel aborda como o tráfico de armas é feito. Existem dois tipos de tráfico: o tráfico “formiga” e o mais sofisticado. O tráfico “formiga” assenta numa lógica de contratação rápida de mexicanos que vão, a pé, trabalhar do lado da fronteira dos Estados Unidos e que, no final do dia, regressam às suas casas, do lado mexicano. Os criminosos pedem a esses mexicanos para levarem componentes de pistolas, lança-granadas ou munições, escondidos nos seus pertences, sendo mais tarde recompensados pelo seu esforço, com pagamentos que podem ir dos 20 aos 100 dólares. Entre centenas de pessoas que atravessam a fronteira diariamente para trabalhar, é praticamente impossível descobrir quem leva o quê, estimando-se, por isso, que centenas de armas sejam colocadas do lado mexicano todos os dias.²⁷³ Já o tráfico mais sofisticado envolve o uso de tecnologia, como drones, a criação de compartimentos em camiões de mercadorias para lá colocar armas em grandes quantidades e fazê-las atravessar a fronteira. Assim como as drogas vão para norte, as armas vão para sul e, neste caso, são os estadunidenses que se encarregam de as fornecer:

Pese a su matrimonio con el narcotráfico mexicano, el tráfico de armas de Estados Unidos a México es un casillero criminal separado del de los narcos gringos. Son ciudadanos estadounidenses los cerebros que negocian con los narcotraficantes mexicanos la venta de pertrechos, y son ciudadanos estadounidenses también quienes se encargan de la logística de la entrega en México de los artefactos que les ordenan sus clientes. Y para esto no escatiman recursos: los cárteles pagan lo que les pidan sus proveedores de armas.²⁷⁴

No entanto, como já foi mencionado, o tráfico de armas é apenas um dos vários tipos ilegais de transações de bens na fronteira do México com a dos Estados Unidos da América. Assim, o mesmo autor, Jesús Esquivel, relata-nos também, do ponto de vista operacional, como o tráfico de drogas costuma ocorrer no ponto exato da fronteira entre os dois países. Para já, a maior

²⁷² Cf. Esquivel (2016:223)

²⁷³ Idem, Ibidem, p.224

²⁷⁴ Idem, Ibidem, p.225

diferença a destacar, no que diz respeito à organização do crime entre os dois países, reside justamente no facto de, nos Estados Unidos da América, não existirem cartéis ou estruturas piramidais dedicadas ao narcotráfico, existindo, em seu lugar, intermediários junto à fronteira, mais conhecidos por *brokers*. Estes intermediários são, desde logo, os responsáveis por organizar o transporte, distribuição e venda de droga proveniente do México, em direção aos Estados Unidos da América. Estes agentes do crime, ao contrário do que acontece no México, atuam de forma independente, não sendo conotados ou associados, de modo algum, a uma organização de tráfico de drogas mexicana. Neste sentido, trabalham sozinhos e sem qualquer regime de exclusividade, pelo que o principal critério que utilizam na hora de escolher os seus parceiros mexicanos é o dinheiro: o cartel mexicano que pagar melhor, isto é, oferecer a melhor comissão, será, à partida, o parceiro de negócios de eleição por parte do *broker*. Estes intermediários estadunidenses costumam viver em áreas junto à fronteira com o México, para, de forma rápida e eficaz, concertarem a chegada das drogas a solo estadunidense. Esquivel também sublinha que os cartéis mexicanos, por sua vez, preferem trabalhar com intermediários brancos, uma vez que outras etnias, como a afroamericana, asiática ou latina, poderiam levantar suspeitas mais facilmente. O trabalho do intermediário pode, deste modo, ser descrito da seguinte maneira:

‘En Estados Unidos un *broker* no marca una diferencia, no distingue; tanto puede trabajar con el cartel de Juárez como con el de Sinaloa, con los Zetas, o con los tres al mismo tiempo’, [...] El tipo de arreglo que realiza con los representantes de los cárteles del narcotráfico mexicano es simple: se encarga de llevar los cargamentos de droga al destino que le indiquen sus clientes y de entregarlos a las personas indicadas. Por cada cargamento, y según la cantidad y el valor de éste, el *broker* cobra un porcentaje que arroje la venta total de la mercancía en el mercado negro.²⁷⁵

Ainda em relação às responsabilidades deste agente intermediário, cabe destacar que, pelo facto de este operar de forma independente, qualquer apreensão de drogas feita pelas autoridades, quer do México, quer dos Estados Unidos da América, na fronteira, fará com que o prejuízo recaia, não sobre o *broker*, mas sim sobre os cartéis mexicanos. Assim, é compreensível que, no

²⁷⁵ Cf. Esquivel (2016:47)

plano mediático, não existam tantas notícias sobre capturas de traficantes estadunidenses, pela simples razão de que não é da sua responsabilidade fazer com que as drogas cheguem a solo estadunidense.

Neste contexto, veja-se, perante um engenhoso esquema em que a divisão de compromissos está firmemente estabelecida e bem delineada, como o intermediário concretiza o tráfico de drogas na fronteira. Em primeiro lugar, o *broker* começa por sugerir aos cartéis mexicanos, sem nunca falar diretamente com os seus líderes, arrendar, em zonas residenciais de classe média a alta junto à fronteira, uma determinada vivenda, ou parte dela, que virá a servir de depósito de drogas, com o objetivo de fazer a ligação entre os criminosos mexicanos e os transportadores estadunidenses. Estes locais, para o México, são denominados de *narcobodegas*, enquanto nos Estados Unidos da América se designam por *stash houses*. Se os cartéis mexicanos confirmarem o local, os intermediários avançam com o processo de arrendamento destas casas sinalizadas, por um curto período de tempo, geralmente por apenas alguns dias, ou, no caso de serem mais experientes, de três a seis meses. A título de exemplo e para se ter uma noção mais nítida do que realmente acontece na fronteira, suponha-se que a vivenda em questão é arrendada por três dias. Note-se que esta renda, para evitar complicações com as autoridades, é paga de forma discreta, em numerário e de forma antecipada. A partir desse momento, já com o local definido para a realização das operações, os seus proprietários ficam expressamente proibidos de utilizar ou entrar no espaço arrendado, ficando o intermediário e os restantes intervenientes na operação com a exclusividade do seu uso. Para reforçar a segurança da operação, o intermediário vai procurar reforçar a vigilância nas imediações. Deste modo, o *broker* contacta os proprietários das vivendas que ficam nos extremos da rua onde se localiza a *narcobodega*, isto é, o lugar exato onde decorrerão as operações, dando-lhes um telemóvel descartável com um número pré-gravado para o qual deverão ligar, caso as autoridades entrem na rua em questão. Para este trabalho de vigilância, os intermediários costumam pagar, segundo Esquivel, entre cem e mil dólares por semana, dependendo da envergadura da operação. Posteriormente, com o cenário montado e relativamente seguro, os cartéis mexicanos ficam encarregues de deixar o carregamento de droga na vivenda sinalizada, logo no primeiro dia, não acontecendo nada durante o segundo, com o intuito de

diminuir movimentações suspeitas. Por fim, no terceiro dia, fazem-se os preparativos do transporte das drogas para o resto do país: gangues locais, articulados com o *broker*, preparam a droga para ser despachada, frequentemente por camionistas profissionais, mas sempre previamente contratados pelo próprio. As rotas e os pontos de paragem são, de igual modo, rigorosamente desenhados pelo intermediário, fazendo dele, como é notório, um elo fundamental entre o México e os Estados Unidos da América, no que toca à organização do tráfico de drogas. Numa opinião pessoal, é de notar, não só a diversidade de intervenientes neste processo, mas também a complexidade das operações que os envolve. Por outras palavras, os vigilantes, as famílias que cedem as suas casas a troco de algumas dezenas de dólares, os intermediários, os narcotraficantes mexicanos, os gangues locais estadunidenses e as empresas de transporte, não só compõem, como também alimentam esta enorme cadeia de tráfico de drogas dentro dos Estados Unidos da América, fortalecendo, por conseguinte, o poder dos cartéis no México. Chama-se a atenção para o elevado risco destas operações, na medida em que todos os gastos efetuados durante este processo são realizados de forma adiantada, isto é, todos os esforços se concentram em apenas tentar colocar de forma discreta e massiva as drogas nas ruas, com o objetivo de serem compradas, sendo certo que, até lá, o risco de a operação correr mal é máximo. Assim, quando a mercadoria chega ao seu destino final e é efetuado o seu pagamento, o dinheiro inicia a trajetória contrária, ficando uma percentagem para o *broker* e para os cartéis mexicanos, como se verá adiante. Em resumo:

Quando un *broker* se arregla con los representantes de un cártel mexicano para ‘mover’ una carga específica de cualquier tipo de droga, el porcentaje que cobra está contemplado de antemano en el cálculo preciso de todos los gastos que implicará el traslado de la mercancía hasta el momento de la entrega final. ‘El *broker* paga por el flete de la droga, pero es la persona que la pide en Chicago [ejemplo de um destino final], quien paga los dos mil dólares que cobra el chofer por llevar cada kilo de cocaína’ [...]. Cuando le salen bien las cosas, el *broker* hace un negocio redondo porque técnica y financieramente recupera todo el dinero que invierte, sin contar los dólares que se embolsa y que tiene garantizados bajo el acuerdo con los cárteles del narcotráfico internacional su porcentaje de la ganancia. Los cárteles por lo regular le dan un mes de plazo para pagar el costo total de la carga o las cargas que le entregan en la frontera sur estadounidense; a su vez, el *broker* regularmente no otorga crédito a la

persona que pidió el cargamento, digamos en Atlanta, Chicago o Nueva York: el costo total de la mercancía se paga al momento de recibirla.²⁷⁶

Neste sentido, percebe-se que, perante um risco elevado de perdas avultadas, a operação deve ser minuciosamente desenhada pelo intermediário. Além disso, como assinala Esquivel, se as autoridades, em território estadunidense, apreenderem um carregamento de droga, é o *broker* que assumirá os custos totais da operação, pagando aos cartéis a parte que lhes corresponde. Para clarificar, a colocação das drogas nos Estados Unidos da América, embora seja feita com o auxílio do intermediário, fica à responsabilidade dos cartéis mexicanos, enquanto a sua distribuição e venda fica a cargo do *broker*. Destes factos é possível deduzir algumas conclusões: é evidente que o papel do intermediário na articulação das operações é central e determinante para o seu sucesso e, mais importante ainda, os cartéis mexicanos acabam por estar sempre protegidos se alguma coisa correr mal no país que não dominam, os Estados Unidos da América. Para agravar a situação, a colocação bem-sucedida de drogas neste país representa, por si só, ganhos substanciais para os cartéis, uma vez que, independentemente de as drogas chegarem ao destino final ou não, a responsabilidade recai sobre o *broker* e não os cartéis.

Um último aspeto que merece toda a consideração, ainda relacionado com as funções do *broker*, tem que ver com o seu papel posterior, aquando da venda das drogas no destino final. Como já se viu, estes intermediários, além de ajudarem os cartéis a fazer subir as drogas pelo continente, também colaboram na devolução dos lucros, contratando, para o efeito, *brokers* reais que os ajudam a levar e a lavar o dinheiro proveniente desta atividade ilícita. Esquivel sublinha que, quanto maior for a quantia a ser recebida pelos cartéis mexicanos, maior será a percentagem a cobrar, aplicando-se a mesma lógica, dependendo da distância percorrida pelos dólares ao longo dos Estados Unidos da América. Como assinala Esquivel:

Para *bajar* el dinero, el *broker* tiene que contratar los servicios de otros intermediarios, totalmente independientes de los que transportan la droga, la compran o la distribuyen [...]. La cuota que cobra el *broker* a los cárteles mexicanos depende de la cantidad de dinero que habrá que *bajar*, y del estado

²⁷⁶ Cf. Esquivel (2016:54 e 55)

desde donde se tengan que llevar los dólares a la frontera. De acuerdo con los informes de inteligencia de las agencias federales estadounidenses dedicadas a combatir al narco gringo, la cuota que cobra el *broker* a un cártel por *bajar* dinero es, en promedio, 10% de la cantidad que se lleva a México en dinero en efectivo. Si un *broker* es generoso con su *bajador* o *bajadora* de dinero, les paga 3% de toda la cantidad movida, pero por lo general la cuota de compensación es de 1 a 2%.²⁷⁷

Face a este panorama de distribuição de “dividendos”, se o papel do intermediário já era central na hora de distribuir a droga pelos Estados Unidos da América, torna-se ainda mais preponderante na hora de recolher os lucros da atividade e fazê-los chegar aos seus intervenientes, em particular, os cartéis mexicanos e os intermediários financeiros que os auxiliam neste processo.²⁷⁸ Mais adiante, ainda neste capítulo, será feita uma abordagem, ainda que de forma simples, acerca da lavagem de dinheiro que é, por outras palavras, a atividade a que se dedicam estes intermediários financeiros aqui mencionados.

IV - Los Zetas e a Corrida às Armas

Regressando à caracterização do crime organizado no México, foi, em resumo, abordado o aspeto ilegal destas organizações, o que as torna necessariamente violentas e, por conseguinte, o fácil acesso às armas favorece o exercício dessa violência. Do ponto de vista histórico, houve um momento importante que acelerou o crescimento da violência no país, além da democratização do México, que se prende com o nascimento do cartel Los Zetas. De uma forma simples, o governo mexicano criou, nos anos 90, um grupo de militares altamente treinados que teve como principal objetivo reprimir a pequena guerrilha EZLN, em 1994. Essas forças de elite, designadas como Grupo Aeromóvil de Fuerzas Especiales (GAFE), começaram a ser utilizadas no combate ao narcotráfico, em especial, no norte do país, onde estava instalado o cartel do Golfo que já dava sinais de alguma violência. Aqui a gafe foi outra, na medida em que uma boa parte dessas forças especiais desertou e começou a trabalhar para o cartel do Golfo. Este acontecimento, no contexto da investigação, é da maior importância, pois de repente, entre várias organizações de narcotráfico, uma delas contava agora com elementos altamente capacitados

²⁷⁷ Cf. Esquivel (2016:55)

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p.45 a 58

e violentos.²⁷⁹ Tendo em conta o ambiente de grande concorrência em que estas organizações operam e o papel central da violência, a entrada dos Zetas provocou uma corrida às armas, por parte dos concorrentes. Assim:

El primer paso lo dio el cártel del Golfo cuando Cárdenas Guillén sobornó a entre 30 y 40 soldados de elite de las Fuerzas Especiales y estos desertaron para convertirse en su guardia personal: Los Zetas, que más tarde se convertirían en el brazo armado del cártel. [...] Su entrenamiento militar, muy sofisticado, y su uso indiscriminado de la violencia, llevarían a los otros cárteles a militarizarse. Para finales de los noventa, todos ellos tenían grupos armados bien entrenados para complementar, y llevar más lejos, las actividades de sus sicarios.²⁸⁰

Um último ponto sobre o qual vale a pena teorizar tem que ver com a hipotética alteração da legislação estadunidense, no sentido de restringir o acesso às armas. Talvez os mais cétricos defenderiam que isso não amenizaria o problema, uma vez que os cartéis mexicanos poderiam obtê-las de outros países. No entanto, Federico Varese deixa uma importante nota a esse respeito, argumentando que a reputação e credibilidade das organizações de narcotráfico diminuiria consideravelmente, ao tentarem obtê-las de lugares mais remotos. Do mesmo modo, a coesão interna, tão necessária ao bom funcionamento destas organizações, ver-se-ia afetada, ao dispersar elementos geograficamente. Por fim, corromper autoridades e exercer controlo sobre as comunidades onde estão inseridos é substancialmente mais fácil do que se tentarem fazê-lo noutros locais onde simplesmente não são conhecidos.²⁸¹ Atuando, então de forma “encapsulada”, o argumento de Varese permite afirmar, com algum grau de certeza, que uma alteração na política interna sobre a posse de armas nos EUA, traria efeitos positivos para o México, ao dificultar eficazmente o acesso dos cartéis às armas.

V - A Estratégia *Kingpin* e as Estruturas Criminais

Para sobreviverem, além do lucro, estas organizações têm muito em conta a sua estrutura hierárquica, até porque a captura de Pablo Escobar, em 1993, conduziu à queda do Cartel de Medellín, a organização que liderava. Durante os anos 90, o Cartel de Medellín controlava todas as fases de produção

²⁷⁹ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:62 e 63)

²⁸⁰ Cf. González (2014:132)

²⁸¹ Cf. Varese (2011:4-7)

e distribuição de drogas, sendo Escobar, em conjunto com outros líderes regionais, quem tomava as decisões importantes acerca do negócio. Ora, o funcionamento do cartel dependia, neste sentido, de uma pessoa ou um conjunto muito restrito de pessoas, formando, por isso, uma estrutura piramidal, com uma hierarquia bem definida. Como afirma Mabel González, a respeito dos cartéis de Cali e o de Medellín: “Estos cárteles estaban integrados verticalmente, con control sobre todas las fases de producción, transporte y distribución, así como el lavado de los inmensos beneficios del negocio.”²⁸² Deste modo, a necessidade de capturar Escobar tornou-se óbvia, na medida em que a captura de líderes, enquadrada na estratégia de *kingpin*, desencadearia o desmoroamento do cartel.²⁸³ A destruição do cartel de Medellín e de Cali resultou na sua fragmentação, criando “cartelitos”, pequenas organizações que se denominam atualmente de Bandas Criminales (BACRIM).²⁸⁴ Em resumo:

Kingpin strategies would earn fame in the fight against Pablo Escobar of Medellín cartel in Colombia when he was killed in 1993. This kingpin strategy became a staple of counternarcotics operations and is embodied by DEA’s consolidated priority target lists that focus on prominent drug networks and their leadership figures. The goal of decapitation strikes is the dismantlement of drug networks. Sometimes the best that can be hoped for is the disruption or fragmentation of the illicit networks, resulting in smaller networks that do not threaten the state. This is the dominant narrative of what occurred in Colombia following the dismantlement of the Medellín and Cali cartels.²⁸⁵

As dificuldades começaram a surgir posteriormente, quando as estruturas internas dos cartéis, em particular os mexicanos, começaram a horizontalizar-se, na medida em que o líder deixou de estar tão exposto e ser tão importante para o funcionamento da organização. No caso de ser capturado pelas autoridades, os prejuízos seriam menores. Deste modo:

En buena medida renuncian a su nacionalidad, se mueven de un sitio a otro con gran facilidad y resulta también evidente que estructuras jerárquicas y subordinadas dentro del narcotráfico han comenzado a desaparecer para dar

²⁸² Cf. González (2014:96)

²⁸³ Cf. Beittel (2012:17 e 18)

²⁸⁴ Cf. Gaviria & Mejía (2011:336)

²⁸⁵ Cf. Jones (2016:81 e 81)

paso a una especie de *outsourcing* criminal, lo cual significa simplemente asociaciones delictivas pactadas y establecidas en línea horizontal.²⁸⁶

A resiliência dos cartéis mexicanos, por oposição aos colombianos, explica-se, através da sua grande adaptabilidade à realidade, descentralizando funções. Note-se que o conceito de resiliência, bem tratado por Nathan Jones, não tem apenas que ver com a sobrevivência da organização, isto é, não tem um caráter binário, mas tem que ver sim com variantes. Por exemplo, uma determinada operação militar contra uma organização de narcotráfico pode ter vários efeitos: a organização pode sobreviver intacta, pode reestruturar-se, fragmentar-se, gerar uma guerra faccionária ou, em último caso, dissolver-se. O mais importante a reter deste espectro de possíveis resultados é, em primeiro lugar, entender que os ataques às organizações podem ter efeitos inesperados e, sobretudo, perceber que o tipo de estrutura da organização pesará muito na hora de medir a resiliência.²⁸⁷ Luis Jorge Garay e Eduardo Salcedo-Albarán são bem claros, quanto à importância da descentralização, como fator que promove a atual resiliência do crime organizado mexicano:

Específicamente, se responde a la pregunta de por qué es más difícil desarticular una red criminal [mexicana] como “La Familia Michoacana” que a uno de los carteles colombianos que operaron durante los años ochenta y noventa. La respuesta a esta pregunta se sustenta en una característica fundamental de las estructuras operativas de ambas formas criminales –redes criminales con elevado nivel de descentralización en el primer caso y carteles altamente centralizados en el segundo caso –, por lo que se plantean desafíos adicionales a los que enfrentaron las agencias de seguridad que confrontaron los carteles colombianos a finales durante los años ochenta y noventa.²⁸⁸

Os mesmos autores, Luis Jorge Garay e Eduardo Salcedo-Albarán, explicam bem esta transfiguração, até porque dedicaram uma obra inteira apenas ao estudo de algumas estruturas criminais.²⁸⁹ Na imagem seguinte, é possível observar três mapas de cores diferentes com pontos conectados por linhas. Destaque-se que cada grupo de pontos está exatamente na mesma posição. Cada grupo de pontos representa uma organização diferente, onde os

²⁸⁶ Cf. Garay & Salcedo-Albarán (2012:190)

²⁸⁷ Cf. Jones (2016:32 e 33)

²⁸⁸ Cf. Garay & Salcedo-Albarán (s.d.)

²⁸⁹ V. Garay & Salcedo-Albarán (2012)

pontos correspondem a agentes dessa organização e as linhas se traduzem nas conexões ou interações entre esses agentes. Uma vez que o gráfico é apresentado após o enquadramento prático, rapidamente se entende que o mapa dos pontos azuis, aquele que traduz uma rede centralizada, pois as conexões de quase todos os agentes dependem apenas de um deles, o líder, facilmente lembraria um cartel colombiano. Depreende-se também que a estratégia de captura de um líder, neste contexto, faz todo o sentido, pois os outros agentes não interagem entre si. Assim, quanto mais conexões ligarem um certo agente, mais central ele se torna e, para as autoridades, mais importante a sua captura se torna.

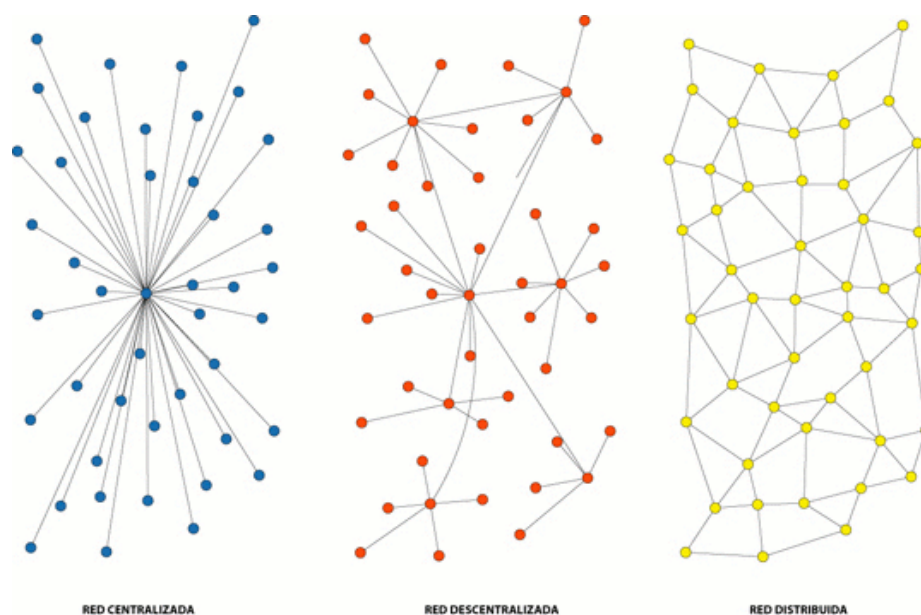


Figura 9 - Estrutura em Rede Centralizada/Descentralizada/Distribuída²⁹⁰

É de referir, contudo, que nem sempre os agentes com mais conexões são os mais importantes. Por exemplo, uma autoridade aduaneira que não pertence a qualquer organização pode conhecer uma rede criminosa mexicana e um gangue estadunidense. Nesse caso, a estrutura poderia ser desenhada da seguinte forma:

²⁹⁰ Figura 9: Ugarte (2007:27)

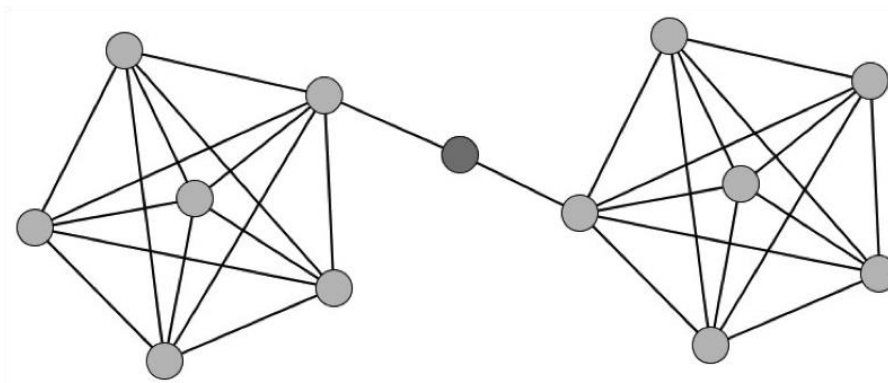


Figura 10 – Estruturas conectadas por um agente²⁹¹

O agente assinalado com uma cor mais escura é designado por “ponte estrutural”, pois, enquanto é o agente com menos interações, acaba por ser o mais importante ao conectar duas redes distintas. Ao mesmo tempo, indo em linha de conta com a figura 9, mais concretamente com o mapa amarelo, é perceptível a posição de igualdade de todos os agentes, pois todos se conectam igualmente entre si, funcionando em rede. Ora, ao horizontalizar a organização, deixa de ser claro o seu agente principal, fazendo com que a estratégia de *kingpin* perca muito dos seus efeitos. Por outras palavras, a estratégia de *kingpin* funciona melhor em estruturas piramidais ou hierarquizadas. Se todos os agentes se relacionam entre si na mesma proporção, qualquer que seja a captura feita não será tão disruptiva como o foi durante a era dos cartéis colombianos.²⁹²

Em resumo, embora a Colômbia e o México tenham lidado, em diferentes épocas, com o mesmo fenómeno, o narcotráfico, é crucial perceber que a forma como ele se apresenta ao Estado, seja num esquema piramidal, como foi o caso colombiano, ou sob a forma de uma rede, como foi o caso mexicano, é determinante para a definição de estratégias de combate ao narcotráfico. Pessoalmente, se a estratégia aplicada à Colômbia, nos anos 90, teve êxito, replicar o modelo para o México, onde o acesso às tecnologias, num contexto de uma globalização fortalecida, seria um erro, como se verá mais adiante. As organizações criminais mexicanas têm vindo a descentralizar-se de tal forma que a ação política deve ter em conta, não só o fenómeno que se está a

²⁹¹ Figura 10: Garay & Salcedo-Albarán (s.d.)

²⁹² Cf. Garay & Salcedo-Albarán (2012:45)

combater, mas o aspeto que ele assume, isto é, a forma como se estrutura. A figura 9 assim o reflete: os três mapas são iguais, mas a forma como as conexões são feitas são diferentes e não é por os mapas serem iguais que o combate é feito da mesma forma, muito pelo contrário, é pelo facto de o fenómeno se transfigurar que a resolução não pode ser igual. A organização do narcotráfico em rede acaba, como refere González, por trazer inúmeras vantagens:

...se está produciendo una evolución desde las antiguas organizaciones jerárquicas, con liderazgo y cadena de mando clara, hasta nuevas formas descentralizadas, organizadas en red y con miembros y nodos conectados de forma lejana (...) Las organizaciones cambian, se adaptan y aprenden. (...) al diluirse la figura del “capo” que ejerce el control, mantienen un perfil más bajo, usan canales de información y atraen menos la atención de las fuerzas de la orden [y] cuando sufren ataques, es más difícil desarticularlas ya que su centro de gravedad no es único sino disperso, de forma que detener a algún líder no supone el fin de la red.²⁹³

VI - Geonarcótica

Não é só a estrutura de uma organização que determina o seu grau de resiliência, mas também o posicionamento geográfico dessa estrutura. Por exemplo, como já foi analisado, o acesso à fronteira dos Estados Unidos é mais importante do que uma zona montanhosa no interior do México, pois representa o acesso ao mercado dos consumidores e das armas. A violência, neste contexto, pode ser utilizada para eliminar concorrentes que estejam perto dessa fronteira, ou para forjar pactos e alianças entre organizações contra outras, mais bem posicionadas, o que constitui, sem dúvida alguma, um cenário altamente dinâmico e imprevisível. Do mesmo modo, a violência também está presente, não só entre cartéis, mas também internamente. Por exemplo, concretizar uma operação de tráfico pode requerer o uso da violência, ou a ideia de ascender funcionalmente, através do uso da força, também é plausível. Além disso, porque não há laços afetivos ou políticos, a lealdade torna-se um problema central para a coesão de uma organização. Os líderes castigam a falta de lealdade de um membro do grupo e premeiam os mais leais. O clima geral de constante incerteza e a potencial violência a que estas organizações recorrem frequentemente leva também à necessidade de abordar a questão do território,

²⁹³ Cf. González (2014:38-41)

no âmbito da *geonarcótica*, que joga um papel fundamental.²⁹⁴ Assim, Paul Rexton Kan analisa a geografia mexicana e a importância que ela tem para as organizações de tráfico de drogas.



Figura 11 - Heartland²⁹⁵

A região mais importante, na ótica de Kan, é a *Heartland*. Esta região, o norte do México, partilha uma fronteira de mais de 3 100km com os Estados Unidos da América. Se se tiver em conta, no contexto da investigação, o papel crucial das armas para a sobrevivência dos cartéis, onde os EUA são os principais fornecedores, bem como a necessidade de aceder ao mercado consumidor de drogas, é facilmente dedutível que qualquer cartel deseje estar presente nesta região do país. Por ser a mais lucrativa e importante para estas organizações, é também uma das regiões tendencialmente mais violentas e que concentram uma boa parte dos homicídios relacionados com o narcotráfico, no país.²⁹⁶ Note-se também que há pequenas organizações, como o cartel de Tijuana (Baja California) ou o cartel de Juárez (Chihuahua) que conseguem, ao

²⁹⁴ Cf. Kan (2016:131 e 132)

²⁹⁵ Figura 11: Kan, P. R. (2012). *Cartels at War*. EUA: Potomac Books

²⁹⁶ Cf. Watt & Zepeda (2012:186)

longo de vários anos, sobreviver, graças à sua posição privilegiada, a organizações bem maiores, que a cobijam.

A segunda região assinalada por Kan é a *Rimland*, como consta da figura abaixo.



Figura 12 - Rimland²⁹⁷

Esta região é composta pela maioria dos estados costeiros, excetuando aqueles que já fazem parte da *Heartland*. Esta região, embora não seja tão importante como a primeira, é especialmente relevante para as organizações criminais, na medida em que o acesso e controlo dos portos mexicanos, a sul, significam acesso à América Central e do Sul, em termos de drogas, em particular, a cocaína. Como defende Kan:

South American cocaine and heroin come overland through the states along the Southern border shared with Guatemala, but the bulk of Andean cocaine and heroin is shipped by air or boat along two main routes. The first route enters the Yucatan Peninsula via remote airstrips or the port of Cancun, and the second route enters Mexico via cities in Guerrero and Michoacán.²⁹⁸

²⁹⁷ Figura 12: Kan, P. R. (2012). *Cartels at War*. EUA: Potomac Books

²⁹⁸ Cf. Kan (2012:60)

Como se verá adiante, na distribuição dos cartéis mexicanos pelo território mexicano, os cartéis mais poderosos são aqueles que conseguem ter uma presença sólida, tanto na *Rimland* como na *Heartland*, na medida em que, pela lógica empresarial que adotam, têm conexões diretas com os fornecedores, a sul, e com os consumidores, a norte.



Figura 13 - Periphery²⁹⁹

Já a última região, por coincidir com a localização de grandes cadeias montanhosas, a Sierra Madre, não tem tido grande interesse para as organizações criminais que, como se verá adiante, nem sequer é berço de nenhuma. Embora os níveis da violência sejam significativamente mais baixos, a imprevisibilidade dos cartéis, quanto ao estabelecimento de pactos e declarações de guerra, provocou, por exemplo, no estado de Durango, uma subida da violência em 600% em 2009, relativamente ao ano anterior. Já no estado da Baja California Sur, em plena guerra contra os cartéis, tinha-se registado apenas uma morte relacionada com o narcotráfico, no ano de 2010.³⁰⁰

²⁹⁹ Figura 13: Kan, P. R. (2012). *Cartels at War*. EUA: Potomac Books

³⁰⁰ Cf. Kan (2012:64 e 65)

Deste modo, é perceptível a forma como estas organizações operam, como se estruturam, o que as motiva e a importância que as armas ou o território têm para o seu funcionamento. Ainda assim, é conveniente sublinhar que estas organizações, seguindo uma lógica empresarial, obtêm rendimentos por outras atividades ilegais que não o narcotráfico. Por exemplo, a extorsão é uma prática corrente que gera muitos milhões de dólares de lucro, tal como explica Varese:

Some 85 per cent of legitimate businesses in the Mexican state of Michoacán [sudeste] were forced to pay the local cartel, La Familia. Estimated revenues from extortion in Mexico are between US\$2 billion and US\$7.5 billion. [...] Pharmacies, bars and funeral services, even medical practices and schools, are victims of Mafia extortion.³⁰¹

Numa curta opinião pessoal, apenas a respeito da terminologia utilizada, embora haja autores que preferem denominar estas organizações de “organizações de crime transnacional”, pela enorme diversificação das suas atividades ou preferem evitar o uso da palavra “cartel”, dada a crescente horizontalidade destes grupos, os grupos em questão continuam a dedicar-se ao narcotráfico, como atividade principal, sendo que as restantes, de alguma forma, são complementares, daí o uso de “organizações de tráfico de droga”, na investigação. Neste caso, especificamente, também não se abdicou do uso da expressão “cartel”, visto que a investigação se reporta a períodos em que ainda existia alguma verticalidade, sendo um termo, inclusive, utilizado pelas autoridades desta altura. É ainda necessário reconhecer que a colocação desta nota no início da investigação, talvez fosse mais oportuna. No entanto, o lugar onde se insere foi deliberado, na medida em que, depois de se conhecer o fenómeno em estudo, é mais fácil justificar a terminologia utilizada, o que seria extremamente difícil fazê-lo antes de se iniciar a investigação. Assim, a escolha destes termos, para defesa pessoal, é até intuitiva, ao estudar o fenómeno deste prisma. De qualquer modo, reconhece-se que os termos possam ser, ainda assim, discutíveis, mas, apesar de não influenciarem de todo a investigação, o cuidado em ser coerente, ao adotar uma terminologia consistente, está presente.

³⁰¹ Cf. Varese (2017:184 e 185)

VII - Dinheiro

A prática da extorsão, associada à intimidação e ao sequestro, tem levado a centenas de desaparecimentos de pessoas em todo o México, obrigando famílias inteiras a pagar avultados resgates, na esperança de voltar a ver os seus familiares. Muitas vezes, o dinheiro é entregue aos cartéis e o refém nunca chega a aparecer. A banalização desta prática de assassinatos profissionais, conhecida por sicariato, também está associada, não só à violência, mas também à extorsão e sequestro. Há cerca de quinze anos, um sicário recebia entre 12 000 e 13 000 dólares por matar uma pessoa. Anos mais tarde, os sicários recebiam entre 500 e 600 dólares por mês para matar um número ilimitado de pessoas. Esta alteração de preços denuncia, neste sentido, um maior número de pessoas disponíveis para matar, provavelmente pelos altos níveis de pobreza que as impede de obterem rendimentos lícitamente, elevando os níveis de violência onde eles operarem.³⁰² Os alvos podem ser membros de cartéis rivais, um traidor de uma organização, políticos, autoridades, jornalistas e todos aqueles que possam dificultar ou colocar o negócio em perigo.³⁰³

Nas suas relações com o Estado, é dedutível que os cartéis mexicanos não procuram, na sua essência, capturar as suas funções. Embora eles ofereçam proteção a cidadãos a um preço elevado ou minem certas funções do Estado, tal como as guerrilhas, o seu objetivo é bem distinto do delas: para as guerrilhas a guerra com o Estado é frontal e total, para o narcotráfico, é necessária sempre e quando os seus interesses económicos estão em causa. Estima-se que os cartéis mexicanos paguem, em subornos, mais de 100 milhões de dólares por mês às autoridades mexicanas. A corrupção, no caso do México, sofreu, do ponto de vista académico, interessantes mutações: se antes era o PRI que obrigava os narcotraficantes a pagar uma taxa pelas suas atividades, no virar do milénio, passaram a ser os narcotraficantes a escolher quem corrompiam, relembrando a célebre frase de Pablo Escobar “*plata o plomo*”.³⁰⁴ Logicamente, as grandes fontes do poder dos cartéis mexicanos, armas, com as quais exercem todo e qualquer tipo de intimidação ou violência, e dinheiro, com o qual compram armas, pagam aos seus membros e corrompem o Estado, provêm dos Estados

³⁰² Cf. Kan (2012:26)

³⁰³ Cf. Boullosa & Wallace (2016:126 e ss.)

³⁰⁴ Cf. Kan (2012:29)

Unidos da América, uma vez que, sendo os maiores consumidores de droga do mundo, são quem paga aos cartéis pela droga que consomem. Num país com altos níveis de pobreza e grandes desigualdades sociais como é o México, torna-se particularmente fácil corromper um polícia ou recrutar alguém como sicário ou narcotraficante. Pessoalmente, é tão certa a necessidade de ser o Estado mexicano a providenciar as oportunidades aos seus cidadãos para prosperarem, quanto a dificuldade que o mesmo Estado tem em criá-las, ao canalizar muitos milhões de dólares para o combate a um inimigo que consegue obter armas facilmente no país ao lado. Enquanto o Estado usa dinheiro dos contribuintes para uma infinidade de políticas públicas, os cartéis apenas gastam na manutenção do negócio.³⁰⁵ Poderá denotar-se uma certa indignação pessoal relativamente à posição fragilizada em que o México se encontra e a postura dos EUA, no entanto, cabe ressaltar que ela é apenas fruto dos resultados obtidos na investigação, não comprometendo o seu curso, e, do ponto de vista humano, é uma situação de emergência em que milhares de mexicanos, alheios ao fenómeno, desaparecem ou são assassinados todos os dias, como se verá no capítulo seguinte. Aliás, esta legítima opinião pessoal apenas vai em linha de conta com as vigorosas conclusões pessoais de quase todos os autores estudados. É fundamental sublinhar que a responsabilidade dos EUA no desenvolvimento do fenómeno é notória, mas do mesmo modo que são uma grande parte do problema, como se tem insistido, são também, sem dúvida alguma, uma grande parte da solução, na medida em que, por exemplo, as suas fortes instituições constituem um excelente exemplo para o México.

Como já foi analisado, os cartéis recorrem ao dinheiro que fazem com o narcotráfico, para corromperem diversos atores, quando necessário. Definir corrupção nem sempre é fácil, pois a oferta de um presente não é necessariamente um caso de corrupção. A corrupção envolve duas partes que acabam por ganhar com uma determinada troca, seja em favores, dinheiro, ou não intervindo, quando em condições habituais, como parte das suas funções, interviriam. Por exemplo, seria um caso de corrupção se um agente que tem o dever de manter a ordem pública, capturando os infratores da lei, recebesse

³⁰⁵ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:190)

uma quantia de dinheiro para não cumprir o seu dever.³⁰⁶ É também compreensível que o grau de corruptibilidade de um agente pode depender dos seus rendimentos. No caso do México, um polícia municipal ganha cerca de 170 euros mensais, apenas mais 16 euros do que o salário mínimo. Torna-se óbvia, não só a facilidade com que os cartéis, que acedem a dólares e não pesos, penetram nas estruturas de segurança do Estado, mas também a facilidade com que os próprios polícias desertam e passam a trabalhar do lado dos traficantes.³⁰⁷

Associada à pobreza que se vive no México, terreno fértil para o exercício da corrupção, endémica no país e perpetrada durante décadas pelo próprio governo, é importante considerar a dimensão do dinheiro como os lucros provenientes do consumo de drogas. Enquanto se tem falado da importância do dinheiro para a robustez das organizações de tráfico de droga, é fundamental perceber-se que é dinheiro proveniente de atividades ilícitas, sendo necessário, por isso, lavá-lo:

Laundering is the method by which all proceeds of crime are integrated into the banking systems and business environments of the world: black money is washed so it ends up whiter than white. [...] This is the process whereby the identity of dirty money that is the proceeds of crime and the real ownership of these assets is transformed so that the proceeds appear to originate from a legitimate source. [...] Money is the lifeblood of all criminal activities: the process of laundering can be viewed as the heart of the process as it enables the money to be purified and pumped around the body to ensure health and survival.³⁰⁸

Assim, o acesso ao dinheiro é vital, para que o crime compense, pois só com ele é que os cartéis sobrevivem e conseguem manter as autoridades afastadas:

...criminal organizations involved in international trafficking – including of drugs, weapons, humans, and human parts – would be far less effective were it not for the fact that they can often bribe customs officers, police officers, and

³⁰⁶ Cf. Holmes (2015:15 e ss.)

³⁰⁷ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:110-114)

³⁰⁸ Cf. Lilley (2006:6)

other officials to turn a blind eye on their activities, or to warn them in advance of impending raids.³⁰⁹

Resumidamente, o processo de lavagem conta com três fases: colocação, agitação e integração. A primeira fase, a mais arriscada consiste na colocação dos lucros provenientes de atos ilícitos no mercado, seja através de compras de grande valor ou abrindo contas bancárias. É a fase mais perigosa, na medida em que existe uma conexão direta entre o dinheiro e o crime que se cometeu para o obter. A agitação, a segunda fase, consiste na movimentação rápida do dinheiro entre contas, facilitada pela globalização, de tal forma que as autoridades deixam de conseguir descobrir a sua origem ilegal. Na última fase, os criminosos já podem fazer compras sem levantarem suspeitas, uma vez que os capitais já foram lavados.³¹⁰ Outro detalhe interessante acerca da lavagem de dinheiro tem que ver com a facilitação do processo acima descrito. Uma das maiores dificuldades em combater a lavagem de dinheiro e a própria corrupção é que todas as partes envolvidas nesse processo ganham: bancos, contabilistas, advogados, agentes financeiros, autoridades, políticos, etc.³¹¹ Assim, estabelece-se uma nova ligação entre México e Estados Unidos da América:

As a source and transshipment node in the regional drug trafficking network, the illicit trade of narcotics between the United States and Mexico is between \$18 billion and \$39 billion annually. Drug profits outstrip many areas of legitimate commerce between the two nations; annual remittances going southbound from the Mexican community in the United States total \$23 billion, and the revenues generated by the Mexican tourism industry total nearly \$11 billion. The illicit drug economy has undermined police and judicial functions of the state.³¹²

VIII - Narcocultura

Neste momento, é claramente perceptível a estreita relação entre os dois países, não só no que diz respeito ao narcotráfico enquanto atividade ilícita, mas também aos fluxos de armas e de capitais que vão em sentido inverso. Este longo processo, enraizado na sociedade mexicana, provocou profundas alterações na cultura mexicana, onde os cartéis, inseridos nas suas comunidades, desenvolvem narrativas culturais próprias. O tema da

³⁰⁹ Cf. Holmes (2015:32)

³¹⁰ Cf. Lilley (2006:48-51)

³¹¹ Idem, Ibidem, p.36

³¹² Cf. Kan (2016:54)

narcocultura, pouco abordado entre os acadêmicos da área, é um elemento importante a ter em conta, ao estudar as organizações de narcotráfico mexicanas. Sendo a cultura um produtor e produto de uma sociedade, a convivência diária com a violência e o tráfico de drogas refletiu-se, por exemplo, nos *narcocorridos*, uma adaptação de um antigo gênero musical mexicano. Estas músicas, patrocinadas pelos traficantes, pretendem publicitar e justificar os atos dos traficantes mexicanos, denegrindo a imagem do Estado.³¹³ Tal como afirmam Grayson e Logan, a respeito do grupo Los Zetas, esta organização criminosa tem todo o interesse em financiar eventos culturais como concertos de *narcocorridos* e, nas gerações mais novas, de hip-hop, cujas letras enaltecem os traficantes, por oposição ao Estado.³¹⁴ No domínio da religião, os narcotraficantes são devotos a entidades como Jesús Malverde ou a Santa Muerte, a sua padroeira. A marginalização social ou o estigma inerente às atividades que praticam levam muitos destes mexicanos a enveredar por estes cultos alternativos, procurando justificações morais para os seus atos violentos: “She [Santa Muerte] is thought to depict the ultimate justice, because death is considered ‘a great equalizer, all living things, no matter their status or behavior in life, must die’”.³¹⁵ Deste modo, a narcocultura apresenta-se, não só como um reflexo da dura realidade mexicana, mas também como uma forma de autopromoção junto do resto da sociedade. Assim, “Narcocultura complements and assists Drug Trafficking Organizations [DTOs] in a successful criminal and spiritual insurgency through glamourizing violent acts and creating powerful positive DTOs identity”.³¹⁶

IX - O Narcotráfico no México e os Movimentos Guerrilheiros

Um outro ponto que merece toda a atenção está intimamente ligado à diversidade de conflitos de que a América Latina, tal como outras regiões do globo, é palco. Como já se disse, é frequente a coexistência de conflitos de naturezas distintas que muitas vezes se sobrepõem, quer a nível temporal, quer a nível territorial, o que pode colocar em causa a sua compreensão. O caso do narcotráfico não é exceção, na medida em que existem outros conflitos

³¹³ Cf. School, Naval Postgraduate (2014:18 e 19)

³¹⁴ Cf. Grayson & Logan (2015:75 e 76)

³¹⁵ Cf. School, Naval Postgraduate (2014:26 e 27)

³¹⁶ Idem, *Ibidem*, p.57

semelhantes que podem confundir, de certo modo, a própria definição deste fenómeno. Deste modo, este longo subcapítulo pretende opor o narcotráfico aos movimentos guerrilheiros, quanto à sua orgânica e manifestações, de tal modo que, no final, não só o primeiro fenómeno estará mais bem circunscrito, como também estarão mais claras as ténues linhas que os separam. É, no entanto, fundamental compreender, desde já, a escolha propositada deste fenómeno para contrastar com o narcotráfico. Dado que a América Latina foi palco, sobretudo, a partir dos anos 60, de movimentos insurgentes de inspiração marxista-leninista, como os Tupamaros, no Uruguai, Los Montoneros, na Argentina ou as FARC, na Colômbia, é admissível fazer-se uma comparação entre fenómenos localizados na mesma região do mundo. Aliás, mais do que admissível, é até conveniente que essa comparação seja feita, para que fenómenos diferentes não sejam tratados da mesma forma, só porque se manifestam de modo semelhante. Assim, a escolha da guerrilha mais antiga da América Latina, as FARC, nascidas em 1964, serão tratadas como um modelo de um fenómeno insurgente neste subcontinente. Neste sentido, quer-se dizer que as conclusões retiradas, no momento da comparação entre os dois conflitos, serão, de certa forma, extrapoláveis para outras guerrilhas. Serão, para o efeito, mencionados pontualmente, alguns exemplos de outras guerrilhas, ao longo desta parte da investigação.

Além disso, para a EC, este exercício é da maior importância, na medida em que chama a atenção para o cuidado que se deve ter na análise de qualquer conflito. A EC afirma que a realidade não é independente da observação humana, o que também significa que essa observação deve ser feita com minúcia e cautela. Deste modo, este subcapítulo pretende demonstrar precisamente que nem tudo o que parece é, ou seja, que não é por existirem conflitos com comportamentos semelhantes que a sua génese é a mesma, da mesma forma que é essa génese diferente que deve determinar ações políticas distintas no sentido de estes serem resolvidos ou, pelo menos, combatidos. Por outras palavras, ficará patente que o narcotráfico e os movimentos guerrilheiros, no que ao seu combate diz respeito, devem ser ultrapassados de formas distintas, porque têm motivações diferentes, apesar de reunirem elementos semelhantes, quanto às suas manifestações comportamentais. Para este efeito, escolheu-se abordar, para efeitos comparativos, a mais antiga

guerrilha marxista da América Latina, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Alerta-se para o facto de que a escolha das FARC não coloca em causa o rigor da investigação, uma vez que as estruturas guerrilheiras são, como se verá adiante, muito mais fixas e, por conseguinte, qualquer uma seria representativa do fenómeno em que se insere.

Como, neste momento, o estudo exaustivo a respeito do narcotráfico no México já está praticamente concluído, este subcapítulo incidirá sobre a apresentação das FARC, com o objetivo de, no final, se poder apresentar a comparação entre os dois fenómenos. Em termos estruturais, uma vez que esta guerrilha assenta numa lógica-político militar, este subcapítulo dividir-se-á em três partes. A título introdutório (i), é conveniente explicar a ideologia política na qual esta guerrilha assenta. Seguir-se-á uma breve história deste movimento insurgente, incluindo as circunstâncias do seu nascimento e a forma como evoluiu ao longo das décadas seguintes, bem como uma descrição da sua trajetória ascendente e descendente (ii). Por fim, será apresentada a pretendida comparação entre os dois fenómenos, com base no estudo que tem vindo a ser feito sobre o México e a pequena investigação secundária aqui feita sobre as FARC (iii). Note-se que esta investigação secundária em nada afeta a principal, muito pelo contrário, entender o êxito de políticas anti narcotráfico num determinado país requer clareza, detalhe e rigor na observação, quer através do estudo do próprio problema, como se tem feito até aqui, quer através do estudo de fenómenos parecidos que podem colocar em risco a clareza do fenómeno em estudo, o que se fará aqui. Posto isto, apresenta-se, em seguida, uma pequena resenha da ideologia política das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, a qual constituirá um elemento diferenciador crucial, na hora de se comparar este fenómeno com o caso do narcotráfico no México.

i) Enquadramento Ideológico das FARC

Para se compreender a estrutura ideológica desta guerrilha da América Latina, como aliás, de qualquer uma na América Latina, é necessário compreender, no âmbito da Guerra Fria, período histórico de grande tensão que opôs as duas superpotências vencedoras da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a conjuntura política internacional dessa época. De uma forma um pouco redutora, mas

precisa e objetiva, os EUA procuraram afastar, no pós-Guerra, qualquer cenário de insurgência comunista nos países da América Latina. Para cumprir este objetivo, assinou com diversos governos latino-americanos, o conhecido Pacto do Rio, no final da década de 40, que se traduziu na marginalização dos partidos comunistas dessa região, ilegalizando-os.³¹⁷ Assim:

...USA concluded mutual defence pacts with several Latin American governments (as it had done with West European states) in order to bring Latin America into the structure of worldwide strategic defence against the growing international power of the Soviet Union.

Neste sentido, o nascimento de movimentos guerrilheiros pode, de certa forma, ser encarado como o resultado da perda do próprio espaço político na arena democrática, na medida em que a radicalização dos governos à direita, proibindo os partidos comunistas, levou a esquerda a radicalizar-se do mesmo modo, recorrendo às armas para combater o Estado. É de realçar que o triunfo do Comunismo, em Cuba, no ano de 1959, foi visto como um catalisador do medo entre os vários governos latino-americanos, na medida em que temiam que o mesmo sucedesse nos seus países.³¹⁸ Este pequeníssimo enquadramento histórico permite compreender a importância, desde já, não só do estudo da própria ideologia desta guerrilha, como também permite entender o porquê de esta guerrilha ter esta orientação política. Importa, todavia, referir que este enquadramento histórico e político é bastante sucinto, havendo, indubitavelmente muito mais a dizer, mas, porque este não é o cerne da investigação, apenas se esboçaram alguns traços gerais relevantes para o propósito desta parte da investigação. Veja-se, no seguimento desta linha de pensamento, como funciona a ideologia marxista, pois contém, sem dúvida, muitas explicações acerca da génese deste movimento insurgente.

De uma forma simples, o Marxismo baseia-se na ideia de que o motor de desenvolvimento da História é a evolução dos fatores de produção e esta é que origina a luta de classes. O Homem produz ferramentas para extrair recursos da natureza, mas o desenvolvimento destas ferramentas tem vindo a permitir a

³¹⁷ Cf. Patrício (2012:138-141) e Williamson (2009: 353)

³¹⁸ Cf. Williamson (2009:346)

criação de excedentes de produção.³¹⁹ É justamente em torno do excedente que gravita a luta de classes: quem fica com ele? Para Marx, esta luta tem um caráter binário, na medida em que apenas existem duas classes que se opõem. Embora Marx não tenha definido explicitamente o que era uma classe social, esta pode definir-se pela posse ou não dos meios de produção, criando necessariamente um confronto entre duas partes: a dos capitalistas, detentores dos meios de produção, e a do proletariado, apenas detentor da sua capacidade de trabalho. Marx afirma que esta luta sempre existiu, desde o Esclavagismo, passando pelo Feudalismo, chegando agora à era capitalista com o mesmo dilema: há uma classe dominante que procura enriquecer, degradando a condição da outra classe, a oprimida, à custa da exploração do seu trabalho.³²⁰ O filósofo aborda a questão da consciência da classe, argumentando que os opressores, pela posição dominante que ocupam, têm consciência da sua condição, ao contrário da classe oprimida.³²¹ Além disso, a proteger os interesses dos capitalistas, os opressores, existe uma superestrutura, apoiada pelo próprio Estado, onde se desenvolvem ideias, crenças e valores protetores da classe dominante.³²² Neste sentido, Marx afirma que é necessária uma revolução proletária, para derrubar a ordem social estabelecida, isto é, eliminar as classes, com vista à construção de uma sociedade verdadeiramente livre, onde se valorize o trabalho e o Homem deixe de ser reificado.³²³ Em resumo, a existência social não deve determinar a consciência, mas o contrário, na medida em que a consciência, sendo um elemento intrínseco ao Homem, não pode ser moldada por relações com os outros.

Veja-se, no entanto, o caráter dogmático da doutrina de Marx: para o filósofo, o Capitalismo tem uma dinâmica autodestrutiva, pois, o capitalista enriquece à custa do proletário, o explorado. Este último, ao viver uma situação cada vez mais difícil, começa a ganhar consciência da sua posição tão necessária para o despoletar da Revolução. Em última análise, é pelo facto de o Capitalismo despertar inadvertidamente a consciência das massas, como classe dominada,

³¹⁹ V. Lenine (2008)

³²⁰ Cf. Marx & Engels (2016:101 e ss.)

³²¹ Cf. Rosas & Ferreira (2013:61)

³²² Idem, *Ibidem*, p.63

³²³ Cf. Marx & Engels (2016:108)

que a Revolução é incontornável.³²⁴ Assim, o Marxismo olha para o presente como necessário e temporal, pois o Capitalismo, quando implodir, dará inevitavelmente lugar ao Comunismo que regerá uma sociedade livre e verdadeiramente democrática: “O capitalismo venceu no mundo inteiro, mas esta vitória não é mais do que o prelúdio do triunfo do trabalho sobre o capital.”³²⁵ Este traço, extremamente importante para o estudo em questão, mostra, não só a clareza de objetivos das guerrilhas marxistas, mas também o caráter dogmático e incontornável de uma luta armada, contra o Estado, o poderoso protetor da classe dominante. No caso da Colômbia, Fabio López elabora uma interessante perspectiva, uma vez que se refere ao Partido Comunista Colombiano (PCC), como um ator isolado e descontextualizado, vendo-se a braços com uma realidade contraditória, na medida em que defendia a libertação do povo colombiano, enquanto a URSS invadia a Hungria, após o assassinato do primeiro-ministro húngaro, alguns anos após a 2ª Guerra Mundial. A marginalidade do PCC facilitou, por isso, o aparecimento de movimentos insurgentes armados, com um objetivo: derrubar o Estado e implantar um regime comunista, tal como sucedeu em Cuba.³²⁶

As FARC, como outros movimentos insurgentes, além de se revestirem destes ideais, adotaram uma série de práticas e rituais complementares que promoveram a sua identidade e coesão ao longo do tempo. Por exemplo, adotaram diversas figuras importantes, os chamados heróis revolucionários, como Mao, Che Guevara ou Estaline. Mario Aguilera destaca a importância deste tipo de culto, afirmando que a construção de um imaginário heroico tem sido um dos grandes contributos para a estabilidade e coesão das guerrilhas, apesar da sua proximidade com grupos ligados ao narcotráfico.³²⁷ Assim, grupos como as FARC criaram diversos níveis de culto, dependendo das personalidades que idolatravam. Aguilera menciona um primeiro nível de culto, o dos “profetas revolucionários”, onde se incluem figuras diretamente ligadas ao pensamento marxista, tais como Lenine, Marx ou, mais regionalmente, Che Guevara que forneceram aos oprimidos de muitas sociedades argumentos válidos de oposição ao Estado. No segundo nível de culto, o dos “pais fundadores”,

³²⁴ Cf. Marx & Engels (2016:87 e ss.)

³²⁵ Cf. Lenine (2008:79)

³²⁶ V. López (1994)

³²⁷ Cf. Aguilera (2003:4)

incluem-se personalidades associadas à fundação da própria guerrilha. Naturalmente que, ao contrário do primeiro nível, este varia de caso para caso. Posteriormente, no terceiro nível, encontram-se os “heróis patrióticos”, como Simón Bolívar, outro libertador revolucionário desse continente, bem como heróis locais. Por fim, o último nível de culto dirige-se aos “irmãos revolucionários”, ou seja, a todos aqueles que morreram em combate e que, por conseguinte, são recordados internamente. Repare-se, no entanto, que os vários graus tendem a convergir numa realidade concreta, isto é, enquanto o primeiro nível abarca líderes ideológicos de impacto messiânico, o último idolatra companheiros de guerra mortos em combate.³²⁸ Pessoalmente, se se tiver em conta a natureza do PCC e a crítica de Fabio López, quanto à sua marginalidade pelos discursos alheios à realidade, as guerrilhas mostraram-se mais inteligentes e mais mobilizadoras, ao tornar o culto heroico mais próximo de quem o pratica: é mais fácil chorar a morte de um companheiro de guerra do que uma figura como Bolívar ou Lenine, pois estes não fazem nem fizeram parte da vida de quem chora.

Além do culto a certas figuras, é importante resgatar os traços dogmáticos do Marxismo, mas numa outra perspectiva. Durante os anos 60, quando diversos grupos revolucionários se formaram, discutiram-se, de forma acesa, temas como a interpretação dos discursos dos profetas revolucionários, tais como Marx, Engels ou Estaline e a melhor forma de se fazer a revolução, refletindo sobre a necessidade de um partido político do povo e a luta pelas armas ou pela via democrática. Seria de prever que a pluralidade de ideias, tão preconizada pelo próprio Marxismo, fosse uma vantagem, mas tal não se verificou: os militantes que discordavam da maioria, não só eram expulsos, como também eram punidos, sendo acusados de se desviarem dos ideais revolucionários. Tal como afirma Aguilera, “el disenso ideológico fue tratado como una falta o delito, y por tanto acreedor a un tratamiento penal”.³²⁹ Para entender esta postura tão racionalista, no que diz respeito à forma como são encarados os problemas, Michael Oakeshott torna-se elucidativo. Perante um problema concreto, existe apenas uma solução que será necessariamente a melhor de todas, a perfeita: “the ‘rational’ solution of any problem is, in its

³²⁸ Cf. Aguilera (2003:22 e ss.)

³²⁹ Cf. Aguilera (2003:6)

nature, the perfect solution”. As soluções, na lógica racionalista, não são circunstanciais, mas sim fixas. Neste sentido, quando se encontra a melhor solução, esta tem de ser imposta aos outros, precisamente por ser a melhor. Assim: “political activity is recognized as the imposition of a uniform condition of perfection upon human conduct.”³³⁰ Esta conduta de busca e imposição da verdade acaba por remeter para outra disjuntiva interessante: todas as opiniões que não estiverem de acordo com a “verdade” são consideradas “mentira”. Esta conclusão vai, pois, em linha de conta com a atitude patente na discussão dos temas mais importantes no seio dos grupos insurgentes: só há uma forma correta de pensar Marx e de fazer a revolução, forma essa que será imposta a todos. Dificilmente se poderá negar que este mecanismo de eliminação de vozes dissidentes tenha criado um “coro” disciplinado, obediente e estável pronto para combater pela revolução. Aliás, um destes grupos disse: “Como afirman Lenin, Stalin y Mao Tsé-tung: El partido se fortalece depurándose.”³³¹

Outro aspeto de grande importância sobre a lógica interna das guerrilhas é o da construção de uma nova moralidade associada à revolução. Afirma Hugo Vezzetti que “el sueño de una nueva sociedad se ha articulado siempre con el nacimiento de un nuevo sujeto”. Neste sentido, os revolucionários procuram uma rutura radical e violenta com o poder vigente, de modo a poder instituir novos valores. É até possível estabelecer um certo paralelismo com a religião, na medida em que, quando alguém se converte, também se rege por novos padrões, regras e, sobretudo, edifica uma nova moralidade interior, dando-se uma autêntica “revolução antropológica”.³³² Não é por acaso que o primeiro nível de culto referido por Aguilera se denominava “profetas revolucionários”, pois as guerrilhas deificavam estas personalidades, atribuindo-lhes o dom da verdade absoluta e indiscutível, quase como se de Cristo se tratasse.

A violência como opção política, com o fim de derrubar o Estado, protetor dos interesses capitalistas, torna-se, não só legítima aos olhos das forças insurgentes, mas também necessária e incontestável. Por isso, encontram-se ao longo da História personalidades convictas de que estavam a praticar o bem, apesar de serem as únicas a achá-lo. Por exemplo, quando caiu, Mussolini disse

³³⁰ Cf. Oakeshott (1991:5-11)

³³¹ Cf. Aguilera (2003:6)

³³² Cf. Vezzetti (2009:173-180)

que o seu modelo não tinha funcionado, não por ele estar enganado, mas sim porque as massas e o mundo não tinham compreendido o caminho correto.³³³

Também a luta pelo modelo ideal, no caso das guerrilhas, é acompanhada de uma narrativa mitificadora da ação do guerrilheiro: quando há um objetivo em comum, o conceito do “coletivo” sobrepõe-se ao do indivíduo, isto é, a revolução situa-se acima de quem luta por ela, tornando a sua morte secundária. Neste sentido, existe uma certa beleza numa guerra total, onde cada um abdica da sua identidade, para ser uma peça do todo revolucionário, exaltando-se os valores da guerra, da fraternidade, solidariedade e sacrifício pessoal.³³⁴ A morte, como conceito, também era amplamente trabalhada, sendo difundido o lema “vencer ou morrer” que imortalizava o combatente, levando-o a lutar com todos os meios, por mais violentos que fossem. Em caso de morte, o guerrilheiro teria uma “morte bela”, pois a ação revolucionária justificá-la-ia, dignificando o seu sangue.³³⁵ Do mesmo modo, todas as barbaridades cometidas pelo guerrilheiro e até a sua própria morte seriam justificadas pela revolução e pelos seus ideais. Numa perspetiva pessoal, repare-se o tom “transvalorativo” da narrativa. Na *República de Platão*, numa conversa entre Sócrates e Trasímaco discutia-se o Bem na Justiça. Trasímaco, o tirano, afirmava que mais justo do que se ser justo era ser-se injusto e não se ser apanhado, concluindo que a Justiça era o vício e a Injustiça, a virtude.³³⁶ Isto foi precisamente o que as guerrilhas fizeram, ao inverter valores: a violência é boa, a morte e o sangue dignificam e o herói é aquele que morre. Apenas a título de exemplo e para mostrar a generalização destas ideias a outros movimentos insurgentes, na guerrilha peruana Sendero Luminoso, liderada por Abimael Guzmán, exigia-se aos combatentes entregar a sua liberdade ao grupo, para, após a revolução, serem verdadeiramente livres.³³⁷ O massacre de Lucanamarca, no qual morreram quase 70 camponeses nas mãos desta guerrilha, foi fruto desta moralidade distorcida e “transvalorada”, pois, para Guzmán, matar e torturar era algo que a revolução exigia.³³⁸

³³³ Cf. Vezzetti (2009:190)

³³⁴ Idem, *Ibidem*, p.131 e ss.

³³⁵ Idem, *Ibidem*, p.184 e 185

³³⁶ V. Platão (2014)

³³⁷ Cf. Portocarrero (2012:131 e ss.)

³³⁸ Idem, *Ibidem*, p.138

A disciplina guerrilheira é outro fator extremamente importante na hora de compreender como se gere a organização. Existe uma hierarquia rígida e centralizada, cuja base é mais numerosa e recebe mais ordens, estando, por isso, sujeita a mais sanções dos seus superiores, pois contam com mais autoridade e poder.³³⁹ Desta condição pode-se deduzir que, pelo facto de os guerrilheiros estarem sujeitos a um código disciplinar draconiano imposto pelos seus chefes, estes últimos acabam por ser mais protegidos. Neste sentido, verifica-se uma dupla moralidade guerrilheira, uma vez que, por um lado, defendem uma revolução em nome da igualdade e da libertação e, por outro lado, no seio da própria guerrilha, os que têm menos poder são mais vigiados e controlados.³⁴⁰ Contudo, a forma desigual como se aplicam as leis internas, não deve ser vista como uma crítica, mas como algo natural: uma vez que os elementos base da hierarquia não têm grandes responsabilidades ou cargos importantes dentro da organização, não terão obviamente uma linha que os oriente, estando assim mais suscetíveis ao mundo exterior à organização.³⁴¹

Além destes, outros elementos importantes haveria a considerar no estudo da dinâmica interna de uma guerrilha, como os motivos que levaram os guerrilheiros a envolver-se na causa revolucionária, como a pobreza, o sentido emancipador da experiência revolucionária, o gosto pelo combate ou a própria crença na necessidade de servir a revolução, ou elencar alguns exemplos da ação guerrilheira enquanto substituto do Estado, assumindo funções de segurança e de fonte legisladora³⁴² ou até compreender o papel da mulher dentro da organização.³⁴³ Poder-se-iam até avaliar os êxitos e fracassos da dinâmica guerrilheira, na medida em que esta, como se verá, iniciou a sua ação de forma marginalizada, pois, em vez de ser inclusiva, era exclusiva e, em vez de unir, separava, debilitando a sua credibilidade a nível prático e, sobretudo, a nível ideológico.³⁴⁴ No entanto, deve-se ter em conta que esta pequena análise assenta numa perspetiva comparativa, pelo que alguns elementos, por mais caracterizadores das guerrilhas que sejam, não contribuem substancialmente

³³⁹ Cf. Goffman (2004:20 e 21)

³⁴⁰ Cf. Coser (1978:14-16)

³⁴¹ Aconselha-se a seguinte leitura sobre códigos disciplinares guerrilheiros: Aguilera (2013)

³⁴² Sobre a prática do fuzilamento no seio das guerrilhas: Aguilera (2014)

³⁴³ V. Ibarra (2009) e Lelièvre Aussel, Moreno Echavarría, & Ortiz Pérez (s.d.)

³⁴⁴ Sobre as incoerências do Marxismo, enquanto fundamento ideológico das guerrilhas: García (2010)

para este subcapítulo. Cabe, no seguimento da investigação, detalhar agora sobre a origem e evolução histórica da guerrilha em análise.

ii) A trajetória das FARC

Neste momento, após uma abordagem ideológica das guerrilhas, na qual se enquadra as FARC, será mais fácil compreender o percurso histórico desta organização. Neste sentido, é importante compreender o panorama político colombiano que precedeu os anos aos quais esta parte da investigação se reporta, bem como algumas idiosincrasias deste país.

A Colômbia é um país bastante fragmentado em termos territoriais, sendo o berço de dois dos partidos políticos mais antigos do continente: o Conservador e o Liberal. Contudo, os confrontos entre estes partidos estiveram, durante muito tempo, longe de se resolverem numa lógica pacífica e democrática. Por exemplo, no início do século XX, alguns governos latino-americanos, como o do México, deram grandes passos em direção à laicização do Estado, afastando a Igreja, enquanto instituição, do poder político. A Colômbia não foi exceção, tendo sido palco da Guerra dos Mil Dias (1899-1903), onde morreram cerca de 100 000 pessoas nas mãos dos Conservadores e dos Liberais. Anos mais tarde, quando se formavam ditaduras na Europa, ambos os partidos começaram a radicalizar posições, dando origem a um período extremamente sangrento que ficou conhecido como *La Violencia*, no qual morreram entre 200 000 e 300 000 colombianos, despoletado pelo assassinato do candidato liberal à presidência da Colômbia Jorge Eliécer Gaitán, em 1948. Desta guerra civil, ainda resultaram confrontos na capital do país, de entre os quais se destaca o *Bogotazo*.³⁴⁵ Tanto os Liberais como os Conservadores reconheceram que a situação tinha atingido proporções incontroláveis, pelo que pediram ao General Rojas Pinilla que interviesse no sentido de recuperar a estabilidade política no país. Entre 1953 e 1957, o país viveu um período de alguma prosperidade, mas rapidamente se apercebeu do caráter ditatorial de Rojas Pinilla. Assim, em 1958, os partidos Liberal e Conservador formaram a Frente Nacional, um acordo político no qual alternariam o poder até 1974, destituindo o General.

³⁴⁵ Cf. Williamson (2009:341-343)

No entanto, esta guerra deixou profundas marcas na sociedade: os meios rurais, perante a agressividade e a violência perpetrada pelo próprio Estado, foram especialmente afetados, tendo-se criado, como consequência, diversos núcleos de autodefesa camponesas, apoiados pelo Partido Comunista Colombiano, naturalmente marginalizado pela radicalização de posições dos partidos tradicionais. Perante um Estado violento, a legítima defesa era facilmente invocada por estes grupos. Além disso, o PCC também não olhou com agrado para a Frente Nacional, pois excluía outras posições ideológicas, abrindo portas a novos conflitos:

...by its very urbanised and elite nature, the National Front arrangement created the conditions for future conflict. In particular, the deal excluded communist armed movements, as well as more moderate left-wing groups, that had broken away from the traditional Liberal-Conservative dichotomy as a result of the violence. [...] several communist militias refused to disarm, instead establishing autonomous zones in defiance of the peace settlement.³⁴⁶

Quando Cuba foi palco de uma revolução comunista e os EUA intensificaram a sua “campanha anticomunista” na América Latina, no âmbito da Guerra Fria, o governo colombiano começou a olhar para estes aglomerados que se auto-intitulavam “repúblicas independentes” como uma séria ameaça à precária estabilidade conseguida com a Frente Nacional. Com o apoio estadunidense, foi lançada a Operación Soberanía, em 1964, que envolveu o emprego das Forças Armadas em diversas regiões rurais insurgentes. Embora haja relatos diferentes quanto ao número de forças em combate, o certo é que a região de Marquetalia foi invadida pelas Forças Armadas “ametrallando y realizando bombardeos indiscriminados, que incluyeron virus y bacterias en recipientes de vidrio...”, tendo-se verificado um excesso de força por parte do Estado contra as populações. Não foram apenas os pequenos movimentos insurgentes da zona que se indignaram perante tal agressividade do Estado, mas também intelectuais europeus como Sartre ou a revista estadunidense *Life*, que destacou os exageros da operação. Foi neste contexto que os pequenos grupos subversivos da região, liderados por Manuel Marulanda, conhecido por Tirofijo, se uniram, em 1964, para formarem as Fuerzas Armadas Revolucionarias de

³⁴⁶ Cf. Davis, Kilcullen, Mills, & Spencer (2016:4)

Colômbia.³⁴⁷ A ação estatal de Marquetalia foi considerada como o marco histórico que fundou as FARC:

Ese pecado [cometido pelo Estado contra o povo], que no tuvo demostraciones posteriores de arrepentimiento, de reconciliación o mínimos intentos de reparación por parte del Estado, se configuró como el discurso de la guerrilla, como el episodio fundamental que justificó la irrupción y perpetuación de la violencia.³⁴⁸

Assim, as recém-nascidas FARC começaram por se fixar em zonas de ausência estatal, trabalhando num programa político bastante abrangente que se debatia por uma democracia livre e plena, uma justiça eficaz, a nacionalização de setores estratégicos e a consequente expulsão de empresas estrangeiras e a melhoria das condições de vida de todos os colombianos.³⁴⁹ Naturalmente, articulando com os ideais marxistas estudados anteriormente, as FARC olhavam para o Estado como o inimigo número um, pelo que o objetivo principal sempre foi o da instituição de um Estado comunista, à semelhança, por exemplo, de Cuba. Apesar de as metas serem claras, a guerrilha sentiu-se frustrada durante os seus primeiros anos de atividade, pois os discursos acerca da revolução russa e cubana e os princípios marxistas eram alheios à realidade colombiana, mantendo-a como um grupo marginal.³⁵⁰

No entanto, é de mencionar que as FARC não foram o único ator deste tipo a aparecer em cena nesta época, na medida em que surgiu o Ejército de Liberación Nacional (ELN), frequentemente associado à Teologia da Libertação, popularizada por um dos seus chefes, o sacerdote Camilo Torres, o Ejército Popular de Liberación (EPL) e, mais tarde, o grupo urbano denominado Movimiento 19 de Abril (M-19). Todos estes grupos subversivos pretendiam capturar o Estado, assumindo progressivamente funções que só a ele lhe competia, formando-se como contrapoderes, na expressão de Mario Aguilera.³⁵¹

Assim, os vários grupos beligerantes, em especial as FARC, fixaram-se, como se viu, em regiões rurais, não só porque o Estado não estava presente, mas

³⁴⁷ Cf. Aguilera (2013:50-55)

³⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p.55

³⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p.55-56

³⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p.76-77

³⁵¹ V. Aguilera (2014)

também porque, durante *La Violencia*, os meios rurais foram sempre os mais castigados pelas contendas políticas. Além disso, recorde-se a geografia favorável à sobrevivência destes grupos:

Within the regions themselves, the terrain is also vast and broken. This makes it very easy for a challenger to establish an enclave of power, and very difficult for national incumbents to winkle challengers out from their enclaves. It is relatively easy for FARC to dominate those parts of the country where the central government is hamstrung by logistical and communications challenges in trying to expel FARC.³⁵²

Neste sentido, as FARC, apesar de estarem numa posição vantajosa, não se expandiram, tendo realizado várias conferências, nas quais se debatia a conjuntura nacional e internacional (como a guerra do Vietname) e o posicionamento da guerrilha quanto ao modo de empreender a luta armada. Cabe destacar que o ELN foi o grupo que registou o maior número de ações armadas entre 1968 e 1974, tendo-se verificado um declínio a partir daí, fruto das ações do Exército contra a guerrilha, como a Operação Anorí e o desmantelamento das suas redes urbanas.³⁵³ Ao mesmo tempo, as FARC começaram a adquirir um maior destaque, resultado da IV e V Conferências (respetivamente em 1971 e 1974), nas quais se deu prioridade à angariação de recursos financeiros para a criação de novas frentes guerrilheiras. Contudo, foi em 1978, na VI Conferência que as FARC fizeram os maiores progressos: criaram a entidade máxima de representação da guerrilha, a Secretaría de Estado Mayor Central, foram aprovados os estatutos e os códigos disciplinares (analisados no subcapítulo anterior) que regeriam a organização e organizou-se a composição dos seus guerrilheiros, desde as esquadras até às Frentes. Por exemplo, ficaram definidos os usos da pena capital.³⁵⁴ Além disso, o maior contributo desta reunião foi a decisão de as FARC passarem de guerrilha regional a um “ejército revolucionario” de âmbito nacional. O trabalho político deveria ser também uma prioridade no sentido de, mais do que promover a imagem da guerrilha junto das comunidades, criar bases de apoio popular.³⁵⁵

³⁵² Cf. Davis, Kilcullen, Mills, & Spencer (2016:18-20)

³⁵³ Cf. Aguilera (2013:78)

³⁵⁴ V. Aguilera (2014)

³⁵⁵ Cf. Aguilera (2013:79-84)

Enquanto as FARC cresciam e desenvolviam as suas relações com as comunidades rurais e intensificavam a sua ação armada, em particular a partir de 1976, o Partido Comunista Colombiano tinha também um papel crescente: ajudava a organizar politicamente as várias zonas controladas pela guerrilha. Assim, os méritos das FARC e do PCC eram partilhados: “por un lado, la guerrilla creció al recoger los capitales políticos del PC. Por otro lado, la guerrilla contribuyó a la expansión del partido al tomar el control de zonas desprotegidas por el Estado.”³⁵⁶ No fundo, as FARC tomavam aldeias, eliminando qualquer elemento da Força Pública, para posteriormente impor as suas próprias regras.

A guerrilha começou, aos poucos, a semear por todo o país, núcleos autónomos, criando e reforçando laços com as comunidades locais. Foi naturalmente mais fácil para a guerrilha estabelecer-se em zonas ausentes de representação estatal, enquanto, outras com uma justiça comunitária mais desenvolvida, foi necessária uma maior adaptação de ambas as partes.³⁵⁷ Note-se que, apesar de as FARC serem uma guerrilha rural, tampouco descartaram alianças com os grandes proprietários, desde que eles lhes trouxessem benefícios financeiros.³⁵⁸ Neste sentido, as FARC procuraram oferecer às comunidades por elas controladas mais justiça e segurança, pondo em marcha um autêntico plano de substituição do Estado. Pretendia-se com isto, desafiá-lo, substituindo as suas funções, fragmentando a soberania.³⁵⁹ Assim:

The FARC has engaged in a variety of social and economic projects, particularly in its rural strongholds. (...) Such projects have built allegiance among the population to the rebel group in FARC-controlled regions, where many peasants view joining the guerrillas as the only viable alternative to government repression and social and economic neglect. Ultimately, as long as the government continues to ignore the social and economic plight of the rural population and the FARC fills the void, then the rebel group will maintain a base of support.³⁶⁰

³⁵⁶ Cf. Aguilera (2013:91)

³⁵⁷ Cf. Aguilera (2014:370-574)

³⁵⁸ Cf. Aguilera (2013:99-100)

³⁵⁹ Cf. Aguilera (2014: 24 e ss.)

³⁶⁰ Cf. Leech (2011:54-55)

Após a VI Conferência, um marco importante para as FARC, foi elaborado o Plano Estratégico, com o qual pretenderam radicalizar a sua guerra política, tornando-se numa ameaça direta ao Estado. O objetivo era claro: tornar-se um ator de alcance nacional. Para isto, a estratégia passaria pela reorganização das finanças, da própria estrutura guerrilheira, especializando mais as suas forças e o reforço da atividade política. Além disso, definiu-se o modelo de guerra que a guerrilha adotaria para tomar, num prazo de oito anos, a capital da Colômbia, Bogotá.³⁶¹ Note-se que a escolha de um determinado modelo de guerra se subordina naturalmente aos seus objetivos políticos. Neste sentido, é importante caracterizar o modelo de guerra das FARC: uma mistura entre a Guerra Popular Prolongada e o modelo Insurrecional. O primeiro modelo está dividido em três fases: inicialmente, a guerrilha, pela sua inferioridade numérica, luta à defensiva, desgastando a força estatal (acumulação de forças) até se conseguir um equilíbrio de forças. Posteriormente, a guerrilha vai adotando uma postura mais ofensiva, atacando o inimigo até conseguir a sua rendição. Em termos geopolíticos, a tomada do poder dar-se-ia a partir dos campos em direção às cidades.³⁶² Quanto ao tom insurrecional, este está patente no papel que as cidades colombianas jogam como “remate revolucionário” e no curto período de oito anos atribuído pelas FARC para tomar Bogotá.³⁶³ O esquema representado a seguir é bastante esclarecedor no sentido de compreender a estratégia guerrilheira de tomada do poder.

³⁶¹ Cf. Aguilera (2013:114-117)

³⁶² Cf. ERPI (2016)

³⁶³ Cf. Aguilera (2013:117)

Modelo Guerra Popular Prolongada		Modelo Insurrecional	
Fase I	Fase II	Fase III	
Defesa Estratégica	Equilíbrio Dinâmico de Forças	Ofensiva final	Greve Geral (como levantamento contra o poder estabelecido)
-Emboscadas e golpes rápidos -Recrutamento (acumulação de forças) -Organização interna	-Captura de territórios -Formação de retaguardas -Organização de um exército	-Desintegrar as Forças Armadas - Derrotar o Estado	

Figura 14 – Etapas de Guerra para a captura do Estado pelas FARC³⁶⁴

A guerra começa numa fase de desgaste da Força Pública, através de emboscadas, recrutamento e organização das milícias, criando bases territoriais estáveis (base da pirâmide). A guerrilha atinge, na 2ª fase, o equilíbrio de forças, onde se prevê a manutenção de um grande número de unidades e um controlo crescente do território. Além disso, a guerrilha estabelece uma zona de retaguarda nacional, continuamente alimentada pelo poder popular. Por fim, a guerrilha dirige-se para o “centro de gravidade”, isto é, incide forças estratégicas sobre a zona do inimigo que lhe permitir obter a vitória. Aliada à terceira fase do modelo da guerra popular prolongada acabada de descrever, associa-se uma insurreição, traduzida numa greve geral.³⁶⁵

Neste clima de crescente violência, com sequestros, extorsões e homicídios, onde os paramilitares, grupos de cidadãos de extrema-direita cujo aparecimento foi legalmente aprovado pelo Estado colombiano nesta altura, começaram também a ganhar destaque pela sua guerra aberta contra estes grupos subversivos, foi eleito Belisario Betancur (1982-1986) para a presidência da Colômbia. O chefe de Estado impulsionou as primeiras negociações de paz com as FARC, as quais resultaram na formação de um partido político apoiado pela guerrilha, a Unión Patriótica (UP). Contudo, estes diálogos de paz estiveram envoltos em polémica, pois não houve tréguas nem da guerrilha nem do governo. Tal como afirma Leigh Binford, a respeito de uma guerrilha salvadorenha, era visível uma “estrategia de doble cara”, na medida em que a guerrilha aparentava estar comprometida com a paz, quando, na verdade

³⁶⁴ Figura 14: Elaboração própria, adaptada de: Aguilera (2014)

³⁶⁵ Cf. Aguilera (2014:395-397)

continuava a guerra, dando continuidade ao projeto revolucionário.³⁶⁶ Por outro lado, a formação de um partido político gerou dissidências: o PCC, na voz de Bernardo Jaramillo, ficou inicialmente agradado pela criação da UP como mecanismo democrático para chegar ao poder mas, mais tarde, incomodado pela violência guerrilheira que persistia. O PCC argumentava que a UP poderia perder legitimidade política, em virtude de as FARC mancharem o seu nome, à custa da violência.³⁶⁷ Já as FARC encararam a Unión Patriótica como um elemento adicional a favor da revolução, enquadrando-se numa lógica de empreender “todas as formas de luta”, seja pelas armas ou pela democracia.³⁶⁸

Nos anos seguintes, o fracasso das negociações de paz levou o Estado a lançar novas ofensivas contra as FARC, gerando mais violência, reforçada pelas ofensivas paramilitares e pelo aparecimento dos famosos cartéis colombianos de Cali e Medellín. Assim, as FARC, ao debilitar-se, começaram a procurar novas fontes de rendimento, incluindo o narcotráfico. O envolvimento da guerrilha no narcotráfico, nesta altura, deve ser interpretado com o maior cuidado, pois as FARC ligaram-se sobretudo à fase inicial da cadeia, que, como já foi estudado, também é aquela que gera menor valor acrescentado: “cultivo, producción de pasta y, en menor medida, protección a laboratorios”.³⁶⁹ Ciente de que a decisão de as FARC se envolverem no narcotráfico, durante os anos 90, pode ter diversas interpretações, importa mencionar que este envolvimento se enquadrou, sobretudo, na necessidade de expansão da guerrilha e da recolha de mais fundos para alimentar a causa revolucionária. Deste modo, o êxito militar das FARC rapidamente se fez notar, com um crescimento rápido e substancial do número de frentes, como mostra a figura seguinte.

³⁶⁶ V. Binford (2000)

³⁶⁷ Cf. Aguilera (2013:124 e ss.)

³⁶⁸ Cf. Davis, Kilcullen, Mills, & Spencer (2016:204)

³⁶⁹ Cf. Uribe & Londoño (2011:425)

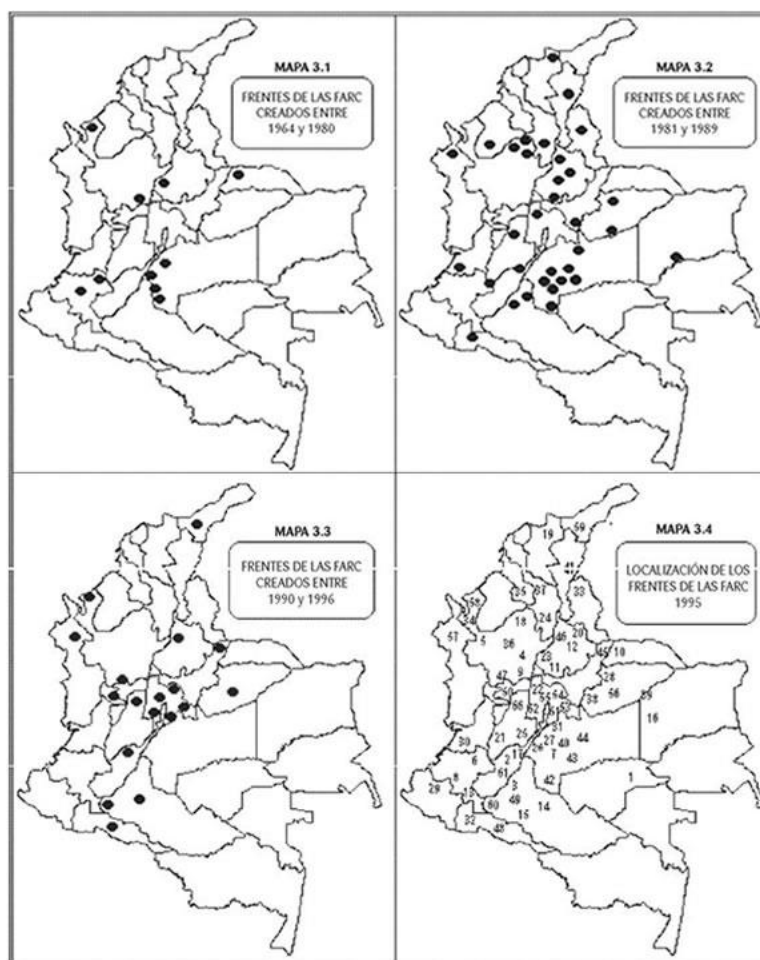


Figura 15 – Evolução do nº de Frentes Guerrilheiras (1964-1996)³⁷⁰

A imagem mostra o número de frentes criadas em vários períodos: 1964-1980 (canto superior esquerdo), 1981-1989 (canto superior direito), 1990-1996 (canto inferior esquerdo) e o número total de frentes em 1995 (canto inferior direito). Assim, é facilmente perceptível que o período de maior criação de frentes guerrilheiras se dá entre 1981 e 1989 (canto superior direito), chegando a mais de 60 frentes em 1995 (canto inferior direito). Este crescimento justifica-se, não só pela preocupação da guerrilha em recrutar mais membros, mas também pelos lucros do narcotráfico que possibilitaram mais e melhor armamento e um recrutamento mais fácil.³⁷¹

No final dos anos 80, o Estado colombiano encontrava-se praticamente sequestrado pela violência perpetrada por guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes, numa “guerra suja” onde muitas vezes interesses comuns se

³⁷⁰ Figura 15: Aguilera, M. (Abril de 2013). Las FARC: Auge y Quiebra de su Estrategia de Guerra. Análisis Político 7

³⁷¹ Cf. Uribe & Londoño (2011:420)

sobrepuseram à ética e à ordem pública. O cartel de Medellín e as guerrilhas em guerra aberta com o Estado, embora por motivos diferentes, os paramilitares e o Estado contra as guerrilhas, eram apenas algumas das dinâmicas que provocaram níveis de violência sem precedentes no país. Em 1984, foi assassinado o ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, pela sua oposição aos cartéis de Cali e Medellín e, em 1985, a guerrilha M-19 tomou o Palácio da Justiça, ação que provocou quase 100 mortos, dos quais onze eram magistrados. Contudo, em 1986, a Unión Patriótica estreou-se em eleições com um programa político, em diversos pontos, idêntico ao das FARC: propunha o fim do monopólio bipartidário, a vigência do princípio da soberania popular, através de plebiscitos e referendos, a eliminação de grupos paramilitares, a nacionalização da banca e uma política independente, sem a influência dos EUA.³⁷² Curiosamente, obteve resultados acima do esperado: “329 000 votos, lo que significó la elección de cinco senadores, 9 representantes, 14 diputados, 23 alcaldes y 351 concejales”.³⁷³ Esta vitória política da esquerda, no entanto, representou uma séria ameaça para paramilitares, narcotraficantes e até para o próprio governo, lançando-se uma campanha extremamente violenta contra membros de esquerda. Os números foram assustadores, pois fontes oficiais registaram a morte de mais de 1 000 membros da UP, enquanto organizações de direitos humanos apontaram para mais de 3 000, incluindo dois candidatos à presidência da Colômbia.³⁷⁴ Perante esta perseguição, a UP acabou por se dissolver, levando as FARC a concentrar-se nas armas como único meio de conseguir chegar ao poder.

Os anos 90 iniciaram-se com a eleição de César Gaviria Trujillo para presidente da República. O chefe de Estado continuou a luta contra os cartéis de Cali e, sobretudo de Medellín, enquanto, em 1991, se redigiu uma nova Constituição política, promovendo a democracia, as instituições e a abertura política a novos partidos. Neste sentido, procurou chamar as várias guerrilhas do país a participar na Assembleia Nacional Constituinte, tendo conseguido a participação e desmobilização de algumas, como o M-19. Tanto as FARC como o ELN recusaram participar, argumentando que a nova Constituição não corrigia

³⁷² Cf. Aguilera (2013:126-127)

³⁷³ Idem, *Ibidem*, p.134

³⁷⁴ Cf. Davis, Kilcullen, Mills, & Spencer (2016:28)

os problemas fundamentais do país.³⁷⁵ O governo, em retaliação, atacou uma importante região controlada pelas FARC, no departamento de Meta. A operação “Casa Verde”, que debilitou a guerrilha, apenas contribuiu para que esta intensificasse a atividade. Assim, “las FARC pasaron de tener 3 600 guerrilleros, distribuidos en 32 frentes en 1986, a 7 000 repartidos en 60 frentes en 1995. En el 2002 alcanzarían su punto más alto con 17 000 guerrilleros y 66 frentes”.³⁷⁶

Antes de prosseguir com a análise histórica, é importante mencionar, para o âmbito da investigação principal, que o envolvimento das FARC no negócio do narcotráfico gerou bastante polémica, sendo a crítica mais comum a de que a guerrilha se tinha despolitizado, ao focar-se numa atividade ilícita que gerava altos rendimentos. É por isso necessário entender que, pelo menos durante esta fase, as FARC cobravam impostos aos narcotraficantes e exigiam que estes pagassem aos camponeses em dinheiro e não em *bazuco*, um derivado da pasta de coca. É possível concluir que “the guerrillas played the role of facilitators and regulators of illicit drug production rather than that of actual producers and traffickers”.³⁷⁷ Para a investigação, esta conclusão deixa antever uma postura distinta da guerrilha a respeito do narcotráfico como fonte de rendimento, a qual será exposta no próximo subcapítulo.

Nos finais dos anos 90, as FARC procuraram passar da fase defensiva ao equilíbrio de forças, graças a um elevado número de guerrilheiros e à boa coordenação entre as frentes. Nessa altura, metade da força guerrilheira estava concentrada na cordilheira oriental, pronta para tomar Bogotá, o destino final da revolução. Para se ter uma ideia da presença das FARC em território colombiano, no mês de agosto de 1998, a guerrilha lançou a maior ofensiva, registando, em apenas um dia, mais de 30 ataques em 17 dos 32 departamentos do país.³⁷⁸ A violência aumentou ainda mais durante o governo de Andrés Pastrana (1998-2002), quando se tentou sem sucesso retomar os diálogos pela paz. Por um lado, o governo preparava a modernização das suas Forças Armadas e o famoso Plan Colombia e, por outro lado, as FARC mantinham as

³⁷⁵ Cf. Aguilera (2013:184-185)

³⁷⁶ Cf. Aguilera (2014:384)

³⁷⁷ Cf. Leech (2011:63-65)

³⁷⁸ Cf. Davis, Kilcullen, Mills, & Spencer (2016:33)

suas forças preparadas para a ofensiva final.³⁷⁹ A lentidão das negociações e a imagem deteriorada das FARC pelos seus vínculos ao narcotráfico foram outros fatores que contribuíram para o fracasso dos diálogos com o governo.³⁸⁰

Antes de abordar os êxitos do Plan Colombia, é necessário enquadrá-lo historicamente. Este plano consistiu, na sua essência, em recursos financeiros e militares estadunidenses que permitiram a modernização e reorganização das FA (mais e melhor tecnologia que viria a reforçar o trabalho de inteligência, bem como a criação de várias brigadas antinarcóticos). Contudo, apesar de inicialmente o plano ter sido concebido como um apoio à luta estatal contra o narcotráfico instalado no país, o seu objetivo acabou por mudar após os atentados de 11 de Setembro. Assim, o Plan Colombia deveria enfrentar sobretudo o terrorismo, incluindo os grupos insurgentes. Note-se que foi neste contexto que o discurso estadunidense contra as FARC ganhou mais força, apelidando-os de “narco-guerrilheiros”.³⁸¹

Em 2002, tomou posse o presidente Álvaro Uribe que declarou guerra, tanto a paramilitares³⁸² como guerrilheiros, em particular as FARC, ao abrigo da sua política de “Segurança Democrática”. Aproveitando os recursos do Plan Colombia, a Política de Segurança Democrática atuou em dois eixos: o das ameaças (terrorismo, narcotráfico, dinheiros ilícitos, tráfico de armas e explosivos) e dos objetivos estratégicos, entre os quais se destacam a consolidação do controlo territorial por parte do Estado (que sempre foi um problema), maior transparência estatal e a proteção da população.³⁸³

Assim, para recuperar departamentos-chave controlados pelas FARC utilizados como zonas de retaguarda, foi posto em marcha o Plan Patriota. Numa guerra desta natureza, desmantelar zonas de retaguarda era uma tarefa absolutamente crucial, na medida em que proporcionava à guerrilha segurança, apoio popular, militar e logístico e, caso fossem atacadas, poderiam

³⁷⁹ Cf. Vargas (2011:235-237)

³⁸⁰ Cf. Aguilera (2013:206-211)

³⁸¹ Cf. Vargas (2011:235 e ss.)

³⁸² Desde que se começaram a formar, estes grupos, ao longo do tempo, começaram a envolver-se em negócios ilícitos com grupos de narcotraficantes, deslegitimando as funções para as quais estavam inicialmente destinados a desempenhar

³⁸³ Cf. Vargas (2011:238)

desmoralizar o grupo insurgente. Nas palavras do General colombiano Carlos Ospina-Ovalle:

El Plan Patriota no buscaba dar grandes golpes a las FARC que permitieran acabarlas. Por el contrario, buscaba neutralizar su plan estratégico, recuperar las regiones que estaban bajo su control, cerrarle los espacios y así paulatinamente conducirlos a la derrota (...). La primera acción fue una ofensiva sobre Cundinamarca [o departamento da capital] con el fin de destruir el anillo que rodeaba a Bogotá.³⁸⁴

Algum tempo depois, o governo conseguiu confinar a guerrilha a zonas florestais desabitadas, cortando-lhes os meios de financiamento. Esta perda de recursos financeiros prendeu-se, em boa medida, com a perda do controlo de territórios importantes. O Plan Cabecillas, concebido para capturar os chefes e comandantes das FARC, foi levado a cabo com êxito, levando a guerrilha a tentar, embora sem resultados, recuperar económica e politicamente para terminar o Plan Estratégico.³⁸⁵ Além disto, a própria sociedade colombiana reprovou a atividade guerrilheira, condenando os seus violentos métodos de guerra: sequestros, uso de cilindros-bomba e minas, mais conhecidas por *quiebrapatas*, pois as vítimas costumavam perder as pernas, após a explosão.³⁸⁶ Em resumo, a narcotização das FARC, a imagem ensanguentada da guerrilha também espelhada pelos meios de comunicação e a grande duração do conflito foram as principais vias para a condenação social da guerrilha, tendo havido inclusive marchas populares em 2008 com o mote “As FARC não são um Ejército do Povo”.³⁸⁷

No gráfico seguinte, podemos visualizar o número de ações armadas das FARC desde 1997. Note-se, em primeiro lugar, o apogeu da guerrilha em 2002, quando tinha cerca de 17 000 combatentes. Registou-se uma diminuição drástica no ano seguinte, em 2003, aumentando progressivamente até 2011.

³⁸⁴ Cf. Ospina-Ovalle (2008:4)

³⁸⁵ Cf. Aguilera (2013:215-220)

³⁸⁶ Cf. Leech (2011:120-121)

³⁸⁷ Cf. Aguilera (2013:267-269)



Figura 16 – Evolução do nº Ações Armadas das FARC (1997-2014)³⁸⁸

Repare-se que o aumento do número de ações armadas a partir de 2003 não mostra uma recuperação proporcional da guerrilha, muito pelo contrário: a sua debilidade crescente, traduzida na diminuição do número de guerrilheiros para cerca de 12 000, em 2004, e a reestruturação da guerrilha, enquadrada no Plan Renacer, contribuíram para o aumento do número de ações.³⁸⁹

Em termos políticos, Uribe conseguiu ser eleito para um segundo mandato, tendo negociado o fim dos grupos paramilitares, nomeadamente as Autodefensas Unidas de Colombia (AUC). Garry Leech aponta, apesar do êxito que teve Álvaro Uribe durante os seus dez anos de governo, vários “atropelos” do Estado em matéria de direitos humanos numa luta desigual contra as guerrilhas, a ajuda dos EUA a troco de benefícios de exploração de petróleo ou do estabelecimento de bases militares no país e ainda mencionou algumas polémicas em torno dos paramilitares e da sua desmobilização.³⁹⁰ No âmbito da presente investigação, decorrente da análise deste movimento guerrilheiro com a intenção de o comparar com o narcotráfico mexicano, não é, por conseguinte, prioritário explorar estas críticas, sendo apenas de destacar as controvérsias existentes durante estes processos.

Em 2010, Álvaro Uribe acabou o seu segundo e último mandato, sendo sucedido pelo seu ministro da Defesa, Juan Manuel Santos quem optou por uma

³⁸⁸ Figura 16:

https://www.atlas.com.co/sia/public/uploads/lr_article/gr%C3%A1fico_acciones_armadas_farc.jpg, consultado a 2/06/2015

³⁸⁹ Cf. Aguilera (2013:273-276)

³⁹⁰ V. Leech (2011)

estratégia, numa perspetiva pessoal, pouco inovadora: retomou diálogos de paz com a guerrilha, em Cuba. Estas negociações levantaram muitas dúvidas, pois os mais críticos do processo apontavam para as evidências da História: vários processos de paz que deram em nada, com a agravante de terem sido fases de fortalecimento da guerrilha. Por esta ordem de ideias, as FARC estariam a recuperar do duro golpe *uribista*, enquanto o Estado negociava o inegociável. Outras opiniões, pelo contrário sugeriam que era impossível eliminar por completo a guerrilha, havendo inclusive países vizinhos como o Equador e a Venezuela que poderiam servir facilmente de refúgio aos guerrilheiros.³⁹¹ Além disso, seria impossível submeter todos os guerrilheiros à justiça colombiana, pela dificuldade de obter provas e pela quantidade de processos que paralisariam o sistema penal. O certo é que, com o término das negociações de paz, o processo foi, de certo modo, bem-sucedido, na medida em que as FARC se transformaram num partido político, a Fuerza Alternativa Revolucionária del Común (igualmente FARC), com representação política no Congresso colombiano. Infelizmente, alas mais radicais da antiga guerrilha, ao não concordar com os resultados das negociações, não se desmobilizaram por completo, dando razão às vozes mais pessimistas que afirmariam que os guerrilheiros nunca seriam eliminados por completo.

Antes de prosseguir, é importante recordar que estes subcapítulos, ainda que tratados de forma muito resumida, apenas pretendem expor, equilibrando algum grau de detalhe e de objetividade, um fenómeno distinto daquele que é o cerne da investigação. Como já se pôde verificar, a história desta guerrilha, como a de tantas outras espalhadas pela América Latina, tais como o Sendero Luminoso, no Perú, os Tupamaros, no Uruguai ou os Montoneros, na Argentina, espelha elementos comuns ao narcotráfico sem, no entanto, o ser. Para a investigação em curso, é de grande interesse científico, não só para compreender realidades próximas da do México que a poderão eventualmente influenciar, mas também para entender que, de facto, à luz da Escola de Copenhaga, os conflitos assumem diversas formas, por estarem sujeitos à interpretação humana, confundindo os Estados na hora de decidir combater ameaças. É nesse sentido que se apresentam, de seguida, os resultados da

³⁹¹ V. Balling (2013)

comparação entre o narcotráfico mexicano e as guerrilhas colombianas, mais concretamente, as FARC.

iii) O Narcotráfico mexicano e a Guerrilha das FARC

Nesta parte deste subcapítulo, serão destacadas as conclusões a respeito das diferenças e das semelhanças entre o fenómeno principal, o narcotráfico no México, e o fenómeno das guerrilhas, utilizando as FARC como modelo deste tipo de conflito. Recorde-se que o objetivo deste subcapítulo culmina justamente nesta parte, onde se clarificará a génese e comportamentos do narcotráfico mexicano, enquanto fenómeno que, tal como as guerrilhas, ameaça o Estado. A título de simplificação, esta parte incluirá uma síntese esquemática dos resultados obtidos.

Mabel González, autora de um livro sobre as redes de narcotráfico colombianas e mexicanas, uma pequena e objetiva distinção entre grupos guerrilheiros e crime organizado (no qual se inclui obviamente o narcotráfico):

...sus diferencias también son nítidas: los grupos de naturaleza ideológico/política, sean rebeldes o terroristas, están motivados por incompatibilidades sobre el territorio o la forma de gobierno, aunque con el tiempo algunos (o partes) de ellos puedan cambiar y dar prioridad al beneficio económico. El crimen organizado tiene como objetivo el mantenimiento de la actividad ilegal y los beneficios que reporta y se caracteriza por altos niveles de oportunismo político: para conseguir sus objetivos pueden aliarse con actores no estatales pero también con sectores del estado (incluyendo las elites).³⁹²

Como assinalou a autora, a principal diferença entre os dois fenómenos reside nos seus objetivos: o narcotráfico, quer seja no México, quer seja noutro país, procura, como atividade ilícita, enriquecer os elementos que a ele se dedicam. Assim a organização do crime torna-se um processo justificativo do objetivo, ou seja, é na prossecução do lucro que o crime se vai organizando. Por outro lado, guerrilhas como as FARC, têm como objetivo fundamental a substituição do poder vigente por um modelo que elas próprias preconizam, neste caso a implementação do marxismo-leninismo, mostrando a “incompatibilidade” em relação à forma de governo, mencionada por González.

³⁹² Cf. González (2014:30)

O facto de os objetivos dos dois fenómenos serem distintos prende-se justamente com o facto de a sua origem ser igualmente diferente. O narcotráfico mexicano tem uma dimensão processual, na medida em que, como se notou no capítulo anterior, se foi desenvolvendo ao longo de várias décadas. Talvez se pudessem apontar as datas em que a legislação estadunidense e a mexicana condenaram o comércio de drogas, como data de nascimento do fenómeno, mas tal seria feito apenas sob o ponto de vista jurídico. Não é a proibição que determina o nascimento do fenómeno, pois, na verdade, antes de ela acontecer, esta prática já era uma realidade. Pelo contrário, as FARC, como movimento insurgente, nasceram num contexto social, político e económico muito particulares, tanto que surgiram a par de outros movimentos da mesma natureza, não só na Colômbia, mas também noutros países da América Latina, enquadrando-se no período da Guerra Fria. O caso de Marquetalia, onde o Estado (opressor) e o povo (oprimido) se defrontaram de maneira claramente desigual, foi, segundo a própria guerrilha, o evento histórico da sua fundação. Esta premissa permite extrair outra conclusão muito interessante coincidente com a de Jacobo Arenas, falecido ideólogo das FARC: se este confronto não tivesse existido, provavelmente a guerrilha nunca teria nascido.³⁹³

Em resumo, é possível assumir que as FARC nasceram numa data concreta, 1964, vinculadas a um projeto político-militar de substituição do poder público pela violência, em contraste com a prática da produção, transporte e venda de drogas que se desenvolveu ao longo de anos, mantendo-se estável após a sua criminalização. Outra diferença que é passível de ser apontada tem que ver com o carácter expansivo dos fenómenos. Por exemplo, o narcotráfico, por ser uma atividade que segue uma lógica comercial, que procura o crescimento contínuo, enquadra-se numa lógica expansionista. Pelo contrário, as FARC, ao atingirem o seu objetivo político, deixam de fazer sentido como tal. Esta questão ainda pode ser lida de outra forma, opondo igualmente os dois fenómenos: se se constatou que nas FARC há uma preocupação dos chefes guerrilheiros em eliminar dissidentes e pensamentos que vão contra os valores revolucionários, no narcotráfico há muito mais liberdade em participar

³⁹³ Cf. Ibarra (2009:89)

no negócio. Assim, o potencial envolvimento de novos membros é muito maior no fenómeno do narcotráfico por oposição às FARC.

A questão das armas e da droga merece particular destaque, afinal qualquer um destes fenómenos abraça a violência e o tráfico de drogas. Contudo, se se tiverem em conta as diferenças até agora expostas, torna-se mais fácil trabalhar estes elementos. Em relação à violência, esta é, para as FARC, condição justa e necessária sem a qual seria impossível levar a cabo o plano revolucionário, remetendo para uma violência política ou com fins políticos. Por outro lado, o capítulo anterior deixou claro que o narcotráfico no México nem sempre foi violento, designadamente quando o PRI mantinha o controlo sobre os narcotraficantes que operavam no país, pelo que a violência no crime organizado não é incontornável. As organizações de narcotráfico, como foi analisado, utilizam a violência com diversas finalidades: para intimidar autoridades, evitando investigações, enquanto geram o medo na sociedade, para manter a coesão interna, aplicando-a a membros no plano interno da organização, e até para intimidar concorrentes diretos do negócio, projetando uma imagem de força, também útil para a sobrevivência da organização. Neste sentido, a violência, enquadrada no fenómeno do narcotráfico, é um recurso preventivo/punitivo valioso que protege aquilo a que a organização se dedica: o tráfico de drogas. Repare-se que o uso desta violência contra o Estado não faz dela uma violência política, pois o objetivo é proteger uma atividade económica ilícita. Quando muito, poderia ser designada como violência instrumental. Assim, enquanto o narcotráfico mexicano é o propulsor da violência no país, as FARC surgem no contexto do agressor Estado, em que o Estado é o promotor da violência.

A respeito do tráfico de drogas, o caso do México é autotélico, na medida em que os cartéis gravitam em torno do narcotráfico, sendo ele, usando uma linguagem mais formal, o “objeto social” da organização. Note-se que isto não se verifica no caso das FARC. Só algumas décadas depois do seu aparecimento é que a guerrilha se dedicou ao narcotráfico, nos moldes já referidos. Ainda assim, torna-se pertinente explorar a aliança entre esta guerrilha e o tráfico de drogas, pois é frequente falar-se numa “narcotização” das FARC. Quando o grupo guerrilheiro se envolveu nestas atividades ilícitas, sobretudo nos anos 90, a

conjuntura mostrava-se convidativa à participação da guerrilha por diversas razões: em primeiro lugar, pela necessidade de financiamento, uma vez que o Plano Estratégico traçado pela guerrilha era exigente em termos militares. Em segundo, porque queriam dar uma resposta igualmente violenta ao ataque estatal de Casa Verde e aos “assassinos” dos elementos da Unión Patriótica, o que requereria mais recursos. Na base destes acontecimentos terá estado a recusa da guerrilha em participar na Assembleia Constituinte do início da década de 90. Por fim, não menos importante, foi a queda da URSS nessa altura que conduziu à perda de apoios internacionais por parte das FARC. Além dos motivos, também é, a título de curiosidade, interessante explorar a interação deste grupo guerrilheiro no negócio: as zonas *cocaleras* (de cultivo da folha de coca) que eram controladas pela guerrilha funcionavam de modo distinto. Para se compreender esta particularidade, é preciso ter em conta um tipo de mercado chamado monopsónio, onde existem muitos vendedores e apenas um comprador, sendo ele quem estabelece o preço do produto. No fundo, trata-se de um monopólio do lado da procura.³⁹⁴ Assim, as diversas regiões de produção de folha de coca tinham apenas um comprador, dependendo de quem controlasse essa região. Curiosamente, de entre paramilitares, narcotraficantes e guerrilheiros, estes últimos eram os que melhor pagavam às comunidades rurais. O divórcio aparente entre guerrilha e ideologia por causa desta narcotização, para outros autores, é na verdade um reforço desta união. A guerrilha compreendeu que só podia fazer a revolução com o apoio popular e, por isso mesmo, apoiaria os camponeses que se viam obrigados, por negligência do Estado, a produzir coca e não a produção em si: “FARC-EP does not support coca but it does support the class that must produce it”.³⁹⁵ O tráfico de drogas, enquadra-se portanto, como uma fonte de rendimentos para financiar a causa revolucionária.³⁹⁶

Em resumo, a violência política e as armas são prioritárias nas FARC, para objetivos políticos, sendo o tráfico de drogas uma atividade acessória, enquanto o narcotráfico no México é a “core activity”, com objetivos económicos, sendo a violência instrumental. Note-se que é da ideologia que

³⁹⁴ Cf. Uribe & Londoño (2011:25)

³⁹⁵ Cf. Brittain (2010) em Leech (2011:65 e 66)

³⁹⁶ Cf. Leech (2011:64)

emergem as FARC, ao contrário do narcotráfico que, só séculos mais tarde, começa a desenvolver uma narcocultura, muito provavelmente fruto de uma prática enraizada na sociedade. Assim, nem a narcocultura mexicana é ideologia, pelo menos no sentido atribuído à guerrilha colombiana, nem as FARC são um cartel, pois o envolvimento no tráfico de drogas foi tardio e com propósitos distintos.

Em termos organizacionais, também é possível estabelecer diferenças importantes. O fenómeno do narcotráfico no México, pela sua antiguidade, foi aprendendo a moldar-se, procurando novos espaços, muitos deles combinados com o poder político, nomeadamente na era do PRI. Para esta mutabilidade característica do crime organizado, contribuíram fatores como a tecnologia e a inovação, em especial as telecomunicações e transportes, essenciais à atividade, bem como as inúmeras ofensivas do Estado que exigiram uma reorganização e até o aumento da própria concorrência dentro do narcotráfico. Assim, a era dos barões da droga, detentores de fortunas incalculáveis e coordenadores do tráfico de drogas, foi sendo gradualmente substituída pela era das redes, numa tentativa de camuflar alvos importantes, ao descentralizá-los, no contexto da organização. Tome-se o caso colombiano como exemplo do que aconteceu numa organização ainda centralizada, na medida em que Pablo Escobar se encontrava no topo do cartel de Medellín, até este se ter desmoronado com a sua captura pelas autoridades. Já os cartéis mexicanos, num ambiente de maior concorrência e de maior acesso à tecnologia, desenvolveram-se mais rápido. Comparando com as FARC, assinala-se uma diferença fundamental: o narcotráfico tem passado de uma estrutura piramidal, para uma horizontal, sem líderes, pelo menos evidentes, enquanto a guerrilha, desde o início da sua formação, manteve a verticalidade, centralizando funções e o poder decisório, através da Secretaría de Estado Mayor Central. O centralismo democrático, um elemento tão característico do Marxismo-Leninismo, pode facilmente ser invocado como uma das razões para a guerrilha nunca ter mudado a sua estrutura. Neste sentido, a título de exemplo, a criação de mais frentes guerrilheiras traduzia-se, em termos estruturais, no alargamento da base da pirâmide, pois todas elas continuavam subordinadas a um comando central.

Em resumo, o narcotráfico mexicano apresenta uma dinâmica muito maior, pois vive num contexto altamente competitivo, revelando-se um problema mais difícil de combater. Pelo contrário, as FARC, como grupo revolucionário, não só têm uma estrutura diferente, como esta nunca se alterou, havendo uma grande rigidez organizacional.

Apesar das diferenças, estes dois fenómenos acabam por se sobrepor em diversos âmbitos, como de resto, se foi percebendo ao longo deste subcapítulo, justificando a pertinência da sua inclusão na investigação principal. O primeiro e mais evidente é a violência presente nos dois países. Embora a violência gerada pelos dois conflitos não tenha os mesmos fins, ela acaba por ser uma realidade: há homicídios, sequestros, corrupção e outras manifestações de violência. Daqui é possível extrair outra semelhança: em qualquer um dos casos, ela persiste porque as contendas são resolvidas fora dos tribunais, pois, tanto a guerrilha como os narcotraficantes, estão à margem da lei. Apesar disso, o caso das FARC tem uma sensibilidade distinta, pois elas apresentam-se como “a nova lei”, com um modelo político e ideológico legítimo alternativo ao Estado. Por outras palavras, o narcotráfico usa este tipo de ações para salvaguardar o negócio e as FARC usam este tipo de violência, em parte, porque se acham com a legitimidade de a usar, afinal de contas, querem substituir o Estado. Já no caso mexicano, não há esta frontalidade, muito pelo contrário, os cartéis evitam o Estado.

No que à questão do poder político diz respeito, esta também é incontornável: tanto no México, como na Colômbia, os dois conflitos disputam a soberania do Estado, na prossecução dos seus próprios objetivos. Os dois fenómenos atuam como contrapoderes, na medida em que a força pública é constantemente ameaçada, neutralizada e até eliminada. Recorde-se que ações iguais não implicam causas iguais. A ameaça ao Estado, no caso do México, não é vital, é apenas instrumental, pela simples razão de que o objetivo é “cash, not sovereignty”.³⁹⁷ Desde que o Estado não ameace o negócio, em princípio, não há um ambiente de confrontação. Repare-se que, até ao novo milénio, o narcotráfico no México, era controlado pelo poder político. Só a partir do momento em que o Estado, com o governo de Felipe Calderón, lhe declarou

³⁹⁷ Cf. Kan (2012:55)

guerra, a violência disparou. Já o caso das FARC é exatamente o oposto: a guerra, a violência e o Estado são elementos da mesma equação, cuja solução é apenas uma: a de fazer uma revolução armada. Assim, a fragmentação da soberania que se constata em ambos os conflitos só é intencional e com perspectivas deliberadas de acabar com o Estado no caso das FARC.

Na organização, verifica-se um aspeto interessantíssimo do ponto de vista da coesão interna, pois em ambos os fenómenos é visível a procura de lealdade ao grupo. Hoje em dia, dito de uma forma simples, as pessoas pertencem a círculos sociais distintos, procurando, deste modo, integrar-se na sociedade, criando assim vários vínculos com os diversos grupos. No entanto, tanto as organizações de tráfico de drogas mexicanas como as FARC são aquilo que o sociólogo Coser designou de “instituições vorazes”, na medida em que reclamam a exclusividade da lealdade para com a organização.³⁹⁸ Nas FARC, esta atitude está patente em vários momentos: a eliminação de dissidentes ou as punições severas em caso de deserção ou desrespeito pelas regras internas. Aliás, a ideia de servir a revolução, alienando a individualidade do combatente em prol do grupo espelha esta “voracidade”. Não obstante, é importante mencionar, como um aparte que, nos anos 90, com a intenção de expandir rapidamente a guerrilha, recrutaram-se novos membros, desvalorizando-se a vertente ideológica e política. Quem o reconheceu foi o próprio Iván Ríos, um dos mais importantes chefes das FARC, entretanto morto em combate: o grande crescimento militar, pela integração de novos membros, em detrimento de um trabalho político de fortalecimento de laços, incluindo os de lealdade, poderiam ser problemáticos no futuro.³⁹⁹ Já no caso do narcotráfico, esta preocupação pela lealdade não é tão refletida, mas não deixa de ser importante. Os colaboradores são pagos para, entre outras coisas, manterem a fidelidade à organização, sob pena de morte. A traição à organização, o trabalho de investigação das autoridades que, por vezes, requer o uso de informantes, bem como a concorrência de outros cartéis que recorrem a infiltrados para sabotar negócios são alguns exemplos de ameaças à lealdade dos narcotraficantes para com a organização. Neste sentido, embora em graus diferentes, é claramente

³⁹⁸ V. Coser (1978)

³⁹⁹ Cf. Semana (2009)

visível a tentativa de absorção total do indivíduo, tanto nas FARC como nos cartéis mexicanos.

Nesta disputa pelo poder, embora com contornos diferentes, o território também é um elemento que merece destaque. Para o narcotráfico, o território tem uma influência determinante, porquanto molda, não só a área de influência de cada cartel, mas também as atividades a que se dedicam. Veja-se, por exemplo, que a Federação de Sinaloa é um dos maiores cartéis do país, pois estende-se de norte a sul, contando com o controlo de importantes portos na costa do Pacífico.⁴⁰⁰ Como exemplo da influência do território na atividade, recorde-se que a área do norte mexicano (*Heartland*) é a mais cobiçada, pois é aquela que gera maiores rendimentos, ao dar acesso ao mercado estadunidense. Para as FARC, o território é ainda mais importante, pois é mencionado na sua estratégia de guerra, quer para a tomada de Bogotá, quer para a construção da zona de retaguarda nacional. Independentemente dos propósitos dos dois fenómenos, menos território implicará seguramente, para os cartéis mexicanos, menos lucro e, para as FARC, menos êxito na luta revolucionária.

Outro aspeto em comum, ao analisar estes fenómenos, tem que ver com a exploração das debilidades do Estado e da sociedade. O caso das FARC é muito transparente nesta matéria. O Estado colombiano era, pelo menos durante o século passado, bastante frágil, não conseguindo estar presente em todo o território nacional. Neste sentido, quando a guerrilha se formou, rapidamente se aproveitou das zonas em que o Estado não estava presente, para se autopromover como poder alternativo. Assim, a debilidade institucional tornou-se um aliado da guerrilha, facilitando o seu crescimento. Aliás, foi um Estado agressivo que favoreceu o aparecimento dos vários grupos insurgentes e um Estado frágil que fez com estes perdurassem no tempo. Quanto às desigualdades sociais, estas estão na base da luta revolucionária. O caso mexicano é similar, mas deve ser lido de outra forma: o narcotráfico soube e tem sabido explorar as debilidades do Estado, não por este não controlar a totalidade do seu território, mas por ser proclive à corrupção. Veja-se por exemplo, durante os anos 60 e 70, altura de maior efervescência guerrilheira, o Estado mexicano esmagou movimentos insurgentes, tendo inclusive sido ele próprio o autor do massacre

⁴⁰⁰ Consulte-se a figura 18 acerca da posição geográfica dos vários cartéis.

de Tlatelolco, no final da década de 60. Do mesmo modo, manteve sob controle o narcotráfico, mostrando-se um Estado relativamente forte. A situação foi mudando de figura, quando os cartéis deixaram de estar sob vigilância estatal, com a vitória do PAN no ano 2000. A corrupção e a debilidade do sistema judicial, incluindo a polícia, geram um clima de impunidade favorável ao crime. Obviamente que as desigualdades sociais, a pobreza e os baixos salários das forças de segurança são algumas das fontes de alimentação do crime organizado.⁴⁰¹ Em resumo, as FARC aproveitaram-se de um Estado fraco e de uma sociedade relativamente pobre e desigual para se legitimarem como poder alternativo e os cartéis mexicanos utilizam esse contexto de pobreza e desigualdade social para expandir o negócio.

Associado ao ponto anterior, pode-se sublinhar a tentativa, partilhada pelas FARC e pelos cartéis, de criar uma imagem positiva perante a sociedade. No México, foi mencionada a questão da narcocultura, onde esta procurava legitimar a ação dos narcotraficantes, reivindicando que o Estado não era capaz de cumprir com as suas obrigações. Este discurso que procura oferecer uma justificação moral ao criminoso faz lembrar a “transvaloração” de Trasímaco, na *República de Platão*, na medida em que o narcotraficante é bom e o Estado é mau. Contudo, chama-se a atenção para a possibilidade de esta narrativa poder e, pessoalmente, dever ser lida como uma tática que favorece o negócio: o tráfico de drogas é mais fluído se se contar com o apoio popular, ao mesmo tempo que todos estão contra o Estado, a principal ameaça ao êxito dos cartéis. Já para as FARC, a criação de uma imagem positiva é ainda mais premente, pois, enquanto projeto revolucionário, promovem a construção de escolas, entre outras infra-estruturas, e oferecem a sua própria justiça e segurança, funções exclusivas do Estado. Além disso, o apoio popular sempre foi central para a materialização da revolução. Assim, tanto os cartéis como as FARC procuram criar bases de apoio popular, mas com propósitos substancialmente diferentes: enquanto os cartéis o fazem por conveniência, as FARC fazem-no por necessidade.

Em resumo, esta comparação procurou, acima de tudo, descrever e compreender melhor cada um destes fenómenos, em especial o narcotráfico, visto ser o objeto de estudo desta investigação, por oposição direta, de acordo

⁴⁰¹ Cf. González (2014:152)

com vários critérios: território, relações com a população ou o Estado, uso da violência, objetivos, entre outros. Contudo, pessoalmente, é pertinente mencionar que esta comparação não se esgota nesta curta investigação, primeiro, porque há seguramente outros prismas de análise que ela não abordou e também pela simples razão de que os dois fenômenos continuam a fazer parte da Colômbia e do México, podendo criar novos pontos de divergência ou convergência. Neste contexto, a figura 17 procura sintetizar os resultados obtidos durante a comparação realizada, bem como servir de ponto de partida para a construção das conclusões finais acerca deste exercício.

	Narcotráfico no México	FARC na Colômbia
Diferenças	Empresa económica	Empresa político-militar
	Narcotráfico como um fim	Narcotráfico como um meio
	Estrutura horizontalizada	Estrutura centralizada
	Caráter expansivo (não tem um fim definido, acolhendo mais membros)	Caráter instrumental (termina no cumprimento da sua missão)
Semelhanças	Ameaça ao Estado – define-se como um contrapoder	Ameaça ao Estado – define-se como um contrapoder
	Recorre-se ao sequestro, extorsão, homicídio, corrupção e outras atividades ilícitas	Recorre-se ao sequestro, extorsão, homicídio, corrupção e outras atividades ilícitas
	Resposta do Estado (Iniciativa Mérida)	Resposta do Estado (Plan Colombia e Plan Cabecillas)
	Grande número de vítimas	Grande número de vítimas
	Exige lealdade aos seus participantes	Exige lealdade aos seus participantes
	Guerra territorializada	Guerra territorializada
	Construção de uma imagem de legitimidade perante a sociedade	Construção de uma imagem de legitimidade perante a sociedade
	Explora a pobreza, desigualdades sociais e a ausência do Estado	Explora a pobreza, desigualdades sociais e a ausência do Estado

Figura 17 – Quadro comparativo entre o Narcotráfico e as Guerrilhas⁴⁰²

⁴⁰² Figura 17: Elaboração própria

Assim, é necessário tecer algumas considerações acerca das conclusões a retirar deste subcapítulo, dividido em três partes. A primeira conclusão que se deve extrair desta pequena investigação é que realmente existem semelhanças ou comportamentos parecidos, mas em contextos substancialmente distintos, a começar pela origem do próprio conflito: o narcotráfico foi a raiz do conflito no México, enquanto, na Colômbia, foi o comportamento do Estado que criou um conflito interno. Contudo, atualmente é curioso, no que diz respeito à forma como os dois conflitos se foram desenvolvendo, que haja opiniões, na esfera política, no sentido de misturar os conflitos: Álvaro Uribe (2002-2010), responsável pela recuperação da soberania estatal, aquando da maior ameaça das FARC de sempre, tratou sempre abertamente a guerrilha como um grupo de terroristas e narcotraficantes, aproximando a sua visão à problemática mexicana, enquanto Vicente Fox, primeiro ex-presidente do PAN (2000-2006) sugeriu, gerando grande polémica, que o governo mexicano se sentasse à mesa com os cartéis para negociar a paz.⁴⁰³ Esta postura, por sua vez, mostra uma aproximação da situação colombiana, uma vez que as próprias FARC, durante o mandato do sucessor de Uribe, Juan Manuel Santos, iniciaram negociações de paz com o governo colombiano, com vista à entrega das armas, pondo fim ao longo conflito interno.

Uma outra conclusão que se pode retirar deste pequeno subcapítulo surge, ao mudar o enquadramento da análise. Deste modo, se se atentar na comparação destes fenómenos a partir da ótica da Escola de Copenhaga, é possível obter resultados, não só diferentes, mas também complementares aos anteriores. Note-se que, não sendo este o foco da investigação, a abordagem aqui feita é bastante simples e direta, não deixando, ainda assim, de ser fundamentada. Pretende-se com isto, mostrar apenas a versatilidade da aplicabilidade da EC a diferentes fenómenos, em diferentes contextos e com especificidades próprias. Em primeiro lugar, este subcapítulo remete para um jogo de conceitos, etiquetas e elementos associados a dois conflitos armados: o narcotráfico e os movimentos insurgentes. Como foi possível depreender, os dois fenómenos partilham diversos elementos, como o uso de armas, o recurso a atividades ilícitas, como o sequestro ou a extorsão, e, sem sombra de dúvida,

⁴⁰³ Cf. Pérez (2016)

foram considerados como uma ameaça à sobrevivência do Estado, constituindo-se como contrapoderes, uma vez que minam as suas principais funções, como a da segurança coletiva. No entanto, o que este pequeno subcapítulo pretende transmitir é que é imperativo fazer-se uma análise histórica cuidada e fundamentada, como apela a EC, mantendo o espírito aberto e crítico à atribuição de conceitos, sob pena de os equiparar e, por conseguinte, destruir as idiossincrasias dos fenómenos. Por outras palavras, não é por uma guerrilha se envolver nas drogas que se equipara ao fenómeno do México, que também se envolve nelas, da mesma forma que o narcotráfico, por se envolver na política, não o legitima como projeto político-militar. Por exemplo, a palavra envolvimento, sendo comum nos dois fenómenos, tem de ser vista em contexto, isto é, através da génese do fenómeno, o que o motivou, o que o transformou e que outros atores, com as suas próprias interpretações, influenciaram a perceção do grau de ameaça do próprio fenómeno. O caso das armas também é essencial, pois é um dos denominadores comuns dos dois fenómenos, mas o seu significado é substancialmente diferente: para o narcotráfico, as armas reforçam a capacidade de intimidação contra o Estado, de defesa contra outros cartéis, mantêm a coesão da organização e protegem as operações de tráfico de drogas. Por sua vez, para as guerrilhas, as armas são um elemento fundamental para continuar a luta pela revolução comunista por todas as vias, incluindo a armada, onde o Estado figura como o alvo primordial a abater ou, pelo menos, substituir.

Em resumo, do ponto de vista da EC, a importância de um fenómeno não reside apenas nas suas manifestações, porque elas não traduzem necessariamente a génese do fenómeno, como, de resto, foi possível observar. No entanto, pessoalmente, o mais relevante não é o processo de atribuição de significados, enquadrados em conflitos regionais ou internacionais, mas sim a qualidade com que o processo é feito. Note-se que um fenómeno corre sempre o risco de ser mal analisado, quando os elementos que o compõem ou que o caracterizam não são colocados em perspetiva ou não são estudados através de uma cronologia de acontecimentos. Poder-se-ia questionar acerca do próprio significado de uma má análise, uma vez que a EC assenta, de certa forma, em alguma subjetividade, mas tal também não implica que um fenómeno possa ter infinitas conotações. Assumindo que a realidade não é exterior à interpretação humana, não significa que a realidade não exista, mas sim que pode ser

interpretada. Por exemplo, ambos os fenómenos consideram o Estado como um adversário, uma vez que há, nos dois, todo um histórico de corrupção, extorsão e assassinatos contra o Estado, é factual. Todavia, é justamente na forma como esses factos são lidos que podem originar uma má análise. Assim, a violência contra o Estado, para o narcotráfico, é instrumental, nem sempre é necessária, uma vez que o objetivo destas organizações é apenas enriquecer. Aliás, matar ou corromper algum funcionário ou autoridade do Estado custa dinheiro, porque se correm riscos, pelo que, para uma organização que pretende apenas lucrar, a violência é usada quando necessária. Já para as guerrilhas, o Estado é o inimigo a abater, a existência do Estado “opressor” é a razão de ser das guerrilhas, pelo que a violência é usada, porque é necessária. Assim, é possível, com praticamente as mesmas peças de um puzzle, construir dois conflitos diferentes.

Contudo, chama-se a atenção para o facto de os problemas poderem não terminar numa má análise, uma vez que as decisões políticas se baseiam precisamente nessas análises, as quais têm consequências. O melhor exemplo de uma situação destas, onde os próprios decisores políticos denotam a enorme confusão de conceitos, misturando fenómenos, tem que ver com as próprias afirmações do ex-presidente mexicano Vicente Fox, ao sugerir que o Estado negociasse a paz com os cartéis mexicanos, tal como foi feito na Colômbia com as FARC, outro fenómeno com objetivos completamente distintos. Do ponto de vista moral, esta posição foi duramente criticada, pois sugeria que o Estado, como já não tinha capacidade para se proteger, através das suas próprias forças de segurança, recorreria a negociações de paz. Por outro lado, é possível ver, no contexto colombiano, como os vários presidentes foram reagindo de forma ambígua, especialmente nas décadas de 80 e 90, tentando sucessivos acordos de paz, enquanto também combatiam as guerrilhas. A decisão do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe em atacar frontalmente as FARC, com a vantagem de já não ter a preocupação dos antigos cartéis de Cali e Medellín, trouxe frutos mais tarde, ao debilitá-las. Explicado de outra forma, enquanto o Estado colombiano vacilou acerca da melhor forma de combater a guerrilha, não se produziram grandes efeitos. Neste sentido, o mandato de Uribe pode ser considerado como o momento em que se atribuiu uma definição consistente e clara à guerrilha, considerando-a terrorista e criminosa, merecendo, por conseguinte, uma ofensiva estatal total. O mais interessante de tudo não é,

numa opinião pessoal, a vitória estatal do Estado sobre as FARC, pela mão de Uribe, mas sim as negociações de paz que se seguiram com o presidente que lhe sucedeu, Juan Manuel Santos. Este caso demonstra claramente a fluidez de significados e como é que estes, não sendo estáticos nem intrínsecos à realidade, são, em contrapartida, pelo poder político produzidos, conduzindo a políticas tão distintas entre si. Assim, a EC, assentando na premissa de que os fenómenos são o que se interpretar que são, dependendo, por conseguinte, do sujeito e da conjuntura, entre outros fatores, admite e compreende a mudança de estratégia do governo colombiano, aquando da mudança do seu presidente.

X - Os Cartéis Mexicanos



Figura 18 – Distribuição Geográfica dos Cartéis Mexicanos em 2012⁴⁰⁴

A última parte deste capítulo remete para os cartéis mexicanos, não num plano funcional ou abstrato, como até agora, mas sim num plano prático, onde, pela figura anterior, se podem ver os cartéis distribuídos pelo México. Embora a figura date de 2012, estas foram as mesmas organizações que Felipe Calderón enfrentou em 2006, no início do seu mandato. Pela figura, é possível observar dois cartéis de carácter nacional, Los Zetas e a Federação Sinaloa, bem como um cartel regional, no estado de Michoacán, e, por último, dois “cartéis-portagem”,

⁴⁰⁴ Figura 18: <https://www.sinembargo.mx/01-08-2013/705989>, consultado a 30/05/2020

o de Juárez e de Tijuana, que têm sobrevivido graças à posição privilegiada junto à fronteira com os EUA.⁴⁰⁵

Num panorama de alta concorrência, não só pela natureza do negócio ilícito, mas também pela quantidade de concorrentes, a formação de alianças e declarações de guerra são muito instáveis e sujeitas a rápidas mudanças. Apresentam-se, deste modo, as seguintes organizações:

1) Cartel de Tijuana ou Organização Arellano Félix: foi o cartel mais poderoso dos anos 90, onde muito desse poder provinha das enormes taxas que cobrava aos outros cartéis para aceder à fronteira com os EUA. Tijuana tornou-se palco de grandes níveis de violência, quando a Federação Sinaloa começou a recusar-se a pagar essas taxas. Apenas desde 2010, possivelmente pelas ofensivas estatais na região ou por um eventual pacto com a Federação Sinaloa, a violência começou a diminuir, na região.⁴⁰⁶

2) Cartel de Juárez ou Organização Carrillo Fuentes: o cartel dos irmãos Carrillo Fuentes, localizado na geoestratégica Ciudad Juárez, foi um dos frutos do antigo cartel de Guadalajara. Tem vindo a perder importância ao longo do tempo, embora os níveis de violência sejam extremamente altos, sobretudo a partir de 2008, altura em que a aliança com a Federação Sinaloa se rompeu.

3) Federação Sinaloa: outro fruto do cartel de Guadalajara, a Federação Sinaloa é composta por várias entidades mais pequenas, daí o seu nome. Liderada pelo conhecido El Chapo, esta organização controla cerca de metade do mercado das drogas no México e os seus lucros ascendem aos 3 biliões de dólares anuais. Controla também o espaço do Triângulo Dourado, mantendo rivalidades com o Cartel Juárez e a organização Los Zetas.⁴⁰⁷

4) Organização Beltrán Leyva: este pequeno cartel fronteiriço tornou-se independente da Federação Sinaloa em 2008, por estar numa posição geográfica favorável a maiores lucros. Como seria de esperar, a violência

⁴⁰⁵ Cf. Beittel (2012:20)

⁴⁰⁶ Cf. Vargas (2011:161)

⁴⁰⁷ Cf. Beittel (2015:14 e 15)

aumentou, na medida em que a Federação Sinaloa e a Organização Beltrán Leyva passaram a ser rivais.⁴⁰⁸

5) Cartel do Golfo: esta antiga organização foi uma das que mais mutações sofreu. Tendo chegado a dominar toda a costa do Golfo, com apoio dos cartéis colombianos e das máfias centro-americanas, esta organização conseguiu, em 1999, corromper membros da GAFE, cujo líder utilizava o código de rádio Z-1, em espanhol, “Zeta Uno”. Mais tarde, este braço armado do cartel do Golfo virou-se contra ele, dando origem ao grupo Los Zetas.

6) Los Zetas: formado por antigos militares da GAFE, esta organização bem preparada, do ponto de vista tecnológico, militar e até psicológico, provocou um aumento generalizado da violência no México.⁴⁰⁹

7) Los Caballeros Templarios: até 2011, este cartel regional denominava-se “La Familia Michoacana”. Sob o ponto de vista da narcocultura, este cartel é frequentemente associado a cultos “pseudo-religiosos”, enquadrando a sua violência como simbólica e necessária para proteger esse estado dos seus inimigos, neste caso, Los Zetas. Além disso, são conhecidos por prestar cuidados médicos e outros serviços sociais, por forma a obter apoio popular.⁴¹⁰

A evolução histórica de cada uma destas organizações denota a facilidade com que se abrem guerras e se estabelecem fusões ou cisões, neste meio. Apesar de se poder ter detalhado um pouco mais a história de cada uma das organizações, tal não seria relevante no âmbito da investigação.

Em resumo, o capítulo apresentado procurou mostrar as consequências do carácter ilícito do narcotráfico, destacando que a violência, não só faz parte da sua natureza, como implica um recurso constante a armas, neste caso, vindas, em grande parte, dos Estados Unidos da América. Ao mesmo tempo, foi analisada a política interna de armas dos EUA, evidenciando que ela é prejudicial, tanto para a eficácia do combate ao narcotráfico no México, como para a segurança dos cidadãos estadunidenses. Foram analisadas as formas como se estruturam estas organizações, comparando com os antigos cartéis da

⁴⁰⁸ Cf. Beittel (2015:21 e 22)

⁴⁰⁹ Cf. Vargas (2011:163 e 164)

⁴¹⁰ Cf. Beittel (2015:23)

Colômbia, explicando a maior ou menor eficácia da estratégia de captura de líderes, ou *kingpin*. Na equação das drogas, além das armas, realçou-se a importância do dinheiro e da sua lavagem para o bom funcionamento destas organizações, sendo, uma das suas principais fontes de poder. Mais à frente, detalhou-se a necessidade de compreender que a violência, além de ser fruto de rivalidades entre cartéis, pode derivar das posições geográficas mais ou menos privilegiadas, como o acesso à fronteira dos EUA com o México. A narcocultura também foi um ponto abordado, neste capítulo, denunciando a dimensão social e identitária destas organizações. Ficou igualmente claro que a extorsão e o sequestro, bem como a facilidade em matar, são propulsores naturais para o aumento da violência no país. Por fim, fez-se um pequeno resumo das principais organizações criminais no país. É deste modo que estão criadas as condições para se compreender mais facilmente o próximo capítulo: não seria fácil entender a resposta do Estado mexicano às organizações nem as contrarrespostas, sem entender a orgânica dos cartéis mexicanos.

V – A Resposta do Estado Mexicano

Neste capítulo, pretende-se analisar, em detalhe, a concretização do plano do Estado mexicano, liderado pelo então presidente Felipe Calderón (2006-2012), para combater os cartéis no país, complementando o capítulo III e encerrando o período de análise deste fenómeno. De um modo simples, até porque este capítulo apenas se reporta a um mandato, serão abordadas as circunstâncias em que Felipe Calderón ganhou as eleições, sucedendo a Vicente Fox, as principais políticas contra os cartéis, a forma como estes reagiram e algumas dificuldades que gravitam em torno da estratégia central adotada pelo governo mexicano. Note-se que é o facto de o Estado, chefiado por Calderón, ter tido uma postura substancialmente distinta, por oposição a todos os anos já analisados, que levou ao estudo, em separado, deste sexénio.

O mandato de Vicente Fox, o primeiro presidente a conseguir derrubar o PRI que estava no poder há 71 anos, ficou marcado por algumas dificuldades de governabilidade, pela diluição do poder entre os partidos no Congresso mexicano e até pelas esfriadas relações bilaterais com os EUA, aparentemente pela oposição mexicana à invasão estadunidense do Iraque.⁴¹¹ Esta fragmentação do poder pelos vários partidos enfraqueceu o poder do governo em funções, por comparação aos anos do PRI, aumentando, conseqüentemente o poder dos cartéis que operavam no país:

Democratisation led to the break-up of the PRI's dominance of the trade, and the fragmentation of its monopoly created space for the cartels to grow. In addition, neoliberal trade accords facilitated cross-border smuggling thanks to the increased traffic moving north as a result of an improved infrastructure of highways and railroads.⁴¹²

Assim, Felipe Calderón foi apresentado como o candidato do PAN, ao qual Fox também pertencia, mas, infelizmente para o candidato, Vicente Fox não apoiava a sua candidatura. O candidato do PRD, partido que tinha tido origem nas fações mais à esquerda do PRI no final dos anos 80, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), era a sua principal ameaça às eleições de 2006. Como já foi dito anteriormente, as eleições foram muito renhidas, uma vez que

⁴¹¹ Cf. Darraj (2009:74 e 75)

⁴¹² Cf. Watt & Zepeda (2012:177 e 178)

Calderón ganhou com uma ínfima margem de 0,56% sobre AMLO, levando muitos apoiantes do PRD a manifestar-se nas ruas por suspeitas de fraude eleitoral. Já na sede do governo, onde Calderón viria a tomar posse, vários deputados da oposição barricaram-se no edifício, obrigando o presidente eleito a entrar pelas traseiras, protegido por membros do seu próprio partido, conseguindo, finalmente, formalizar, numa cerimónia de apenas cinco minutos, o início do seu mandato.⁴¹³ Embora este insólito episódio pareça apenas uma curiosidade, a verdade é que se Calderón não tivesse conseguido entrar na Câmara dos Deputados, não teria sido considerado presidente, ao abrigo do Artigo 84 da Constituição desse país. Toda a eleição de Felipe Calderón, como se pode depreender, esteve envolta em suspeitas e fragilidades: o presidente cessante Fox, do seu partido, não apoiou a sua candidatura, Calderón tinha ganho com uma margem mínima, AMLO, o candidato do PRD, não reconheceu a vitória do seu opositor e a tomada de posse de Calderón foi, no mínimo, atribulada. Perante estas condições, a maioria dos autores é consensual ao apontar que Calderón poderia não ter tido legitimidade política ou, pelo menos, teria assumido a presidência descredibilizado. Assim, há quem afirme que Calderón, consciente da sua imagem frágil, precisou de a mudar urgentemente.⁴¹⁴ A verdade é que, poucas semanas depois da sua tomada de posse, Felipe Calderón decidiu declarar uma guerra sem precedentes ao crime organizado instalado no país:

Organized crime, he [Calderón] explained, had been allowed to grow exponentially due to corruption and sloth, and it had become so powerful that it now exercised control over significant parts of the country. Mexicans cannot and should not allow de facto powers to defy the authority of the state on a daily basis. [...] His war would protect citizenry, diminish corruption, and reduce bloodshed. It was a matter of national security. It required and would receive immediate action.⁴¹⁵

O discurso de Calderón identificou o crime organizado e a corrupção, a violência e a impunidade a eles associadas como as principais ameaças à estabilidade e autoridade do Estado. Numa pequena nota pessoal ainda a respeito da legitimidade política de Calderón, não é claro que a sua decisão de

⁴¹³ V. Fernández (2007)

⁴¹⁴ Cf. Meyer (2007:26)

⁴¹⁵ Cf. Boullosa & Wallace (2016:86)

combater frontalmente o narcotráfico tenha sido fruto das circunstâncias da sua eleição, até porque o programa eleitoral de Calderón era explícito, ao afirmar que o seu governo combateria a insegurança no país, deduzindo-se, por isso, que atacaria os cartéis, geradores de insegurança.⁴¹⁶ Além de não ser clara a relação entre a sua eleição e a sua decisão de combater o narcotráfico, também importa mencionar, recordando o capítulo anterior, que, nesta altura, os cartéis começavam a dar sinais de enorme instabilidade, colocando o seu lado violento em evidência. Neste sentido, concluindo a opinião pessoal, Calderón terá capitalizado de duas maneiras: cumprindo a sua agenda política desta forma, combateria a insegurança e melhoraria a sua própria imagem, ganhando credibilidade.

Assim, para combater o narcotráfico, Calderón iria recorrer ao uso das Forças Armadas, no âmbito de uma política de militarização do país, tal como os EUA habitualmente preconizavam. A Constituição, neste sentido, tanto permitia a Calderón dispor das Forças Armadas sempre que a estabilidade e a segurança interna e externa do país se encontrassem ameaçadas, como as próprias funções das FA se enquadravam na situação.⁴¹⁷ Felipe Calderón iniciou a sua guerra ao colocar cerca de 50 000 elementos das FA em vários pontos do país, nomeadamente em zonas de disputa ou “hot-spots”.⁴¹⁸ Esperava-se, assim, que as FA, enquanto instituição, ao estarem mais presentes e visíveis nas ruas, tentariam aumentar a perceção de segurança, mostrando-se aos mexicanos, ao mesmo tempo que combateriam o crime organizado no país.⁴¹⁹

A militarização do México, enquadrada no combate aos cartéis mexicanos, foi também apoiada pela Iniciativa Mérida, criada em 2008, que se traduziu num pacote financeiro plurianual de 1,6 biliões de dólares atribuídos pelos Estados Unidos da América ao México. Por um lado, o México já vinha, ao longo de vários anos, criticando a inércia dos EUA, no que diz respeito à redução da procura de drogas, responsabilizando o país pelos problemas no interior do seu território e, por outro lado, os EUA queriam que o México fosse

⁴¹⁶ Cf. Calderón (2014:19-22)

⁴¹⁷ Cf. Vargas (2011:91)

⁴¹⁸ Cf. Beittel (2012:3)

⁴¹⁹ Cf. Garcia (s.n.t.:3)

mais transparente e rigoroso, em termos de contas.⁴²⁰ No entanto, este plano também mostrou, por outro lado, uma grande aproximação entre os dois países, visto tratar-se de uma enorme quantia, elevando a cooperação bilateral a um novo patamar: “...the approval seemed to indicate that the traditional distrust of Mexico based on past corruption cases had finally been overcome and that a new stage of unreserved collaboration in combating drug trafficking had been entered.”⁴²¹ Assim, a Iniciativa Mérida dividiu-se em várias áreas de atuação, pelas quais se repartiria o dinheiro, duas das quais, o combate ao narcotráfico e a segurança fronteiriça, foram as que receberam a maior parte deste orçamento. Curiosamente, para o fortalecimento das instituições, foram apenas atribuídos cerca de 18%.⁴²² Em termos práticos, tecnologias de ponta, novas armas, equipamentos, treino militar, apoios à Procuradoria Geral da República, à Secretaria da Marinha (SEMAR) e de Defesa (SEDENA), foram as rubricas que concentraram a maior fatia da Iniciativa Mérida.⁴²³ Perante este cenário, é possível apontar duas notas: em primeiro lugar, houve várias queixas, por parte do México, de que o dinheiro não chegou a tempo e, em segundo lugar, este tipo de ajuda dos EUA ao México, de caráter militarista, não é tão eficaz quando o México tem níveis de corrupção tão grandes. Aliás, para alguns investigadores, a Iniciativa Mérida representa uma imposição da visão dos EUA sobre a forma de combater o narcotráfico, ou seja, pela oferta.⁴²⁴ Pessoalmente, a forma como se repartiu o dinheiro pelas várias áreas não fez muito sentido, na medida em que investir significativamente no armamento de polícias potencialmente corruptos que facilmente podem passar para o lado dos cartéis e canalizar poucos recursos para reformar instituições do Estado, é investir na violência, numa lógica da lei do mais forte. Ora, combater cartéis que ganham exorbitâncias a traficar drogas e que facilmente obtêm o melhor armamento, contrariamente ao Estado que gasta em diversas áreas, faz com que a via armada não pareça ser, de todo, a melhor estratégia. Entre 1993 e 2009, 217 000 soldados das FA desertaram, recordando o episódio da GAFE, já aqui mencionado. Além disto, cerca de 62% das forças policiais estavam ligadas ou eram controladas pelos cartéis e 57% das

⁴²⁰ Cf. Langton (2012:121)

⁴²¹ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:151)

⁴²² Cf. González (2014:140)

⁴²³ Cf. Vargas (2011:106)

⁴²⁴ Cf. Jones (2016:79), Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:155) e Estrada (2012:267 e ss.)

armas dadas à polícia eram usadas para atividades criminosas, reforçando a perigosidade de baixos salários, associados a cartéis financeiramente poderosos.⁴²⁵ Neste sentido, Felipe Calderón, em 2007, aumentou, em 46%, os salários das FA, numa tentativa de impedir as deserções no setor. Mais adiante, o tema da estrutura policial no México será abordado de novo, por forma a clarificar as condições em que o México combatia, no mandato de Calderón, o narcotráfico enraizado no país.

A Iniciativa Mérida, enquadrada na guerra ao narcotráfico declarada por Calderón, proporcionou certamente importantes recursos para combater os cartéis. Como já foi mencionado em capítulos anteriores, a estratégia *kingpin*, por ter tido muito sucesso na Colômbia, nos anos 90, foi replicada no México, falando-se, frequentemente, de uma *colombianização* da guerra neste país. Neste contexto, as autoridades identificariam os líderes dos respetivos cartéis mexicanos e, posteriormente, capturá-los-iam. A destruição de posições de liderança provocaria, desejavelmente, alterações dentro da estrutura das organizações, o que tornaria mais fácil desmantelá-las, segundo os defensores desta teoria.⁴²⁶ Como se depreendeu, pelo capítulo anterior, no que diz respeito à evolução da estrutura destas organizações, após as primeiras capturas de líderes, os cartéis começaram a tornar-se instáveis, quer pela falta de coesão interna, provocada pelos vazios de poder, quer pelas ofensivas de outros cartéis contra organizações mais debilitadas.⁴²⁷ Veja-se o exemplo do líder do cartel do Golfo que, ainda em 2003 incorporava o Los Zetas, foi capturado pelas autoridades, levando dois subordinados seus ao poder. Em 2008, as crescentes disputas internas entre os dois levaram à fragmentação do cartel, provocando a independência do Los Zetas e uma sangrenta rivalidade com os ex-companheiros do cartel do Golfo.⁴²⁸ Este exemplo apenas mostrou, sem quaisquer juízos pessoais, que a interferência do Estado, através das Forças Armadas, nas estruturas dos cartéis, não só alterou a dinâmica entre eles, como fez disparar a violência no país.

⁴²⁵ Cf. Watt & Zepeda (2012:202)

⁴²⁶ Cf. Tuckman (2012:169)

⁴²⁷ Cf. Beittel (2012:21 e 22)

⁴²⁸ Cf. González (2014:135)

HOMICIDIOS DOLOSOS EN MÉXICO DESDE 1997

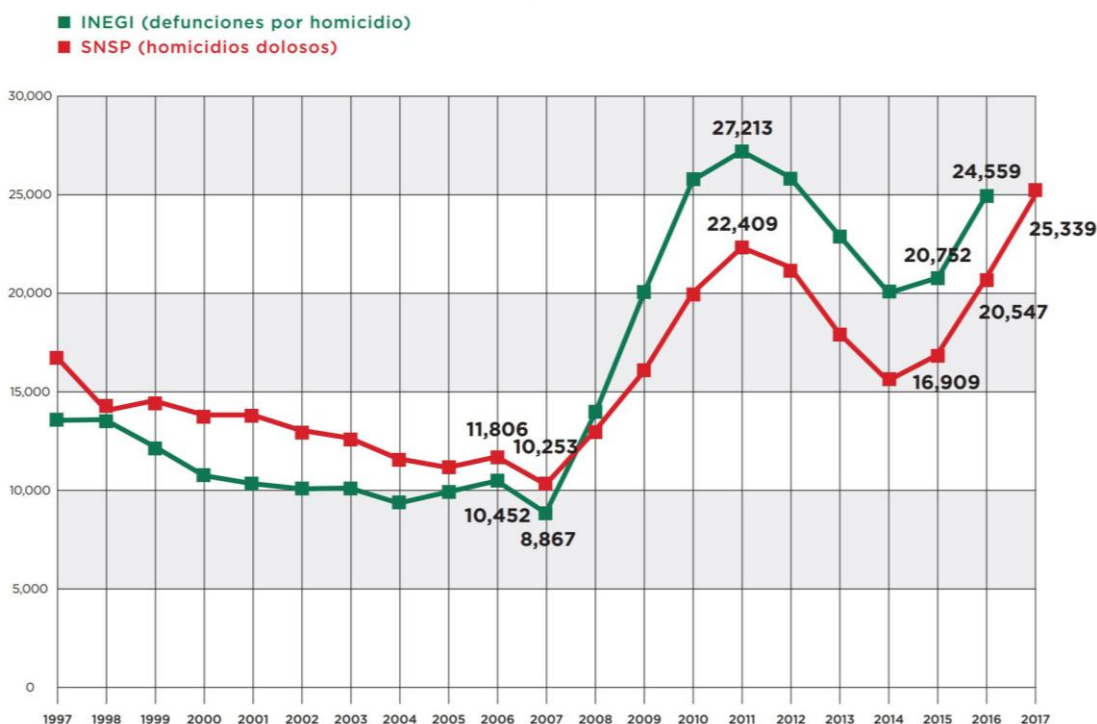


Figura 19—Evolução do número de homicídios no México, entre 1997 e 2016⁴²⁹

A figura 19 mostra a evolução do número de homicídios no México desde 1997, registados a partir de duas fontes diferentes (a verde, de um instituto de estatística mexicano e, a vermelho, uma fonte governamental). Claramente, o número de homicídios tinha-se mantido estável, inclusive com tendência a melhorar, até 2007. Nessa altura, os valores subiram substancialmente, fruto da guerra do Estado ao narcotráfico. A maioria dos académicos aponta para que, só no sexénio de Calderón, tenham morrido, associadas à guerra ao narcotráfico, cerca de 60 000 pessoas, excluindo milhares de desaparecidos e corpos encontrados ainda por identificar. Apenas se pretende dar forma à dimensão das consequências desta guerra, daí não se precisarem os números, até porque, dada a natureza do conflito, é impossível sabê-lo. Do mesmo modo, os crimes relacionados com o narcotráfico aumentaram exponencialmente durante o mandato de Calderón: entre 2007 e 2010, o sequestro aumentou 188%, para

⁴²⁹ Figura 19: <https://actualidad.rt.com/actualidad/272788-mexico-llega-250000-asesinatos-inicio-guerra-narcotrafico>, consultado a 08/06/2020

1262, o roubo de viaturas aumentou 123%, para 60 592 e os casos de extorsão, 101%, para 6 235.⁴³⁰

A estratégia *kingpin* foi, neste contexto, aplicada com êxito, na medida em que Felipe Calderón, a dois meses de acabar o seu mandato, em 2012, tinha capturado ou matado 25 dos 37 mais importantes líderes destas organizações criminosas.⁴³¹ Numa nota pessoal, efetivamente, a estratégia aplicada foi bem-sucedida, pois os seus objetivos político-militares foram manifestamente cumpridos. O problema surge ao questionar o preço desta vitória, dado que se perderam milhares de vidas e o Estado, para atacar militarmente os cartéis, não pôde gastar em educação, saúde ou justiça, dificultando a vida dos que sobreviveram. Por outras palavras, o Estado não investiu, como poderia ter feito, no combate à pobreza que, essa sim, é uma das raízes do envolvimento de muitos mexicanos com o tráfico de drogas. É importante recordar que todo este plano contra o narcotráfico apenas teve como objetivo reduzir o tráfico de drogas para os EUA e, para mal dos mexicanos que morreram, foi em vão, pois, nem isso se conseguiu, uma vez que a procura estadunidense de drogas se manteve e a oferta mexicana respondeu, fazendo com que o preço de um grama de cocaína nos EUA, em 2012, valesse praticamente o mesmo que dez anos antes.⁴³² Consciente desta necessidade em reduzir a procura, Calderón, num encontro com Bush, em Março de 2007, avisou-o que, enquanto não houvesse uma redução da procura nos EUA, seria muito difícil reduzir a oferta no México.⁴³³

Um grave problema associado ao combate ao narcotráfico reside também na estrutura das forças de segurança do país: existem perto de 1 600 forças policiais municipais, estaduais e federais, revelando uma enorme fragmentação entre elas. A polícia local, além de não estar em todos os municípios, é facilmente corrompível, como de resto, já foi dito. Note-se que o México tem 366 polícias por cada 100 000 habitantes, um rácio que supera França, Itália ou os Estados Unidos da América.⁴³⁴ O problema é a sua qualidade e distribuição

⁴³⁰ Cf. Watt & Zepeda (2012:192)

⁴³¹ Cf. Boullosa & Wallace (2016:117)

⁴³² Idem, *Ibidem*, p.146

⁴³³ Cf. Darraj (2009:93)

⁴³⁴ Cf. Kan (2012:145)

geográfica que acaba por fazer com que o Estado não esteja presente em todo o território. Facilmente capturados pelos cartéis, a maioria destes polícias só tem a escolaridade primária e muitos não têm preparação física para o exercício das suas funções, contribuindo para níveis de impunidade que superam os 95%.⁴³⁵ Para este valor, muito contribui, não só a qualidade das forças da lei, nomeadamente as forças da polícia, mas também o poder judicial. Durante o século XX, o sistema judicial mexicano baseou os seus julgamentos na confissão, ao estilo inquisitivo, ao contrário, por exemplo, do sistema português, acusativo, onde o tribunal analisa provas que tentam confirmar que alguém é culpado. De um modo simples, este sistema inquisitivo operou sempre a favor do PRI, na medida em que as confissões podiam ser fabricadas, forçadas ou compradas, fazendo da polícia e dos tribunais instrumentos ao serviço do regime e não dos cidadãos. Neste sentido, é mais facilmente compreensível que a polícia não precisasse de grandes qualidades investigativas, isto é, se a confissão era suficiente para a condenação de um mexicano, o processo investigativo era, por consequência, deficitário. Num quadro de maior violência, originada pelo crime organizado, extremamente complexo, é normal que a impunidade seja maior, pelo simples facto, entre outros, de que o sistema não está preparado para investigar.⁴³⁶ Assim, Felipe Calderón atuou no sentido de reforçar o corpo policial, contratando mais agentes, profissionalizando-os através da criação de academias de polícia, dispensou 10% dos agentes federais, suspeitos de corrupção, e aumentou os salários dos restantes. Em 2008, iniciou a reforma judicial que acabaria com o sistema inquisitivo, dando lugar ao sistema acusativo, de modo a tornar os julgamentos mais eficientes e transparentes.⁴³⁷

Um último ponto que vale a pena mencionar tem que ver com os ataques dos cartéis, não só contra a sociedade civil ou entre eles, mas também contra os jornalistas e políticos locais. Sendo a imprensa livre um dos pilares de qualquer democracia, uma vez que forma opiniões, gera discussão e informa a sociedade, quaisquer ameaças ao seu normal funcionamento devem ser encaradas com seriedade e preocupação. O despoletar da guerra ao narcotráfico fez dos

⁴³⁵ Cf. Kenny, Serrano, & Sotomayor (2012:110 e ss.)

⁴³⁶ Idem, *Ibidem*, p.89 e ss.

⁴³⁷ Cf. Kan (2012:94)

jornalistas naturais alvos a abater, na medida em que eles, ao descobrirem informações sobre os cartéis, colocam o negócio em perigo. Assim, para se ter uma ideia mais concreta, entre 2000 e 2005, tinham sido assassinados, no México, 9 jornalistas e, entre 2006 e 2011, contabilizaram-se 46 mortos.⁴³⁸ Por exemplo, os jornalistas do famoso *Blog del Narco*, um dos sites mais lidos sobre o narcotráfico no México, destacam as dificuldades do seu trabalho, ao apontarem para o facto de receberem ameaças constantemente, daí manter o anonimato.⁴³⁹

Como se pôde constatar, este capítulo, pelas suas idiossincrasias, foi analisado à parte. Durante todo o século XX, o Estado mexicano, além de passivo na luta contra o narcotráfico, chegou a apoiar a atividade, postura completamente distinta durante o mandato de Calderón. É certo que o ataque frontal e musculado ao narcotráfico, protagonizado pelo então presidente mexicano, pode, em parte, ter-se devido à frágil posição política em que este se encontrava. No entanto, é importante recordar que os níveis de violência no final do mandato de Vicente Fox começavam a alarmar o país, tanto que Calderón decidiu incluir o combate à insegurança no seu programa eleitoral. Neste contexto, não é possível afirmar que Calderón agiu neste sentido exclusivamente para ganhar legitimidade política. Independentemente da controversa eleição deste presidente, os resultados da militarização são inúmeros: capturaram-se quase todos os líderes dos diversos cartéis, fragmentaram-se as estruturas criminosas, aumentando, conseqüentemente, a violência e o número de mortos no país. Os resultados da militarização não são fáceis de medir, se os objetivos políticos também não forem particularmente claros. Por exemplo, apreender muita droga em determinado ano pode ser visto como uma vitória das autoridades, mas apreender pouca também pode ser uma vitória, se as autoridades disserem que os cartéis estão a traficar menos. Este capítulo também expôs os inúmeros desafios que o Estado enfrentou, do ponto de vista das suas próprias capacidades: uma guerra frontal contra o crime organizado, utilizando autoridades fragmentadas, mal pagas e pouco habituadas a investigar e um sistema judicial muito vulnerável.

⁴³⁸ Cf. Beittel (2012:27)

⁴³⁹ Sugere-se o *link* <https://elblogdelnarco.com/> para consultar o blog ou a leitura de uma versão impressa sua: Anónimo (2012)

Estão, neste sentido, reunidas as condições para aplicar a EC ao fenómeno do narcotráfico no México, exposto nos capítulos anteriores, em termos históricos, políticos, militares, sociais e até culturais.

VI – A Aplicação da Escola de Copenhaga

Este capítulo, no âmbito deste trabalho de investigação é, sem qualquer sombra de dúvida, o mais importante, pois é aqui que reside, ou tenta residir, o contributo deste trabalho académico, ao apresentar as devidas conclusões. A EC foi abordada explícita e detalhadamente no início da investigação, mais concretamente na parte da metodologia, sendo que os capítulos seguintes, ao remeterem para o estudo de um fenómeno concreto, também foram fundamentais ao expor factos, visões e situações complexas extremamente úteis para a aplicação da EC. Neste sentido, pessoalmente, todos os capítulos se complementam, no que diz respeito à importância que têm no processo de investigação: se, por um lado, aqui serão apresentadas as conclusões deste trabalho, por outro, elas serão muito mais claras e evidentes, não só pela presença anterior dos demais capítulos, mas também, sobretudo, pela forma como foram trabalhados. Além disso, é pertinente realçar que a opção de trabalhar a EC antes de apresentar o fenómeno, e não depois, é altamente vantajosa, pois permite, deste modo, que se analise o narcotráfico no México com um enquadramento teórico prévio. Note-se que, acima de tudo, não se tentará encaixar forçosamente o fenómeno na metodologia, muito pelo contrário, procurar-se-á estudar a capacidade da EC, enquanto instrumento metodológico, para explicar o objeto de análise, tentando responder à pergunta central desta investigação: *terão as políticas anti narcotráfico do último século conseguido combater o fenómeno no México?*

Para o efeito, serão recordados alguns dos principais conceitos da EC que, nesta fase, se consideraram como os mais pertinentes para analisar o fenómeno do narcotráfico no México. É importante mencionar que alguns dos pressupostos teóricos da EC aqui apresentados não deverão coincidir com alguns dos mencionados na parte da metodologia, por não serem tão relevantes para as conclusões a retirar, perante o estudo do fenómeno em causa, efetuado anteriormente. Do mesmo modo, através da obra mais recente dos fundadores da EC, serão debatidos alguns conceitos de uma forma mais clara e objetiva, por forma a facilitar a sua aplicação ao fenómeno do narcotráfico no México.⁴⁴⁰ Posteriormente, seguir-se-á a aplicação concreta da EC ao narcotráfico e,

⁴⁴⁰ V. Buzan & Wæver (2003)

eventualmente, a outros fenómenos a ele associados cuja aplicabilidade da EC se confirma.

Como foi abordado no capítulo da metodologia, foi no final da Guerra Fria que a EC emergiu, enquanto modelo de análise das Relações Internacionais, a par de outras linhas de pensamento construtivistas. De um modo simples, o mundo tinha deixado de ser bipolar, mas aquilo em que se tinha tornado é que era objeto de contestação. O fim da bipolaridade entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que, durante décadas, dividiu o mundo, permitiu, portanto, que conflitos de outras naturezas emergissem. Por um lado, os tradicionais conflitos político-militares, entre diferentes países, à escala global, reduziram-se e, por outro, segundo a EC, começaram a ganhar mais relevância outros problemas de segurança, por exemplo, nas áreas do ambiente ou da economia. Se antes a soberania de um Estado estava intimamente ligada à sua capacidade militar e à forma como ele lidava com outros Estados, agora a soberania poderia estar também relacionada com a capacidade de um Estado para combater as alterações climáticas ou evitar a bancarrota.

Assim, para a EC, o fim da Guerra Fria permitiu, não só a emergência de novos problemas de segurança, como também deu um maior peso às questões regionais, anteriormente muito absorvidas pela confrontação político-estratégica global. Para justificar os traços regionalistas da EC, ela afirma perentoriamente que, ao desenhar, com linhas, todas as interações entre os Estados no globo terrestre, se torna claro que a maior parte da ação ocorre a nível regional, pois os países tendem a preocupar-se mais com as ações, capacidades e intenções dos países vizinhos do que países mais longínquos.⁴⁴¹ Esta dimensão regional destacada pela EC coloca este modelo teórico numa posição privilegiada de análise, uma vez que o nível local, ou seja, o nível do Estado, não permite a abrangência suficiente para analisar as relações que esse Estado tem com o resto do mundo. De igual modo, o nível global também dificulta uma análise clara e objetiva da forma como os Estados se relacionam entre si. Assim, no contexto da segurança internacional, o conceito de segurança nacional de um país deve ser analisado relacionalmente, isto é, em relação a

⁴⁴¹ Cf. Buzan & Wæver (2003:43 e 44)

outros países, em particular, os próximos dele, salientando de novo, o carácter regional da teoria.

Além do carácter regional deste modelo teórico de pensamento, a EC chama a atenção para o facto de a globalização, ao intensificar-se no pós-Guerra Fria, ser responsável por complicar as agendas de segurança dos países, reduzindo, por conseguinte, as suas capacidades estratégicas de defesa.⁴⁴² A crescente complexidade desta teia faz com que os problemas percam, de certo modo, conteúdo, pois um determinado fenómeno pode ser positivo para alguns países, neutro ou negativo para outros. Não será difícil compreender que o passado histórico ou a cultura de cada país moldará a sua visão do mundo e o seu posicionamento perante certos problemas, tal como acontece ao nível dos seres humanos. Há, por isso, que encarar com naturalidade se dois Estados tiverem posicionamentos distintos perante o mesmo problema de segurança. Além disso, há que deduzir o quão importante é a partilha de significados para a sua resolução. É por esta razão que a EC se encaixa no Construtivismo, ao defender que a realidade, por nunca ser exterior à interpretação humana, é objeto de uma análise que pode conduzir a resultados distintos, dependendo de quem analisa. Assim, se o país A decidir construir uma central nuclear perto da fronteira com o país B, o segundo pode encarar essa decisão como algo natural que faz parte do desenvolvimento de A, ou como um enorme perigo para o ambiente e para as populações, em caso de explosão. Além disso, se o país B for energeticamente dependente, poderia comprar energia ao país A, encarando a construção da central como algo positivo. O que se pretende com este pequeno exercício é mostrar a subjetividade da realidade, na medida em que, perante a construção de uma central nuclear junto a uma fronteira, os vizinhos podem interpretá-la de diferentes maneiras. Além disso, um país V, situado noutra continente, dificilmente se importaria com a decisão de A construir a central, realçando o carácter regional da teoria.

Como ficou patente no exemplo anterior, o território tem um papel fundamental na formação ou não de problemas. Por exemplo, Espanha e França têm uma cordilheira que as separa, enquanto o Reino Unido e o Japão são arquipélagos, propiciando ou dificultando a criação de determinados problemas

⁴⁴² Cf. Buzan & Wæver (2003:8)

de segurança. Do mesmo modo, países com uma enorme fronteira terrestre como o Brasil ou a Rússia serão mais proclives a gerar conflitos de outra natureza. Não se pretendeu, de modo algum, agrupar países que tivessem os mesmos conflitos ou encarassem os problemas de segurança da mesma maneira, muito pelo contrário, quis apenas mostrar-se que a diversidade de geografias pode criar um leque muito mais alargado de problemas de segurança.

Até agora, é notório que a EC assenta em alguns pilares fundamentais já identificados. Em primeiro lugar, sendo produto do seu tempo, ou seja, do final da Guerra Fria, a EC baseia-se no reconhecimento de uma variedade crescente de problemas de segurança, não os tomando por garantidos, pois o aparecimento ou não de problemas depende dos atores que analisam a realidade. Em segundo lugar, a EC adota uma postura regionalista, afirmando que há países que podem não ter um papel muito significativo a nível mundial, mas, ainda assim, serem poderosos atores, a nível regional. Ademais, uma análise ao nível da região permite uma visão menos enviesada da realidade do que o nível local e uma visão mais nítida do que o nível global. Em terceiro lugar, o nível regional de análise remete para o importante papel da geografia na conformação de problemas de segurança, na medida em que, por exemplo, é mais natural que um país costeiro se preocupe mais com os efeitos das alterações climáticas sobre o aumento dos níveis das águas do mar do que um país encravado, isto é, sem costa marítima. No entanto, isto não significa que o país sem costa marítima não se preocupe com as alterações climáticas, pois, por exemplo, se estiver nos Himalaias, pode preocupar-se com o degelo das montanhas, acabando com as reservas de água doce que possui. O essencial do exemplo dado é que dois países podem definir igualmente as alterações climáticas como uma ameaça, mas é a sua geografia tão distinta que determina as causas para assim o definirem.

Um outro aspeto fulcral da EC tem que ver com a construção de complexos de segurança regionais. Embora o termo já tenha sido mencionado e explicado neste trabalho, vale a pena, neste momento, recuperá-lo. Um complexo de segurança regional é, essencialmente, uma construção imaginária que tem, por base, a interdependência, a nível de segurança, entre os seus constituintes. Recorde-se que esta ideia de interdependência securitária apenas

significa que os problemas ou as ameaças que se manifestam, a nível regional, não podem ser resolvidos ou analisados individualmente. Neste sentido, um complexo de segurança de regional tem de ser composto por, pelo menos, dois países ou, na linguagem da EC, unidades, que tenham relações de interdependência securitária, de tal forma intensas que estas não podem ser analisadas ou resolvidas separadamente, como, de resto, parece ser o caso do narcotráfico e do consumo de drogas. Este grupo de países, por causa do carácter regional da teoria, tem de ser geograficamente coerente, ou o complexo de segurança não seria regional. Por último, as relações entre os países que constituem o complexo de segurança regional têm de ser profundas e duradouras. Cabe ainda destacar, como já o foi anteriormente, que, por vezes, há influências de outros países externos a um complexo de segurança regional que podem, de certo modo, afetar as dinâmicas de segurança do próprio complexo. Neste caso, a EC identifica a situação como um *overlay*. Pessoalmente, o caso do *overlay* é mais difícil de explicar do que utilizar, pelo que será bem mais interessante quando for aplicado ao fenómeno do narcotráfico no México.

Tendo em conta o cenário e as circunstâncias em que determinados problemas de segurança podem ou não emergir, é importante atentar sobre a forma como os próprios problemas podem surgir. Sendo a EC uma variante do Construtivismo, é natural concluir que os problemas não existem por si, mas decorrem da análise humana. Os atores políticos, por exemplo, são os principais responsáveis por este tipo de análises e são eles quem determinam a existência ou não de um problema. A segurança nacional é, por isso, abstrata e as ameaças à segurança decorrem desse juízo interpretativo por parte destes atores. Por outras palavras, o que acontece à volta do conceito de segurança, aos olhos de cada um, é o que determina o próprio conceito, pelo que segurança nem sempre significará a mesma coisa. Por exemplo, a EC menciona que a segurança nacional deve ser vista em termos da proteção das componentes do Estado de atividades internas, vistas como inaceitáveis e ameaçadoras por grande parte da população.⁴⁴³ Ora, partindo desta definição de segurança nacional, as atividades inaceitáveis ou ameaçadoras pressupõem a existência de agentes que julgarão

⁴⁴³ Cf. Buzan, Wæver, & Wilde (1998:146)

essas mesmas atividades como tal. Os atores políticos, deste modo, são habitualmente, pela sua posição de destaque e autoridade, quem facilmente consegue determinar a existência ou não de uma ameaça. Por outro lado, a própria definição inclui um detalhe interessante, ao falar da inaceitabilidade de uma certa atividade por “grande parte da população”. Isto implica que nem sempre é o Estado a reclamar para si a segurança. Um grupo de ativistas ou uma minoria étnica podem sentir-se ameaçados pelo próprio Estado, demonstrando que as ameaças, não só podem não ser definidas pelos atores políticos, como eles próprios podem ser a ameaça à sobrevivência de um grupo fragilizado dentro do Estado. Assim, indo contra o pressuposto de que o Estado é sempre quem reclama a segurança, a EC alerta para o trabalho de se ter que definir quem é ameaçado pelo quê. É, pois, uma teoria que, enquanto permite uma maior amplitude de possibilidades, refletindo bem a enorme complexidade do mundo atual, está preparada para descobrir que o Estado continua efetivamente a dominar os discursos de segurança e, portanto, os processos de securitização, não renegando, de todo, o seu importante papel nas Relações Internacionais.

A securitização, isto é, a transformação de algum fenómeno numa ameaça, acaba por depender, não só de quem securitiza, mas também de quem ouve, pelo que há uma certa negociação durante o processo. Por exemplo, no contexto de uma pandemia, a violação de uma quarentena obrigatória, decretada por atores políticos, por parte da população de uma região de um país, pode ser sinal de que esta não reconhece a pandemia como uma ameaça. O exemplo em si apenas pretende sublinhar que uma ameaça, para ser encarada como tal, não depende apenas do agente securitizador, mas também depende da aceitação de quem ouve. É neste sentido que a intersubjetividade se torna essencial para os processos de securitização, na medida em que é o entendimento partilhado, por exemplo, entre Estados, sobre um determinado fenómeno que pode permitir ou, pelo menos, facilitar a sua resolução. Pelo contrário, quando vários Estados não coincidem na atribuição do mesmo significado a um problema específico, a sua resolução fica mais facilmente comprometida. Cabe ainda destacar, como aliás já foi mencionado no início deste trabalho, que os autores da EC também sublinham duas posturas alternativas às que têm sido descritas, na medida em que um agente securitizador pode ignorar a existência de um problema, tornando-se, na

expressão da EC, complacente, ou securitizar algo objetivamente inofensivo, tornando-se paranoico.

Um último aspeto que ainda merece atenção, a respeito da EC, tem que ver com os denominados Estados fortes e Estados fracos, pela enorme relevância que vão ter na análise do fenómeno. Deste modo, os Estados podem ser colocados num espectro, de acordo com a coesão sociopolítica entre a sociedade civil e as instituições governamentais. Por esta lógica, quanto maior for esta coesão, mais forte será o Estado e, pelo contrário, quanto menor a coesão, mais fraco ele será. No âmbito da formação de ameaças, esta questão é central, pois, para os autores, os Estados mais fortes, isto é, mais coesos, focam-se, sobretudo, nos desafios externos e têm a tendência a encontrar a maioria das ameaças fora das suas fronteiras, ao invés dos Estados mais fracos que tendem dar relevância aos problemas internos de segurança. Além disso, a EC refere um ponto extremamente importante, decorrente das definições de Estado forte e fraco:

The distinction between strong and weak states is important here, because it highlights different degrees of vulnerability to political threat. A strong state will typically be fairly invulnerable in the political sector; it will not be ethnically divided and thus not open to secessionist action. Its government will be neither divorced from the general opinions of its citizens nor dependent upon suppressing views and information and therefore will be fairly invulnerable to external actors supporting oppositional voices.⁴⁴⁴

É perceptível, de acordo com os autores, em particular, na parte final da citação, que os Estados fortes, por serem mais coesos, estão, de alguma forma, imunizados a opiniões e visões divergentes da sua, levando-os a conseguir, por conseguinte, mais facilmente impor a sua visão dos problemas aos Estados mais fracos. No âmbito desta investigação, este ponto é da maior relevância, como se justificará mais adiante, neste capítulo.

Em resumo, a EC é uma ferramenta metodológica construtivista, para as Relações Internacionais, que, numa ótica pessoal, apesar de não ser fácil de utilizar pela sua aparente subjetividade, revela-se extremamente útil para a compreensão de fenómenos, sempre e quando os seus elementos relevantes

⁴⁴⁴ Cf. (Buzan, Wæver, & Wilde (1998:152)

forem bem definidos. O que se pretende dizer com isto é que a EC aporta diversos recursos que, dependendo do fenómeno em questão, nem sempre devem ser utilizados na sua totalidade, pelo que foi um objetivo académico desta investigação selecioná-los. Como já foi mencionado anteriormente, a EC teve destaque na parte introdutória e, sobretudo, na parte da metodologia e nem tudo o que se descreveu a seu respeito deve ser forçosamente encaixado para explicar o fenómeno, devendo ser o fenómeno, agora investigado, que ditará os elementos relevantes da EC para a sua compreensão. De um modo geral, registou-se o carácter construtivista da teoria, ao salientar que as ameaças são construídas por determinados atores com capacidade de o fazer, salientou-se também o seu carácter regionalista, afirmando que os problemas são mais facilmente analisados ao nível regional, contrariamente ao local e global, uma vez que é neste patamar que a maior parte da ação ocorre. Desta premissa, a EC analisa a possibilidade de se construírem complexos de segurança regionais que se traduzem, essencialmente, em sistemas fictícios de dois ou mais países, geograficamente próximos, com ligações mútuas profundas e, acima de tudo, com uma relação de interdependência a nível de segurança. Por último, a EC menciona que os Estados fortes são mais propensos a identificar as ameaças como vindas do exterior das suas fronteiras e, justamente por serem mais fortes, conseguem mais facilmente exportar a sua própria visão das ameaças, nomeadamente, para os Estados mais fracos que tendem a encontrar as ameaças dentro das suas próprias fronteiras. Tendo estes pilares da EC bem definidos e presentes é, finalmente, possível aplicá-los ao fenómeno do narcotráfico no México, o caso de estudo deste trabalho de investigação.

Associar um modelo de pensamento independente a um fenómeno altamente complexo como o narcotráfico não é, de facto, uma tarefa simples, pelo que se optou, por uma questão de coerência e sistematização, analisar o fenómeno, através de três grandes áreas temáticas da EC. Em primeiro lugar, serão abordados todos os aspetos considerados relevantes do narcotráfico no México, do ponto de vista da atribuição de significados ao fenómeno, evidenciando o seu carácter construtivista. Em segundo lugar, remeter-se-á o fenómeno ao tema dos complexos de segurança regionais, isto é, em que medida é possível criar algum nesta região em particular, com base neste fenómeno, explicitando as dinâmicas que nele operam. Por fim, aplicar-se-ão os conceitos

de Estado forte e Estado fraco, sublinhando as consequências práticas desta aplicação. Espera-se, neste sentido, que o fenómeno possa ser reinterpretado e compreendido à luz da EC, por forma a identificar, não só os seus problemas mais sérios, como também, eventualmente, delinear alguns caminhos que poderiam contribuir para os atenuar. Além disso, espera-se, perante as conclusões tiradas, responder à questão central que conduziu todo o percurso desta investigação: *terão as políticas anti narcotráfico do último século conseguido combater o fenómeno no México?*

Mesmo antes de se iniciar a aplicação da EC ao fenómeno em questão, já se conseguia antever uma certa ligação natural entre ela e o narcotráfico. Em primeiro lugar, há que chamar a atenção para a clara natureza construtivista do próprio narcotráfico, enquanto atividade ilegal, baseada nas sucessivas proibições relativas à produção, comercialização e consumo de drogas, quer por parte do México, quer por parte dos Estados Unidos da América, com a estranha particularidade de estas terem começado, quase em simultâneo, no início do século passado. Ainda relativamente a este aspeto, há um enorme e curioso desfazamento temporal, a respeito da forma como se foi encarando o narcotráfico, ao longo do tempo. Note-se que, apesar de o narcotráfico ter nascido no início do século XX, fruto da proibição protagonizada pelos Estados Unidos da América, só na década de setenta é que se começou a falar da popular “guerra às drogas”, com Richard Nixon, então presidente desse país. No caso do México, foi apenas em 2006 que, por decisão do ex-presidente Felipe Calderón, o país adotou duras políticas para combater o narcotráfico. No fundo, acaba por ser estranho que o discurso securitizador de Nixon ou Calderón tenha acontecido muitos anos depois da própria proibição, pois teria sido mais natural que tal tivesse acontecido na mesma altura. Assim, é possível afirmar, à luz da EC, que, não só o narcotráfico é uma construção política, como a “guerra às drogas” também o é, na medida em que os atores políticos foram decidindo, em circunstâncias específicas, priorizar ou não o combate ao narcotráfico.

Do mesmo modo, também a discrepância temporal entre a proibição legal de produção, venda e consumo de drogas e a adoção de medidas musculadas de combate ao narcotráfico permite afirmar consistentemente que o narcotráfico é um fenómeno que vai adquirindo mais ou menos peso nas

agendas de segurança do México e dos Estados Unidos da América, sendo, por isso, um fenómeno com um significado instável. Note-se também que esta instabilidade no seu significado não é produto exclusivo do seu tempo, isto é, não depende apenas de uma pontual onda de violência cartelizada ou de um crescimento exponencial do consumo de uma certa substância, para que um agente securitize ou reaja ao fenómeno. O narcotráfico, pela sua natureza transnacional, ao englobar países com papéis diferentes dentro do próprio fenómeno, produtores de drogas, transportadores ou consumidores, vai contribuir substancialmente para a construção deste significado. Na prática, por exemplo, países produtores de drogas estarão menos propensos a entender a posição e os problemas dos países consumidores de drogas e vice-versa, pela simples razão de que o narcotráfico, embora esteja presente em ambos os casos, acaba por se manifestar de maneiras diferentes, sustentando, nesse sentido, visões próprias e díspares do fenómeno.

Em resumo, o narcotráfico é um fenómeno politicamente construído, cuja construção depende, não só da conjuntura ou dos atores securitizadores, mas também do papel que esse país tem nesse fenómeno. Nesse sentido, é relativamente natural que existam discrepâncias, quanto ao conceito de narcotráfico e a ameaça que este pode representar para a segurança de um Estado. Por consequência, se se resgatar a importância da intersubjetividade, isto é, do entendimento partilhado de significados, é rapidamente dedutível que um conceito instável como o narcotráfico traga dificuldades acrescidas, na hora de se conseguir um acordo conceptual entre Estados, no sentido de o combater.

Apenas a título de curiosidade, dado que o foco temporal desta investigação é a partir do momento em que o narcotráfico se constitui como uma atividade ilícita e, por conseguinte, punível por lei, é extremamente interessante ver o que aconteceu séculos antes, aos olhos da EC. Na era dos Aztecas, o consumo da folha de coca era algo natural, integrado num conjunto de práticas culturais, e, com a chegada dos espanhóis e a conquista desta civilização, o consumo desta planta passou a fazer parte da área económica. Por outras palavras, a folha de coca mudou da esfera cultural para a económica, porque os espanhóis, estando numa posição dominante, impuseram sem dificuldades a sua visão sobre o que significava consumir esta planta, como foi

explicado nos primeiros capítulos deste trabalho. Ainda mais fascinante é pensar que a facilidade e rapidez com que os espanhóis conquistaram este enorme império indígena podem ter, como base, esta dimensão construtivista de que se tem falado. Durante o império azteca, a moeda utilizada para as trocas comerciais era, sobretudo, o cacau, enquanto o ouro era simplesmente usado como um metal decorativo, sem qualquer utilidade económica.⁴⁴⁵ Ao mesmo tempo, Bernal Díaz, braço direito de Hernán Cortés, líder da pequena expedição espanhola que desembarcou na Mesoamérica, conta, nos seus relatos, que o imperador azteca, Montezuma II, enviava regularmente carregamentos de ouro aos espanhóis, exigindo-lhes que se fossem embora. Naturalmente que, para quem o ouro é símbolo de riqueza, estes presentes só incentivaram ainda mais os espanhóis, na prossecução dos seus objetivos.⁴⁴⁶ Ora, esta distorção do valor do ouro e do cacau é somente mais um exemplo de que os objetos, tal como as ameaças à segurança de um Estado, não têm um significado intrínseco e, ainda mais importante, por não o terem, podem ter consequências abissais, por causa das decisões dos intervenientes. Possivelmente, se o ouro fosse tão importante para os Aztecas como o era para os espanhóis, talvez Montezuma II não tivesse enviado ouro aos seus próprios invasores. Aliás, ameaçar o inimigo e ordenar expressamente que ele volte para trás, enviando ouro, só faria sentido se o ouro não significasse o mesmo para as duas partes. Deste modo, a EC consegue explicar até as decisões mais estranhas dos atores políticos, na medida em que se pode colocar à consideração que as raízes da conquista espanhola sobre os Aztecas poderão, em parte, ter assentado no Construtivismo.

Atentando agora concretamente no fenómeno do narcotráfico, quando se tornou uma atividade punível por lei e tendo em conta a instabilidade conceptual do fenómeno, é interessante registar que o México e os Estados Unidos da América estavam completamente alinhados nas suas motivações. Recordando as primeiras décadas do século passado, os dois países “criaram” o narcotráfico, partilhando o mesmo significado sobre ele: as drogas estavam associadas a comportamentos desviantes de alguns grupos étnicos ou minorias. O consumo de drogas e a sua associação, por exemplo, a chineses ou

⁴⁴⁵ Cf. Smith (2012:116 e 117)

⁴⁴⁶ V. Díaz (1963)

afroamericanos foi a base da proibição, tanto no México como nos Estados Unidos da América.

Numa pequena nota, além deste aspeto regional, recorde-se que os Estados Unidos da América conseguiram projetar a sua visão além-fronteiras, nomeadamente contra os Estados europeus que possuíam rotas ligadas ao comércio de drogas, em particular do ópio, através da Convenção Internacional do Ópio de 1912.

No entanto, é surpreendente a forma como os dois países, partindo deste entendimento partilhado sobre o narcotráfico, se foram afastando na forma como lidavam com ele, ao longo do tempo. Deste modo, a nível regional, há que ter em conta, em primeiro lugar, como já foi mencionado, o facto de os dois países americanos, México e EUA, terem papéis distintos dentro do fenómeno: os Estados Unidos da América sempre ocuparam, essencialmente, o lugar de consumidores, enquanto o México se encontrava, inicialmente, na posição de produtor e transportador e, só mais tarde, com o desenvolvimento da atividade dos narcotraficantes, se focou no transporte.

Partindo da ideia de que o narcotráfico, enquanto fenómeno ilegal, se instituiu pelas mesmas razões nos dois países e que eles têm papéis diferentes, importa compreender as posições de cada um sobre este problema, ao longo do século XX. É já sabido que a Revolução Mexicana de 1910 teve, como antecedentes, a ditadura de Porfirio Díaz, conduzindo o México a um período de enorme convulsão política, social e económica, exaltado pelo assassinato do seu presidente Francisco Madero. A instabilidade política só acabaria com a criação de um partido forte, o Partido Revolucionario Institucional, que abarcou inúmeros setores da sociedade mexicana. De igual modo, a contribuir para a estabilização política, os principais líderes políticos, do ramo militar, acabaram por se envolver diretamente no narcotráfico, lucrando com ele, enquanto outros eram apenas permissivos ou complacentes com quem desenvolvia essa atividade. Assim, ao longo do tempo, o narcotráfico permitia que os políticos mexicanos enriquecessem e os políticos permitiam que o narcotráfico crescesse. Numa perspetiva pessoal, o poder político mexicano parece ter dado mais importância à estabilidade política que fora tão difícil de alcançar, em vez de combater o narcotráfico que, nos anos 30, já era um crime. Por outro lado, é

uma decisão compreensível, tendo em conta que a procura de drogas, na altura, era bem reduzida, não tendo o narcotráfico sido, talvez, por isso, considerado uma ameaça. Por exemplo, a criação, em 1947, da Dirección Federal de Seguridad, agência responsável pelo combate ao narcotráfico, constituiu um momento histórico, do ponto de vista da construção de significados, na medida em que esta agência viria a confirmar as verdadeiras intenções do poder político, quanto à sua vontade de combater o narcotráfico. Assim, a DFS apenas servia para controlar melhor o narcotráfico, não para o combater, de forma a que o poder político pudesse continuar a lucrar com ele. Um outro ponto fundamental tem que ver com a utilização da DFS para combater movimentos guerrilheiros, sindicalistas e comunistas, durante a Guerra Fria. Por outras palavras, para o poder político mexicano, o narcotráfico não era, de todo, uma ameaça, pois esta agência, a DFS, serviu todos os propósitos, desde a consolidação do poder político ao enriquecimento ilícito, menos o de erradicar drogas. Neste sentido, este é um caso em que claramente a postura mexicana, perante o narcotráfico, foi de, na expressão da EC, complacência, pois foi conivente com o desenvolvimento de um fenómeno que viria a tornar-se a maior das suas ameaças.

Com o passar do tempo, esta aparente securitização do Estado mexicano contra o narcotráfico, utilizando a DFS para outros fins que não os de combate ao narcotráfico, acabou por se repercutir nos Estados Unidos da América. Em 1969, por pressão do vizinho nortenho, o México acabou por lançar a Operação Cooperação que, conseguindo destruir tantos cultivos de ópio e marijuana, levou o país a deixar de ser o principal fornecedor de drogas dos EUA. Este evento deve ser, por isso, enquadrado como algo excecional, pois os dirigentes políticos mexicanos só não protegeram o negócio por pressão do país vizinho.

Já nos anos 70, aconteceu uma situação menos dúbia, em termos do que o narcotráfico representava para o México. Nesta altura, Nixon, preocupado com o aumento do consumo de drogas no seu país, pressionou o México a reduzir a oferta, o que resultou na Operação Condor, uma ação militar contra o infame Triângulo Dourado. Apesar de a campanha de erradicação de cultivos ter sido um êxito, o México, de forma corrupta, protegeu os grandes traficantes e aproveitou a operação para continuar a perseguir dissidentes, comunistas e

aniquilar qualquer movimento subversivo. Assim, se a Operação Cooperação de 1969 tinha levado o México a agir sob pressão, aqui, apesar dela, os dirigentes políticos conseguiram proteger o narcotráfico, protegendo os grandes traficantes, indo, portanto, em linha de conta com a sua própria visão de narcotráfico, isto é, uma fonte de rendimentos que, embora ilícita, não representa qualquer perigo para o Estado.

Cabe aqui fazer uma nova nota pessoal a respeito desta última operação militar, a Operação Condor, pois parece ter sido um momento marcante para o narcotráfico no país, tão ancorado na proteção do poder político mexicano, através da DFS. A cartelização do narcotráfico no México, provocada pela dispersão dos traficantes do antigo Triângulo Dourado, aliada ao aumento do consumo de drogas nos EUA, e o evidente declínio da hegemonia do PRI contribuíram, no seu conjunto, para que o narcotráfico crescesse bastante. Além disso, a cartelização do narcotráfico foi um momento crucial para o crescimento da sua perigosidade, pois, por provocar o aumento da concorrência entre traficantes, também abriu caminho para o aumento da violência, por eles, provocada. Como se não bastasse, face ao crescimento do narcotráfico, a DFS foi desmantelada, em 1985, enfraquecendo a capacidade efetiva do Estado de controlar o fenómeno.

Ainda na década de 80, as dificuldades financeiras que o país atravessou, devido à queda do preço do petróleo, contribuíram, por um lado, para o aumento da mão-de-obra disponível para se dedicar ao narcotráfico e, por outro, para o enfraquecimento do PRI, de tal modo que o partido se dividiu, iniciando-se o caminho para a democratização do país. O combate ao narcotráfico, neste contexto, permaneceu em segundo plano, pois a soberania do país estava a ser ameaçada na área económica. A entrada do México na NAFTA, em 1994, apenas acentuou o crescimento do narcotráfico para os Estados Unidos da América.

Já no ano 2000, a democratização do México, representada pela ascensão de um novo partido ao poder, alterou profundamente as relações existentes entre o fenómeno e o poder político: o narcotráfico encontrava-se mais organizado e fora de controlo, ao mesmo tempo que o poder político não estava mais em condições de o dominar. Pessoalmente, foram os primeiros anos do

novo milénio, quando o PRI já não mandava, que a perceção sobre a perigosidade do narcotráfico foi mudando, levando Felipe Calderón, em 2006, a declarar guerra ao fenómeno. Esta opinião assenta, em parte, no facto de, nesta altura, existirem várias organizações criminosas dedicadas ao tráfico de drogas, identificadas e localizadas, o que não aconteceu durante praticamente todo o século XX, à exceção do cartel de Guadalajara, nos anos 80. Por outras palavras, é diferente um ator político combater um fenómeno sem rosto, isto é, desorganizado e sem líderes, de combater vários cartéis conhecidos. Importa, além disso, reconhecer que a mudança no espectro político à direita, com a ascensão do PAN, no ano 2000, pode ter contribuído para que os agentes securitizadores, neste caso, os atores políticos, encarassem finalmente o narcotráfico como uma ameaça. Uma outra razão que pode ter ajudado a mudar a forma como se encarava o narcotráfico, pode ter que ver com o facto de o combate à insegurança no México fazer parte do programa eleitoral de Felipe Calderón. Além disso, como já foi visto, a ínfima margem com que Calderón ganhou as eleições e a consequente busca por legitimidade política podem ter precipitado a sua decisão de declarar o narcotráfico como uma ameaça.

Em resumo, pretendeu-se, nestes últimos parágrafos, fazer uma resenha histórica, não do narcotráfico, mas da forma como ele foi encarado pelos agentes securitizadores, ao longo do tempo. É possível concluir, portanto, que as circunstâncias de enorme instabilidade política, no início do século passado, levaram ao envolvimento dos recém-eleitos agentes políticos no narcotráfico, agindo de forma complacente, durante, praticamente, até ao fim da era do PRI. O narcotráfico nunca foi encarado, pelo PRI, como uma ameaça real, tendo agido muitas vezes contra ele, mas com outros fins. As várias operações militares conduzidas no sentido de combater o fenómeno nem sempre o combatiam e até facilitaram, por vezes, o seu crescimento. Por último, note-se que algumas foram realizadas sob pressão dos Estados Unidos da América. Assim, só quando o PAN chegou ao poder, no ano 2000, se abriram as possibilidades de os agentes políticos mudarem a postura que tinham sobre o narcotráfico no país. Se, por um lado, a eleição de um novo partido, mais conservador, poderia trazer novas ideias, por outro, assistia-se, simultaneamente, à expansão e crescente organização do narcotráfico no país, fruto da queda do PRI, levando, no seu conjunto, a uma mudança de perspectiva

a respeito do fenómeno. É, por isso, compreensível a decisão de Calderón em militarizar o país, para combater o narcotráfico.

Após estudar a forma como o México lidou com o fenómeno, ao longo dos anos, importa agora também analisar de que forma os Estados Unidos da América o interpretaram. Para os EUA, há que destacar, desde logo, a forma coerente como encararam o narcotráfico, no período em análise, o que permite retirar, sobre este assunto, conclusões mais rápidas. É possível que esta coerência se deva também ao papel estável que o país teve no narcotráfico, isto é, o facto de sempre terem figurado como um país consumidor de drogas também permite que interpretem o narcotráfico de forma mais consistente no tempo. Perante este pequeno enquadramento, veja-se a postura que o país teve, face ao problema.

Como já foi referido, os Estados Unidos da América sempre figuraram como um país consumidor de drogas, o que, logicamente, leva os seus atores políticos a encararem o narcotráfico como um problema externo ao seu país. O narcotráfico, para eles, é uma atividade externa que só se combate reduzindo a oferta de drogas. Como já foi abordado noutros capítulos, o ataque à oferta de drogas foi, desde o momento da constituição do narcotráfico, como atividade ilegal, prioridade dos EUA, o que, na prática, se traduziu num esforço acrescido dos Estados ligados ao tráfico de drogas, no sentido de o combater. Assim, é rapidamente compreensível o porquê de os Estados Unidos da América fazerem constantemente pressão sobre as autoridades mexicanas, para reduzirem a quantidade de drogas que mandavam para o país.

Atente-se então nos capítulos anteriores desta investigação, no sentido de procurar alguns momentos históricos que sustentem e evidenciem esta visão dos EUA sobre o narcotráfico. Por exemplo, recorde-se a forma como decorreu a primeira Operação Interceção, realizada pelos EUA, em 1969, que se traduziu no bloqueio unilateral das suas fronteiras com o México. Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos da América, nessa altura, pediu ao México que reduzisse a oferta de drogas, utilizando herbicidas, pedido que o México recusou, por colocar, como prioridade, os lucros provenientes desse negócio e os efeitos ambientais do uso desses químicos. Assim, para pressionar o governo mexicano, os EUA lançaram essa operação, com o intuito de forçar o México a

alinhar-se com a visão de que o narcotráfico se atacava pela oferta. Este caso não só mostra a coerência dos EUA relativamente ao narcotráfico, como ainda mostra a imposição dessa visão ao México.

Quando Pablo Escobar, líder do cartel colombiano de Medellín, enviava, nos anos 70 e 80, a maior parte da cocaína para os EUA, pela rota das Caraíbas, os EUA reagiram com o seu bloqueio, indo em linha de conta com a sua tradicional posição relativamente ao narcotráfico. Por outras palavras, as drogas, viessem de onde viessem, não poderiam entrar nos Estados Unidos da América. Um outro excelente exemplo que denota, uma vez mais, a visão clara e consistente deste país, em relação às drogas, tem que ver com o programa de certificação de países que recebiam assistência financeira dos EUA. Relembrando este programa, criado em meados da década de 80, os países produtores ou transportadores de drogas que recebessem ajuda financeira dos EUA passariam a estar sujeitos a um processo de certificação, condicionando o seu acesso a fundos, conforme as políticas internas de combate ao narcotráfico que adotassem. De um modo simples, os EUA só quiseram, com este programa, avaliar se estes países estavam a combater o narcotráfico, através da redução da oferta, num novo exercício de imposição da sua visão sobre o fenómeno, com a grave particularidade de haver a possibilidade de os castigar, caso não cedessem. Já muito mais tarde, no sexénio de Calderón, os EUA e o México acordaram um enorme pacote de ajuda ao combate ao narcotráfico, a Iniciativa Mérida, que se traduziu na entrega de material de guerra e muito dinheiro ao México para combater os cartéis no país. Curiosamente, numa perspetiva pessoal, a Iniciativa Mérida foi o resultado de um momento interessantíssimo, no que diz respeito à forma como os dois países encararam o narcotráfico. Pareceu, nesta altura, existir um entendimento partilhado sobre a visão de narcotráfico entre os dois Estados, uma vez que Calderón decidiu precisamente reduzir a oferta de drogas, atacando as organizações de narcotráfico no seu país, algo que os Estados Unidos da América sempre quiseram, atacar a oferta. Assim, apesar de o resultado ter sido desastroso, quer em perdas de vidas humanas, quer na diminuição da oferta de drogas, os dois países apenas pareceram estar genuinamente alinhados, pois cabe recordar que Calderón alertou o seu homólogo dos EUA, George W. Bush, em 2007, que a oferta de drogas dificilmente diminuiria se não se fizesse nada, quanto à procura.

Concluindo, México e Estados Unidos da América parecem ter começado, no início do século passado, com o mesmo entendimento de narcotráfico e a mesma postura sobre o consumo de drogas, com o objetivo de atingir minorias étnicas e determinados setores das suas sociedades. Como a EC afirma que as idiossincrasias e a história de cada país também moldam a sua visão sobre as ameaças, nota-se um desvio do conceito, por razões de estabilidade política e corrupção, no México, enquanto, nos EUA, este conceito, não só permaneceu intacto, como teve tendência a ser imposto, à medida que a procura de drogas ia aumentando. Assim, o narcotráfico, sendo um fenómeno de carácter internacional, onde cada Estado assume papéis diferentes, é natural que o México e os EUA não partilhem a mesma visão do fenómeno, pela simples razão de que têm responsabilidades diferentes dentro dele. Este facto é da maior relevância, pois, se dois Estados não se entendem relativamente ao mesmo fenómeno, torna-se, à partida, mais difícil resolvê-lo.

No entanto, apenas provar que estes países têm conceitos diferentes de narcotráfico e percebem a ameaça de formas distintas não é suficiente para compreender, a fundo, o problema em causa. Desse modo, a EC fornece mais ferramentas úteis para compreender o objeto em análise. Comece-se pelo seguinte exemplo: se as Filipinas produzirem drogas que não são traficadas para os EUA, ao contrário do que acontece no México, é provável que os EUA se importem mais com o que faz o México do que as Filipinas, pois, como já foi inúmeras vezes dito, os países tendem a preocupar-se mais com as ações e capacidades dos seus vizinhos do que com as de países distantes, já que é a nível regional que a maior parte da ação ocorre. Efetivamente, o narcotráfico, apesar de estar presente nas Filipinas, se não envolver, neste caso concreto, os EUA, não há interdependência securitária, isto é, não se pode estabelecer um complexo regional de segurança. É precisamente pela questão da regionalidade que o México e os EUA podem vir a constituir um exemplo de um complexo de segurança regional, se se verificarem as condições para a sua formação. Considerem-se as regras da EC para a construção de um complexo regional de segurança e veja-se a facilidade da sua aplicação. Em primeiro lugar, é necessário existirem dois ou mais Estados geograficamente próximos, coincidindo com o caso em análise. Em segundo lugar, estes Estados têm de ter algum tipo de interdependência, na área da segurança. Pessoalmente, o caso do

México e dos EUA é tão óbvio que não carece de qualquer tipo de fundamentação adicional, uma vez que o narcotráfico é um fenómeno que, em si, não só tem ligado os dois países, como coloca ameaças à segurança na região. Seria, ainda assim, interessante chamar a atenção para o facto de a interdependência securitária do México e dos EUA não se basear apenas no narcotráfico. Por exemplo, como já foi abordado anteriormente, o enorme fluxo de armas que vai dos Estados Unidos da América em direção ao México coloca sérios problemas de segurança para este país, que tem uma política de uso de armas muito mais restritiva. De igual modo, o dinheiro proveniente da venda de drogas, com origem nos EUA, vai também para o México, alimentando e incrementando o crime organizado lá instalado. Assim, drogas, armas e dinheiro são o denominador comum destes dois países que, pelos seus fluxos distintos, criam, no seu conjunto, uma enorme interdependência a nível de segurança. Por fim, o último requisito para a formação de um complexo de segurança regional tem que ver com a profundidade e perdurabilidade destas relações. Ora, cronologicamente, é possível ver que o fenómeno do narcotráfico foi construído pelos dois países praticamente na mesma altura e, à medida que a procura de drogas se foi intensificando, também as dinâmicas do seu combate se acentuaram, quer pelo aumento das pressões dos EUA sobre o México, no sentido de reduzir a oferta de drogas, quer pelas diversas operações conduzidas pelos dois países, tanto unilateral como bilateralmente. Pode afirmar-se que estes países, pelas suas intensas e duradouras interações, têm até uma relação de simbiose, na medida em que a constelação de ameaças à segurança, na região, está diretamente relacionada com os fluxos distintos de drogas, armas e dinheiro, não podendo, desse modo, ser resolvida unilateralmente.

Face a este complexo regional de segurança, formado pelos Estados Unidos da América e o México, cabe também questionar a possibilidade de existirem países externos ao complexo e que têm capacidade para influenciar as suas dinâmicas internas, relembrando o termo *overlay*. Por exemplo, recorde-se o caso da Conexão Francesa, uma máfia francesa que traficava heroína a partir da Turquia, enviando-a para os EUA, através da fronteira terrestre com o Canadá. É rapidamente perceptível que os países envolvidos, Turquia, França, Canadá e Estados Unidos da América, pelas suas geografias tão distintas e relações pouco próximas, não preenchem os requisitos da EC para formar,

conjuntamente, um complexo regional de segurança. Por outro lado, esta rede de narcotráfico europeia conseguia afetar as dinâmicas internas do complexo México-EUA, quanto mais não seja porque os consumidores de drogas estadunidenses, em vez de incentivarem os traficantes do México a produzir mais heroína, compravam-na a um fornecedor diferente. Note-se que, quando a Conexão Francesa é desmantelada, nos anos 70, os traficantes mexicanos aproveitaram a ocasião para cobrir a redução da oferta, concentrando mais lucros e estreitando as relações com os consumidores dos EUA. Este pequeno exemplo, em linhas gerais, mostra que o narcotráfico, vindo de países externos ao complexo, afetava as dinâmicas de oferta e procura dentro do complexo, de tal forma que, quando esse *overlay* deixou de existir, a oferta mexicana de drogas subiu, acelerando o narcotráfico para os EUA.

Um outro caso de *overlay*, provavelmente o mais relevante, pela sua atualidade, relaciona-se com os países da América do Sul, o Perú, a Bolívia e a Colômbia, enquanto principais produtores e exportadores de cocaína para o México que, por sua vez, a trafica para os Estados Unidos da América. Seguindo a mesma lógica, o que se pretende demonstrar é que estes países andinos, apesar de não pertencerem ao complexo de segurança regional México-EUA, exercem uma enorme influência sobre as dinâmicas que nele operam. Como já foi referido, ao longo deste trabalho, estes países da América do Sul produzem as maiores quantidades de cocaína do mundo, tendo o seu maior exportador sido Pablo Escobar, líder do Cartel de Medellín, chegando a controlar cerca de 80% do mercado estadunidense desta droga. Note-se que, enquanto Escobar e os seus sócios traficavam cocaína para os Estados Unidos da América, diretamente pela rota das Caraíbas, estavam, desde logo, a interferir na dinâmica do complexo regional de segurança em estudo, no sentido em que não exerciam pressão sobre os seus congéneres mexicanos para traficar mais e, simultaneamente, continuavam a alimentar o lado da procura. Contudo, quando os EUA decidiram bloquear a rota das Caraíbas, para impedir a entrada de cocaína colombiana no país, o complexo de segurança regional sofreu novas alterações, pois os traficantes colombianos passaram a utilizar o México, como porta de entrada para os Estados Unidos da América. Por consequência, os traficantes mexicanos, como já foi estudado, passaram a ganhar muito mais dinheiro e, por isso, poder, no interior do complexo, tendo a referida decisão

estadunidense, em última análise, catalisado o crescimento do narcotráfico mexicano.

Em suma, o complexo regional de segurança México-EUA coloca em destaque a evidente interdependência securitária dos dois países, ligados pelas drogas, armas e dinheiro. Também se verificaram duas situações de *overlay*, onde, em momentos diferentes da evolução do fenómeno, vários países externos ao complexo regional de segurança contribuíram significativamente para a alteração das dinâmicas internas do complexo: por um lado, os países envolvidos na extinta Conexão Francesa e, por outro, bem mais importante, dada a sua atualidade, os principais países produtores de cocaína do mundo e fornecedores dos EUA, via México.

Ainda a respeito do complexo regional de segurança, é pertinente estudar as relações entre os seus elementos constitutivos, isto é, entre o México e os Estados Unidos da América. Recordando, de novo, a EC, os elementos de um complexo regional de segurança interagem, num espectro que pode ir da inimizade à amizade, de acordo com a natureza da sua relação. As interações entre os seus elementos podem basear-se no medo, rivalidade e perceção mútua de ameaça, havendo um ambiente de hostilidade. A meio do espectro, os Estados ainda conservam esta perceção, mas tentam atuar no sentido de amenizar, suavizando o dilema de segurança entre eles. No extremo oposto do espectro, os Estados, por não se considerarem mutuamente ameaçados, não esperarão fazer uso da força. É de salientar, também de acordo com a EC, que a promoção da integração regional, por exemplo, através da criação de uma zona de comércio livre entre os elementos integrantes de um complexo regional de segurança, pode contribuir para melhorar significativamente as relações entre eles. Com base neste breve enquadramento teórico, importa indagar sobre o tipo da relação entre o México e os Estados Unidos da América, ambos constituintes do complexo de segurança regional.

Desde logo, há que ter a consciência de que avaliar politicamente a natureza de uma relação entre dois Estados profundamente interligados requer, além de cuidado, minúcia. Os Estados, como se viu pelos exemplos analisados, nem sempre são previsíveis e a forma como atuam nem sempre denuncia as suas intenções. Por todos estes constrangimentos, reforça-se aqui a ótica

peçoal da análise, sendo certo que primará pela procura da consistência lógica, identificando os momentos relevantes que podem alicerçar a opinião aqui formada.

Comece-se, pois, pelo início, isto é, quando o México, no século XIX, era um país muito mais extenso do que na atualidade. A perda do estado do Texas, posteriormente anexado pelos Estados Unidos da América, parece ter sido o ponto de partida para definir as relações bilaterais como hostis. Poucos anos mais tarde, a invasão do México, por parte das tropas estadunidenses, e a conseqüente perda de metade do seu território, seguramente, agudizou a desconfiança e a percepção mútua de ameaça entre os dois países. Nesse sentido, as relações entre os dois países não poderiam ter começado da pior forma, até porque o Congresso dos EUA, como foi previamente dito, tinha eliminado algumas cláusulas que protegiam os direitos dos mexicanos que viviam nesse país, antes de o ratificar. Décadas mais tarde, o envolvimento dos EUA no assassinato do presidente Francisco Madero, no seguimento da Revolução Mexicana de 1910, contribuiu, por um lado, para expor a necessidade de os EUA controlarem o poder político no país vizinho, possivelmente, por se sentirem ameaçados, e, por outro lado, agravou a desconfiança já existente dos mexicanos sobre o vizinho nortenho.

Ao longo do século XX, as desconfianças entre os dois países imperaram, materializando-se em pressões dos EUA para reduzir a oferta de drogas, algo que desagradava ao México, bem como a visita oficial de Nixon ao México, em 1969, pouco tempo antes de fechar unilateralmente as suas fronteiras ao vizinho, com o intuito de apreender drogas, revistando todos os mexicanos que desejassem cruzar a fronteira. Esta ação unilateral, não só causou tensão entre os dois países, como também veio a confirmar o ambiente que já vinha sendo construído. Do mesmo modo, nos anos 80, o programa de certificação estadunidense sobre a luta antidrogas foi apenas mais uma ajuda, para que os países sujeitos ao processo não olhassem para os EUA, diga-se, com bons olhos.

Não obstante, tal como menciona a EC, a integração regional pode favorecer as relações multilaterais entre os seus integrantes. Na ótica da EC, a criação da NAFTA, um acordo comercial, em 1994, deveria permitir que o México e os EUA pudessem, de certo modo, aproximar-se, movendo-se no

espectro da inimidade-amizade. Contudo, a construção do muro, pelos EUA, ao longo da sua fronteira terrestre, começada há várias décadas, continuou, apesar da NAFTA. Assim, é possível que tenha sido a democratização do México, refletida pela eleição do PAN, no ano 2000, em articulação com a postura mexicana acerca de um combate mais frontal contra o narcotráfico, a terem contribuído para suavizar as relações entre os dois países. Numa opinião pessoal, a relação não é, de acordo com o espectro da EC, de amizade, conservando-se a percepção mútua de ameaça, sendo a NAFTA e a Iniciativa Mérida dois momentos positivos que podem ter ajudado a amenizar as relações bilaterais. Neste capítulo, embora mais pessoal e dirigido a tirar conclusões, não deixa de ser interessante explicitar a opinião de Ai Camp, relativamente à herança que a guerra entre os dois países deixou, em termos de percepção de ameaças:

The United States' aggression [sobre a invasão do México, no século XIX] toward Mexico further increased Mexicans' sense of nationalism, and particularly as directed toward the United States, elements of which exist to date. These historic events led to Mexico's distrust of the United States. [...] Until the 1990s, the stated national security mission of the Mexican armed forces was to defend Mexico at all costs from an American invasion. [...] Mexico also passed laws after Mexican Revolution preventing foreigners (but largely directed at Americans specifically) from owning any property within a certain distance of its borders, as well as direct, legal ownership of real estate anywhere.⁴⁴⁷

Assim, é possível inferir que, se as relações bilaterais, pelo menos até meados dos anos 90, se baseavam claramente na desconfiança mútua, quer pelo muro dos EUA, quer pelas leis nacionalistas mexicanas, dificilmente a NAFTA, por si só, enquanto fator de integração regional, viria a alterar substancialmente a natureza das suas interações. No âmbito do narcotráfico, esta posição de relativa hostilidade complica, naturalmente, a possibilidade de um entendimento partilhado a respeito da resolução do fenómeno.

A última parte deste capítulo remete para a aplicação dos conceitos de Estado forte e Estado fraco que, nesta altura, não será difícil entender quais são. Importa apenas, apesar de o assunto já ter sido escrutinado várias vezes ao

⁴⁴⁷ Cf. Camp (2011:72 e 73)

longo da investigação, recordar os elementos-chave, no contexto da sua aplicação. Em traços gerais, os Estados fortes caracterizam-se por uma grande coesão entre a sociedade civil e as suas instituições, enquanto os Estados fracos têm um fraco nível de coesão entre estas componentes. Além disso, os Estados fortes tendem, por essa lógica, a identificar as ameaças como vindas do exterior das suas fronteiras, conseguindo, em última análise, projetar a sua visão das ameaças além-fronteiras. Por sua vez, os Estados fracos, pela falta desta coesão, procuram, antes de mais, identificar as ameaças dentro das suas fronteiras, condicionando a sua capacidade de projetar o seu entendimento sobre os problemas. Perante estas definições, o Estado que enfrenta dificuldades endémicas relacionadas com a instabilidade territorial, pela guerra contra os EUA, política, por exemplo, pela ditadura de Porfirio Díaz e a revolução de 1910, económica, lembrando a bancarrota dos anos 80 e social, pelas altas desigualdades sociais, pobreza e violência, é evidentemente o México. Um país com dificuldades no seu sistema judicial, com uma corrupção histórica ao nível da polícia, juízes e autoridades políticas e que tem instalados diversos grupos organizados de tráfico de drogas dificilmente se encontra em condições de ser coeso, isto é, um Estado forte, ao contrário dos Estados Unidos da América. Assim, no caso dos EUA, a facilidade com que o país conseguiu estabelecer, à escala global, o narcotráfico como um crime, através da Convenção Internacional do Ópio, de 1912, e, desde aí, pressionar constantemente o México e outros países, recorrendo ao encerramento unilateral das suas fronteiras ou utilizando um programa de certificação de países, apenas mostra, não só a enorme capacidade que os Estados Unidos da América têm em impor as suas ideias aos outros, como também mostra a sua invulnerabilidade, ou inflexibilidade, em ouvir os outros, nomeadamente Estados fracos, como o México.

Após a aplicação da EC ao fenómeno do narcotráfico no México, é possível retirar conclusões importantíssimas que ajudarão a formular a resposta à questão central desta investigação. Em primeiro lugar, o narcotráfico, enquanto atividade ilícita, é uma construção política, sujeita a vários entendimentos, quanto à abordagem que deve ser tomada no sentido de o solucionar. Para se entender como um Estado encara o narcotráfico, é justo e necessário ter em conta o carácter subjetivo do fenómeno, o papel que esse

Estado desempenha no fenómeno e ainda que atores estão a securitizar ou não o fenómeno. Assim, para o México, narcotráfico é uma questão de redução da procura e, para os Estados Unidos da América, o narcotráfico é uma questão de redução da oferta. No entanto, não basta que dois Estados olhem de maneira diferente para uma ameaça, é preciso que eles formem um complexo de segurança regional, para ser útil estudá-los. Assim, México e Estados Unidos da América obedecem aos requisitos da EC, para a formação de um complexo regional de segurança: são dois Estados, geograficamente coesos, com uma relação de interdependência a nível de segurança, baseada na desconfiança mútua. Note-se que a relação entre eles é duradoura e profunda e, por isso, os problemas de segurança não podem vistos ou resolvidos separadamente, criando o complexo. Por último, se dois Estados formam um complexo regional de segurança e têm um entendimento diferente sobre o mesmo fenómeno, seria de esperar que, ao fim de tantos anos, conseguissem chegar a um entendimento, quanto à sua resolução ou mitigação. A última parte das conclusões da investigação mostra que, na presença de um Estado fraco e um Estado forte dentro do complexo regional de segurança, o Estado forte facilmente conseguirá impor a sua visão sobre a forma de combater o narcotráfico, enquanto o Estado fraco, pela dificuldade em projetar as suas ideias, encontra-se mais vulnerável e disposto a seguir as recomendações do Estado mais forte.

Perante as conclusões retiradas e enunciadas, nesta parte da investigação, é, finalmente, possível responder à questão central deste trabalho. Numa opinião pessoal, a resposta à questão central já era clara antes da aplicação da EC, mas é graças a esta ferramenta metodológica que se poderá fundamentar a resposta dada. Assim, *terão as políticas anti narcotráfico do último século conseguido combater o fenómeno no México?*

Antes de se dar a resposta à questão central, é conveniente frisar que as políticas anti narcotráfico sobre as quais a pergunta incide são, naturalmente, ações políticas enquadradas nos anos seguintes às proibições do início do século passado. Além deste enquadramento temporal, também é necessário ter em conta que, pela forma como a questão central está construída, as políticas anti narcotráfico não se cingem às executadas pelo México, pois, como se viu, também os Estados Unidos da América, não só produziram políticas próprias

com impacto direto no fenómeno instalado no país vizinho, como também influenciaram as decisões dos atores políticos mexicanos, condicionando, deste modo, a forma como estes encararam o problema, ao longo do tempo. Perante este cenário, é de realçar que a EC contribui para visualizar melhor o contexto em que certa política é desenhada, quem a desenhou, com que intenções e o seu impacto efetivo. Cabe ainda destacar que não se detalhará com tanta exatidão a resposta à questão, uma vez que o presente capítulo, como toda a investigação, já evidencia, não só a resposta, como a sua justificação, à luz da EC.

Assim, a resposta à pergunta central desta investigação é *não* e a EC explica porquê. As políticas anti narcotráfico, em particular, as do século XX, não conseguiram conter o crescimento e organização do fenómeno, com base em vários motivos. Primeiramente, embora o México e os EUA tenham identificado, inicialmente e de igual forma, o narcotráfico e o consumo de drogas como um potencial problema de segurança, a postura dos dois países a respeito do combate ao fenómeno rapidamente divergiu: enquanto os EUA insistiram no combate à oferta de drogas, o México, no seu pós-revolução, deu prioridade à estabilidade política, em detrimento desse combate. A ineficácia destas políticas antidroga assenta, portanto, e desde logo, no desalinhamento das conceções do narcotráfico entre os dois países. Em segundo lugar, decorrente desta falta de entendimento partilhado sobre a forma como se deve combater a ameaça em questão, conclui-se que qualquer política anti narcotráfico que se implemente será menos eficaz, na medida em que é muito difícil que dois países que representem conjuntamente o mercado da oferta e procura de drogas consigam combater o fenómeno se a conceção sobre ele divergir e assentar apenas no ataque à oferta de drogas. Consequentemente, atacar a oferta de drogas sem atacar a procura, não só mostra uma visão política enviesada e parcial da realidade, como, em termos práticos, reduz substancialmente a capacidade de os Estados envolvidos conseguirem efetivamente combater o narcotráfico. Um outro aspeto importante relacionado com a ineficácia das políticas adotadas tem que ver com o facto de os Estados Unidos da América ser, em simultâneo, o país mais ligado à procura de drogas e, na terminologia da EC, um Estado forte, levando a que a sua posição, seja ela qual for, seja mais facilmente imposta aos Estados fracos. Ora, por esta lógica, torna-se claro que este Estado forte, ao conseguir perpetuar ou impor ao México

a sua concepção simples e enviesada de combate ao narcotráfico, está também a impedir a construção de opções políticas regionais mais holísticas, realistas e equitativas. O narcotráfico, enquanto elemento ameaçador da soberania dos Estados, se envolve, neste caso, dois países com papéis distintos, fornecedor e consumidor de drogas, só pode ser combatido eficazmente com políticas que tenham em conta, não só o lugar desse Estado dentro do fenómeno, mas também a transnacionalidade do problema, de tal forma que os Estados devem passar de uma postura de responsabilização mútua para uma de cooperação conjunta.

No entanto, veja-se, com maior profundidade o desenvolvimento da concepção de narcotráfico, para o México, e de como esta foi divergindo da dos Estados Unidos da América. Logo após a conturbada Revolução de 1910, a instabilidade política foi a principal preocupação do governo mexicano. Por esta razão, a perseguição de dissidentes do regime do PRI e de comunistas, em especial, durante a Guerra Fria, sobrepuseram-se como os verdadeiros alvos de muitas políticas associadas ao combate ao narcotráfico. A estreita e perigosa ligação entre o PRI e o narcotráfico, por um lado, permitiu, numa primeira instância, controlar e proteger o fenómeno e, por outro, colocar o Estado mexicano numa posição de enorme fragilidade, pois, os traficantes viriam a enriquecer cada vez mais, a ponto de se tornarem uma ameaça à segurança nacional. Já nos Estados Unidos da América, por exemplo, as duas Operações Interceção, conduzidas unilateralmente por esse país, no sentido de combater o narcotráfico, não reduziram, de todo, o fluxo de drogas que entravam no país. Note-se que a operação de destruição de cultivos, no Triângulo Dourado, não só não enfraqueceu a capacidade mexicana de traficar drogas, como também acelerou a sua organização, ao cartelizar-se, aumentando também o seu nível de perigosidade. Pessoalmente, a única política mexicana que visou efetivamente recuperar a segurança na região foi a militarização de Felipe Calderón, em 2006. Enquanto nos anos do PRI, a intenção não era, de forma alguma, atacar genuinamente o narcotráfico e, quando se obtinham resultados, devia-se à pressão dos EUA, com Calderón, a intenção estava alinhada com o discurso, isto é, Calderón tentou atacar genuinamente os cartéis mexicanos. Contudo, não é por Calderón ter tido intenções menos ambíguas do que o PRI que as políticas anti narcotráfico foram mais bem-sucedidas. Pretende-se é sugerir que

Calderón poderia ter tido mais êxito no seu combate, se o país não tivesse carregado décadas de um governo protetor dos interesses de criminosos. Por outras palavras, as políticas mexicanas anti narcotráfico, no México, não só não combateram o fenómeno, tentando até protegê-lo, como aquelas que o queriam realmente combater, nomeadamente Calderón com a sua política de militarização, também não tiveram os resultados desejados.

Além disto, os Estados Unidos da América, enquanto principal consumidor de drogas a nível mundial e vizinho do México, tem um claro e fundamental papel na manutenção do fenómeno na região. Se o México já conta com sérios problemas endógenos, típicos de um Estado fraco, aos olhos da EC, ter um vizinho que não abre portas para a discussão de outros pontos de vista sobre a resolução ou mitigação deste fenómeno e que, para agravar a situação, ainda retalia se o México não alinha na sua perspectiva, apenas dificulta a coordenação das políticas anti narcotráfico. A evidente descoordenação política, nesta matéria, entre os dois países, assentes em visões diferentes do fenómeno, com capacidades diferentes de impor a sua perspectiva, por um lado, condena o México a ter traficantes, uma vez que os EUA não reduzem a procura, e, por outro, leva os EUA a construir muros, fechar fronteiras, bloquear rotas ou certificar países ligados ao tráfico de drogas.

Neste sentido, o capítulo explicitou, em traços gerais, a aplicabilidade da EC ao fenómeno do narcotráfico, no México, bem como contribuiu para sustentar a resposta à questão central. Embora a investigação esteja praticamente concluída, não deixa de ser interessante e pertinente deixar uma curta reflexão pessoal sobre o fenómeno e que caminhos poderão ser traçados a partir daqui. Além disso, procurar-se-á registar qual a importância que a EC teve, no momento da sua aplicação ao fenómeno, para a compreensão de um problema já amplamente debatido. Deste modo, o capítulo seguinte apresenta algumas considerações finais a respeito da investigação.

VII – Considerações Finais

Este último capítulo apresenta-se, no enquadramento desta investigação, como uma reflexão pessoal, muito embora ela tenha transparecido ao longo do trabalho, tanto quanto possível, nos momentos mais adequados, isto é, mantendo a distância e primando pela imparcialidade que qualquer processo investigativo científico deve ter. Deste modo, o que se pretende, nesta parte, é dar a conhecer a visão pessoal sobre o fenómeno, não numa perspetiva de problematização, como tem vindo a ser feito até agora, mas sim numa ótica solucionadora. Por consequência, as opiniões aqui descritas podem ser lidas, por um lado, como o ponto de chegada deste trabalho de investigação e, por outro, como o ponto de partida para a criação de um debate construtivo, a respeito deste fenómeno tão complexo. Além disso, neste capítulo, tentar-se-á colocar em evidência o contributo da EC para a compreensão desta realidade particular e, por consequência, explicitar a essência do próprio contributo deste trabalho.

É fundamental começar por compreender que a complexidade de um fenómeno como o narcotráfico se deve a vários fatores, entre os quais a enorme variedade de atores envolvidos, estatais ou não, e também a rápida, fácil e, por vezes, perversa ideologização do tema. Quanto a esta última parte, em tom de clarificação, quer-se somente transmitir a ideia de que este trabalho se focou no estudo científico de uma pequena parte de uma temática tão intrincada como a das drogas ou o narcotráfico, relacionado com elas. Assim, a respeito da complexidade do fenómeno em análise, é importante ter em conta que o narcotráfico é um processo que afeta vários países com papéis distintos, favorecendo a disparidade de visões acerca do problema. Por esta razão, os Estados são obrigados a dialogar e cooperar, no sentido de combater o fenómeno que os afeta de maneiras distintas, de acordo com o papel de produtor, transportador ou consumidor de drogas. No entanto, o diálogo torna-se inútil, se os Estados não assumirem a sua posição dentro do fenómeno e, mais importante, não compreenderem ou respeitarem a posição dos outros, como se viu nesta investigação. Por outras palavras, aplicando ao caso em estudo, o narcotráfico dificilmente será combatido eficazmente, enquanto os Estados Unidos da América não forem conscientes de que representam, no

mercado ilícito das drogas, o lado da procura ou, pelo menos, não reconhecerem que a sua visão intransigente sobre o combate ao narcotráfico é um impedimento para o verdadeiro diálogo que conduz à genuína cooperação entre Estados. Os problemas globais ou regionais não podem ser solucionados numa ótica nacional, a menos que esta seja enquadrada como parte de um todo. As políticas anti narcotráfico do caso em análise, têm que ser desenhadas regionalmente e aplicadas no plano nacional, com o objetivo de serem mais eficazes, cabendo, portanto, aos decisores políticos ter esse cuidado, na hora de as formular e implementar.

A respeito da construção de soluções para o futuro, nesta matéria, é importante ter em conta que, durante décadas, o narcotráfico se foi desenvolvendo com a proteção do Estado mexicano e só mais recentemente, durante o recente processo de democratização do México, é que os traficantes mexicanos têm conseguido proteger-se, sobretudo, através de dinheiro e armas que vêm dos EUA. Note-se que não é a democratização, em si, que levou a esta reação por parte dos traficantes mexicanos, mas sim a queda do partido que os protegia, o PRI. Estes elementos, identificados como os principais pilares da sua resiliência, acabam por ir reforçando a ameaça que os cartéis mexicanos representam para o Estado mexicano. As armas que estes facilmente conseguem, no país vizinho, contribuem certamente, não só para o aumento da violência e da insegurança no México, mas também para a desestabilização da ordem pública, capturando funções do próprio Estado. Por sua vez, o dinheiro compra a fidelidade dos membros dentro das organizações criminosas, silencia inimigos fora delas, autoridades ou concorrentes, e permite proteger as dispendiosas operações de tráfico de drogas. Parece inegável que o narcotráfico seria substancialmente menor ou, pelo menos, menos ameaçador, sem estes elementos. Recorde-se, a título de exemplo, que Pablo Escobar intimidava os seus inimigos com dinheiro ou uma arma, ambos elementos facilmente adquiridos nos Estados Unidos da América. Não obstante, não se pretende sugerir que os EUA revejam, por causa disto, a sua política interna de armas, embora isso apenas os beneficiasse, como já se defendeu neste trabalho, mas sim que, pelo menos, se foquem mais no seu tráfico de armas para o México, com a mesma preocupação com que se focam na entrada de drogas vindas do México. Registe-se, ainda assim, que esta forte crítica à forma como os Estados

Unidos da América encaram a manutenção do narcotráfico na região também se deve à crença de que este país, embora seja uma fonte de problemas para a segurança interna do México, também tem a capacidade para ser a maior fonte de soluções. Se os EUA, enquanto Estado forte, são capazes de impor a sua visão *errada* sobre a forma de combater o narcotráfico, então também seriam capazes de impor a visão *certa*, isto é, abrangente e respeitadora das realidades dos seus vizinhos latino-americanos que lutam diariamente contra a corrupção e a violência. Um acordo como a Iniciativa Mérida teria sido mais eficaz no combate à insegurança no México, se este não refletisse apenas a visão estadunidense do fenómeno, isto é, dar prioridade à militarização do México, através da entrega de armamento e treino militar, em detrimento de apoios às reformas internas que o México tanto necessita. Por esta lógica, deduz-se que os apoios, por mais bem-intencionados que sejam, só são úteis se se tiver em conta a natureza dos problemas de quem é ajudado, caso contrário, além de não serem úteis, ainda podem contribuir para agravar o problema. Cabe, portanto, questionar se os EUA têm a consciência da necessidade de o México combater, por exemplo, a impunidade no país, ou, mais importante, se, estando conscientes, não querem realmente que o país vizinho se desenvolva, neste aspeto, uma vez que, ao fim e ao cabo, enquanto houver crime organizado no México, a indústria estadunidense das armas pode ir lucrando com o conflito. Dito de outra forma, uma vez que os EUA não estão a contribuir genuinamente para a resolução dos problemas endógenos e estruturais do México, então, no fundo, os Estados Unidos da América não estão a favorecer a criação das condições necessárias para que a região dê uma resposta mais eficaz ao combate ao narcotráfico. Note-se que, pela mesma lógica, também é possível questionar se o México tem a mesma vontade política para fortalecer as suas instituições e recuperar o monopólio do uso da força ou, simplesmente, não reúne as condições para conseguir implementar essas reformas, justamente por ser um Estado fraco, aos olhos da EC.

Assim, a respeito da postura dos EUA perante o combate ao narcotráfico, é recomendável que este país, se deseja efetivamente defender as suas fronteiras do crime organizado, deixe de contribuir, mesmo que inadvertidamente, para a instabilidade do seu vizinho sulista, com apoios que não atacam as raízes do problema. Por exemplo, a apreensão de drogas ou a destruição de cultivos

ilícitos, medidas defendidas pelos EUA, são muito menos eficazes do que ir atrás do dinheiro conseguido com a sua venda no mercado dos consumidores, mercado que representam. Para melhor explicar esta ideia, utilize-se um novo exemplo. É comum as autoridades estadunidenses ou as de um outro país anunciarem apreensões de droga de uma forma particular, dizendo que apreenderam, diga-se, 100 quilos de uma substância ilícita que, nas ruas, daria um lucro de 200 milhões de dólares aos criminosos. Ao atentar nesta frase, o foco das autoridades não parece, de todo, estar na droga, mas no dinheiro que se poderia fazer com ela. Se, por um lado, é plausível, já que se trata apenas de uma estimativa, que aquela droga apreendida equivaleria a tal valor após a sua venda, é certo, por outro lado, que as autoridades não apreenderam 200 milhões de dólares, apenas droga. Além disso, do ponto de vista da lógica da cadeia de criação de valor acrescentado de uma substância ilícita, é possível afirmar que qualquer droga vale sempre menos dinheiro, porque o próprio risco associado à sua venda também gera valor. Neste sentido, os valores monetários associados às apreensões de droga por parte das autoridades de um país não fazem muito sentido. No entanto, a principal crítica, em relação a esta questão, não reside tanto no facto de as estimativas do valor de mercado das drogas, realizadas pelas autoridades, não corresponderem ao que efetivamente apreenderam, mas sim na própria utilidade prática da sua apreensão. Por outras palavras, confiscar uma mercadoria, por mais ilícita que ela seja, é substancialmente diferente de apreender o dinheiro proveniente da venda dessa mercadoria. Para os produtores ou traficantes, a perda de alguma mercadoria como resultado de uma operação policial pode ser vista como um mero contratempo, na medida em que as drogas são facilmente substituíveis, com a agravante de a parte da sua produção ser a de menor risco, facilitando essa substituição. Pelo contrário, apreender qualquer montante resultante da venda de drogas, não só pressupõe a perda da mercadoria, uma vez que já foi vendida, como também todo o esforço e risco relacionados com a sua venda, na ótica dos empreendedores criminais. É possível, pois, afirmar que, perante esta dupla perda, em recursos e dinheiro, para os traficantes, é muito mais eficiente perseguir o dinheiro, em detrimento da droga. Importa ainda chamar a atenção para as consequências práticas positivas de uma política anti narcotráfico mais centrada no dinheiro. Se as drogas apenas servem para serem consumidas ou,

no caso em questão, traficadas, o dinheiro tem inúmeras aplicações, mesmo quando é utilizado por narcotraficantes. O dinheiro é, como se viu em capítulos anteriores, um dos principais elementos que reforçam a coesão numa organização de tráfico de drogas, uma vez que a lealdade se deve a quem pagar mais por ela. Além disso, o dinheiro protege as operações de narcotráfico, quer através de pagamentos aos intervenientes diretos, os traficantes, quer aos intervenientes indiretos, como autoridades e políticos que se deixam subornar ou corromper. O dinheiro também pode comprar armas, essenciais para a proteção, não só dos membros dentro da própria organização, mas também de outros cartéis e autoridades estatais. Do mesmo modo, a compra, o arrendamento ou a construção de armazéns, a adulteração de camiões no sentido de estes transportarem drogas de forma mais segura ou o investimento em telecomunicações são necessidades básicas ao funcionamento de qualquer cartel, apenas supridas com o recurso ao dinheiro. Não parece restar qualquer dúvida que, face a estes importantes e diversificados usos que o capital tem, as autoridades, procurando impedir o acesso dos cartéis ao dinheiro, serão seguramente mais bem-sucedidas no enfraquecimento dos cartéis mexicanos. Não se quer, no entanto, dizer que as autoridades não devam deixar de apreender drogas, mas que o foco não é, de todo, eficiente: os cartéis não se preocupam em manter os armazéns cheios de drogas, mas sim as suas contas bancárias, pois são elas que garantem a sua sobrevivência, enquanto empresários do crime. Assim, regressando ao caso concreto, porque são os consumidores estadunidenses que dão lucros aos cartéis mexicanos, esta etapa do negócio deveria ser encarada pelas autoridades estadunidenses com a maior seriedade, uma vez que, quanto menos dinheiro, proveniente da venda de drogas, sair dos EUA, menos recursos os cartéis mexicanos têm para se poder defender, incluindo a compra de armas.

Em resumo, os Estados Unidos da América, enquanto maior consumidor de drogas do mundo, se quiserem realmente mitigar o fenómeno na região, o que, pessoalmente, é muito questionável, têm de perceber duas coisas: primeiramente, têm de admitir que o combate ao narcotráfico não se faz exclusivamente pela via da oferta, mas também da procura e, perante isso, agir em conformidade, adotando políticas de redução da procura de drogas. Além disso, devem compreender que é tão importante evitar o tráfico de drogas como

o de armas e evitar que dinheiros ilícitos cheguem às mãos dos criminosos de países já internamente instáveis. Chame-se a atenção para o facto de estas recomendações se basearem nas conclusões da presente investigação e, por consequência, nunca serão completamente eficazes se os demais países, nomeadamente os relacionados com a produção e tráfico de drogas, não contribuírem do seu lado do mercado, o da oferta. Dito de outro modo, como o narcotráfico envolve países com funções distintas, é imperativo que as políticas antidroga, na região, sejam articuladas e coordenadas pelos seus intervenientes, tendo sempre em conta o papel que eles desempenham, no âmbito do fenómeno. Seria interessante, refletir-se, pois, sobre a criação de uma estratégia regional, holística e integrada, em que todos os países, consumidores, produtores e transportadores combatessem o fenómeno, de acordo com as suas idiossincrasias. Para a EC, isto representaria um consenso, isto é, um entendimento verdadeiramente partilhado sobre as várias formas de combater o fenómeno, evitando imposições ou chantagens político-económicas.

Neste sentido, se é certo que os EUA podem constituir uma fonte de problemas na manutenção do fenómeno na região, sendo, simultaneamente, quem tem as maiores capacidades e ferramentas para os solucionar, o México enfrenta, do mesmo modo, enormes desafios a nível interno, sendo importantíssimo combater os seus problemas endógenos, por forma a combater o narcotráfico mais eficazmente. Neste sentido, se, por um lado, a pobreza é um propulsor do ingresso de mexicanos nos negócios do crime organizado e, por outro, reina o ambiente de impunidade, torna-se fundamental investir em, pelo menos, dois eixos que parecem prioritários: na educação e no fortalecimento das instituições do Estado dedicadas ao cumprimento da lei. Assim, o Estado deveria apostar mais na formação e qualificação dos jovens, especialmente dos “ninis”⁴⁴⁸, alvos potenciais para se dedicarem ao narcotráfico, e facilitar a sua inserção no mercado de trabalho, a fim de reduzir os níveis de pobreza no país e as desigualdades sociais, estimulando, concomitantemente, a economia lícita do país.⁴⁴⁹ Do mesmo modo, para combater o narcotráfico eficazmente é essencial melhorar o sistema de justiça, tornando-o menos corrupto e mais eficiente, com

⁴⁴⁸ Termo informal espanhol, de origem inglesa, que remete para aqueles que “nem estudam, nem trabalham”.

⁴⁴⁹ Cf. Kan (2016:70)

uma polícia capaz de defender os seus cidadãos, aproximando a sociedade das instituições do Estado. Por conseguinte, poder-se-ia afirmar que, uma vez que, para a EC, um Estado forte está associado a uma maior coesão entre as instituições e a sociedade, o México, seguindo estas recomendações, também se tornaria um Estado mais forte e próspero.

Uma outra área geográfica, relacionada com o complexo regional de segurança México-EUA, que é necessário mencionar, aquando da formulação de propostas de mitigação do fenómeno do narcotráfico na região, é a América do Sul, uma vez que, como se viu anteriormente, é um caso de *overlay*. Recorde-se que o problema do narcotráfico dentro do complexo de segurança regional em questão está diretamente relacionado com o transporte de, neste caso, cocaína, proveniente dos países andinos Bolívia, Perú e Colômbia. Por esta razão, o combate integral ao fenómeno tem de passar também por esta região. Assim, no seu conjunto, a estratégia global de combate ao narcotráfico deverá passar pela redução da procura de drogas nos Estados Unidos da América, pela redução do tráfico de drogas e do combate aos cartéis no México e, evidentemente, por políticas anti narcotráfico na América do Sul. As campanhas de erradicação de cultivos ilícitos na Bolívia, Colômbia e Perú normalmente são eficazes, porém descoordenadas, fazendo com que a diminuição da produção de folhas de coca num país conduza ao seu aumento no país vizinho. Esta situação designa-se por efeito balão, na medida em que um balão cheio, ao ser comprimido num dos lados, cresce do outro. Neste sentido, aplicando ao caso, a quantidade de droga produzida pelos três principais exportadores de cocaína do mundo, no seu conjunto, não se reduz, verificando-se apenas uma alternância entre quem produz mais ou menos, de acordo com essas campanhas de erradicação de cultivos ilícitos.⁴⁵⁰ Perante um cenário destes, torna-se até intuitiva que a recomendação a fazer, nesta região, vá no sentido de coordenar e concertar os esforços políticos de combate à produção de cocaína, para que os três obtenham resultados, em simultâneo. Curiosamente, tal como se afirmou que o combate ao narcotráfico no México tem de passar pela colaboração estreita dos EUA e da América do Sul, também é possível afirmar que a América do Sul tem de se organizar politicamente, no sentido de coordenar os seus próprios esforços.

⁴⁵⁰ Cf. Buxton (2006:107)

Quanto às políticas de erradicação propriamente ditas, é necessário que sejam revestidas de uma dimensão social, pois muitos dos produtores de folhas de coca são pessoas em situação de pobreza que não têm outros meios de subsistência. As políticas de erradicação de cultivos ilícitos devem por isso ser acompanhadas de políticas que apoiem os produtores, não só para se dedicarem à produção de bens lícitos, mas também apoiar e facilitar a colocação desses produtos nos respetivos mercados. Não será, além disso, desnecessário mencionar que o investimento na educação e na qualificação das populações é indispensável, para combater a pobreza e evitar que elas se dediquem à produção e tráfico de drogas.

De um modo geral, é necessário compreender que o narcotráfico, para ser eficazmente combatido, tem de ser entendido nas suas múltiplas e variadas facetas e, acima de tudo, perceber como ele se manifesta e afeta as diferentes sociedades onde está presente. Por exemplo, o México, os Estados Unidos da América e a Colômbia podem considerar o narcotráfico como uma ameaça às suas sociedades e até à própria soberania do Estado. No entanto, tais considerações não implicam que estes três Estados vão atuar da mesma maneira, pois, como já foi defendido, nada na realidade é exterior à interpretação humana e, por isso, nada é linear. A EC procurou evidenciar como o carácter subjetivo da realidade requer uma partilha estreita de significados, na hora de combater fenómenos transnacionais. Além disso, a EC, através do caso de estudo, expõe o enorme perigo de imposições políticas unilaterais acerca da melhor forma de resolver ou combater um fenómeno como o narcotráfico. Por conter esta dimensão construtivista, a EC procura ir além dos factos, explorando as intenções e os resultados. Por exemplo, o enorme desfasamento temporal entre a constituição do narcotráfico como uma atividade ilícita no início do último século e a declaração de guerra às drogas, por Nixon e Calderón, apenas corrobora a ideia de que os problemas dependem dos olhos de quem os vê. Note-se que a EC, ao focar-se na ideia de construção de significados, alerta para o facto de que, embora Nixon e Calderón tenham dito a mesma coisa sobre o mesmo fenómeno, isto é, declarado guerra às drogas, com cerca de trinta anos de intervalo, a aplicação prática, política, dessa declaração também foi subjetiva, na medida em que, para Nixon, a guerra far-se-ia além fronteiras e, para Calderón, isso significou a militarização do país. Não se pretende dizer, com

isto, que a EC é puramente subjetiva e que os atores políticos não se baseiam na realidade, muito pelo contrário, os atores políticos, perante os mesmos fenómenos, também estão confinados pelos factos e pela sua própria capacidade de expressão e visão do mundo. Nesse sentido, porque a realidade pode ser, de alguma forma, perspetivada, é natural que surjam discrepâncias sobre a melhor maneira de resolver conflitos, tornando-se imperativo a geração de consensos entre os Estados intervenientes, a fim de os resolver.

Em resumo, a EC, aplicada ao fenómeno do narcotráfico no México, mostrou como os problemas podem ser construídos, o que pode acontecer pela falta de diálogo e cooperação genuína e a importância que esses elementos têm para a manutenção da paz, numa certa região do mundo. Num planeta cada vez mais globalizado e complexo, os problemas tendem a ser igualmente globais, exigindo mais mediação e cooperação real, baseadas no entendimento mútuo. A título de exemplo, o aquecimento global, para alguns países, é mito e, para outros, apesar de ser uma realidade, preferem dar prioridade à economia, em detrimento do ambiente. A EC, neste sentido, apelou, numa opinião pessoal, ao lado humanista, em que, por vezes, para se proteger a soberania de um Estado também é preciso proteger a do vizinho.

Os problemas transnacionais, como as guerras, o tráfico de drogas, armas ou seres humanos, ou o aquecimento global, nunca vão desaparecer, enquanto os países viverem na ilusão de que o que acontece fora das suas fronteiras não é problema deles e não aceitem, de uma vez por todas, que o êxito da Humanidade depende da cooperação desinteressada de todos.

VIII – Bibliografía

- Aguilera, M. (2003). Memoria y Héroes Guerrilleros. *Análisis Político* 49, 3-27.
- Aguilera, M. (2013). Claves y Distorsiones del Régimen Disciplinario Guerrillero. *Análisis Político* 78, 45-62.
- Aguilera, M. (2013). *Guerrilla y Población Civil. Trayectoria de las FARC 1949-2013*. Bogotá: CNMH.
- Aguilera, M. (2013). Las FARC: Auge y Quiebra de su Estrategia de Guerra. *Analisis Político* 77, 85-111.
- Aguilera, M. (2014). *Contrapoder y justicia guerrillera*. Bogotá: Penguin Random House.
- Aguilera, M. (2014). *La pena capital en la insurgencia: un examen de los delitos y los procedimientos*. ACHSC.
- Allum, F., & Gilmour, S. (2019). *Handbook of Organised Crime and Politics*. Reino Unido: Elgar Handbooks.
- Anónimo. (2012). *Dying for the Truth: Undercover Inside the Mexican Drug War*. EUA: Feral House.
- Baca Gabriel, Rodríguez, N., Reyes, J., Alcántar, M. E., Prieto, A. M., Pérez, G., . . . Rivera, G. (2014). *Administración Integral: Hacia un Enfoque de Procesos*. Cidade do México: Grupo Editorial Patria.
- Balling, C. (2013). *Can Bogotá and the FARC Finally Overcome Their Differences?* Obtido em 19 de julho de 2015, de Foreign Affairs: <http://www.foreignaffairs.com/articles/colombia/2013-08-04/peace-signs-colombia>
- Behraves, M. (2011). *Constructivism: An Introduction*. Obtido em 27 de março de 2020, de E-International Relations: <https://www.e-ir.info/2011/02/03/constructivism-an-introduction/>
- Beittel, J. S. (2012). *Mexico's Drug Trafficking Organizations: Source and Scope of the Rising Violence*. EUA: CRS Report for Congress.
- Beittel, J. S. (2015). *Mexico: Organized Crime and Drug Trafficking Organizations*. EUA: CRS Report for Congress.
- Bergman, M. (2018). *Illegal Drugs, Drug Trafficking and Violence in Latin America*. Suíça: Springer International Publishing.
- Binford, L. (2000). El ejército revolucionario del pueblo de Morazán: la hegemonía dentro de la revolución salvadoreña. *Estudios Centroamericanos* 625-626, 1165-1192.

- Blaisdell, L. (setembro de 1962). The Southwestern Social Science Quarterly. *Henry Lane Wilson and the Overthrow of Madero*, 43(2), pp. 126-135. Obtido em 19 de Abril de 2020, de <https://www.jstor.org/stable/42866819>
- Boullosa, C., & Wallace, M. (2016). *A Narco History*. Nova Iorque: OR Books.
- Bow, B., & Santa-Cruz, A. (2015). *The State and Security in Mexico: Transformation and Crisis in Regional Perspective*. EUA: Routledge.
- Brown, C., & Ainley, K. (2012). *Comprender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- Buckles, B. (2000). *Following the Gun: Enforcing Federal Laws Against Firearms Traffickers*. Washington DC: Department of the Treasury: Bureau of Alcohol, Tobacco & Firearms.
- Buxton, J. (2006). *The Political Economy of Narcotics: Production, Consumption and Global Markets*. Londres: Zed Books.
- Buzan, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers*. Londres: Cambridge University Press.
- Buzan, B., Wæver, O., & Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. EUA: Lynne Rienner Publishers.
- Cacho, L., González, S., Hernández, A., Enrique, D., Ruiz, E., Turati, M., & Villoro, J. (2016). *The Sorrows of Mexico*. Londres: Quercus Publishing.
- Calderón, F. (2014). *Los retos que enfrentamos*. México: Debate.
- Camp, R. A. (2007). *Politics in Mexico*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Camp, R. A. (2010). *The Metamorphosis of Leadership in a Democratic Mexico*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Camp, R. A. (2011). *Mexico: What Everyone Needs To Know*. EUA: Oxford University Press.
- Castañeda, J. (2012). *Mañana Forever?: Mexico and the Mexicans*. EUA: Vintage Books.
- CIDAC. (2015). "El Chapo" y los desaciertos de la estrategia de seguridad. Obtido em 14 de julho de 2015, de CIDAC: http://cidac.org/esp/cont/Semana_Politica/El_Chapo_y_los_desaciertos_de_la_estrategia_de_seguridad.php
- Cook, P., & Goss, K. (2014). *The Gun Debate: what everyone needs to know*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Coser, L. (1978). *Las Instituciones Voraces*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Craig, R. (outubro de 1980). Operation Intercept: The International Politics of Pressure. *The Review of Politics*, 42(4), 556-580. Obtido em 22 de Abril de 2020, de www.jstor.org/stable/1406640

- Darraj, S. M. (2009). *Modern World Leaders: Felipe Calderón*. Nova Iorque: Chelsea House Publishers.
- Davis, D., Kilcullen, D., Mills, G., & Spencer, D. (2016). *A Great Perhaps? Colombia: Conflict and Convergence*. Reino Unido: C. Hurst & Co, Ltd.
- Díaz, B. (1963). *The Conquest of New Spain*. Reino Unido: Penguin Books.
- Durán-Martínez, A. (2018). *The Politics of Drug Violence: Criminals, Cops and Politicians in Colombia and Mexico*. EUA: Oxford University Press.
- ERPI. (2016). *Algunas de las estrategias generales que se enfrentan: la guerra prolongada, la guerra insurreccional y la guerra de baja intensidad*. Cuaderno 5. Obtido em 15 de abril de 2016, de ERPI. Ejército revolucionario del Pueblo Insurgente: <http://www.enlace-erpi.org/docs-003-trad.html>
- Esquivel, J. J. (2016). *Los Narcos Gringos: una radiografía inédita del tráfico de drogas en Estados Unidos*. México: Grijalbo.
- Estrada, C. (janeiro-junho de 2012). El Colegio de San Luis. *La Iniciativa Mérida y el combate al narcotráfico. Cooperación bajo concepciones inadecuadas*, 2(3), pp. 266-279.
- Fernández, J. (2007). *Calderón Presidente: la lucha por el poder*. Cidade do México: Grijalbo.
- Garay, L. J., & Salcedo-Albarán, E. (2012). *Narcotráfico, corrupción y Estados*. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial S.A.S.
- Garay, L. J., & Salcedo-Albarán, E. (s.d.). *¿POR QUÉ ES MÁS DIFÍCIL DESARTICULAR LAS ACTUALES REDES CRIMINALES MEXICANAS QUE LOS CARTELES COLOMBIANOS DE LOS AÑOS NOVENTA?* Obtido em 18 de maio de 2020, de Small Wars Journal: <https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/%C2%BFpor-qu%C3%A9-es-m%C3%A1s-dif%C3%ADcil-desarticular-las-actuales-redes-criminales-mexicanas-que-los-cartel>
- García, F. P. (2010). *Da Guerra e Da Estratégia*. Lisboa: Prefácio.
- García, F. P. (s.n.t.). *O Instrumento Militar e as Forças Armadas*.
- García, L. (2010). *No matar - Sobre la Responsabilidad*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.
- Gaviria, A., & Mejía, D. (2011). *Políticas antidroga en Colombia: éxitos, fracasos y extravíos*. Bogotá: Uniandes.
- Goffman, E. (2004). *Internados*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Gomez, A. (2011). *The Securitization of the War on Drugs in Mexico and the Intensification of Violence: Exploring the possible effects of the relations between Mexico and the United States of America after the implementation of the North American Free Trade Agreement*. Países Baixos: Institute of Social Studies.
- González, M. (2014). *Narcotráfico y crimen organizado*. Barcelona: Icaria.

- Grayson, G., & Logan, S. (2015). *The Executioner's Men: Los Zetas, Rogue Soldiers, Criminal Entrepreneurs, and the Shadow State They Created*. EUA: Transaction Publishers.
- Guzzini, S. (2015). *A dual history of 'securitisation'*. Copenhaga: DIIS: Danish Institute for International Studies. Obtido de <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/148170/1/842233156.pdf>
- Henigan, D. (2016). *"Guns don't kill people, people kill people" and other myths about guns and gun control*. EUA: Beacon Press.
- Hernández, A. (2002). *México. Una Breve Historia del Mundo Indígena Al Siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Holmes, L. (2015). *Corruption: a Very Short Introduction*. Reino Unido: Oxford University Press.
- Ibarra, M. E. (2009). *Mujeres e Insurrección en Colombia*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.
- INEGI. (2009). *Cronología de la Estadística en México (1521-2008)*. México: INEGI.
- Jones, N. (2016). *Mexico's Illicit Drug Networks And The State Reaction*. EUA: Georgetown University Press.
- Joseph, G., & Henderson, T. (2002). *The Mexico Reader: History, Culture, Politics*. EUA: Duke University Press.
- Kan, P. R. (2012). *Cartels at War*. EUA: Potomac Books.
- Kan, P. R. (2016). *Drug Trafficking and International Security*. Reino Unido: Rowman & Littlefield.
- Kenny, P., Serrano, M., & Sotomayor, A. (2012). *Mexico's Security Failure: Collapse into Criminal Violence*. Reino Unido: Routledge.
- Kleiman, M. (2011). *Surgical Strikes in the Drug Wars*. Obtido em 20 de julho de 2013, de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/articles/north-america/2011-09-01/surgical-strikes-drug-wars>
- Langton, J. (2012). *Gangland: the Rise of the Mexican Drug Cartels from El Paso to Vancouver*. Canadá: John Wiley & Sons Canada, Ltd.
- Leech, G. (2011). *The FARC: the Longest Insurgency*. Canadá: Zed Books.
- Lelièvre Aussel, C., Moreno Echavarría, G., & Ortiz Pérez, I. (s.d.). *Haciendo Memorias y Dejando Rastros*. Bucaramanga: Fundación Mujer y Futuro.
- Lenine, V. I. (2008). *Marx, Engels e o Desenvolvimento Histórico do Marxismo*. Lisboa: "Avante!".
- Lilley, P. (2006). *Dirty Dealing: The Untold Truth About Global Money Laundering, International Crime and Terrorism*. Reino Unido: Kogan Page Limited.

- Lopes, R. R. (2017). *A Guerra da América Latina*. Lisboa: Chiado Editora.
- López, F. (1994). *Izquierda y Cultura Política*. Bogotá: Cinep.
- Marx, K., & Engels, F. (2016). *Manifesto Comunista*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Mattoso, J. (2008). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Medina, C. (2012). El prisma de las seguridades en América Latina. Escenarios regionales y locales. In C. Medina, *Mafia y narcotráfico en Colombia : elementos para un estudio comparado* (pp. 139-170). Buenos Aires: CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.
- Mendes, N. C., & Coutinho, F. P. (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações D. Quixote.
- Mendes, P. E. (março de 2019). Relações Internacionais. *As Teorias Principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina*(61), pp. 95-122.
- Merriman, J. (2009). *Push Back: The Act of Forcing an Enemy to Withdraw*. EUA: iUniverse.
- Meyer, L. (2007). Un camino inexplorado espera a México. In Z. Guillermo, *Democracia Interrumpida, diagnóstico de un fraude* (pp. 19-30). México: Jorale Editores.
- Miguel, N. G. (abril de 2009). Globalização, Crime Organizado e Terrorismo: que relação? *Negócio Estrangeiros 14*, 112-122.
- Molinar, J., & Weldon, J. (julho/dezembro de 2014). Revista Mexicana de Opinión Pública. *Elecciones de 1988: crisis del autoritarismo*(17), pp. 165-192.
- Morgenthau, H. (1948). *Politics among Nations - The struggle for power and peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- O, A. L. (2018). *Crafting Policies to End Poverty in Latin America: The Quiet Transformation*. Reino Unido: Cambridge University Press.
- Oakeshott, M. (1991). *Rationalism in Politics and Other Essays*. EUA: Liberty Press.
- Ospina-Ovalle, C. (março de 2008). La derrota de las FARC. *Regional Insights 5*, 2-8.
- Patrício, R. d. (2012). *Estudos de Área: América Latina - Uma visão da América Latina*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pérez, E. (2016). *Negociar con los cárteles, una propuesta (¿loca?) del expresidente de México, Vicente Fox*. Obtido em 12 de maio de 2016, de Yahoo! Noticias: <https://es-us.noticias.yahoo.com/negociar-con-los-c%C3%A1rteles-una-propuesta-loca-212448520.html>
- Pîrlea, L. (2017). *The Mexican War on Drugs: an analysis of the militarised approach and its consequences*. Glasgow: University of Glasgow and Charles University of Prague.

- Platão. (2014). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Poniatowska, E. (2001). *La Noche de Tlatelolco*. México: Era.
- Portocarrero, G. (2012). *Profetas del Odio*. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Prescott, W. (2001). *History Of The Conquest Of Mexico*. EUA: Modern Library.
- Prieto, A. (2009). *Procesos Revolucionarios en América Latina*. México: Ocean Sur.
- Rigueira, P. (dezembro de 2012). Relações Internacionais. *Relações Internacionais como Disciplina*(36), pp. 23-46.
- Rosas, J. C., & Ferreira, A. R. (2013). *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Coimbra: Almedina.
- School, Naval Postgraduate. (2014). *Narcocultura: A Threat to Mexican National Security*. Reino Unido: CreateSpace.
- Secretaría de Gobernación. (setembro de 2014). *SEGOB - Diario Oficial de la Federación*. Obtido de SEGOB - Secretaría de Gobernación: http://www.dof.gob.mx/constitucion/marzo_2014_constitucion.pdf
- Semana. (2009). *Las Farc por dentro*. Obtido em 6 de Maio de 2016, de Semana: <http://www.semana.com/nacion/articulo/las-farc-dentro/110410-3>
- Sinha, J. (2001). *The history and development of the leading international drug control conventions*. Obtido em 16 de Abril de 2020, de International Centre on Human Rights and Drug Policy: <https://sencanada.ca/content/sen/committee/371/ille/library/history-e.htm>
- Smith, M. (2012). *The Aztecs*. Reino Unido: Wiley-Blackwell.
- Stefanoni, S., & Domingo, J. (junho de 2013). URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad. *La prohibición de las drogas en México (1912-1929)*(13), pp. 57-68. Obtido em 14 de Abril de 2020, de <https://www.redalyc.org/pdf/5526/552656544005.pdf>
- Steger, M. B., & Roy, R. K. (2013). *Introdução ao Neoliberalismo*. Lisboa: Actual Editora.
- Tanno, G. (janeiro/junho de 2003). Contexto Internacional. *A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional*, 25(1), pp. 47-80.
- Tuckman, J. (2012). *Mexico: Democracy Interrupted*. Reino Unido: Yale University Press.
- Tutino, J. (2012). *Mexico & Mexicans in the Making of the United States*. EUA: University of Texas Press.
- Ugarte, D. (2007). *El poder de las redes: manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abogados al ciberactivismo*. Obtido de Pensamiento Crítico: <http://www.pensamientocritico.org/davuga0313.pdf>

- Uribe, A. G., & Londoño, D. M. (2011). *Políticas antidroga en Colombia: éxitos, fracasos y extravíos*. Bogotá: Uniandes.
- Varese, F. (2011). *Mafias on the Move: How Organized Crime Conquers New Territories*. Princeton: Princeton University Press.
- Varese, F. (2017). *Mafia Life: Love, Death and Money at The Heart of Organised Crime*. Londres: Profile Books.
- Vargas, A. (2011). *Fuerzas Armadas en la Política Antidrogas: Bolivia, Colombia y México*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. División de Investigaciones: Instituto Unidad de Investigaciones Jurídico-Sociales Gerardo Molina (UNIJUS).
- Vezzetti, H. (2009). *Sobre la violencia revolucionaria*. Buenos Aires: siglo veintiuno.
- Wainwright, T. (2016). *Narconomics: How to run a drug cartel*. Reino Unido: Ebury Press.
- Watt, P., & Zepeda, R. (2012). *Drug War Mexico*. Londres: Zed Books.
- Wendt, A. (1992). International Organization. *Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics*, 46(2), pp. 391-425.
- Williamson, E. (2009). *The Penguin History of Latin America*. Reino Unido: Penguin Books.
- Wilson, S. (2019). *Prohibitions and Psychoactive Substances in History, Culture and Theory*. Nova Iorque: Routledge.